

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRENCIA Nº 11/2022-PMB

FOLHA nº

01,336

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 238/2022: CONCORRENCIA Nº 11/2022 - PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR

INTERESSADO: SECRETARIA: FAZENDA

AUTUAÇÃO

Nesta data, autuei o presente processo na Comissão Permanente de Licitação.

Em 26 de abril de 2022.

José Márcio Urbano Presidente da Comissão

VOLUME I

Págiña: 1 / 1



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Rua Frei Rafael Pronner, 1457 - Centro - Bandeirantes - PR

CEP: 86360-000 CNPJ: 76.235.753/0001-48 Telefone: (43) 3542-4525

E-mail: rh@bandeirantes.pr.gov.br Site:

Solicitação de Compra Nº 90/2022

Solicitante: JOSE CELESTINO FONTOLAN

Data da Solicitação: 26/04/2022

Organograma:

1200000000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Local de Entrega:

CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO , DE FORMA INTEGRADA , DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO ,CONSULTORIA E TREINAMENTOS , PARA O

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

Justificativa:

JUSTIFICATIVO EM ANEXO NO PROCESSO

Observações:

Desdobramento:

Fundamento Legal:

Justificativa Valores:

Prazo Execução:

Modalidade:

Itens solicitados:

| ltem | Código | Código Qtd. Unid. Especificação | | Especificação | Preço Unit. Estimado | Preço Total Estimado |
|------|---|--|--|--|-------------------------|-------------------------|
| 1 | FOTOGRAFIAS AÉREAS VERTICAIS COLORIDAS DO TERF MUNICÍPIO :PARA O PERÍMETRO URBANO ,GSD(GROUND DISTANCE)DE 10CM OU MELHOR E PERFILAMENTO A LA | | COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA PARA OBTENÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS VERTICAIS COLORIDAS DO TERRITORIO DO MUNICÍPIO :PARA O PERÍMETRO URBANO ,GSD(GROUND SAMPLE DISTANCE)DE 10CM OU MELHOR E PERFILAMENTO A LASER (MININO DE 4 PONTOS POR M), PEC -A 1:1000, CONFORME ITEM 3.1 DO TR. | 8.376,5700 | 251.297,10 | |
| 2 | 25651-1 | 14.500,00 | | REALIZAR O LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO TERRESTE MULTIDIRENCIONAL (360°) DE TODOS OS LOGRADOUROS DO PERIMETRO URBANO , CONFORME ITEM 3.2 DO TR | 10,1200 | 146.740,00 |
| ü | 25652-1 | 14.500,00 | IMOVE L | ATUALIZAÇÃO E VETORIZAÇÃO DE BASE CARTOGRAFICA URBANA (PEC-A1:1000) E CTM -CADASTRO TECNICO IMOBILIARIO , CONFORME ITEM 3.3 DO TR | 10,4800 | 151.960,00 |
| 4 | 25653-1 | 14.500,00 | IMOVE L | ESTRUTURAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CADASTRO TECNICO MUNICIPAL CTM.INCLUINDO FOTO DE FACHADA DAS EDIFICAÇÕES , VISITA IN LÓCUS E RECLASSIFICAÇÃO DO PADRAO CONSTRUTIVO , CONFORME 3.4 DO TR | 35,9400 | 521.130,00 |
| 1 | 25654-1 | 14.500,00 | L | ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES URBANA E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO CONFORME ITEM 3.5 DO TR | 16,1300 | 233.885,00 |
| 6 | 25656-1 | 1.00 | | CUSTOMIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLATAFORMA DE GESTAO NA WEB COM INTEGRAÇÃO COM BANCO DE DADOS ESPACIAL E SISTEMA MOBILE , CONFORME ITEM 3.6 DO TR | 76.477,8700 | 76.477,87 |
| 7 | 25657-1 | 60,00 | | CONSULTORIA EM PROCESSO DE TREIMAMENTOS , CONFORME ITEM DO TR | 181,4700 | 10.888,20 |
| চ | 25658-1 | 12,00 | | LICENÇA DE USO DA PLATAFORMA WEB NO FORMATO SAAS, CONFORME ITEM 3.8 DO TR | 9.008,4500 | 108.101,40 |
| | * ** | ······································ | | Preg | o Total: | 1.500.479,57 |

Dotações Utilizadas:

| Dotação | Descrição | Recurso | Valor Previsto: |
|---|-------------------------------------|--------------------|-----------------|
| 4320 - 12,002 04,123,0416,2160,3,3,90,39,00 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA | 00000/000000.01.07 | 1.500.479,57 |
| | | 00.00 | |

Bandeirantes, 26 de Abril de 2022.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

003

Memorando nº 016/2022

Bandeirantes – PR, 26 de abril de 2022.

Assunto: Abertura de processo licitatório para contratação de pessoa jurídica para atualização do cadastro municipal e planta genérica do município.

Prezado Secretário

Solicitamos a V. Sa. que sejam realizados os devidos procedimentos quanto à abertura de processo licitatório para contratação de pessoa jurídica para realização da estruturação do cadastro técnico multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de atualização cadastral, elaboração da planta genérica de valores, implantação do sistema de gestão, consultoria e treinamentos, para o município.

Em anexo encontra-se os seguintes documentos:

- Justificativa;
- Orçamentos (3 empresas);
- Termo de Referência.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo pra transmitir-lhe nosso protesto de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

omulo R. Farias Secretário de Planejamento Eng. Civil Port.: 13.046/2021

Ilmo, Sr.

CLEBER BATISTA

M.D. Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



JUSTIFICATIVA

A Planta Genérica de Valores (PGV) é formulada com a utilização de cálculos que possibilitam a obtenção dos valores venais dos imóveis urbanos do município, a partir da avaliação individual de cada propriedade, servindo de base para impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e Contribuição de Melhoria. Dessa forma, a PGV é um instrumento essencial para que o poder municipal tenha condições de cobrar dos contribuintes o valor justo sobre a propriedade, devido ao ajuste do valor venal dos imóveis ao valor real de mercado. Contudo, a Planta Genérica de Valores não é somente um instrumento tributário. Ela também pode nortear o planejamento municipal, no que diz respeito à ação regulatória do poder municipal em relação ao uso e ocupação do solo. Além da pesquisa do atual valor do metro quadrado das edificações no mercado imobiliário, considera-se uma série de fatores quanto à infraestrutura da região e localização do imóvel, que interferem diretamente na apreciação e depreciação do seu valor, para a elaboração da PGV, como: segurança, vias de acesso, disponibilidade de serviços públicos, proximidade de áreas de comércio e serviços, possibilidades de futuros empreendimentos, topografia do terreno, vizinhança e possíveis riscos ambientais e fatores de insalubridade.

Além do disposto acima, a Planta Genérica de Valores consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário do município, através do loteamento dos imóveis prediais e territoriais localizados na zona urbana, em áreas urbanizáveis, de expansão urbana do município, determinando o valor venal dos imóveis, o qual servirá de base de cálculo para o lançamento dos seguintes tributos municipais: Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Transmissão "intervivos" de bens imóveis e direitos reais a eles relativos e Contribuição de Melhoria, além de que a revisão e readequação da PGV é a garantia de que o município estará religiosamente em dia com a legislação e poderá, a partir da sua aprovação, planejar investimentos dispondo de recursos oriundos de impostos próprios, como, por exemplo, o IPTU, que é um dos poucos impostos administrado integralmente pela gestão municipal.

Romulo R. Farias

Secretario de Planejamento Eng. Civil Port.: 13.046/2021



DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.

Gestão de Cidades | Gestão Ambiental | Geotecnologia drz.com.br | drz@drzl.com.br | 43 306 4065 | Londrina -PR



DRZ/PC - 1056/2022 Londrina, 19 de abril de 2022.

Prezado Senhor Romulo Ramalho Farias Secretário de Planejamento Município de Bandeirantes - PR

Assunto: Cadastro Multifinalitário e PGV

Na qualidade de representante legal da empresa DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Avenida Higienópolis, 32, 4 andar, Centro, Cidade de Londrina - PR, CNPJ nº 04.915.134/0001-93, em atendimento a solicitação desta Secretaria, formalizamos nossa proposta para os serviços de atualização de cadastro municipal e planta genérica de valores, em conformidade com o TR apresentado.

O valor estimado da nossa proposta é de R\$ 1.433.325,00 (um milhão e quatrocentos e trinta e três mil e trezentos e vinte cinco reais), a ser pago por medições de acordo com o anexo I.

Esta proposta tem validade de 60 dias.

Ainda, informamos que nos valores constantes da nossa proposta estão inclusos todos os custos trabalhistas, sociais e tributários, bem como as despesas de operações e BDI em conformidade com o TCU.

Respeitosamente,

Agostinho de Rezende Sócio Administrador rezende@drz.com.br



DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda.

Gestão de Cidades | Gestão Ambiental | Geotecnologia drz.com.br | drz@drzl.com.br | 43 306 4065 | Londrina -PR



Anexo 1 - Descrição dos serviços e valores unitários

| CED VICOS | OTDE | TIPO | VALOR | ES (R\$) |
|--|--------|---------|-----------|--------------|
| SERVIÇOS | QTDE | TIPO | UNITÁRIO | TOTAL |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, conforme item 3.1 do TR. | 30 | KM² | 7.480,00 | 224.400,00 |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de to- dos os logradouros do perímetro ur- bano, conforme item 3.2 do TR. | 14.500 | lmóvel | 9,25 | 134.125,00 |
| Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliá- rio, conforme item 3.3 do TR. | 14.500 | Imóvel | 9,90 | 143.550,00 |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme item 3.4 do TR. | 14.500 | Imóvel | 36,40 | 527.800,00 |
| Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conforme item 3.5 do TR. | 14.500 | Imóvel | 15,30 | 221.850,00 |
| Customização e implantação de Plata- forma de Gestão na Web com integra- ção com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | 1 | Sistema | 72.400,00 | 72.400,00 |
| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 do TR. | 60 | Horas | 190,00 | 11.400,00 |
| Licença de Uso da Plataforma WEB no formato SaaS, conforme item 3.8 do TR. | 12 | Mês | 8.150,00 | 97.800,00 |
| ТОТ | AL | | | 1.433.325,00 |

Curitiba, 19 de abril 2022

Para

PREFEITURA MUNICIPAL DE Bandeirantes-PR

A/C

Eng Civil Romulo R Farias

Atendendo à solicitação do Município

Prezados Senhores:

Encaminhamos, abaixo, orçamento para execução de serviços técnicos especializados para fins Planta Genérica de Valores e cadastro técnico municipal do Município de Bandeirantes PR.

ORÇAMENTO

| Band | deirant | es - PR | | |
|--|---|---------|----------|------------|
| | | | VALC | RES (R\$) |
| SERVIÇOS | QTDE TIPO | | UNITÁRIO | TOTAL |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, conforme item 3.1 do TR. | 30 | KM² | 8.519,72 | 255.591,60 |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR. | restre multidirecional (360°) de todos logradouros do perímetro urbano, | | 10,11 | 146.598,63 |
| Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | 14.500 | Imóvel | 10,25 | 148.574,25 |





| formato SaaS, conforme item 3.8 do TR. | 12 | Mês | 8.875,35 | 106.504,20 |
|---|---|-----------------|------------|------------|
| Licença de Uso da Plataforma WEB no | 12 Mês | | | |
| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 do TR. | 60 | Horas | 174,42 | 10.465,20 |
| Customização e implantação de Plataforma de Gestão na Web com integração com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | 1 | Sistema | 77.033,60 | 77.033,60 |
| Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conforme item 3.5 do TR. | rbana e implementação odologia de avaliação, 14.500 Imóvel 15,88 | | 230.235,93 | |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme item 3.4 do TR. | | 14.500 Imóvel 3 | | 499.298,80 |

2. Forma de pagamento:

Cronograma a ser aprovado com o plano de trabalho.

3. Prazo

12 meses.

4. Validade da Proposta

90 dias.

5. Dados Cadastrais

- Foko Geotecnologias Ltda CNPJ 21462543/0001-09

Endereço: Rua Brigadeiro Franco, 311, Mercês, Curitiba-PR Cep 80430-210

Banco Itau AG 3707 C/C 024557-1

Atenciosamente,

Paulo Cesar Folle Diretor Comercial.



Prefeitura Municipal de Bandeirantes/PR

Secretaria Municipal de Planejamento

A/C.: Rômulo Ramalho Farias <planejamento@bandeirantes.pr.gov.br>

Orçamento para Atualização Cadastral e Planta Genérica de Valores

| Item | Descrição dos serviços | Quantidade | Unidade | Valor Unitário (R\$/unidade) | Valor Total (R\$) |
|------|--|------------|---------|---------------------------------|----------------------|
| 1 | Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, conforme item 3.1 do TR. | 30 | km² | 9.130,00 | 273.900,00 |
| 2 | Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR. | 14.500 | lmóvel | 11,00 | 159.500,00 |
| | Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | 14.500 | lmóvel | 11,30 | 163.850,00 |
| 4 | Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme item 3.4 do TR. | | lmóvel | 37,00 | 536.500,00 |
| 5 | Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conforme item 3.5 do TR. | 14.500 | lmóvel | 17,20 | 249.400,00 |
| 6 | Customização e implantação de Plataforma de Gestão na Web com integração com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | 1 | Sistema | 80.000,00 | 80,000,00 |
| 7 | Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 do TR | 60 | Horas | 180,00 | 10.800,00 |
| 8 | Licença de Uso da Plataforma WEB no formato SaaS, conforme item 3.8 do TR | 12 | Mês | 10.000,00 | 120.000,00 |
| | | , , | | Valor Total (R\$) | 1.593,950,00 |

Dados:

ESTEIO Engenharia e Aerolevantamentos S.A.

Endereço: Rua Dr. Reynaldo Machado, 1.151 – Prado Velho – Curitiba/PR - CEP: 80.215-242

Fone: (41) 3271.6000 - Fax: (41) 3332.3273

CNPJ: 76.650.191/0001-07 e-mail: comercial@esteio.com.br

Data de Apresentação:

18 de abril de 2022.

Validade:

90 (noventa) dias.

76.650.191/0001-07
ESTEIO Engenharia e
Aerolevantamentos S.A.

Rua Dr. Reynaldo Machado, 1151
Prado Velho - CEP 80215-242

Guritiba - PR

Eng.º Rogério Bordenousky Dep. Comercial comercial@esteio.com.br

E-mail: comercial@esteio.com.br - www.esteio.com.br

MEDIA DA LICITAÇÃO

| N° | QTD | UND | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | DRZ Geotecnologia e consultoria LTDA | FOKO Geotecnologias LTDA | ESTEIO engenharia e aerolevatamento S.a | Media Total VIr Unit | VLR TOTAL |
|----|--------|--------|---|---|--------------------------------|--|-------------------------|--------------|
| 1 | 30 | KM_ | Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais colorida do território do município .Para o perímetro urbano,GSD (ground sample distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (minino de 4 pontos po m) PEC- A 1:1000,Conforme item 3.1 do TR. | 7.480,00 | 8.519,72 | 9.130,00 | 8.376,57 | 251.297,10 |
| 2 | 14.500 | imovél | Realizar o levamento fotográfico terreste multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, Conforme item 3.2 do TR | 9,25 | 10,11 | 11,00 | 10,12 | 146.740,00 |
| 3 | 14,500 | imovél | Atualização e Vetorização de base cartográfica urbana (PEC-A1:1000) e CTM- Cadastro tecnico imobiliario, confome item 3.3 do TR. | 9,90 | 10,25 | 11,30 | 10,48 | 151.960,00 |
| 4 | 14500 | imovel | estruturação e atualização cadastro tecnico municipal -CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrao construtivo, confome 3.4 do TR | 36,40 | 34,43 : | 37,00 | 35,94 | 521.130,00 |
| 5 | 14500 | | elaboração da nova planta genérica de valores urbana e implementação de nova metodologia de avaliação conforme item 3.5 do TR. | 15,30 | 15,88 | 17,20 | 16,13 | 233.885,00 |
| 6 | 1 | ľ | Customização e implantação de plataforma de gestao na web com integração com banco de dados espacial e sistema mobile, conforme item 3.6 do TR. | 72.400,00 | 77.033,60 | 80.000,00 | 76.477,87 | 76.477,87 |
| 7 | 60 | | consultoria em processo de treimamentos ,conforme item do FR. | 190,00 | 174,42 | 180,00 | 181,47 | 10.888,20 |
| 8 | 12 | | icença de uso da plataforma WEB no formato SAAS , conforme item 3.8 do TR. | 8.150,00 | 8.875,35 | 10.000,00 | 9.008,45 | 108.101,40 |
| | | mês | | | | | | 1.500.479,57 |



Termo de Referência



1. APRESENTAÇÃO

Este Termo de Referência - TR tem a finalidade de definir a estrutura e as principais atividades e metodologias para a Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de Atualização do Cadastral, elaboração da Planta Genérica de Valores, implantação de Sistema de Gestão e Consultoria e Treinamentos para o Município de Bandeirantes – PR, visando detalhar o objeto do Pregão Presencial 000/2022, nas condições fixadas neste edital e seus anexos.

Execução de forma, **integrada**, tem por objetivo dar a multifinalidade ao Cadastro técnico municipal e reduzir o tempo de execução e os recursos financeiros para a municipalidade. Além da compatibilidade e correlação das atividades entre os projetos, uma vez que a atualização da cartografia, imageamento aéreo e terrestre, são insumos interdependentes para a atualização do Cadastro Imobiliário, Planta Genérica de Valores.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de Atualização do Cadastral, elaboração da Planta Genérica de Valores, implantação de Sistema de Gestão e Consultoria e Treinamentos, para o Município de Bandeirantes, conforme detalhamento a seguir:

3. DOS SERVIÇOS

3.1. Imageamento do território urbano

Fornecimento de cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana urbano do município, estimado em 30 KM², com GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²) e PEC-A 1:1000. Com o objetivo de ampliar a concorrência no certame, facultará a contratada realizar o voo por terceiro, desde que devidamente habilitado junto aos órgãos de controles e seguranças do espaço aéreo brasileiro, apresentando a AVOMD (Autorização de Voo do Ministério da Defesa) para comissão técnica autorizar a fase do aerolevantamento. O processamento



produtos decorrentes do aerolevantamento, a qualidade e acurácia é intransferível é de inteira responsabilidade da empresa contratada e atender:



- 3.1.1. Aeronave adaptada para recobrimento aerofotogramétrico, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do voo a realizar;
- 3.1.2. Aeronave devidamente homologada pela ANAC Agência Nacional de Aviação Civil para execução de serviços especiais de aerolevantamento, com os respectivos SEGVOO 001 dos sensores a serem utilizados;
- 3.1.3. O voo deverá ser realizado em no prazo máximo 75 (setenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;
- 3.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar Autorização de voo expedida pelo Ministério da Defesa, bem como os planos de voo gráfico e analítico;
- 3.1.5. Para a cobertura aerofotogramétrica será admitida a utilização de câmeras digitais, que atendam, no mínimo, as seguintes características:
- 3.1.6. Arquitetura de quadro ou sistema de varredura (pushbroom) que permita a captura de imagens digitais com resolução radiométrica mínima de 12 bits;
- 3.1.7. Registro, de no mínimo, das bandas espectrais do espectro visível (RGB);
- 3.1.8. Deverá: Possuir certificado de calibração de no mínimo 2 anos anteriores a data do certame; ser montada sobre berço com plataforma giro-estabilizada; estar dotada, de forma integrada, de um sistema inercial (IMU) ou sistema com correção de posicionamento diretamente na imagem bruta para possibilitar a obtenção dos movimentos angulares do conjunto câmera aerofotogramétrica digital/aeronave, e também de sistema rastreador de satélites artificiais GPS;
- 3.1.9. Em função da altura de voo será tolerada uma variação máxima de 5% no GSD;
- 3.1.10. Deverão ser observadas as janelas operacionais de forma a assegurar a qualidade final dos produtos, evitando a projeção excessiva de sombras;
- 3.1.11. A superposição longitudinal, para as câmeras de quadro, entre fotografias sucessivas de uma faixa deverá ser de pelo menos 60% (sessenta por cento), admitindo-se uma tolerância de ± 5% (cinco por cento) sobre a porcentagem adotada;



- 3.1.12. Não serão aceitas imagens geradas registrando a presença de neblina fumaça, poeira, nuvens ou sombras de nuvens;
- 3.1.13. Não serão tolerados efeitos de arrastamento ou de reflexão solar em lâminas d'água ou coberturas metálicas que prejudiquem a interpretação das imagens;
- 3.1.14. As imagens nativas deverão ser processadas a partir de sua resolução radiométrica original e exportadas para o formato GeoTIFF, sem compressão, sem degradação, utilizando técnicas de processamento digital de modo a melhorar a qualidade, contraste e a uniformidade de cores para toda a área recoberta;
- 3.1.15. As imagens deverão ser tratadas de forma a ajustar o histograma e minimizar as discrepâncias de brilho, saturação e contraste em regiões distantes da imagem (entre faixas do voo e entre as fotografias sequenciais de uma mesma faixa de voo);
- 3.1.16. O fotoíndice deverá ser montado a partir da junção das faixas de voo, com GSD compatível, devendo constar as seguintes informações: identificação de cada exposição, número das faixas, GSD (Ground Sample Distance), escala de impressão do fotoíndice e mapa de localização;
- 3.1.17. Os produtos do recobrimento aerofotogramétrico (imagens nativas e fotoíndice) deverão ser entregue no formato digital, em mídia tipo HD externo, padrão USB, bem como o fotoíndice deverá ser entregue impresso e em "glossy paper".
- 3.1.18. A geração do mosaico, resultado da união de duas ou mais imagens, com a finalidade de gerar uma única imagem homogênea, deverá apresentar sobreposição perfeita das partes da imagem, ou seja, sem distorção nem tarjas pretas.
- 3.1.19. As imagens devem ser entregues mosaicadas, ou seja, todas as partes devem ser unidas gerando uma única imagem, para ser utilizada no software de geoprocessamento, e separadamente em recortes para ser usada no AutoCad, sendo que esta última deverá obedecer ao recorte determinado pela CONTRATANTE.
- 3.1.20. **Perfilamento a Laser Aerotransportado -** O perfilamento aéreo a laser deverá apresentar densidade mínima de 4 (quatro) pontos por m² na superfície da área urbana, visando a obtenção de produtos cartográficos altimétricos na escala de 1:1.000, atendendo PEC (Padrão de Exatidão Cartográfico) Classe "A";



- 3.1.21. Deverão ser entregues como produtos provenientes do perfilamento a laser: a nuvem de pontos georreferenciada e os modelos digitais de terreno e superfície. O modelo digital de terreno e o modelo digital da superfície deve permitir a posterior geração de curvas de nível com equidistância de 01(um) metro para a área urbana, também atendendo as especificações do Padrão de Exatidão Cartográfica PEC Classe "A";
- 3.1.22. As curvas de nível com equidistância de 1 metro para a área urbana, deverão ser entregues em DWG, SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase, sendo que cada curva deve apresentar-se em uma única entidade (polyline). O arquivo SHP deve ter o atributo (campo) contendo a cota altimétrica, e o arquivo DWG deve conter dois layers sendo a polyline da curva e o texto descritivo com o valor da cota;
- 3.1.23. A nuvem de pontos deverá conter a classificação do ponto para que possa ser determinado o tipo de elemento, bem como a cota altimétrica do terreno em relação ao nível do mar, ou seja, a cota Z do ponto direto no solo;
- 3.1.24. Apoio Terrestre e Aerotriangulação A rede planialtimétrica a ser implantada terá como referência a rede homologada do IBGE, e deverá ser feita através do rastreio de satélites do sistema GPS. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de apoio terrestre para aprovação antes do início dos trabalhos.
- 3.1.25. Todos os vértices implantados para compor o apoio básico, bem como os existentes na rede oficial do IBGE, deverão ser ocupados ou reocupados por GPS com receptores geodésicos de dupla frequência (L1 e L2) operando no modo estático pós-processado, com tempo de rastreio mínimo para resolução das ambiguidades, possibilitando o cálculo das coordenadas geodésicas desses pontos.
- 3.1.26. A determinação das altitudes geométricas (elipsóidicas) será feita por meio de rastreamento por GPS e, quando possível, comparadas com as altitudes ortométricas existentes possibilitando a confecção de carta geoidal local, proporcionando a correção ortométrica das altitudes dos vértices implantados no apoio básico.
- 3.1.27. Deverá ser implantado 10 (dez) marcos topográficos na área urbana para assegurar a precisão cartográfica.



- 3.1.28. Para cada vértice do apoio básico implantado ou utilizado deverá ser elaborada uma monografia que reúna todos os dados relativos ao vértice necessários para sua futura utilização, como: coordenadas UTM e geográficas no sistema SIRGAS 2000, altitudes geométricas e ortométricas, itinerário para localização, características, foto do local e croqui de localização.
- 3.1.29. A CONTRATADA deverá fornecer arquivo SHP com a localização dos marcos contendo como atributo: a identificação do marco, sistema de coordenada, coordenadas E.N.Z, descrição do local do ponto, data da coleta do ponto, link da foto do ponto; bem como deverá fornecer a foto do ponto georreferenciada pelo link descrito no atributo.
- 3.1.30. A monumentalização deverá ser executada por marcos de concreto armado, na forma tronco piramidal com altura de 60 cm e bases quadradas de 30 cm a inferior, e 20 cm a superior encimada por uma chapa de bronze cravada no topo, na qual deverá conter a identificação do marco, o nome da instituição Contratante e as inscrições "PROTEGIDO POR LEI". O marco deverá ficar aflorado 10 cm da base e estar a 5 cm do solo.
- 3.1.31. Estes vértices implantados/medidos integrarão a Rede de Referência Topográfica Municipal, na qual todos os futuros trabalhos e projetos que necessitem de localização geoespacial deverão ser indexados.
- 3.1.32. O apoio suplementar será realizado para assegurar a precisão dos levantamentos, tendo-se em vista a obtenção dos produtos cartográficos dentro do Padrão de Exatidão Cartográfica PEC Classe "A".
- 3.1.33. **Aerotriangulação** A aerotriangulação deverá ser executada em equipamentos digitais dotados de programa específico para leitura fotogramétrica, o cálculo e ajustamento da mesma. Deverá ser ajustada em bloco, nos padrões da aerotriangulação pelo método dos modelos independentes ou dos feixes de raios (Bundle).
- 3.1.34. Após o ajustamento final, deverá ser elaborado o relatório final e um esquema geral da aerotriangulação ilustrando todas as informações necessárias para uma melhor interpretação e análise dos dados, comprovando o pleno atendimento as precisões estabelecidas.
- 3.1.35. **Modelo Digital de Terreno e de Superfície -** Os Modelos Digitais de Terreno e de Superfície deverão ser obtidos a partir dos dados do perfilamento a



laser. Os arquivos digitais finais deverão conter a maior quantidade possível de pontos. Ao MDT deverão ser incorporados linhas e pontos que definam as quebras de declividade marcantes, linhas de quebra (breaklines), determinadas por fotogrametria digital.

- 3.1.36. O programa de processamento dos dados LASER deverá ter recursos para separação de pontos que não configurem o solo (árvores, prédios etc.). No processamento dos dados levantados no perfilamento deverão ser geradas duas classes de pontos: o MDS (Modelo Digital de Superfície), o MDT (Modelo Digital de Terreno). O MDS corresponde à totalidade dos pontos levantados. O MDT corresponde aos pontos ao nível do solo.
- 3.1.37. **Ortofotos digitais coloridas** O processo de geração de ortofotos deverá atender as seguintes especificações:
- 3.1.38. As ortofotos deverão ser geradas a partir das imagens aerotrianguladas e do MDT obtido do perfilamento a laser;
- 3.1.39. O GSD das ortofotos é de 10 cm, ou melhor para área urbana;
- 3.1.40. Após o processo de ortorretificação deverão ser aplicados ajustes radiométricos nas imagens visando eliminar mudanças de luminosidade entre imagens adjacentes e uniformizar o contraste e tonalidade do produto, sem perda de informações visuais;
- 3.1.41. As ortofotos deverão estar isentas de ruídos, manchas, riscos e deformações nas imagens.
- 3.1.42. Produtos a serem entregues do voo:
- ✓ Plano de Trabalho, digital e impresso, nos formatos Word e PDF;
- ✓ Arquivos digitais das imagens aerofotogramétricas em formato Geotiff, com GSD de 10 cm, ou melhor, para área urbana;
- ✓ Arquivo do fotoíndice em meio digital e impresso em "glossy paper";
- ✓ Arquivos digitais das ortofotos coloridas escalas 1:1.000 para área urbana, sendo fornecidos separadamente (cenas) e em seu todo (mosaicada);
- ✓ Nuvem de pontos derivada do perfilamento a laser, processada e georreferenciada;



- ✓ Curvas de nível com equidistância de 1 metro para a área urbana, em arquivo DWG, SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase;
- ✓ Pontos cotados em arquivo SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase;
- ✓ Modelo Digital de Terreno e Modelo Digital de Superfície nas escalas 1:1.000;
- ✓ Monografia e arquivos RINEX dos 20 marcos implantado;
- ✓ Relatório técnico final contendo a descrição/registros de todas as fases do trabalho (incluindo monografias de pontos de apoio, relatório de aerotriangulação, métodos e precisões atingidas etc.);
- ✓ Todos os produtos deverão ser entregues em formato digital, em mídia tipo HD externo, padrão USB;

3.2. Levantamento fotográfico terrestre multidirecional

- 3.2.1. O objetivo do imageamento via terrestre da infraestrutura urbana é o monitoramento e registro de diversas informações que servirão ao cadastro imobiliário, ao cadastro mobiliário, fiscalização, planejamento, acompanhamento de obras e outros usos úteis e necessários ao município.
- 3.2.2. Nesta etapa do trabalho deverão ser coletadas imagens 360° dos logradouros públicos do perímetro urbano do município, sendo que a metodologia a ser empregada deverá utilizar técnicas e conceitos de mapeamento móvel, integralmente suprido por um sistema de sensores integrados e embarcados sobre um veículo automotivo (carro).
- 3.2.3. O resultado desta etapa deverá ser a obtenção de informações geoespaciais diversas e completas, das quais as imagens extraídas deverão possuir parâmetros de posicionamento determinados e ilustrativos.
- 3.2.4. O mapeamento móvel subsidiará o trabalho de identificação de características dos imóveis e outras informações de infraestrutura urbana, tais como: pavimentação das ruas, número de pavimentos do imóvel, galeria pluvial, numeração de porta, guia, disponibilização de oferta imobiliária, iluminação pública, uso principal do imóvel, presença de calçadas, topografia do terreno, e tipologia de divisa física (muros e cercas).
- 3.2.5. Para o atendimento de tais finalidades os dados da infraestrutura da rua e a caracterização dos imóveis deverão ser registrados através de vídeo capturado em 360 graus com câmera embarcada em veículo, permitindo asSim uma visão global e



ou ponto de interesse.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ - 018

contínua do ambiente a ser analisado. Os dados da filmagem devem ser colhidos na resolução mínima de 4K.

3.2.6. Para registrar as características de cada imóvel, deverá ser escolhido no ambiente de 360 graus o melhor ângulo de visão dentro da trilha do levantamento, através de movimentos de avançar, retroceder, afastar, aproximar e/ou rotacionar e, após então fazer a captura da imagem em tela e armazená-la relacionada com a

parcela correspondente. Podendo registrar mais de uma imagem do mesmo imóvel

- 3.2.7. Os dados do levantamento em 360 graus deverão ser disponibilizados para uso do Município, de forma que permita a interatividade com as informações coletadas, bem como a análise e a extração de imagens do seu interesse.
- 3.2.8. Deverá ser disponibilizado também um Sistema para fazer a recepção, organização, disponibilização e consumo dos dados advindos dos levantamentos executados durante o imageamento via terrestre.
- 3.2.9. O Sistema fará a integração da trilha do levantamento em 360 graus com o MUB Mapa Urbano Básico de forma que a informação que esteja sendo coletada, estará automaticamente geoposicionada e poderá ser integrada à parcela correspondente ou a qualquer outro componente do MUB através de um mapa interativo.
- 3.2.10. O Sistema deverá apresentar as seguintes funcionalidades:
 - 3.2.10.1. Sincronização entre o arquivo de vídeo o arquivo de dados do GPS (extensão GPX).
 - 3.2.10.2. Visualização do vídeo, com mecanismo de navegação em 360° e de zoom no próprio vídeo.
 - 3.2.10.3. Visualização dos vídeos sincronizados a sua posição e ângulo de visão representada em um mapa interativo.
 - 3.2.10.4. Navegação no vídeo, com botões de play, retroceder, avançar e pausar;
 - 3.2.10.5. Exportação das imagens vistas no vídeo em um formato de imagem com registro do geoposicionamento.
 - 3.2.10.6. Integração com o Sistema de Gestão WEB, compartilhando administração de usuários;



- 3.2.10.7. Integração com Sistema de Gestão WEB, onde possa ligar e desligar as camadas de temas geográficos, preservando a sua Simbologia no mapa interativo de navegação.
- 3.2.10.8. Integração com Sistema de Gestão WEB, envio de imagens retiradas dos vídeos dentro de temas de geometrias de ponto, para uso na Solução de Geoinformação.
- 3.2.11. Os vídeos obtidos em 360° deverão ser entregues à contratante no formato mp4, acompanhado do seu respectivo arquivo GPX, o instalador do sistema de navegação geográfica dos vídeos desmobilizados, sua respectiva licença de uso perpétua, manual e treinamento em seu uso.
- 3.2.12. Com base nos vídeos registrados como produto do Levantamento Contínuo Rodoviário, a CONTRATADA deverá identificar ao menos uma foto de fachada colorida por imóvel urbano da cidade, de forma a apoiar na atualização da base cadastral a ser construída.
- 3.2.13. Deverá ser anotada a data da obtenção dessa foto e caso necessário, a CONTRATADA deverá realizar levantamento de imóveis específicos, caso a imagem obtida pelo vídeo não seja suficiente para a realização dos trabalhos.
- 3.2.14. As fotos de fachadas subsidiarão o trabalho de identificação das características do imóvel (predial ou territorial), galeria pluvial, guia, iluminação pública do imóvel, presença de calçadas, topografia do terreno, tipologia de divisa (muros e cercas) e etc.
- 3.2.15. Para os locais onde o veículo de mapeamento móvel 360° de varredura inloco não obteve acesso e em locais onde não foi possível identificar construções a partir das fotografias aéreas, a CONTRATADA deverá realizar a coleta complementar de fotos dos imóveis com equipe de campo in-loco.
- 3.2.16. Os produtos a serem entregues são: (i) Plano de levantamento Fotográfico Terrestre Multidirecional; (ii) Pontos de captação e fotos terrestres devidamente vinculados; (iii) Ferramenta de visualização de fotos em 360 graus multidirecional integrada a Plataforma de Gestão WEB.



3.3. Atualização da base cartográfica urbana

- 3.3.1. Adequação e sistematização da Base Cartográfica Urbana na escala na escala de 1:1.000, essa etapa consiste na adequação da Base Cartográfica Urbana em formato DWG e/ou em papel para o ambiente de geoprocessamento. A contratada deverá sistematizar as informações gráficas referentes ao Cadastro Técnico Municipal (Bairros, Distritos, Setores, Quadras, Lotes, Construções e Logradouros). Em caso de dúvidas a contratada deverá orientar a Prefeitura no levantamento de campo para solucionar eventuais problemas encontrados. Estimase em 14,5 mil imóveis.
- 3.3.2. A Base Cartográfica deverá estar georreferenciada no Sistema de Projeção UTM e Sistema Geodésico SIRGAS 2000;
- 3.3.3. Identificação, Geocodificação e Vinculação da Base Cartográfica Urbana (Bairros, Distritos, Setores, Quadras, Lotes, Edificações e Logradouros) com o Cadastro Imobiliário e Cadastro de Atividades Econômicas, a contratada deverá seguir os padrões de codificação utilizados pela Prefeitura;
- 3.3.4. Delimitação, identificação e geocodificação do Zoneamento do Plano Diretor Municipal em ambiente da plataforma WEBGIS, para vinculação com as tabelas de usos, índices e taxas do Plano Diretor Municipal, visando agilizar os processos de viabilidade de novas atividades econômicas e eixos valorizantes para subsidiar a elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 3.3.5. Delimitação, identificação e geocodificação da Planta Genérica de Valores em Plataforma WEBGIS, para vinculação com a tabela de valores do metro quadrado do terreno e de construção de acordo com a legislação e práticas adotada pelo contratante;

3.4. Reestruturação e atualização do cadastro técnico imobiliário

- 3.4.1. A reestruturação de revisão do Cadastro Técnico Imobiliário, estimado em 32.000 (trinta e dois) mil imóveis, tem a finalidade de levantar dado que disponibilize a Prefeitura Municipal, parâmetros atualizados para os lançamentos de IPTU, ITBI e TAXAS:
- 3.4.2. Para a reestruturação e atualização do Cadastro Técnico Imobiliário, a CONTRATADA deverá analisar os dados constantes no Mapa Digital Urbano MDW,

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - CEP 86.360-000 - e-mail divisaogeral a bandeirantes.pr.gov.br - Tel. (43) 3542-4525 - CNPJ 76.235.753 0001-48



tais como: imagem aérea (Ortofotos), fotos de fachada, vistorias "in loco" e informações assessórias em relação as atuais informações constantes no cadastro imobiliário registrados no sistema tributário do município.



- 3.4.3. A atualização dos dados no Sistema Tributário do Município se dará por meio da integração de dados entre a solução de geoinformação e o sistema tributário legado município. A CONTRATADA fará a integração de dados entre o sistema de informação geográfica e o sistema tributário. Desta forma a CONTRATANTE deverá ao menos fornecer uma cópia do banco do cadastro de forma inteligível para CONTRATADA.
- 3.4.4. Para a atualização do Cadastro Imobiliário, a CONTRATADA deverá realizar a atualização dos dados cadastrais conforme parâmetros definidos no código tributário do município, bem como o modelo matemático de cálculo do valor venal do imóvel e conformidade com a legislação. A CONTRATADA atualizará ainda os dados de características físicas/construtivas do lote/terreno e da edificação que de alguma forma impactem no cálculo do IPTU, em conformidade com o Código Tributário Municipal.
- 3.4.5. Para tanto, deverá ser produzido um documento denominado Metodologia de atualização de Cadastro Imobiliário, onde será estabelecido entre o MUNICÍPIO a CONTRATADA a forma como será feita essa atualização. Serão definidos os dados que serão atualizados via intepretação da ortofoto aérea e fotos de fachada, quais dados serão atualizados conforme projetos (prédios, condomínios, bairros planejados etc.), quais dados não serão atualizados por impactar documentos terceiros (como dados que compõe a matrícula de um imóvel por exemplo) dentre outros.
- 3.4.6. A atualização do cadastro imobiliário deverá atender as seguintes informações:
 - 3.4.6.1. Lote/terreno: Características do lote, como por exemplo: situação, pedologia, topográfica, elemento de proteção e ocupação, conforme código tributário e sistema tributário. Além dessas informações, serão cadastradas informações que impactem no cálculo ou alíquota do IPTU, como por exemplo, calçada, muro, gramado etc. Esses dados estarão detalhados na Metodologia de atualização de cadastro imobiliário para fins de IPTU.



- 3.4.6.2. Edificações: Características da edificação que impactam no cálculo do valor venal, como por exemplo: tipologia construtiva, estado de conservação das edificações, planta genérica de valores e sistema tributário.
- ()
- 3.4.7. As áreas edificadas deverão ser analisadas a partir dos elementos interpretados na ortofotos das quadras fiscais (lote a lote), fotos de fachadas e vistorias "in loco" contemplando as discrepâncias (quanto ao contorno das edificações já existentes ou novas edificações), com os dados registrados no sistema tributário do município.
- 3.4.8. As áreas das construções serão aferidas através de vetorização sobre a ortofoto e serão comparadas quando houver, com as áreas edificadas constantes do cadastro imobiliário, podendo ser adotada a área do cadastro ou do projeto de construção aprovado quando a diferença for de até 10% (dez por cento). As áreas das construções serão ajustadas, quando for o caso, com a dedução das áreas médias dos beirais.
- 3.4.9. As áreas dos terrenos serão aquelas constantes do cadastro ou do título de propriedade, salvo quando não houver ou quando a imagem for a mais correta e não causar divergência de ordem técnica ou jurídica;
- 3.4.10. A classificação das construções será feita pelo método comparativo, através de tabela de Categoria da Edificação (CE), onde estarão contemplados os vários tipos de construções e ocupações, com as aplicações de fatores de correção previamente estabelecidos.
- 3.4.11. A CONTRATADA fornecerá um banco de dados preliminar com o registro dos dados e relatórios das alterações para validação final pelo Município, possibilitando a inserção dos dados no sistema Tributário Municipal, incluindo os serviços e infraestrutura disponíveis nos logradouros: como: rede de água, rede de energia, rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação, coleta de lixo, etc.
- 3.4.12. A CONTRATADA confeccionará um Arquivo de Atualização do Sistema dos lotes de cadastros atualizados. Esse arquivo deverá estar compatível com as tabelas do sistema tributário e a entrega realizada na forma de um arquivo de planilha eletrônica, onde cada aba corresponderá a um conjunto de dados específicos.
- 3.4.13. Esse arquivo deverá ser produzido conforme evolução da integração de sistemas e padrões estabelecidos entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO, devendo



estar disponível na Plataforma WEBGIS para que a equipe da municipal faça a validação dos dados recebidos.



- 3.4.14. O MUNICÍPIO será responsável em autorizar a inserção dos novos dados no sistema tributário, bem como, definir o processo de notificação dos contribuintes cujos cadastros sofreram atualização.
- 3.4.15. Atualização "In Lócus" A quantidade de unidades que serão levantadas em campo ou in lócus é uma estimativa de cadastros com áreas divergentes ou imóvel sem captura de foto 360 graus, sendo que somente após a vetorização de todas as edificações e o cruzamento com o sistema tributário é que será possível quantificar corretamente o total de unidades e quais deverão ser visitadas em campo. Estimado em até 1.000 (um mil) imóveis.
- 3.4.16. A empresa contratada deverá proceder com o levantamento de campo nas unidades indicadas pelo município, contendo as seguintes especificações:
 - 3.4.16.1. Realizar medições no imóvel, no que tange ao limite das edificações das unidades cadastrais, asSim como a correta identificação da unidade na planta.
 - 3.4.16.2. Preencher o Boletim de Informações Cadastrais (BIC) eletrônico, das zonas onde será realizado o Cadastramento Imobiliário.
 - 3.4.16.3. Identificar o proprietário, ou possuidor residente, quando possível, coletando todas as informações necessárias para o devido cadastramento do Imóvel.
- 3.4.17. Confeccionar fotografias das fachadas dos imóveis visitado in lócus, contratante deverá utilizar de dispositivos móveis (mobile) ou outros dispositivos de captura de fotografia georreferenciadas e integrada com a base cartográfica do município. A confecção das fotografias, preferencialmente, deverá ser realizada sem a necessidade de contato com os moradores, salvo quando, por circunstâncias técnicas ou outra, se precise da concordância do proprietário.
- 3.4.18. Os dispositivos móveis a serem utilizados deverão possuir sistemas parametrizados para permitir a coleta de dados através de formulários digitais, a classificação dos imóveis e edificações, a confecção de fotografias, a importação e exportação de dados e fotografias e o gerenciamento em tempo real dos trabalhos de campo.



- 3.4.19. As fotos frontais ou de outra posição que melhor identifique as edificações deverão ser produzidas, codificadas e vinculadas aos imóveis automaticamente utilizando ferramentas de geoprocessamento. Em caso de muros altos ou outros obstáculos, a foto do imóvel será do que for possível visualizar externamente, desde que a foto contenha os quesitos para a correta classificação do padrão construtivo da edificação. Se necessário deverá ser tirada mais de uma foto por imóvel.
- 3.4.20. As fotos deverão obedecer a um critério rigoroso no momento de sua confecção com a utilização de equipamentos que possibilitam a visualização desejada com coordenadas geográficas para a correta apropriação ao lote.
- 3.4.21. As fotos pós-classificadas e automaticamente anexadas aos respectivos lotes, em sistema de geoprocessamento na internet, deverão ser visualizadas com o Simples movimento do cursor sobre os lotes desejados.
- 3.4.22. **Notificação aos contribuintes** A contratada deverá disponibilizar ferramentas para permitir a notificação aos contribuintes sobre eventuais alterações de seu imóvel, cabendo ao contratante a definição e escolha de um ou mais opções: (i) processo digital de impressão de Carta de Notificação, a ser enviada pelo contratante aos contribuintes selecionados; (ii) disponibilizar processo de consulta de dados dos imóveis, via internet pelo contribuinte, através de login e senha, com possibilidade para o envio de menagens, documentos necessários para corrigir ou justificar as eventuais divergências e tramitação totalmente digital.
- 3.4.23. A contratada através de processo informatizado deverá transferir os dados obtidos com os levantamentos de campo para o GRP (software de gestão) do Município em formato a ser especificado pela Prefeitura, no momento oportuno;
- 3.4.24. Os trabalhos deverão ser elaborados respeitando-se o conceito de Cadastro Único de Contribuintes;
- 3.4.25. Deverão ser entregues:
 - 3.4.25.1. O relatório com as diferenças/divergências entre os cadastros imobiliários atualizados frente aos cadastros existentes no sistema tributário na forma de planilha eletrônica.
 - 3.4.25.2. O arquivo de atualização no sistema tributário dos imóveis atualizados na forma de planilha eletrônica e/ou outro meio de integração entre a solução de geoinformação e os dados do sistema tributário.



Gestão WEB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

3.4.25.3. Os dados atualizados deverão ser disponibilizados na Plataforma de



3.5. Elaboração da Planta Genérica de Valores - PGV

- 3.5.1. Elaboração do Cadastro de Logradouros, integrado ao Cadastro Imobiliário Urbano (CTM), com os respectivos serviços públicos e equipamentos urbanos existentes tais como: pavimentação, passeio, rede de água potável, galerias pluviais, esgoto, iluminação, coleta de lixo e limpeza pública.
- 3.5.2. Geocodificação e especialização da PGV Planta Genérica de Valores dos imóveis urbanos praticada atualmente pelo município e geração de temáticas dos valores do metro quadrado do terreno e das edificações, bem como o valor venal total de cada imóvel do cadastro imobiliário, para demonstrar através de temáticas os impactos dos novos valores do IPTU com a implantação da nova PGV;
- 3.5.3. Elaboração da Planta Genérica de Valores, na escala de 1:1.000 e da Minuta do Projeto de Lei a ser submetido ao Legislativo do Município, após efetuadas Simulações e testes de atualização junto a Comissão Avaliadora. Deverão ser utilizadas as diretrizes básicas recomendadas para avaliação de imóveis conforme NBR-14653 Norma de Avaliação de Imóveis Urbanos da ABNT;
- 3.5.4. Elaboração do Cadastro de Face de Quadras, integrado ao Cadastro Imobiliário, fixando o valor do metro quadrado do terreno em cada Face de Quadra em conformidade com os valores aprovados na nova Lei da Planta Genérica de Valores;
- 3.5.5. Apresentação dos trabalhos, junto aos setores envolvidos, bem como à Câmara Municipal, efetuando Simulações de cálculos, visando demonstrar as alterações de arrecadação após o recadastramento e a aplicação da nova Planta Genérica de Valores;
- 3.5.6. A Contratada deverá disponibilizar um sistema, em nuvens, para a realização de consultas, de Simulações e de gerenciamento de todos os processos de construção da Planta Genérica de Valores. Caso o Contratante optar, o sistema deverá disponibilizar também consultas diretamente na internet com acesso ilimitado a todos os contribuintes.



3.6. Customização e implantação de Sistema de Gestão WEB.

- 3.6.1. Customizar e implantar Plataforma de Gestão Espacial em ambiente WEB, utilizando ferramentas com códigos abertos para programação (software livre);
- 3.6.2. A Plataforma Gestão deverá prever a atualização de dados diretamente em um repositório central (Banco de Dados Relacional), possibilitando desta forma o acesso rápido e preciso a informações gerenciais e administrativas, tornando o sistema de Geoprocessamento uma ferramenta confiável para a efetivação de ações de cunho estratégico e de planejamento corporativo.
- 3.6.3. A Plataforma Gestão, preferencialmente, deverá ser desenvolvida em linguagem de programação JAVA e Banco de Dados Postgresql com extensão espacial com utilização do OpenLayers como framework de integração com mapas.
- 3.6.4. A Contratada deverá disponibilizar, durante a execução do projeto, toda a infraestrutura necessária para a utilização (softwares, Banco de Dados, hospedagens) da Plataforma em ambiente WEB. Após este período, a Plataforma será disponibilizada para no formato SaaS em nuvem de acordo com os critérios definidos no item Licença de uso do sistema.
- 3.6.5. **Integração com software da Prefeitura**: A Plataforma deverá ser integrado através de webservice REST, SOAP ou diretamente com sistema o banco de dados da prefeitura por meio de tabelas armazenados no servidor (MS SQL, Oracle, MySQL, PosgreSQL e outros);
- 3.6.6. Coletor de Dados (mobile): disponibilizar sistema para Coletor de Dados Inteligente mobile (compatível com smartphones, tablets, entre outros), utilizando ferramentas de código aberto para programação (software livre). Este sistema mobile de coleta de dados em campo deverá prever a atualização e a inserção de dados e fotos diretamente no repositório central de Banco de Dados utilizado pela Plataforma de gestão Web através WebService RESTFULL, possibilitando dessa forma a integração entre os dois sistemas para manter a integridade e à atualização das informações geográficas;
- 3.6.7. Os componentes ou Módulos da Plataforma, obrigatoriamente, deverá atender a prova de conceito ou requisitos de funcionalidades, além da possibilidade de suportar a inserção de novos módulos ou sistemas. Inicialmente, para atender os objetivos da administração a Plataforma de Gestão deverá ter os seguintes sistemas ou módulos ou componentes, visando atender na integra as atividades constantes



do presente Termo de Referência: (i) Cadastro Multifinalitário; (ii) Plano Diretor - Certidão de Uso e Ocupação e Alvarás; (iii) Fiscalização do Obras - CTM; (iv) Gestão da PGV - Estudos e Simulações;

- 3.6.8. Tabela de Requisitos e funcionalidades da Plataforma A licitante classificada em primeiro lugar deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, realizar apresentação para análise das especificações mínimas exigidas da Plataforma, conforme TABELA I Requisitos e Funcionalidades, adotando o seguinte critério:
 - A Administração Municipal disponibilizará estrutura para demonstração das exigências mínimas da Plataforma;
- II. A Comissão Permanente de Licitações, após a análise e julgamento dos requisitos e funcionalidades da Plataforma, emitirá parecer final que será submetido à apreciação do Prefeito Municipal, para as providências legais cabíveis.
- III. Caso a licitante não atender de todos os itens dos requisitos e funcionalidades da Plataforma de Gestão Web, será desclassificada e procedida a reclassificação à segunda colocada, a qual será avaliada, e assim por diante até a apuração de uma licitante aprovada, que atenda aos requisitos e funcionalidades mínimas exigidas.

3.7. Consultoria em processos e treinamentos – 60 horas

- 3.7.1. Consultoria em Mapeamento e Modelagem de processos para avaliar os principais processos e, se necessário, propor atualização para atender os requisitos de funcionalidade da Plataforma de Gestão. Após o mapeamento e identificação dos processos que necessitam de melhorias, propor novos modelos para garantir a otimização do uso dos recursos tecnológicos implementados, através de operações assistidas, fluxogramas, manuais, instruções normativas. Estima-se em 45 (quarenta e cinco) horas técnica de consultoria.
- 3.7.2. **Treinamento**s aos usuários da prefeitura, de acordo com as orientações da Equipe Técnica Municipal, sobre as funcionalidades da Plataforma de Gestão, Coletor de Dados (Mobile); operação do Portal de Atendimento ao cidadão. Estimase em 30 (trinta) horas técnica de treinamento.
- 3.8. Licença ou direito de uso do sistema e serviços de nuvem.



3.8.1. Licença ou direito de uso do sistema

- 3.8.1.1. A Contratada disponibilizará o sistema WEBGIS ao município através de licenças ou direito de uso no formato SaaS software como serviço através da conexão com a Internet.
- 3.8.1.2. A Licença ou o direito de uso garantirá a manutenção e atualização, mediante solicitação do cliente ou não, tendo por finalidade a atualização de versões, correção de defeitos e/ou substituição, caso necessário, bem como a assistência técnica necessária ao bom funcionamento operacional dos sistemas disponibilizados.
- 3.8.1.3. Em caráter continuado, a Licença de Uso será paga mensalmente por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos moldes da legislação vigente;
- 3.8.1.4. Na Licença ou Direito de Uso estão inclusos os seguintes serviços: (a) configurações e garantia de funcionamento; (e) atualizações de novas versões e (f) correções de bugs; (g) configuração e atualização do sistema mobile.
- 3.8.1.5. Na Licença ou Direito de Uso não estão inclusos os seguintes serviços: aquisição de equipamentos (computares, tablet, impressoras entre outros) e pacotes de dados.
- 3.8.1.6. A contratada dará toda assessoria ao contratante para a definição das configurações dos equipamentos e dispositivos a serem adquiridos.

3.8.2. Serviços em nuvem- cloud computing

3.8.2.1. Da Infraestrutura de hardware para hospedagem em Cloud.

A hospedagem do sistema e as respectivas aplicações são armazenados "em nuvem", com rotinas de backup e de segurança sob inteira responsabilidade da contratada.

A Contratada deverá informar todos os IPs e Portas que deverão ser abertas e liberadas no sistema de Firewall do Município, porém de acordo com a Política de Segurança de Informação em uso.

3.8.2.2. Do Suporte e Manutenção Continuada

As atividades de suporte e manutenção aqui previstas, dizem respeito a todas as modificações requeridas no Sistema, de natureza: (a) corretivas (destinadas a

a.



corrigir erros identificados nos sistemas, que impedem seu funcionamento correto ou que representem desvios às especificações definidas); (b) adaptativas (que visam dar ao sistema condições para se adaptar a uma nova situação ou aspectos diferentes de situações já existentes); (c) evolutivas em termos tecnológicos (troca de versões de Banco de Dados ou Sistema Operacional e Otimizações de Performance).

A Contratada deverá garantir a manutenção corretiva e evolutiva do sistema por intermédio de novas versões, visando atualizações tecnológicas e adequações à legislação enquanto perdurar a vigência do contrato.

A Contratada deverá garantir rotinas de controle e distribuição automática de novas versões do sistema sempre que houver alterações. As versões de software distribuídas e instaladas não poderão causar erros em outros módulos do software e nos dados armazenados pelas versões anteriores do sistema.

3.8.2.3. Da Central de Atendimento

A CONTRATADA deverá obrigatoriamente disponibilizar uma central de atendimento remoto (8x5), de segunda a sexta feira, em horário comercial (das 8 horas às 18 horas). Esta central de atendimento deverá prestar suporte remoto pelos seguintes canais de atendimento: (a) fale conosco via sistema; (b) ligação via telefone fixo; (c) contato via WhatsApp; e (d) contato via e-mail;

A Contratada disponibilizará sistema para registrar as demandas realizadas pelos usuários, permitindo classificar em manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, e acompanhar todo o fluxo atendimento – abertura até o encerramento da chamada.

A Contratada disponibilizará, mensalmente, boletim de medição referente aos atendimentos realizados no período, incluindo todos os detalhes das demandas e dos atendimentos.

3.8.2.4. Do Acordo de Nível de Serviço (SLA)

Os serviços técnicos especializados de suporte e manutenção continuada do sistema deverá atender o acordo de nível de serviço (Service Level Agreement - SLA) para 90% dos casos, conforme abaixo: (a) para as demandas de suporte em horário comercial, de segunda a sexta, por quaisquer canais, em até 02 (duas) horas uteis; (b) para as demandas classificadas como manutenção corretiva, o tempo de solução não poderá ultrapassar 48 horas úteis; (c) para as demandas classificadas



039

como manutenção adaptativa, o suporte técnico deverá, obrigatoriamente, informar em até 48 horas úteis, após o registro e a análise da solicitação, o tempo necessário para a solução da demanda; (d) para as demandas classificadas como manutenção evolutiva, o suporte técnico deverá, obrigatoriamente, informar em até 48 horas úteis, após o registro e a análise da solicitação, o tempo necessário para informar se a demanda será atendida ou não na próxima versão do produto e; (e) em caso de problemas críticos ou emergenciais (quando o sistema se tornar totalmente inoperante), a correção das falhas não poderá ultrapassar 24 horas úteis a partir do horário da solicitação

Constituem exceções ao SLA: (a) casos considerados como fortuito ou de força maior; (b) operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos ou sistemas que não sejam de responsabilidade ou de controle direto da Contratada; (c) falha de equipamento ou de sistema ocasionada pelo Contratante; (d) realização de testes, ajustes e manutenção necessários à prestação dos serviços, em dias uteis, desde que notificados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro); e (e) falhas decorrentes de atos ou omissões sobre as quais a Contratada não tenha controle direto.

O não atendimento do nível de serviço especificado remeterá em multas e penalidades contratuais previstos pela legislação vigente.

4. VALORES UNITÁRIOS E VALOR MÁXIMO TOTAL

| SERVICOS | OTDE | TIDO | VALORE | ES (R\$) |
|--|--------|--------|----------|----------|
| SERVIÇOS | QTDE | TIPO | UNITÁRIO | TOTAL |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, conforme item 3.1 do TR. | 30 | KM² | | |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR. | 14.500 | lmóvel | | |
| Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | 14.500 | lmóvel | | |



| TOTAL | _ | | |
|---|--------|---------|--|
| Licença de Uso da Plataforma WEB no formato SaaS, conforme item 3.8 do TR. | 12 | Mês | |
| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 do TR. | 60 | Horas | |
| Customização e implantação de Plataforma de Gestão na Web com integração com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | 1 | Sistema | |
| Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conforme item 3.5 do TR. | 14.500 | lmóvel | |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme item 3.4 do TR. | 14.500 | lmóvel | |

5. FORMA DE PAGAMENTO

- **5.1. Período de Implantação:** Os valores correspondentes as atividades constantes dos itens 3.1 ao 3.7 do TR Termo de Referência, serão pagos conforme avanço do cronograma, após a análise e aprovação pelo Município, através da Equipe Técnica Municipal, das medições e serviços efetivamente executados e entregues no mês anterior;
- 5.2. Período de Manutenção, suporte e Licenciamento: Após o período de implantação previsto em 12 (doze) meses, a Licença de Uso ou Direito de Uso do Sistema, em caráter continuado, será paga mensalmente por período de 12 (doze) meses, conforme item 3.8 do TR, sempre no dia 10 de cada mês, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, conforme legislação vigente para serviços continuado de Tecnologia da Informação;





6. PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O prazo para execução dos serviços é de 24 (vinte) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogável por igual período desde que haja motivo devidamente justificado pelo contratado e devidamente aceito pelo Município, conforme cronograma das atividades a seguir:

| SERVIÇOS | | TEMPO EM MESES 2 4 6 8 10 12 14 16 18 20 22 24 | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|----|----|----|----|----|-----|---|----|---|----|----|----|-----|----|
| | | | 4 | 6 | ; | 8 | 11 | 0 1 | 2 | 14 | 1 | 6 | 18 | 20 | 22 | 24 |
| | | ١N | ΙP | LA | NT | ΑÇ | AO | | | | M | ٩N | UT | EN | CÁC |) |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, conforme item 3.1 do TR. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme item 3.4 do TR. | | | = | | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conforme item 3.5 do TR. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Customização e implantação de Plataforma de Gestão na Web com integração com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 do TR. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Licença de Uso da Plataforma WEB no formato SaaS, conforme item 3.8 do TR. | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |





7. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- **7.1.** Montagem e estruturação do espaço físico, com infraestrutura e equipamentos necessários à execução do objeto. Os equipamentos e programas de informática (Hardware e Software) devem ser compatíveis com o sistema utilizado elo município. O local deve possuir rede de transmissão de dados para os computadores trabalharem on-line com os equipamentos existentes na Prefeitura Municipal.
- **7.2.** Recrutamento, seleção, contratação e pagamento do pessoal utilizado para o recadastramento em campo e pessoal de escritório; bem como pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros e garantias.
- **7.3.** Treinamento do pessoal de sua responsabilidade (como gerentes, supervisores, coordenadores, analistas, digitadores e auxiliares), para o perfeito domínio e execução da metodologia adotada no recadastramento.
- **7.4.** Fornecimento a todos os empregados dos uniformes, crachás, bonés, bolsas, equipamentos de segurança e proteção, bem como de alimentação e transporte, se necessário, para o bom andamento dos serviços. Nos uniformes deverá haver além do brasão oficial do Município, o número de telefone que servirá para o contribuinte tirar dúvidas. O atendimento ao contribuinte ficará sob a responsabilidade da equipe interna do Município.
- **7.5.** Fornecer aos seus empregados todos os materiais necessários à execução do serviço, como trenas, pranchetas, calculadoras, computadores, software e outros implementos que se fizerem necessários, bem como eventuais custos de manutenção e recuperação dos equipamentos usados em campo e no escritório.
- **7.6.** Cumprir o cronograma físico. A proponente deverá apresentar um Plano de Trabalho onde descreverá detalhadamente o equipamento, metodologia, quantidade de pessoal para a execução do cadastro imobiliário, tanto no trabalho de campo como no escritório. Deverá também a empresa proponente, dentro do plano de trabalho dimensionar sua equipe para que o cronograma físico seja cumprido.





8. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- **8.1.** Fornecer para a contratada uma cópia em arquivo digital dos seguintes lelementos:
 - 8.1.1.1. Boletim de Informação Cadastral (BIC);
 - 8.1.1.2. Cadastro físico de imóveis, dos desenhos em papel e/ou dos arquivos digitais existentes;
 - 8.1.1.3. Registros dos cadastros de imóveis, nos formatos TXT ou MDB, com os dados necessários à atualização do cadastramento imobiliário, limitados aos campos existentes;
 - 8.1.1.4. Mapas de loteamentos aprovados em escalas diversas para toda a área do objeto, em papel ou no formato digital DWG, que constem em seus arquivos;
 - 8.1.1.5. Base Cartográfica digital em formato DWG, referente ao núcleo urbano existente na Prefeitura Municipal, e caso existir, imagens de Satélites, ortofotos e outras informações cartográficas;
- **8.2.** Dimensionar e montar uma equipe interna com funcionários do Município para a fiscalização dos serviços apresentados pela contratada e que deverá ficar instalada em uma sala junto ao escritório da proponente. A equipe montada pelo Município não dispensa a obrigação da contratada do controle de qualidade e da fiscalização de seus empregados quanto à qualidade dos serviços;
- **8.3.** Disponibilizar para uso da equipe interna do Município material de expediente para as medições e veículo com combustível para as conferências em campo (acrescentar equipamentos);
- **8.4.** Fazer as medições, atestar no verso da nota fiscal a execução dos serviços e fazer o pagamento conforme as medições realizadas;
- **8.5.** Fazer a publicidade necessária para a divulgação e orientações aos contribuintes sobre a execução do projeto.





9. EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

- **9.1.** O município constituirá, mediante Decreto, uma Equipe Técnica Municipal e designará um dos seus integrantes como Coordenador. Esta equipe participará ao longo de todo processo de execução dos trabalhos e terá como competências:
- **9.2.** Aprovar, propor alterações e/ou complementações nos documentos entregues pela consultoria ao longo das diversas etapas do processo, subsidiando, entre outros objetivos, o faturamento e o pagamento da mesma;
- **9.3.** Dar conhecimento aos demais gestores da administração municipal a respeito do processo de Modernização e a implementação dos trabalhos constantes neste Termo de Referência;
- **9.4.** Convocar se necessário, a participação de outras secretarias ou órgãos do poder público para subsidiar a elaboração do relatório de avaliação;
- **9.5.** Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal e a empresa contratada durante todo o processo de execução e implantação;

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA LICITANTE

- **10.1.** Certidão de Registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do estado de origem da Licitante. Em caso de sagrar-se vencedora do certame, licitante de outro estado, deverá apresentar na assinatura do contrato o visto do CREA-PR para execução do serviço técnico ou;
- **10.2.** Certidão de Registro da Empresa no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do estado de origem da Licitante;
- **10.3.** Comprovação de Inscrição no Ministério da Defesa na categoria "A" como empresa especializada para os serviços de aerolevantamento, para a realização todas as fases do aerolevantamento, nos termos da Portaria Normativa Nº 101/GM-MD, de 26/1/2018 e Decreto-Lei 1.1777, de 21 de junho de 1971.
- **10.4.** Visita Técnica Facultativa. O município fornecerá Atestado de Visita Técnica, para as empresas que realizarem a visita técnica. As Licitantes deverão agendar junto a Secretaria Municipal de Fazenda e realizar a visita técnica até 03 (três) dias antes da data da abertura das propostas, pelo telefone (43) 3542-4525, falar com Marco Antônio Turim, Diretor da Divisão de Receita e Arrecadação.



- 036

10.5. Para a realização dos trabalhos a Contratada deverá apresentar uma Equipe Técnica com caráter multidisciplinar, em número compatível com o cronograma e abrangência dos trabalhos, composta por profissionais de comprovada experiência e qualificação técnica, contendo no mínimo:

10.5.1. Perfil I - Coordenador Geral: (i) graduação superior em engenharia ou Arquitetura; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA/CAU, comprovando experiência em coordenação de equipe multidisciplinar na elaboração ou execução de planos ou projetos técnicos com a utilização de ferramentas e processos da tecnologia da informação e de geoprocessamento, nas áreas pública ou privada, tais como: SIG -Sistema de Informações Geográficas, Bases Cartográficas, Banco de Dados e Cadastros, plano de gestão territorial e outros com a complexidade operacional е tecnológica Similar objeto ao desta licitação. coordenar, Responsabilidades: supervisionar orientar е equipe multidisciplinar do projeto;

10.5.2. **Perfil II - Coordenador de Campo**: (i) graduação em engenharia cartográfica e/ou agrimensura; (ii) Registro junto ao CREA através de Certidão de Registro de Pessoa Física; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, comprovando a execução de serviços de elaboração e/ou atualização de base cartográfica, levantamento aerofotogramétrico, perfilamento a laser, modelo digital do terreno, modelo digital de superfície, ortofotos, restituição planialtimétrica e levantamento de apoio de campo básico e suplementar e recadastramento imobiliário e PGV;

10.5.3. Perfil III – Planejamento Urbano: (i) graduação em arquitetura e urbanismo; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no CAU; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CAU, comprovando a execução de serviços de elaboração de planos na área de planejamento urbano, gestão territorial, para atuar na análise e espacialização das diretrizes urbanísticas do município, tais como: na delimitação, identificação e geocodificação do Zoneamento do Plano Diretor Municipal, vinculando com as tabelas de usos do solo e índices urbanísticos, Sistema Viário, ZEIS, para ser corresponsável pela parametrização do Plano Diretor na web;



10.5.4. Perfil V - Tecnologia da Informação (TI): (i) diploma de graduação superior na área da Tecnologia da Informação (Processamento de Dados, Ciência da Computação, Engenharia de Sistemas e outras afins); (ii) Possuir atestado Técnico expedido por ente público ou privado, comprovando a experiência na estruturação de sistema de geoprocessamento na WEB, Modelagem e implementação de Banco de Dados Geográficos (BDG) utilizando a aplicação PostgreSQL/PostGIS, gestão de metadados geográficos, em conformidade com o perfil OGC, conhecimento em servidor Web Apache e Tomcat, Servidor Geoserver, PHP Mapscript ou JAVA, levantamento е análise de requisitos. bem como Geonetwork, Responsabilidades: executar as atividades que envolvem desenvolvimento, customização e implantação de sistema WEBGIS, modelagem de Banco de Dados Geográfico.

10.5.5. **Perfil VI - Legislação**: (i) graduação em direito; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no OAB; (iii) Possuir Atestado Técnico expedido por ente público ou privado comprovando experiência na área de diagnósticos jurídicos e institucionais relacionados à temática do planejamento e ordenamento territorial urbano, legislação tributária, planta genérica de valores. Responsabilidades: avaliar os arranjos jurídicos e institucionais do município, para propor ações e/ou alterações na legislação tributária e PGV, além de avaliar os impactos jurídicos com a implantação dos novos processos;

10.5.6. **Perfil VIII - Administração**: (i) graduação superior em Administração ou áreas afins; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho de Classe; (iii) Possuir Atestado Técnico comprovando experiência anterior em Mapeamento e Modelagem de Processos em Projetos de Modernização da Gestão Municipal, para ser o responsável pelas atividades que envolvem modelagem e mapeamento de processos e treiamentos.

10.6. A comprovação de vinculação do profissional pertencente à Equipe Técnica Chave se fará em uma das seguintes formas: (a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado; (b) cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante; (c) cópia do Contrato Social em se tratando de



empresa S.A, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor; (d) cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante ou Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, exceto para os Coordenadores.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **11.1.** Todos os trabalhos deverão ser executados por profissionais pertencentes ao quadro permanente da empresa, ou profissionais contratados por ela, desde que detentores da qualificação técnica exigida para tanto. Deverão ser utilizados também, meios da própria empresa como: Veículos, equipamentos de medição, equipamentos de Informática, e local de trabalho para a digitação das informações e formação das bases de dados;
- **11.2.** Além do Sistema WEBGIS integrado com o Banco do Sistema de Gestão do Município, todos os produtos deverão ser entregues em mídia digital (CD-ROM), com seus arquivos devidamente organizados e identificados e compatíveis com os softwares Microsoft Word, Microsoft Excel, OpenOffice Writer, OpenOffice Calc e Autodesk AutoCAD e Shapefile;
- **11.3.** No início dos trabalhos a empresa vencedora deverá apresentar ao município a ART Anotação de Responsabilidade Técnica, destacando o profissional que será o responsável Técnico pela execução dos serviços contratados;
- **11.4.** A contratada ainda deverá executar consultoria, por telefone ou e-mail, de eventuais dúvidas ou problemas que possam existir após a execução dos serviços e o treinamento e capacitação dos técnicos da prefeitura, durante 6 meses;

| SEQ. | BELA I - REQUISITOS E FUNCIONALIDADES PLATAFORMA V DESCRIÇÃO | VEBGIS A licitante Atende: Sim ou Não |
|------|---|---------------------------------------|
| | REQUISITOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA WEB | |
| 1 | Suportar os navegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome e não necessitar da instalação prévia de plug- ins, applets ou activeX nas estações cliente para seu funcionamento | |



| 2 | Apresentar interface gráfica de todas as funcionalidades no idioma português Brasil, inglês e espanhol (tanto em ambiente restrito quanto em ambiente cidadão) | | |
|----|---|--|---|
| 3 | Ser possível navegar por meio de acesso visitante (sem autenticação), acesso cidadão (autenticado) e acesso restrito (autenticado). No acesso visitante deve ser possível apenas visualizar os mapas. | | |
| | MÓDUI | LO IMOBILIARIO AMBIENTE RESTRITO | |
| 4 | Consulta de Dados | O sistema deve possuir no mínimo os módulos de cadastro imobiliário, planta genérica de valores e de plano diretor. Tudo contido na mesma base de dados. Ao alterar os módulos apenas as funcionalidades específicas de cada temática devem ser alteradas | |
| 5 | Consulta de Dados | O sistema deve possuir um visualizador de fotos 360° (estilo street view), com a possibilidade de avanço e retrocesso na visualização das imagens | |
| 6 | Consulta de Dados / Cadastro Imobiliário | O sistema deve possuir dashboard de dados referente ao comparativo de área edificada do mapa em relação ao cadastro imobiliário por bairros e também da quantidade de imóveis com aumento de área construída por logradouros em bairro específico a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário | |
| 7 | Consulta de Dados / Cadastro Imobiliário | Na aba do imóvel a possibilidade de gerar e imprimir no momento da requisição do usuário o Boletim de Informação Cadastral (BCI) e o Memorial Descritivo | |
| 8 | Carta de Notificação | Possuir a funcionalidade de carta de notificação para imóveis com áreas construídas irregulares | |
| 9 | Carta de Notificação | Na funcionalidade da carta de notificação ser possível gerar lista de imóveis irregulares a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário com a possibilidade de exportação em PDF e CSV | |
| 10 | Carta de Notificação | Gerar a carta de notificação individualmente por imóvel ou a partir de um percetual definido no momento da requisição do usuário. | |
| 11 | Carta de Notificação | Possibilidade de configurar o texto para carta de notificação assim como os dados para a assinatura do responsável do departamento | |
| 12 | Consulta de D ados / Plano Diretor | Visualizar dados de Zoneamento | 1 |



| 13 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento | |
|----|---|---|---|
| 14 | Consulta de Dados / Plano Diretor | los / Plano de relacionar o zoneamento, com a ferramenta | |
| 15 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/atividades de interesse | |
| 16 | Análise Espacial | Visualização de imóveis e demais feições localizadas em determinado entorno (Buffer) definido pelo usuário a partir de uma feição existente ou seleção livre | |
| 17 | Tematização | O sistema deve possibilitar gerar mapas temáticos no momento da requisição do usuário a partir de itens do cadastro: Mapa Temático de Valores únicos; Mapa Temático de Intervalo de Classes e Mapa de Calor | |
| 18 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possuir menu de configurações para gestão de Usuários, Funcionários e Estrutura Organizacional | |
| 19 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possibilitar ao cidadão a criação de usuário e senha para autenticação no acesso público | |
| 20 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possibilitar ao funcionário solicitar usuário e senha de acesso restrito. Essa solicitação será aceita ou não pelo usuário administrador | |
| 21 | Simulador Online | Na Aplicação WEB deverá conter um Simulador da Planta Genérica de Valores, permitindo a inserção/atualização dos parâmetros no momento da requisição do(a) usuário(a) | |
| 22 | Simulador Online | Apresentar ao fim da simulação a somatória dos valores de lançamento atual e simulado | |
| 23 | Simulador Online | Deverá permitir que o(a) usuário(a) defina os valores de alíquotas a serem utilizados | |
| 24 | Simulador Online | Possibilidade de inserir o percentual do valor venal a ser atribuído no cálculo do IPTU | |
| 25 | Simulador Online | Possibilidade de limitar o aumento do valor da simulação do IPTU (referente ao último valor lançado) | |
| 26 | Simulador Online | Deverá ter a opção de inserir a dedução sobre o valor venal dos imóveis prediais | ĺ |



| 27 | Simulador Online | Ao fim da simulação deve ser realizado um e comparativo entre o IPTU atual e IPTU simulado | |
|----|---|---|---------|
| 28 | Simulador Online | Os valores simulados (IPTU simulado e diferença entre IPTU atual e IPTU simulado) devem estar disponíveis para que o(a) usuário(a) criem mapas temáticos | |
| СТ | M EM AMBIENTE C | IDADÃO (ACESSO PÚBLICO ATRAVÉS DO S PREFEITURA) | SITE DA |
| 29 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento | |
| 30 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Possibilidade de vincular e desvincular atividades ao Zoneamento, com a ferramenta de relacionar o zoneamento a atividade de nteresse | |
| 31 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/atividades de interesse | |
| 32 | Consulta de Dados / Plano Diretor | egistradas na caixa de entrada do usuário equerente para que possam ser visualizadas m outro momento | |
| 33 | Análise Espacial | Realizar cálculo de medidas lineares e áreas | |
| 34 | Consulta de Dados | Possibilidade de navegar e consultar dados disponibilizados pela Prefeitura | |
| PF | ROCESSOS (TRAM | ITAÇÕES INTERNAS POR MEIO DE SOLICITA PÚBLICAS) | AÇÕES |
| 35 | Módulo de Processos/ Cidadão | O sistema deve permitir que cidadãos solicitem a abertura de processos de inconsistências cadastral, área construída e padrão construtivo etc. | |
| 36 | Módulo de Processos/ Cidadão | Na abertura do processo o sistema deve exigir que o cidadão preencha o formulário com os dados do imóvel (tendo a opção de selecionar o imóvel no mapa 2D e preencher automaticamente os dados), inserir anexos referente ao imóvel e descrever o motivo da solicitação | |
| 37 | Módulo de Processos/ Funcionário | O processo aberto pelo cidadão deverá ser encaminhado diretamente na caixa de entrada do setor cadastrado anteriormente como correspondente do assunto (todo processo deve ser atrelado a uma estrutura organizacional) | |



| | | | / |
|----|--|--|---|
| 38 | Módulo de Processos/ Funcionário | O funcionário cadastrado na estrutura organizacional correspondente poderá escolher o processo para análise. No momento da escolha o processo deverá ser encaminhado da caixa do setor para a sua caixa de entrada pessoal | |
| 39 | Módulo de Processos/ Funcionário | A caixa pessoal do funcionário deverá ser dividida pelo menos em: Processos abertos e Processos Concluídos; | |
| 40 | Módulo de Processos/ Funcionário | A partir do processo aberto o funcionário, antes de selecionar a opção de resolução, poderá encaminhar para outro funcionário o processo | |
| 41 | Módulo de Processos/ Funcionário | O sistema deve permitir que o funcionário tome as seguintes ações: Avançar, Deferido, Indeferido, Parcialmente Deferido, Parcialmente Indeferido, Cancelado e Abrir Ordem de Serviço | |
| 42 | Módulo de Processos/ Funcionário | A carta de resposta ao cidadão (template) deverá conter as seguintes informações: Dados do Requerente, Número de protocolo, Assinatura do responsável e Resposta da solicitação | |

Bandeirantes, 06 de junho de 2022.



Secretário Municipal de Planejamento Portaria 13.386/2022



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| Fls: n° | 043/ |
|---------|------|
| Rubrica | 0 |

Bandeirantes, 26 de abril de 2022.

Ilmo. Sr.

CLEBER BATISTA.

Secretário Municipal da Administração.

Encaminho-lhe para que direcione ao setor competente a documentação necessária para formalizar processo de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO **TÉCNICO** REALIZAÇÃO MULTIFINALITÁRIO, COM A EXECUÇÃO, DE FORMA INTEGRADA , DOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA SERVIÇOS **GENÉRICA** DOS VALORES. **IMPLANTAÇÃO** DO SISTEMA GESTÃO. CONSULTORIA E TREINAMENTOS, PARA O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

= 1820 FR1000

Atenciosamente,

CLAUDECI A OLINÁRIO DA SILVA DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. n° 04

Rubrica

Bandeirantes, 26 de abril de 2022.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, COM A EXECUÇÃO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS, PARA O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

Esperamos contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

CLEBER BATISTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal Bandeirantes – Paraná



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. \vec{n}° 045

Rubrica___

Bandeirantes, 26 de abril de 2022

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, COM A EXECUÇÃO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS, PARA O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

Encaminhe-se a:

- 1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;
 - 2. Comissão Permanente de Licitação para providências cabíveis ao caso;
- 3. Assessoria Jurídica para parecer quanto ao edital, no caso de licitação convencional;
- 4. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.

JAELSON RAMALHO MATTA

PRÈFEITO MUNICIPAL



PARECER CONTÁBIL

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

- 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS, NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR.
- 2. Em atendimento à solicitação do Sr. Prefeito Municipal, emitimos o presente parecer, sobre a **disponibilidade orçamentária** para abertura de processo licitatório no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.
- 3. Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para a licitação.
- 4. Mas, no entanto, alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

5. Para tanto, a dotação para o Processo Licitatório é a seguinte:

| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
|------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Fazenda | 4820-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |

- 6. Assim, sugerimos que seja indicada a **disponibilidade financeira** pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.
- 7. Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.
- 8. Por fim o parecer é favorável à realização do Processo Licitatório, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Bandeirantes-PR, 24 de junho de 2022.

Jaciari Carolina Milani Dellamura

Contadora CRC-PR-061045/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PARECER FINANCEIRO

- 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL. ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS, NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR.
- 2. VALOR ESTIMADO: R\$ 1.500.479,57 (um milhão, quinhentos mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).
- 3. RECURSO FINANCEIRO
- a) Em atendimento a consulta formulada pela Comissão Permanente de Licitação, informo que:

() há recursos financeiros previstos para o objeto acima especificado, no rigor e nos parágrafos da Lei. 8.666/93, para o exercício de 2022, no montante de R\$ 1.500.479,57 (um milhão, quinhentos mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), conforme dotações especificadas no parecer contábil de 24 de junho de 2022.

() Não há recursos financeiros para pagamentos das obrigações.

1. Para fazer face as despesas acima solicitadas utilizam-se a seguinte forma de pagamento fonte de recursos:

() à vista. () à prazo.

2. Origem de Recursos:

) Próprios.

) Vinculados à convênios.

Bandeirantes, 24 de junho de 2022

Jore Celestino Fontolan Secretario da Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO: 238/2022-PMB

Bandeirantes-PR, 24 de junho de 2022.

DE:

Comissão de Licitações

Departamento Jurídico PARA:

Pelo presente encaminhamos a Vossa Senhoria minuta do Edital de Licitação modalidade CONCORRÊNCIA, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS, NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR e respectiva minuta de Contrato, para os fins previstos no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Esclarecemos que realizaremos este certame na modalidade CONCORRÊNCIA, tendo em vista, o tipo e valor do objeto e, portanto, cumprindo as xigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme previsto na Lei Federal de Licitações 8.666/93 e Decreto 9412/18 | Decreto 12 9.412, de 18 de junho de 2018

Cordialmente.

José Mário Urbano Presidente da Comissan de Licitações

Assessoria Jurídica Bandeirantes-PR



MINUTA DO EDITAL

PREÂMBULO

- EDITAL CONCORRÊNCIA Nº __/2022-PMB.
- MENOR PREÇO
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 238/2022-PMB.
- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR
- LOCAL:
 - a) Área Urbano do Município de Bandeirantes-PR.
- VALORES MÁXIMOS E PRAZOS:
 - a) R\$ 1.500.479,57 (um milhão, quinhentos mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)
- EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com edital, termo de referência e demais documentos anexos.
- PRAZO DE EXECUÇÃO: 730 (setecentos e trinta) dias, após a assinatura do contrato.
- PRAZO DA VIGÊNCIA: 730 (setecentos e trinta) dias, após a assinatura do contrato.
- OBS: Podendo os prazos e execução e vigência serem prorrogados por iguais períodos.
- **REAJUSTE:** O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo de 730 (setecentos e trinta) dias da data da apresentação da proposta mediante a aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

ORIGEM DAS SOLICITAÇÕES

• SECRETARIA: Fazenda

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO

- Sitio oficial do Município de Bandeirantes-Pr ww.bandeirantes.pr.gov.br:
- Diário Oficial Eletrônico do Município de Bandeirantes-PR;
- Diário Oficial do Estado do Paraná;
- Diário Oficial da União;
- Mural de Licitações Municipais www.tce.pr.gov.br;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANÁ

DATAS/HORÁRIOS E LOCAL AO CERTAME

- RECEBIMENTO ENVELOPES "1" E "2"
- ABERTURA DO CERTAME (CONCORRÊNCIA __/2022-PMB)
- Até às _h _min do dia _/_/2022, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, sito a Rua Frei Rafael Proner 1457, Centro. Bandeirantes-PR.

Ás h min do dia //2022, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, sito a Rua Frei Rafael Proner 1457, Centro, Bandeirantes-PR.

- Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;
- Os envelopes protocolados após o horário estipulado não poderão participar do certame.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

- Joyce Ferreira Parpinelli
- Fernando Ferreira Franco
- Marcos de Moraes
- **PORTARIA:** nº 1.539/2022 de 03 de janeiro de 2022

TELEFONE E ENDEREÇOS

- Fone: (43) 3542-4525
- E-mail licitacao@bandeirantes.pr.gov.br;
- Horário de expediente: das 07/30hrsàs 11:00hrs e das 13:00hrs às 17:00hrshrs;
- Endereço: Rua Frei Rafael Proner 1457, centro, CEP. 86.360-000 Bandeirantes-Pr;
- Acesso identificado no link- www.bandeirantes.pr.gov.br.

01. SUPORTE LEGAL, REGIME DE CONTRATAÇÃO E OBJETIVO

- 1.1 O Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, visando a atualização dos valores venais de cada imóvel pertencente a esta municipalidade, através de recursos próprios para execução do objeto abaixo descrito.
- 1.2 Objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR:
- Esta licitação, será realizada sob modalidade **CONCORRÊNCIA** do tipo **MENOR PREÇO**, será regida pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Constituição do Estado do Paraná, artigo 27, Inciso XXI, e pelas disposições deste Edital e pela minuta de Contrato em anexo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 1.4 Esta Concorrência será conduzida pela Comissão de Licitações descrita no preambulo deste edital, e terá em especial as seguintes atribuições:
 - 1.4.1 Responder as questões formuladas pelos prestadores de serviços, relativas ao certame;
 - 1.4.2 Abrir e verificar documentos de habilitação dos proponentes;
 - 1.4.3 Analisar a aceitabilidade das documentações;
 - 1.4.4 Habilitar e ou desclassificar proponentes indicando os motivos;
 - 1.4.5 Abrir e analisar as propostas de preços;
 - 1.4.6 Analisar a proposta de menor preço;
 - 1.4.7 Declarar o vencedor;
 - 1.4.8 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 1.4.9 Elaborar a ata da sessão:
 - 1.4.10 Adjudicar aos itens aos devidos vencedores;
 - 1.4.11 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 1.4.12 Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

02 INSTAURADOR, LOCAL E DATA

| 3.1 | O Município de Bandeirantes, ora denominado LICITADOR , torna público que àshmin (horário |
|-----|--|
| | de Brasília) do dia de de 2022, na sala de licitações do LICITADOR, Paraná, Brasil, realizará |
| | a abertura do certame referente à licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, com fornecimento de mão |
| | de obra profissional, equipamentos, veículos, aeronaves, produtos e materiais especificados no (Modelo |
| | nº 1) deste edital, sendo que o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta (envelopes nº 1 e nº |
| | 2) será efetuado até as _h _min (horário de Brasília) do dia _ de de 2022, no setor de |
| | PROTOCOLO do LICITADOR. Os envelopes protocolados após este horário não poderão participar do |
| | certame. |

03 INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÃO DO EDITAL

- Informações e esclarecimentos relativos ao edital e seus modelos poderão ser solicitados, pessoalmente, por escrito ou através do e-mail licitacao@bandeirantes.pr.gov.br, à Comissão de Licitação, até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2), sendo que as respostas serão enviadas por escrito aos solicitantes em até 02 (dois) dias úteis antes do recebimento das propostas.
- 3.2 A qualquer tempo, antes da data limite para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2), o LICITADOR poderá, por sua própria iniciativa ou como consequência de algum esclarecimento solicitado por uma possível proponente, alterar os termos do Edital, com anuência expressa do LICITADOR, mediante a emissão de um adendo.
- 3.3 Nos casos em que a alteração do Edital importe em modificação das propostas, o LICITADOR prorrogará o prazo de entrega das mesmas.

04 REGIME DE EXECUÇÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTA

ESTADO DO PARANÁ

4.1 O regime de execução adotado será o de **MENOR PREÇO**;

05 ÍNDICES FINANCEIROS

5.1 A proponente deverá comprovar, por meio do (*Modelo nº 06*) em anexo, sua capacidade financeira mediante a apresentação dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e endividamento (E), cujos valores limites são os a seguir estabelecidos:

| (LG) | (LC) | (E) |
|----------------|----------------|----------------|
| (valor mínimo) | (valor mínimo) | (valor máximo) |
| 1,10 | 1,10 | 0,80 |

06 RECURSOS FINANCEIROS.

As despesas com a execução do objeto do presente contrato serão financiadas através de Recursos próprios do Município, que correrão a conta das dotações orçamentárias:

| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
|------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Fazenda | 4820-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |

07 PASTA TÉCNICA E ELEMENTOS INSTRUTORES.

- 7.1 A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos poderá ser examinada no endereço mencionado no **item 02** em horário comercial e também estará disponível no sítio eletrônico do LICITADOR www.bandeirantes.pr.gov.br anexo à publicação do aviso e edital de licitação. O LICITADOR não assume responsabilidade com a proposta da proponente que não recebeu este convite, seus modelos e anexos diretamente do LICITADOR. Neste caso, não serão aceitos protestos ou reclamações de empresas em relação a tais documentos, principalmente no que concerne ao **item 03.2.**
- 7.2 São parte integrante deste edital os seguintes elementos instrutores, bem como quaisquer adendos posteriores emitidos de acordo com o **item 03.2**:
 - 7.2.1 Termo de Referência (Modelo nº 01):
 - 7.2.2 Carta-credencial (Modelo nº 02);
 - 7.2.3 Declaração Unificada (Modelo 03);
 - 7.2.4 Atestado de visita (fornecido no ato da visita pela Prefeitura **E OU** Declaração de Renúncia de Visita, (Modelo nº 04 I e II):
 - 7.2.5 Declaração de responsabilidade técnica (Modelo n° 05);
 - 7.2.6 Capacidade financeira (Modelo n° 06);
 - 7.2.7 Carta-proposta de preços (Modelo nº 07);
 - 7.2.8 Termo de Renúncia (Modelo nº 08);
 - 7.2.9 Modelo Minuta de Contrato de Empreitada (Modelo nº 09);
 - 7.2.10 Extrato do Contrato de Empreitada (Modelo nº 10);
 - 7.2.11 Cronograma de Execução (ANEXO I).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRAN

ESTADO DO PARANÁ

08 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Poderão participar da presente licitação:
 - 8.1.1 Empresa do ramo, brasileira ou estrangeira, devidamente constituída.
- 8.2 Está impedido(a) de participar da licitação:
 - 8.3.1 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 8.3.1.1 Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
 - 8.3.1.2 Empresa ou consórcio de empresas responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo da obra, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (*cinco por cento*) do capital com direito a voto, controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - 8.3.1.3 Licitante suspenso temporariamente de participação em licitação e impedido de contratar com a Administração;
 - 8.3.1.4 Servidor ou dirigente vinculado ao licitador;
 - 8.3.1.5 Consórcio de empresas;
 - 8.3.1.6 Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas;
 - 8.3.1.7 Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
 - 8.3.1.8 Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores de órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação;
 - 8.3.1.9 Empresas que estiverem sob falência ou concordata ou execução patrimonial;
 - 8.3.1.10 Empresas com ramo de atividade incompatível com o objeto da licitação.
 - 8.3.1.11 Constatada a existência de sanção, a Comissão de Licitação reputará o licitante **IMPEDIDO** de participar do certame;

09 APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 9.1 A licitante arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. O LICITADOR não será responsável direta ou indiretamente por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório;
- 9.2 A licitante deverá protocolar no local, data e hora fixados neste edital no Item 02, os envelopes:
 - 9.3.1 ENVELOPE Nº 1 HABILITAÇÃO PRELIMINAR:
 - 9.2.2 ENVELOPE N° 2 PROPOSTA DE PREÇOS.
- 9.3 Os envelopes deverão ser entregues fechados e inviolados, contendo em sua parte externa e frontal os dizeres:

| RAZAO | SOCIAL |
|-------|--------|
| CNPJ | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTA

ESTADO DO PARANÁ

| ENDEREÇO (completo) |
|---|
| TELEFONE () |
| e-mail. |
| ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITACAO |
| CONCORRÊNCIA Nº/2022 - PMB |
| DATA: / /202 |

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
ENDEREÇO (completo)
TELEFONE () ____e-mail.
ENVELOPE N° 2 – PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRÊNCIA N° __/2022 - PMB
DATA: / /202

- 9.4 Os envelopes (n°01 e n°02), contendo habilitação preliminar e proposta de preços, poderá ser protocolado no SETOR DE PROTOCOLO ou enviados por correio ou outro serviço de entrega. Entretanto, a Comissão de Licitação não será responsável por qualquer perda/desvio, dos envelopes (n°01 e n°02) enviados por correio ou outro serviço de entrega, ou pelo atraso na entrega dos mesmos, caso isto ocorra ficarão disponíveis para serem retirados junto ao Departamento de Licitações até 30° (trigésimo) dia posterior à data da homologação da licitação. Após este prazo, será(ão) destruídos;
- 9.5 Os documentos de habilitação, proposta e demais documentos, bem como toda a correspondência trocada entre a LICITANTE e o LICITADOR deverão ser escritos em língua portuguesa. Documentos de apoio, como ilustrações, catálogos, folhetos e outros similares, podem ser versados em outro idioma desde que acompanhados de tradução (por tradutor juramentado) para o idioma português;

10 HABILITAÇÃO PRELIMINAR - ENVELOPE Nº 1

- 10.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia com apresentação do original, para autenticação pela comissão e licitação, ou publicação em órgão de imprensa e deverão estar com prazo de validade em vigor. Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a 90 (noventa) dias da data limite para o recebimento das propostas, exceto para o documento referente aos itens 10.2.1.1 a 10.2.1.3; 10.2.4.1 e 10.2.5.3. As folhas deverão, preferencialmente, estar numeradas em ordem crescente e rubricadas pela proponente;
- 10.2 <u>Deverão estar inserido no envelope nº 01 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Item 10.2.1 à 10.2.5)</u>:

10.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.2.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração ou consolidação contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresariais, ou;



- 10.2.1.2 No caso de sociedades por ações acompanhado de <u>documento de eleição dos seus</u> <u>administradores</u>, ou;
- 10.2.1.3 **Registro comercial**, **RG e CPF** no caso de empresário individual;
- 10.2.1.4 No caso de licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e que deseje beneficiar-se dos dispositivos da Lei Complementar 123/06, deverá apresentar:
 - a) <u>Certidão Simplificada expedida pela JUNTA COMERCIAL do Estado da</u> sede da empresa;

Obs.:

- I- Se o documento acima solicitado nas letras "10.2.1.1; 10.2.1.2; 10.2.1.3" for apresentado junto ao credenciamento (ITEM 13), NÃO haverá necessidade de apresentação dentro do envelope nº 01-Documentos de Habilitação;
- II- A NAO apresentação da certidão solicitada na letra "d", implicará no impedimento do interessado obter os benefícios da lei complementar 123 de 14 dezembro de 2006.

10.2.2 DECLARAÇÕES:

10.2.2.1 **Declaração Unificada** (Modelo nº 03);

10.2.3 QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 10.2.3.1 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a <u>tributos federais e dívida ativa da</u>
 União;
- 10.2.3.2 Certidão negativa de dívida ativa de <u>tributos estaduais</u> emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;

Obs: Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. (Ex. **Certidão Narrativa**).

- 10.2.3.3 Certidão negativa de <u>tributos municipais</u>, emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda do município da sede da empresa;
- 10.2.3.4 Comprovação de autorização de funcionamento da empresa através de **alvará municipal**, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;
- 10.2.3.5 Prova de inscrição da proponente no <u>Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do</u> <u>Ministério da Fazenda (CNPJ)</u>, contendo a atividade econômica pertinente ao certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTA

ESTADO DO PARANÁ

- 10.2.3.6 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço mediante a apresentação do <u>Certificado de Regularidade do FGTS CRF</u>, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.2.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT (Lei 12.440/2022);
- 10.2.3.8 Comprovante de Inscrição Cadastral no <u>Cadastro de Contribuintes da Secretaria</u> <u>de Estado da Fazenda</u> da sede da empresa (Exemplo: Paraná CICAD, São Paulo CADESP, etc.). Para licitante somente prestador de serviços NÃO será exigido este documento
- 10.2.3.9 No caso de a licitante pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos acima, tanto da matriz quanto da filial.
- 10.2.3.10 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 10.2.3.11 A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4°, §1° do Decreto n° 8.538, de 2015.

10.2.4 QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.2.4.1 Apresentar <u>Atestado de Visita</u> expedido pelo licitador, onde a proponente através de representante credenciado, poderá realizar visita ao local dos serviços e obter por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta <u>E OU</u> abdicar-se deste ato e somente apresentar <u>Declaração Formal de Dispensa de Visita</u>, (*Modelo nº 04 I e II*);
 - a) A visita técnica deverá ser realizada até o dia / /2022, com prévio agendamento no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, através de telefone (43) 3542-4525.
- 10.2.4.2 Comprovação de <u>Registro ou Certidão de inscrição da "EMPRESA", no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA</u> ou <u>Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU</u>, da região da sede da empresa.
 - a) Caso a empresa vencedora NÃO seja sediada no Estado do Paraná ou Federação será NECESSÁRIO a apresentação de Declaração de Registro e Visto no CREA/CAU-PR, até e para a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTI

ESTADO DO PARANÁ

- 10.2.4.3 <u>Declaração de Responsabilidade Técnica</u>, indicando os responsáveis técnicos pela execução dos projetos/serviços (*Modelo n*° 05) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;
 - a) É vedada, sob pena de não habilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico ou utilização de seu acervo técnico por mais de uma proponente.
 - b) O responsável técnico, não poderá ser substituído sem expressa autorização do licitante.
- 10.2.4.4 Comprovação de vínculo dos responsáveis técnicos com a empresa, mediante uma das seguintes formas:
 - a) Registro em Carteira de Trabalho e Ficha de Registro, ou;
 - b) Certidão de Registro no CREA/CAU (para fins de Licitação), ou;
 - c) Contrato Social, ou;
 - d) Contrato de prestação de serviços, ou;
 - e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

10.2.4.5 Comprovação Profissional e Atestados Técnicos:

- a) Para os Perfis nº I Coordenador Geral nº II Coordenador de Campo nº III Planejamento Urbano: Comprovação de Registro dos profissionais (responsáveis técnicos), nos Conselhos de Classe e Certificado de Acervo Técnico Profissional CAT, do responsável técnico indicado, emitido pelo "Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU", de EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 3.1 deste edital e item 10 do Termo de Referência.
- b) Para Perfil nº IV Tecnologia da Informação: <u>Diploma de Graduação Superior em Tecnologia da Informação T.I. (Processamento de Dados; Ciência da Computação; Engenheiro de Sistemas e outros afins)</u>. Apresentar <u>Atestado de Capacidade Técnica</u>, emitido por pessoa pública ou privada, com <u>EXECUÇÃO de NO MÍNIMO</u>, um <u>SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL</u> ao solicitado no item 3.1 do edital e item 10 do Termo de Referência.
- c) <u>Para Perfil nº V</u> Legislação: <u>Cadastro de Pessoa Física na Ordem dos Advogados do Brasil OAB</u>. Apresentar <u>Atestado de Capacidade Técnica</u>, emitido por pessoa pública ou privada, com <u>EXECUÇÃO de NO MÍNIMO</u>, um <u>SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL</u> ao solicitado no item 3.1 do edital e item 10 do Termo de Referência.
- d) <u>Para Perfil nº VI</u> Administração: <u>Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho Regional de Administração CRA</u>. Apresentar <u>Atestado de Capacidade Técnica</u>, emitido por pessoa pública ou privada, com <u>EXECUÇÃO de NO MÍNIMO</u>, um <u>SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL</u> ao solicitado no item 3.1 do edital e item 10 do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRAN

ESTADO DO PARANÁ

10.2.4.6 Comprovação de <u>Registro da Empresa no Ministério da Defesa na categoria "A"</u>, conforme termos da Portaria Normativa n° 101/GM-MD de 26/01/2018 e Decreto Lei 1.1777 de 21/06/1971.

10.2.5 QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

- 10.2.5.1 Certidão Negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Negativa com efeito de Positiva desde que tenha plano de recuperação homologado, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica dentro do prazo de validade;
- 10.2.5.2 **Prova de capacidade financeira** conforme, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os índices de (*Modelo n°06*):
 - a) Liquidez geral (LG); liquidez corrente (LC); e endividamento (E), tais índices serão calculados como se segue:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC/PC)$$

$$E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$$

Onde:

- AC ativo circulante
- PC passivo circulante
- AP ativo permanente
- RLP realizável a longo prazo
- ELP exigível a longo prazo.

Onde:

- Liquidez Geral (LG) deverá ser superior a 1.10;
- Liquidez Corrente (LC) deverá ser superior a 1,10;
- Endividamento (E) deverá ser inferior a 0.80

Obs: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezandose as demais, obedecendo-se os limites previstos no item 05;

10.2.5.3 **Demonstrações financeiras:**



- a) Balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados, último exercício social, já exigível conforme estabelecido no art. 1.078 do código civil brasileiro conforme o critério de cálculo adotado, ou
- b) Balanço das sociedades anônimas ou por ações, deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade, ou
- c) <u>Balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, demais formas societárias</u>, o devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, <u>deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.</u>

Obs:

- I- No caso de não existir o fechamento das demonstrações financeiras do último exercício social, devidamente comprovado, será aceito o do exercício imediatamente anterior;
- II- No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- III- É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- IV- Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11 PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2

- Deverá ser apresentado um envelope n°2, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados, em uma via original.
 - 11.1.1 Carta-proposta de Preços (*Modelo nº 07*), digitada ou impressa sem rasura e entrelinhas. Cada proponente deverá apresentar somente uma única carta-proposta de preços que deverá conter:
 - 11.1.1.1 Razão social, CPNJ, endereço, telefone, e-mail, etc;
 - 11.1.1.2 Data;
 - 11.1.1.3 Preço global do objeto em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso;
 - 11.1.1.4 Prazo de execução do objeto em dias;
 - Prazo de validade da proposta (*mínimo de 60 dias*), contados a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes n°1 e n°2*) pela Comissão de Licitação;
 - 11.1.1.6 Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANÁ

- 11.1.1.7 Cronograma de execução, devidamente preenchido, e assinatura do responsável legal pela licitante, conforme Modelo disponibilizado (Anexo I).
- 11.2 Em casos excepcionais, previamente à expiração do prazo original de validade da proposta, o licitador poderá solicitar às proponentes uma prorrogação específica no prazo de validade.
- 11.3 A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito.
- No caso de a proponente recusar-se a estender o prazo de validade da proposta, sua proposta será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, NÃO será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços.

12 DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS

- 13.1 A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente as especificações e demais documentos, que os comparou entre si, que obteve as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória.
- Os serviços deverão ser relacionados na planilha de Proposta de Preços, na coluna "DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO".
- 12.3 As quantidades deverão ser relacionadas na Planilha de Proposta de Preços, na coluna "QUANTIDADES".
- Os preços unitários propostos deverão ser relacionados na Planilha de Proposta de Preços, na coluna "VALOR UNITÁRIO", e deverão ser apresentados para cada serviço, de conformidade com as especificações e as demais peças fornecidas pelo licitador.
- 12.5 Deverão estar incluídos nos preços unitários: materiais, equipamentos, aparelhos, ferramentas, instrumentos, materiais de consumo, mão-de-obra, dissídios coletivos, seguros em geral, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, infortúnio do trabalho, hospedagem, locomoções, tributos, administração, lucro e quaisquer outras despesas necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais à execução da obra.
- 12.6 O preço total deverá ser relacionado na Planilha de Proposta de Preços na coluna "VALOR TOTAL" e será a soma dos preços unitários de cada item.
- 12.9 Fica entendido que as especificações técnicas, termo de referência, cronograma e todos os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe, que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 13 RECEPÇÃO, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANÁ

- 13.1 No local, dia e hora fixados neste edital, após protocolo a Comissão de Licitação recolherá os envelopes nº 1 e nº 2, fechados e inviolados, de cada proponente, rubricará, juntamente com os representantes presentes que assim o desejarem;
- 13.2 Para o credenciamento do Representante Legal:
 - 13.2.1 Em se tratando de <u>Administrador/Proprietário</u>, deverá apresentar documento original (ex. Contrato Social), que comprove poderes de representação, juntamente com documento individual (RG ou CPF ou CNH);
 - 13.2.2 E se <u>não detiver poderes de representação da proponente</u> e querendo participar ativamente com poderes legais para representar a mesma na sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação a Credencial (*Modelo nº 02*), ou através de Procuração por instrumento público, juntamente com documento individual (RG/CPF/CNH) e documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (ex. Contrato Social).

OBS:

I- A documentação referente ao credenciamento do representante legal, são documentos avulsos e NÃO devem estar inseridos em nenhum dos envelopes (Documentos de Habilitação e Proposta de Preços). Deverão ser entregues à comissão de licitações no início do certame;

- II- O Documento para comprovação de poderes de representação (ex. Contrato Social), Procuração por instrumento particular e RG ou CPF ou CNH, quando original, no ato do credenciamento será tirado cópia e autenticada pelo Presidente da Comissão ou membro da comissão e devolvido o original a proponente se assim o desejar.
- 13.3 Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma proponente.
- Procederá à abertura do(s) **envelope(s) nº 1**, que contém a documentação de habilitação que será submetida ao exame da Comissão de Licitação e do(s) representante(s) da(s) proponente(s) interessado(s);
- 13.5 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos **envelopes nº 1 e nº 2**, ressalvados os erros e omissões sanáveis. No entanto, é facultado à Comissão de Licitação realizar diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório em qualquer fase da licitação, solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, bem como, solicitar o original de documento da proponente, devendo a mesma apresentá-lo num prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas, a partir do recebimento da solicitação;
- Após a rubrica dos documentos, a Comissão de Licitação oportunizará aos representantes presentes a possibilidade de analisar a documentação de habilitação dos demais proponentes, que poderão impugnar, por escrito, algum documento apresentado em desacordo com o edital. Não havendo manifestação por parte dos proponentes a Comissão encerrará a sessão informando que o resultado do julgamento da habilitação será encaminhado aos interessados pelos meios usuais de comunicação (edital, "e-mail", publicação na imprensa oficial);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRAN

ESTADO DO PARANÁ

- 13.7 Será lavrada ata circunstanciada da reunião, que registrará as impugnações, observações e demais ocorrências, e será assinada pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes presentes que assim o desejarem;
- 13.8 <u>Será inabilitada</u> a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido, exceto o do **item** 13.2, desde que a informação que nele deveria estar contida, certificada ou atestada não puder ser suprida por outro documento apresentado ou estar disponível em site oficial. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos;
- 13.9 A ausência de assinatura em documento emitido pela proponente poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata:
- 13.10 Serão aceitas as Certidões, em original, obtidas pela internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário;
- 13.11 Os documentos necessários à habilitação do licitante poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente, e não serão devolvidos, bem como cópia simples dos documentos, desde que o **original** seja apresentado para autenticação ao Presidente e membros da Comissão de Licitações, no momento da abertura do mesmo;
- 13.12 Se todas as proponentes forem inabilitadas a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para regularização e apresentação de nova documentação;
- 13.13 A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Não havendo recursos, ou definitivamente julgados, a Comissão comunicará às proponentes a data da sessão de abertura dos **envelopes nº 2**, através dos meios usuais de comunicação ("e-mail", publicação na imprensa oficial);
- 13.14 Caso a Comissão de Licitação conclua o exame dos documentos de habilitação na própria sessão, anunciará o respectivo resultado. Se todas as participantes renunciarem ao prazo para interposição de recurso, quanto à fase de habilitação preliminar, mediante manifestação expressa a constar na respectiva ata que deverá ser assinada por todas as proponentes, a Comissão de Licitação devolverá, mediante recibo ou protocolo, às proponentes inabilitadas os respectivos envelopes nº 2 e procederá à abertura dos envelopes nº 2 das proponentes habilitadas.

14 ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1 Na data fixada para a reunião de abertura dos **envelopes nº 2**, a Comissão de Licitação devolverá à proponente não habilitada o respectivo envelope, fechado e inviolado. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato o **envelope nº 2** ficara a disposição no prazo de até 30 (trinta) dias para retirada no Setor de Licitações desta municipalidade, após a homologação da licitação, não havendo retirada neste período o documento será destruído.
- 14.2 A Comissão de Licitação procederá à abertura dos **envelopes nº 2** das proponentes habilitadas, examinará a documentação apresentada, lendo em voz alta o nome da proponente, o objeto, o preço

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRAN

ESTADO DO PARANÁ

global, o prazo de execução e o prazo de validade de cada proposta que serão rubricadas pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes presentes que assim o desejarem.

- 14.3 Da reunião de abertura dos **envelopes nº 2** será lavrada ata circunstanciada que será assinada pela Comissão de Licitação e representantes das empresas proponentes presentes.
- 14.4 O critério a ser utilizado no julgamento das propostas será o MENOR PREÇO GLOBAL analisado, desde que cumprido o exigido no edital. A Comissão de Licitação poderá relevar, numa proposta, qualquer informalidade, não harmonização ou irregularidade de natureza secundária, formal que não constitua um desvio significativo, desde que não prejudique ou afete a classificação relativa de qualquer outra proponente.
- 14.5 A ausência de assinatura na planilha de proposta e cronograma de execução poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.
- 14.6 A Comissão de Licitação fará a conferência da proposta de preços e constatado erro aritmético ou de anotação no preenchimento serão efetuadas as devidas correções.
- 14.7 No caso de haver divergência entre o preço grafado em algarismos e o grafado por extenso, prevalecerá o último a menos que, na opinião da Comissão de Licitação, exista um erro grosseiro e óbvio, ou ainda, na omissão de um desses valores (algarismo ou extenso) a proposta será válida desde que não haja dúvidas sobre o preço apresentado.
- 14.8 Se existir diferença entre a quantidade proposta e a exigida no edital, prevalecerá esta.
- 14.9 Se existir erro aritmético na multiplicação da quantidade pelo preço unitário, o preço unitário prevalecerá a menos que, na opinião da Comissão de Licitação, exista um erro grosseiro e óbvio no preço unitário. Neste caso, o preço parcial cotado prevalecerá e o preço unitário será corrigido.
- 14.10 Nos casos em que houver diferença entre o preço global indicado na planilha de Proposta de Preço e o preço global analisado, prevalecerá este.
- 14.11 Se o valor de cada item ultrapassar o valor máximo estipulado na planilha de Preços do edital, a proposta será desclassificada.
- 14.12 A Comissão de Licitação fará a conferência do cronograma de execução e procederá a correção se constatado erro, desequilíbrio físico-financeiro e/ou a necessidade de ajuste. A simples correção de erro ou de ajuste não acarretará a desclassificação da mesma.
- 14.13 O cronograma de execução corrigido deverá ser aceito expressamente pela proponente. Caso a proponente rejeite a correção, a sua proposta será desclassificada.
- 14.14 Será desclassificada a proposta:
 - 14.14.1 elaborada em desacordo com o presente edital;
 - 14.14.2 cujo valor global analisado for superior ao estabelecido no item 04.1;
 - 14.14.3 que proponha qualquer oferta de vantagens não previstas no edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTA

ESTADO DO PARANÁ

- 14.14.4 que apresentar desconto ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes;
- 14.14.5 que apresente desconto simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- 14.14.6 que não aceite correção do cronograma de execução;
- 14.14.7 que venha a ser considerada inexequível pela Comissão de Licitação, após procedimento para apurar a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto, quando for razoável concluir que a proponente não é capaz de executar o Contrato ao preço de sua oferta.
- 14.15 Consideram-se inexequíveis as propostas cujos descontos analisados sejam superiores a 70% (setenta por cento) do maior dos seguintes valores:
 - 14.15.1 média aritmética dos preços globais analisados, das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do preço orçado pelo licitador, ou
 - 14.15.2 preço global orçado pelo licitador.
- 14.16 A proponente deverá estar apta, quando solicitada pela Comissão de Licitação, a apresentar uma detalhada composição de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do desconto proposto para a execução dos serviços. A composição de preço deverá ser entregue por escrito ao presidente da Comissão de Licitação, no prazo a ser fixado pela mesma, após o recebimento da solicitação. A não apresentação da composição detalhada dos preços unitários será considerada como prova da inexequibilidade da proposta de preço.
- 14.17 Da proponente vencedora, cujo preço global analisado for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor preço a que se referem as alíneas "a" e "b" do item 14.15, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional igual à diferença entre o valor resultante do item 14.15 e o preço global analisado.
- 14.18 Se todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova proposta de preços.
- 14.19 Ocorrendo empate no preço global analisado entre duas ou mais propostas de preços, a Comissão de Licitação procederá ao sorteio em sessão pública, para se conhecer a ordem de classificação, desde que não ocorra o disposto no item 15.
- 14.20 A classificação das propostas será comunicada às proponentes através dos meios usuais de comunicação (e-mail e publicação na imprensa oficial). A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 14.21 Não havendo recursos, ou definitivamente julgados, será declarado o vencedor.
- 14.22 A homologação do resultado da licitação dependerá de anuência prévia e autorização do LICITADOR.
- DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC nº 123)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 15.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal (item 10.2.3), mesmo que apresente alguma restrição. neste caso sendo habilitadas sob condição.
- 15.2 Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 15.3 Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% superiores à proposta de menor preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra microempresa ou empresa de pequeno porte.

"Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Ocorrendo o empate acima descrito, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

Destarte, não somente existe o empate para valores idênticos, como também há a figura do "empate ficto", uma ficção jurídica. O empate ficto fica caracterizado quando a proposta mais bem classificada for apresentada por empresa que não seja MPE e a proposta apresentada por uma MPE esteja até 10% mais elevada (para modalidades clássicas) ou até 5% (para a modalidade pregão). O empate ficto tem por objetivo que as MPEs sejam privilegiadas com o direito de cobrir a oferta da até então melhor classificada.

Para melhor compreensão, exemplificamos: Suponha-se que uma empresa – não enquadrada como micro ou pequena – apresente uma proposta de 100, sendo que a microempresa apresentou 110. A proposta da microempresa está 10% acima da melhor oferta. Usufruindo das benesses da Lei 123/2006, a mesma poderá apresentar nova proposta, que poderá ser 99,99 e consequentemente será considerada vencedora.

No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do LICITADOR, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

Dispõe o § 1°, artigo 43 da Lei 123/2006: (alterada pela Lei 147/2014 e Lei 155/2016)

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANZ

ESTADO DO PARANÁ

corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

A MPE estando com uma certidão positiva, por exemplo, terá o prazo de 5 dias úteis prorrogáveis por mais 5 dias úteis para apresentá-la negativa ou positiva com efeito negativa.

- 15.6 As certidões deverão ser entregues à comissão de licitação dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas no art. 81 c/c 87 da Lei 8.666/93.
- 15.7 Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal da proponente, a Comissão de Licitação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes através dos meios usuais de comunicação (*edital*, "*fac-simile*" *e publicação na imprensa oficial*). A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 15.8 Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos no item 15.5, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do item 15.3, segundo a ordem de classificação.

Com desenvoltura, o jurista Marçal Justen Filho versa:

"Portanto, o beneficio reside não na dispensa de apresentação de documentos de regularidade fiscal. Nem se trata da dilação quanto à oportunidade própria para exibição dos documentos. O que se faculta é a desnecessidade de perfeita e completa regularidade fiscal no momento da abertura ou de julgamento do certame. Em outras palavras, o beneficio outorgado às pequenas empresas, no âmbito da habilitação, está sintetizado no parágrafo 1º do art. 43: trata-se da faculdade de regularização dos defeitos existentes e comprovados nos documentos de regularidade fiscal apresentados na oportunidade devida pela pequena empresa.

Daí se segue que o licitante que tiver deixado de apresentar documento de regularidade fiscal, exigido no ato convocatório, deverá ser inabilitado" (in O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas, 2º Ed, São Paulo: Dialética, 2007, p. 67).

15.9 Na hipótese de não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

16 ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- A execução dos serviços dar-se-á mediante termo de Contrato, a ser firmado entre o LICITADOR e a proponente vencedora da licitação, após efetuada a adjudicação e homologação do processo licitatório;
- A proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato (*Modelo nº 09*) dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de contratação e sujeitando-se às penalidades previstas em lei;
- A proponente vencedora deverá apresentar para celebração do contrato, quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia CREA/PR, ou visto, quando a empresa não tiver sede no Estado do Paraná. Se a proponente vencedora for estrangeira com sede no Exterior, deverá apresentar, para celebração do contrato, o registro e quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia CREA/PR;
- 16.4 É facultado ao LICITADOR, quando a convocada não assinar o termo de Contrato, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou solicitar a revogação da presente licitação independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

17 PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 17.1 Na contagem dos prazos, previstos neste edital, excluir-se-á o dia da publicação/notificação/convocação e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam ou vencem os prazos referidos neste edital em dia de expediente no licitador;
- O prazo máximo para o início dos serviços é de 10 (dez) dias a contar da data da publicação da Ordem de Serviços;
- 17.3 O prazo de execução do objeto será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período;
- 17.4 O prazo de vigência do contrato será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período, tendo eficácia legal no primeiro dia após a assinatura do contrato por ambas as partes;
- 17.5 O prazo de execução e vigência dos serviços poderá ser alterado nos casos especificados na Cláusula Quarta da minuta do Contrato;

18 DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO

18.1 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações da ABNT.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

ESTADO DO PARANÁ

19 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

19.1 A segurança e medicina do trabalho está disciplinada na Cláusula Décima Terceira da minuta do Contrato.

20 PAGAMENTO

- 20.1 O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, conforme medição e após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, desde que cumpridas as cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.
- 20.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

20.2.1 LIBERAÇÃO EM TODAS AS FATURAS FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 20.2.1.1 Nota fiscal nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
- 20.2.1.2 Execução dos serviços de acordo com o Cronograma de Execução;
- 20.2.1.3 CONTRATO: Anexar uma Cópia do Contrato e aditivos vigentes;
- 20.2.1.4 CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO: Anexar Cópia do Cronograma de Execução vigente a cada medição;
- 20.2.1.5 20.2.1.9 CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS CRF Certidão Negativa da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
- 20.2.1.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;
- 20.2.1.7 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, em plena validade.

20.2.2 A LIBERAÇÃO DA ULTIMA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 20.2.3.1 Toda documentação citada no item 20.2.1;
- 20.2.3.2 Do Termo de Recebimento Provisório;
- 20.2.3.3 Certidão de Conclusão de serviços emitida pelo Contratante;
- 20.2.3.4 De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da licitante.

21 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTA

ESTADO DO PARANÁ

- 21.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e execução do objeto contratual.
- 21.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
 - 21.2.1 **"Prática corrupta":** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - 21.2.2 **"Prática fraudulenta":** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - 21.2.3 **"Prática colusiva":** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitado, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - 21.2.4 **"Prática coercitiva":** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente. às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - 21.2.5 **"Prática obstrutiva": (i)** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 21.3 Na hipótese de financiamento, parcial o integra, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
- 21.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipóteses de o contrato vier a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

22.1 O recebimento provisório e definitivo da obra está disciplinado na Cláusula Décima Quinta da minuta do Contrato.

23. PENALIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRAN

ESTADO DO PARANÁ

As penalidades a serem aplicadas por descumprimento contratual estão disciplinadas na Cláusula Décima Sétima da minuta do Contrato.

24. RESCISÃO

O licitador se reserva o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial, nos casos definidos na Cláusula Décima Nona da minuta de Contrato.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

- O licitador se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, sem que caiba à proponente o direito de qualquer reclamação ou indenização.
- 25.2 O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando não acorrerem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto, ou anular quando ficar evidenciado que tenha havido falta de competição e/ou conluio.
- 25.3 A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável dos termos do edital.
- 25.4 A Comissão de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá efetuar vistorias nas instalações das proponentes durante a fase licitatória.
- 25.5 Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores/empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações, reivindicações por parte das proponentes.
- 25.6 O valor do termo de Contrato de Empreitada poderá sofrer variação quantitativa de até 25% (vinte e cinco por cento), para mais ou para menos sem alterar os preços unitários, tudo devidamente precedido de indispensável justificativa técnica e de termo aditivo ao Contrato.
- 25.7 A Contratada não poderá ceder o Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do licitador. Caso ocorra autorização do licitador para que a Contratada possa subcontratar serviços, esta subcontratação não altera a responsabilidade da Contratada, bem como não constituí vínculo entre o licitador com e a subcontratada.
- 25.8. O licitador se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços efetivamente realizados e medidos.
- 25.9. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao licitador ou a terceiros, por si ou seus representantes quando da execução do objeto contratado, ficando isento o licitador de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 25.10. Caberá à contratada o pagamento ou o ressarcimento ao licitador de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA, CAU/BR ou qualquer outra entidade em decorrência da execução do contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 25.11 As marcas comerciais dos materiais constantes nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais e nos orçamentos, quando citadas, são protótipos comerciais que servem, exclusivamente, para indicar o tipo de material a empregar. Portanto, serão aceitos materiais com qualidade, característica e tipo equivalentes ou similares.
- Quando qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, a Contratada deverá notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.
- 25.13 Caso as datas previstas para a realização de eventos na presente licitação sejam declarados feriado ou ponto facultativo, esses eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente.
- 25.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicáveis à espécie.

Local e data.

Secretário de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 01

Termo de Referência

1 APRESENTAÇÃO

- 1.1 Este Termo de Referência TR tem a finalidade de definir a estrutura e as principais atividades e metodologias para a Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de Atualização do Cadastral. elaboração da Planta Genérica de Valores, implantação de Sistema de Gestão e Consultoria e Treinamentos para o Município de Bandeirantes PR, visando detalhar o objeto do Pregão Presencial 000/2022, nas condições fixadas neste edital e seus anexos.
- 1.2 Execução de forma, **integrada**, tem por objetivo dar a multifinalidade ao Cadastro técnico municipal e reduzir o tempo de execução e os recursos financeiros para a municipalidade. Além da compatibilidade e correlação das atividades entre os projetos, uma vez que a atualização da cartografia, imageamento aéreo e terrestre, são insumos interdependentes para a atualização do Cadastro Imobiliário, Planta Genérica de Valores.

2 DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de Atualização do Cadastral, elaboração da Planta Genérica de Valores, implantação de Sistema de Gestão e Consultoria e Treinamentos, para o Município de Bandeirantes.

3 DOS SERVIÇOS

3.1.1 Imageamento do território urbano:

- 3.1.1.1 Fornecimento de cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana urbano do município, estimado em 30 KM², com GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²) e PEC-A 1:1000. Com o objetivo de ampliar a concorrência no certame, facultará a contratada realizar o voo por terceiro, desde que devidamente habilitado junto aos órgãos de controles e seguranças do espaço aéreo brasileiro, apresentando a AVOMD (Autorização de Voo do Ministério da Defesa) para comissão técnica autorizar a fase do aerolevantamento. O processamento dos produtos decorrentes do aerolevantamento, a qualidade e acurácia é intransferível e de inteira responsabilidade da empresa contratada;
- 3.1.1.2 Aeronave adaptada para recobrimento aerofotogramétrico, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do voo a realizar;
- 3.1.1.3 Aeronave devidamente homologada pela ANAC Agência Nacional de Aviação Civil para execução de serviços especiais de aerolevantamento, com os respectivos SEGVOO 001 dos sensores a serem utilizados;



- 3.1.1.4 O voo deverá ser realizado em no prazo máximo 75 (setenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;
- 3.1.1.5 A CONTRATADA deverá apresentar Autorização de voo expedida pelo Ministério da Defesa, bem como os planos de voo gráfico e analítico;
- 3.1.1.6 Para a cobertura aerofotogramétrica será admitida a utilização de câmeras digitais, que atendam, no mínimo, as seguintes características:
 - a) Arquitetura de quadro ou sistema de varredura (pushbroom) que permita a captura de imagens digitais com resolução radiométrica mínima de 12 bits;
 - b) Registro, de no mínimo, das bandas espectrais do espectro visível (RGB);
 - c) Deverá: Possuir certificado de calibração de no mínimo 2 anos anteriores a data do certame; ser montada sobre berço com plataforma giro-estabilizada; estar dotada, de forma integrada, de um sistema inercial (IMU) ou sistema com correção de posicionamento diretamente na imagem bruta para possibilitar a obtenção dos movimentos angulares do conjunto câmera aerofotogramétrica digital/aeronave, e também de sistema rastreador de satélites artificiais GPS;
 - d) Em função da altura de voo será tolerada uma variação máxima de 5% no GSD;
 - e) Deverão ser observadas as janelas operacionais de forma a assegurar a qualidade final dos produtos, evitando a projeção excessiva de sombras;
 - f) A superposição longitudinal, para as câmeras de quadro, entre fotografias sucessivas de uma faixa deverá ser de pelo menos 60% (sessenta por cento), admitindo-se uma tolerância de \pm 5% (cinco por cento) sobre a porcentagem adotada;
 - g) Não serão aceitas imagens geradas registrando a presença de neblina, fumaça, poeira, nuvens ou sombras de nuvens;
 - h) Não serão tolerados efeitos de arrastamento ou de reflexão solar em lâminas d'água ou coberturas metálicas que prejudiquem a interpretação das imagens;
 - i) As imagens nativas deverão ser processadas a partir de sua resolução radiométrica original e exportadas para o formato GeoTIFF, sem compressão, sem degradação, utilizando técnicas de processamento digital de modo a melhorar a qualidade, contraste e a uniformidade de cores para toda a área recoberta;
 - j) As imagens deverão ser tratadas de forma a ajustar o histograma e minimizar as discrepâncias de brilho, saturação e contraste em regiões distantes da imagem (entre faixas do voo e entre as fotografias sequenciais de uma mesma faixa de voo);
 - k) O fotoíndice deverá ser montado a partir da junção das faixas de voo, com GSD compatível, devendo constar as seguintes informações: identificação de cada exposição, número das faixas, GSD (Ground Sample Distance), escala de impressão do fotoíndice e mapa de localização;
 - Os produtos do recobrimento aerofotogramétrico (imagens nativas e fotoíndice) deverão ser entregue no formato digital, em mídia tipo HD externo, padrão USB, bem como o fotoíndice deverá ser entregue impresso e em "glossy paper".
 - m) A geração do mosaico, resultado da união de duas ou mais imagens, com a finalidade de gerar uma única imagem homogênea, deverá apresentar sobreposição perfeita das partes da imagem, ou seja, sem distorção nem tarjas pretas;
 - n) As imagens devem ser entregues mosaicadas, ou seja, todas as partes devem ser unidas gerando uma única imagem, para ser utilizada no software de geoprocessamento, e separadamente em recortes para ser usada no AutoCad, sendo que esta última deverá obedecer ao recorte determinado pela CONTRATANTE.



3.1.2 Perfilamento a Laser Aerotransportado:

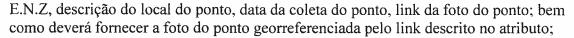
- 3.1.2.1 O perfilamento aéreo a laser deverá apresentar densidade mínima de 4 (quatro) pontos por m² na superfície da área urbana, visando a obtenção de produtos cartográficos altimétricos na escala de 1:1.000, atendendo PEC (Padrão de Exatidão Cartográfico) Classe "A";
- 3.1.2.2 Deverão ser entregues como produtos provenientes do perfilamento a laser: a nuvem de pontos georreferenciada e os modelos digitais de terreno e superfície. O modelo digital de terreno e o modelo digital da superfície deve permitir a posterior geração de curvas de nível com equidistância de 01(um) metro para a área urbana, também atendendo as especificações do Padrão de Exatidão Cartográfica PEC Classe "A";
- 3.1.2.3 As curvas de nível com equidistância de 1 metro para a área urbana, deverão ser entregues em DWG, SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase, sendo que cada curva deve apresentar-se em uma única entidade (polyline). O arquivo SHP deve ter o atributo (campo) contendo a cota altimétrica, e o arquivo DWG deve conter dois layers sendo a polyline da curva e o texto descritivo com o valor da cota;
- 3.1.2.4 A nuvem de pontos deverá conter a classificação do ponto para que possa ser determinado o tipo de elemento, bem como a cota altimétrica do terreno em relação ao nível do mar, ou seja, a cota Z do ponto direto no solo;

3.1.3 Apoio Terrestre e Aerotriangulação:

- 3.1.3.1 A rede planialtimétrica a ser implantada terá como referência a rede homologada do IBGE, e deverá ser feita através do rastreio de satélites do sistema GPS. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de apoio terrestre para aprovação antes do início dos trabalhos:
- 3.1.3.2 Todos os vértices implantados para compor o apoio básico, bem como os existentes na rede oficial do IBGE, deverão ser ocupados ou reocupados por GPS com receptores geodésicos de dupla frequência (L1 e L2) operando no modo estático pós-processado, com tempo de rastreio mínimo para resolução das ambiguidades, possibilitando o cálculo das coordenadas geodésicas desses pontos;
- 3.1.3.3 A determinação das altitudes geométricas (elipsóidicas) será feita por meio de rastreamento por GPS e, quando possível, comparadas com as altitudes ortométricas existentes possibilitando a confecção de carta geoidal local, proporcionando a correção ortométrica das altitudes dos vértices implantados no apoio básico;
- **3.1.3.4** Deverá ser implantado 10 (dez) marcos topográficos na área urbana para assegurar a precisão cartográfica;
- 3.1.3.5 Para cada vértice do apoio básico implantado ou utilizado deverá ser elaborada uma monografia que reúna todos os dados relativos ao vértice necessários para sua futura utilização, como: coordenadas UTM e geográficas no sistema SIRGAS 2000, altitudes geométricas e ortométricas, itinerário para localização, características, foto do local e croqui de localização;
- **3.1.3.6** A CONTRATADA deverá fornecer arquivo SHP com a localização dos marcos contendo como atributo: a identificação do marco, sistema de coordenada, coordenadas



ESTADO DO PARANÁ



- 3.13.7 A monumentalização deverá ser executada por marcos de concreto armado, na forma tronco piramidal com altura de 60 cm e bases quadradas de 30 cm a inferior, e 20 cm a superior encimada por uma chapa de bronze cravada no topo, na qual deverá conter a identificação do marco, o nome da instituição Contratante e as inscrições "PROTEGIDO POR LEI". O marco deverá ficar aflorado 10 cm da base e estar a 5 cm do solo;
- 3.1.3.8 Estes vértices implantados/medidos integrarão a Rede de Referência Topográfica Municipal, na qual todos os futuros trabalhos e projetos que necessitem de localização geoespacial deverão ser indexados;
- 3.1.3.9 O apoio suplementar será realizado para assegurar a precisão dos levantamentos, tendose em vista a obtenção dos produtos cartográficos dentro do Padrão de Exatidão Cartográfica PEC Classe "A";
- 3.1.3.10 A aerotriangulação deverá ser executada em equipamentos digitais dotados de programa específico para leitura fotogramétrica, o cálculo e ajustamento da mesma. Deverá ser ajustada em bloco, nos padrões da aerotriangulação pelo método dos modelos independentes ou dos feixes de raios (Bundle);
- 3.1.3.11 Após o ajustamento final, deverá ser elaborado o relatório final e um esquema geral da aerotriangulação ilustrando todas as informações necessárias para uma melhor interpretação e análise dos dados, comprovando o pleno atendimento as precisões estabelecidas.

3.1.4 Modelo Digital de Terreno e de Superfície:

- 3.1.4.1 Os Modelos Digitais de Terreno e de Superfície deverão ser obtidos a partir dos dados do perfilamento a laser. Os arquivos digitais finais deverão conter a maior quantidade possível de pontos. Ao MDT deverão ser incorporados linhas e pontos que definam as quebras de declividade marcantes, linhas de quebra (breaklines), determinadas por fotogrametria digital;
- 3.1.4.2 O programa de processamento dos dados LASER deverá ter recursos para separação de pontos que não configurem o solo (árvores, prédios etc.). No processamento dos dados levantados no perfilamento deverão ser geradas duas classes de pontos: o MDS (Modelo Digital de Superfície), o MDT (Modelo Digital de Terreno). O MDS corresponde à totalidade dos pontos levantados. O MDT corresponde aos pontos ao nível do solo.

3.1.5 Ortofotos digitais coloridas:

- 3.1.5.1 O processo de geração de ortofotos deverá atender as seguintes especificações:
 - a) As ortofotos deverão ser geradas a partir das imagens aerotrianguladas e do MDT obtido do perfilamento a laser;
 - b) O GSD das ortofotos é de 10 cm, ou melhor para área urbana;



ESTADO DO PARANÁ

- c) Após o processo de ortorretificação deverão ser aplicados ajustes radiométricos nas imagens visando eliminar mudanças de luminosidade entre imagens adjacentes e uniformizar o contraste e tonalidade do produto, sem perda de informações visuais;
- d) As ortofotos deverão estar isentas de ruídos, manchas, riscos e deformações nas imagens.

3.1.5.2 Produtos a serem entregues do voo:

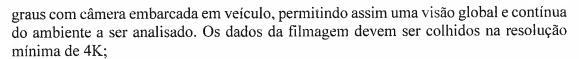
- a) Plano de Trabalho, digital e impresso, nos formatos Word e PDF;
- b) Arquivos digitais das imagens aerofotogramétricas em formato Geotiff, com GSD de 10 cm, ou melhor, para área urbana;
- c) Arquivo do fotoíndice em meio digital e impresso em "glossy paper";
- d) Arquivos digitais das ortofotos coloridas escalas 1:1.000 para área urbana, sendo fornecidos separadamente (cenas) e em seu todo (mosaicada);
- e) Nuvem de pontos derivada do perfilamento a laser, processada e georreferenciada;
- f) Curvas de nível com equidistância de 1 metro para a área urbana, em arquivo DWG, SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase;
- g) Pontos cotados em arquivo SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase;
- h) Modelo Digital de Terreno e Modelo Digital de Superfície nas escalas 1:1.000;
- i) Monografia e arquivos RINEX dos 20 marcos implantado;
- j) Relatório técnico final contendo a descrição/registros de todas as fases do trabalho (incluindo monografias de pontos de apoio, relatório de aerotriangulação, métodos e precisões atingidas etc.);
- k) Todos os produtos deverão ser entregues em formato digital, em mídia tipo HD externo, padrão USB;

3.1.6 Levantamento fotográfico terrestre multidirecional

- 3.1.6.1 O objetivo do imageamento via terrestre da infraestrutura urbana é o monitoramento e registro de diversas informações que servirão ao cadastro imobiliário, ao cadastro mobiliário, fiscalização, planejamento, acompanhamento de obras e outros usos úteis e necessários ao município;
- 3.1.6.2 Nesta etapa do trabalho deverão ser coletadas imagens 360° dos logradouros públicos do perímetro urbano do município, sendo que a metodologia a ser empregada deverá utilizar técnicas e conceitos de mapeamento móvel, integralmente suprido por um sistema de sensores integrados e embarcados sobre um veículo automotivo (carro);
- 3.1.6.3 O resultado desta etapa deverá ser a obtenção de informações geoespaciais diversas e completas, das quais as imagens extraídas deverão possuir parâmetros de posicionamento determinados e ilustrativos;
- 3.1.6.4 O mapeamento móvel subsidiará o trabalho de identificação de características dos imóveis e outras informações de infraestrutura urbana, tais como: pavimentação das ruas, número de pavimentos do imóvel, galeria pluvial, numeração de porta, guia, disponibilização de oferta imobiliária, iluminação pública, uso principal do imóvel, presença de calçadas, topografia do terreno, e tipologia de divisa física (muros e cercas);
- 3.1.6.5 Para o atendimento de tais finalidades os dados da infraestrutura da rua e a caracterização dos imóveis deverão ser registrados através de vídeo capturado em 360



ESTADO DO PARANÁ



- 3.1.6.6 Para registrar as características de cada imóvel, deverá ser escolhido no ambiente de 360 graus o melhor ângulo de visão dentro da trilha do levantamento, através de movimentos de avançar, retroceder, afastar, aproximar e/ou rotacionar e, após então fazer a captura da imagem em tela e armazená-la relacionada com a parcela correspondente. Podendo registrar mais de uma imagem do mesmo imóvel ou ponto de interesse:
- 3.1.6.7 Os dados do levantamento em 360 graus deverão ser disponibilizados para uso do Município, de forma que permita a interatividade com as informações coletadas, bem como a análise e a extração de imagens do seu interesse;
- **3.1.6.8** Deverá ser disponibilizado também um Sistema para fazer a recepção, organização, disponibilização e consumo dos dados advindos dos levantamentos executados durante o imageamento via terrestre;
- 3.1.6.9 O Sistema fará a integração da trilha do levantamento em 360 graus com o MUB Mapa Urbano Básico de forma que a informação que esteja sendo coletada, estará automaticamente geoposicionada e poderá ser integrada à parcela correspondente ou a qualquer outro componente do MUB através de um mapa interativo;
- **3.1.6.10** O Sistema deverá apresentar as seguintes funcionalidades:
 - a) Sincronização entre o arquivo de vídeo o arquivo de dados do GPS (extensão GPX).
 - b) Visualização do vídeo, com mecanismo de navegação em 360° e de zoom no próprio vídeo;
 - c) Visualização dos vídeos sincronizados a sua posição e ângulo de visão representada em um mapa interativo;
 - d) Navegação no vídeo, com botões de play, retroceder, avançar e pausar;
 - e) Exportação das imagens vistas no vídeo em um formato de imagem com registro do geoposicionamento;
 - f) Integração com o Sistema de Gestão WEB, compartilhando a administração de usuários:
 - g) Integração com Sistema de Gestão WEB, onde possa ligar e desligar as camadas de temas geográficos, preservando a sua Simbologia no mapa interativo de navegação;
 - h) Integração com Sistema de Gestão WEB, envio de imagens retiradas dos vídeos dentro de temas de geometrias de ponto, para uso na Solução de Geoinformação;
- 3.1.6.11 Os vídeos obtidos em 360° deverão ser entregues à contratante no formato mp4, acompanhado do seu respectivo arquivo GPX, o instalador do sistema de navegação geográfica dos vídeos desmobilizados, sua respectiva licença de uso perpétua, manual e treinamento em seu uso.
- **3.1.6.12** Com base nos vídeos registrados como produto do Levantamento Contínuo Rodoviário, a CONTRATADA deverá identificar ao menos uma foto de fachada colorida por imóvel urbano da cidade, de forma a apoiar na atualização da base cadastral a ser construída.
- 3.1.6.13 Deverá ser anotada a data da obtenção dessa foto e caso necessário, a CONTRATADA deverá realizar levantamento de imóveis específicos, caso a imagem obtida pelo vídeo não seja suficiente para a realização dos trabalhos.



ESTADO DO PARANÁ

- 3.1.6.14 As fotos de fachadas subsidiarão o trabalho de identificação das características do imóvel (predial ou territorial), galeria pluvial, guia, iluminação pública do imóvel, presença de calçadas, topografia do terreno, tipologia de divisa (muros e cercas) e etc.
- 3.1.6.15 Para os locais onde o veículo de mapeamento móvel 360° de varredura in-loco não obteve acesso e em locais onde não foi possível identificar construções a partir das fotografias aéreas, a CONTRATADA deverá realizar a coleta complementar de fotos dos imóveis com equipe de campo in-loco.
- 3.1.6.16 Os produtos a serem entregues são: (i) Plano de levantamento Fotográfico Terrestre Multidirecional; (ii) Pontos de captação e fotos terrestres devidamente vinculados; (iii) Ferramenta de visualização de fotos em 360 graus multidirecional integrada a Plataforma de Gestão WEB.

3.1.7 Atualização da base cartográfica urbana

- 3.1.7.1 Adequação e sistematização da Base Cartográfica Urbana na escala na escala de 1:1.000, essa etapa consiste na adequação da Base Cartográfica Urbana em formato DWG e/ou em papel para o ambiente de geoprocessamento. A contratada deverá sistematizar as informações gráficas referentes ao Cadastro Técnico Municipal (Bairros, Distritos, Setores, Quadras, Lotes, Construções e Logradouros). Em caso de dúvidas a contratada deverá orientar a Prefeitura no levantamento de campo para solucionar eventuais problemas encontrados. Estima-se em 14,5 mil imóveis;
- 3.1.7.2 A Base Cartográfica deverá estar georreferenciada no Sistema de Projeção UTM e Sistema Geodésico SIRGAS 2000:
- 3.1.7.3 Identificação, Geocodificação e Vinculação da Base Cartográfica Urbana (Bairros, Distritos, Setores, Quadras, Lotes, Edificações e Logradouros) com o Cadastro Imobiliário e Cadastro de Atividades Econômicas, a contratada deverá seguir os padrões de codificação utilizados pela Prefeitura;
- 3.1.7.4 Delimitação, identificação e geocodificação do Zoneamento do Plano Diretor Municipal em ambiente da plataforma WEBGIS, para vinculação com as tabelas de usos, índices e taxas do Plano Diretor Municipal, visando agilizar os processos de viabilidade de novas atividades econômicas e eixos valorizantes para subsidiar a elaboração da Planta Genérica de Valores:
- 3.1.7.5 Delimitação, identificação e geocodificação da Planta Genérica de Valores em Plataforma WEBGIS, para vinculação com a tabela de valores do metro quadrado do terreno e de construção de acordo com a legislação e práticas adotada pelo contratante;

3.1.8 Reestruturação e atualização do cadastro técnico imobiliário

- 3.1.8.1 A reestruturação de revisão do Cadastro Técnico Imobiliário, estimado em 32.000 (trinta e dois) mil imóveis, tem a finalidade de levantar dado que disponibilize a Prefeitura Municipal, parâmetros atualizados para os lançamentos de IPTU, ITBI e TAXAS;
- 3.1.8.2 Para a reestruturação e atualização do Cadastro Técnico Imobiliário, a CONTRATADA deverá analisar os dados constantes no Mapa Digital Urbano MDU, tais como: imagem



aérea (Ortofotos), fotos de fachada, vistorias "in loco" e informações assessórias em relação as atuais informações constantes no cadastro imobiliário registrados no sistema tributário do município;

- 3.1.8.3 A atualização dos dados no Sistema Tributário do Município se dará por meio da integração de dados entre a solução de geoinformação e o sistema tributário legado município. A CONTRATADA fará a integração de dados entre o sistema de informação geográfica e o sistema tributário. Desta forma a CONTRATANTE deverá ao menos fornecer uma cópia do banco do cadastro de forma inteligível para CONTRATADA;
- 3.1.8.4 Para a atualização do Cadastro Imobiliário, a CONTRATADA deverá realizar a atualização dos dados cadastrais conforme parâmetros definidos no código tributário do município, bem como o modelo matemático de cálculo do valor venal do imóvel e conformidade com a legislação. A CONTRATADA atualizará ainda os dados de características físicas/construtivas do lote/terreno e da edificação que de alguma forma impactem no cálculo do IPTU, em conformidade com o Código Tributário Municipal;
- 3.1.8.5 Para tanto, deverá ser produzido um documento denominado Metodologia de atualização de Cadastro Imobiliário, onde será estabelecido entre o MUNICÍPIO a CONTRATADA a forma como será feita essa atualização. Serão definidos os dados que serão atualizados via intepretação da ortofoto aérea e fotos de fachada, quais dados serão atualizados conforme projetos (prédios, condomínios, bairros planejados etc.), quais dados não serão atualizados por impactar documentos terceiros (como dados que compõe a matrícula de um imóvel por exemplo) dentre outros;
- **3.1.8.6** A atualização do cadastro imobiliário deverá atender as seguintes informações:
 - a) Lote/terreno: Características do lote, como por exemplo: situação, pedologia, topográfica, elemento de proteção e ocupação, conforme código tributário e sistema tributário. Além dessas informações, serão cadastradas informações que impactem no cálculo ou alíquota do IPTU, como por exemplo, calçada, muro, gramado etc. Esses dados estarão detalhados na Metodologia de atualização de cadastro imobiliário para fins de IPTU.
 - b) Edificações: Características da edificação que impactam no cálculo do valor venal, como por exemplo: tipologia construtiva, estado de conservação das edificações, planta genérica de valores e sistema tributário.
- 3.1.8.7 As áreas edificadas deverão ser analisadas a partir dos elementos interpretados na ortofotos das quadras fiscais (lote a lote), fotos de fachadas e vistorias ''in loco' contemplando as discrepâncias (quanto ao contorno das edificações já existentes ou novas edificações), com os dados registrados no sistema tributário do município;
- 3.1.8.8 As áreas das construções serão aferidas através de vetorização sobre a ortofoto e serão comparadas quando houver, com as áreas edificadas constantes do cadastro imobiliário, podendo ser adotada a área do cadastro ou do projeto de construção aprovado quando a diferença for de até 10% (dez por cento). As áreas das construções serão ajustadas, quando for o caso, com a dedução das áreas médias dos beirais;
- 3.1.8.9 As áreas dos terrenos serão aquelas constantes do cadastro ou do título de propriedade, salvo quando não houver ou quando a imagem for a mais correta e não causar divergência de ordem técnica ou jurídica;
- **3.1.8.10** A classificação das construções será feita pelo método comparativo, através de tabela de Categoria da Edificação (CE), onde estarão contemplados os vários tipos de



- construções e ocupações, com as aplicações de fatores de correção previamente estabelecidos;
- 3.1.8.11 A CONTRATADA fornecerá um banco de dados preliminar com o registro dos dados e relatórios das alterações para validação final pelo Município, possibilitando a inserção dos dados no sistema Tributário Municipal, incluindo os serviços e infraestrutura disponíveis nos logradouros: como: rede de água, rede de energia, rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação, coleta de lixo, etc;
- 3.1.8.12 A CONTRATADA confeccionará um Arquivo de Atualização do Sistema dos lotes de cadastros atualizados. Esse arquivo deverá estar compatível com as tabelas do sistema tributário e a entrega realizada na forma de um arquivo de planilha eletrônica, onde cada aba corresponderá a um conjunto de dados específicos;
- 3.1.8.13 Esse arquivo deverá ser produzido conforme evolução da integração de sistemas e padrões estabelecidos entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO, devendo estar disponível na Plataforma WEBGIS para que a equipe da municipal faça a validação dos dados recebidos;
- **3.1.8.14** O MUNICÍPIO será responsável em autorizar a inserção dos novos dados no sistema tributário, bem como, definir o processo de notificação dos contribuintes cujos cadastros sofreram atualização.

3.1.9 Atualização "In Lócus"

- 3.1.9.1 A quantidade de unidades que serão levantadas em campo ou in lócus é uma estimativa de cadastros com áreas divergentes ou imóvel sem captura de foto 360 graus, sendo que somente após a vetorização de todas as edificações e o cruzamento com o sistema tributário é que será possível quantificar corretamente o total de unidades e quais deverão ser visitadas em campo. Estimado em até 1.000 (um mil) imóveis;
- 3.1.9.2 A empresa contratada deverá proceder com o levantamento de campo nas unidades indicadas pelo município, contendo as seguintes especificações:
 - a) Realizar medições no imóvel, no que tange ao limite das edificações das unidades cadastrais, assim como a correta identificação da unidade na planta.
 - b) Preencher o Boletim de Informações Cadastrais (BIC) eletrônico, das zonas onde será realizado o Cadastramento Imobiliário.
 - c) Identificar o proprietário, ou possuidor residente, quando possível, coletando todas as informações necessárias para o devido cadastramento do Imóvel.
- 3.1.9.3 Confeccionar fotografías das fachadas dos imóveis visitado in lócus, contratante deverá utilizar de dispositivos móveis (mobile) ou outros dispositivos de captura de fotografía georreferenciadas e integrada com a base cartográfica do município. A confecção das fotografías, preferencialmente, deverá ser realizada sem a necessidade de contato com os moradores, salvo quando, por circunstâncias técnicas ou outra, se precise da concordância do proprietário;
- 3.1.9.4 Os dispositivos móveis a serem utilizados deverão possuir sistemas parametrizados para permitir a coleta de dados através de formulários digitais, a classificação dos imóveis e edificações, a confecção de fotografias, a importação e exportação de dados e fotografias e o gerenciamento em tempo real dos trabalhos de campo;
- 3.1.9.5 As fotos frontais ou de outra posição que melhor identifique as edificações deverão ser produzidas, codificadas e vinculadas aos imóveis automaticamente utilizando



ESTADO DO PARANÁ

ferramentas de geoprocessamento. Em caso de muros altos ou outros obstáculos, a foto do imóvel será do que for possível visualizar externamente, desde que a foto contenha os quesitos para a correta classificação do padrão construtivo da edificação. Se necessário deverá ser tirada mais de uma foto por imóvel;

- 3.1.9.6 As fotos deverão obedecer a um critério rigoroso no momento de sua confecção com a utilização de equipamentos que possibilitam a visualização desejada com coordenadas geográficas para a correta apropriação ao lote;
- 3.1.9.7 As fotos pós-classificadas e automaticamente anexadas aos respectivos lotes, em sistema de geoprocessamento na internet, deverão ser visualizadas com o Simples movimento do cursor sobre os lotes desejados.

3.1.10 Notificação aos contribuintes:

- 3.1.10.1 A contratada deverá disponibilizar ferramentas para permitir a notificação aos contribuintes sobre eventuais alterações de seu imóvel, cabendo ao contratante a definição e escolha de um ou mais opções: (i) processo digital de impressão de Carta de Notificação, a ser enviada pelo contratante aos contribuintes selecionados; (ii) disponibilizar processo de consulta de dados dos imóveis, via internet pelo contribuinte, através de login e senha, com possibilidade para o envio de menagens, documentos necessários para corrigir ou justificar as eventuais divergências e tramitação totalmente digital;
- **3.1.10.2** A contratada através de processo informatizado deverá transferir os dados obtidos com os levantamentos de campo para o GRP (software de gestão) do Município em formato a ser especificado pela Prefeitura, no momento oportuno;
- **3.1.10.3** Os trabalhos deverão ser elaborados respeitando-se o conceito de Cadastro Único de Contribuintes:

3.1.10.4 Deverão ser entregues:

- a) O relatório com as diferenças/divergências entre os cadastros imobiliários atualizados frente aos cadastros existentes no sistema tributário na forma de planilha eletrônica.
- b) O arquivo de atualização no sistema tributário dos imóveis atualizados na forma de planilha eletrônica e/ou outro meio de integração entre a solução de geoinformação e os dados do sistema tributário.
- c) Os dados atualizados deverão ser disponibilizados na Plataforma de Gestão WEB.

3.1.11 Elaboração da Planta Genérica de Valores - PGV

- 3.1.11.1 Elaboração do Cadastro de Logradouros, integrado ao Cadastro Imobiliário Urbano (CTM), com os respectivos serviços públicos e equipamentos urbanos existentes tais como: pavimentação, passeio, rede de água potável, galerias pluviais, esgoto, iluminação, coleta de lixo e limpeza pública;
- **3.1.11.2** Geocodificação e especialização da PGV Planta Genérica de Valores dos imóveis urbanos praticada atualmente pelo município e geração de temáticas dos valores do



ESTADO DO PARANÁ

metro quadrado do terreno e das edificações, bem como o valor venal total de cada imóvel do cadastro imobiliário, para demonstrar através de temáticas os impactos dos novos valores do IPTU com a implantação da nova PGV;

- 3.1.11.3 Elaboração da Planta Genérica de Valores, na escala de 1:1.000 e da Minuta do Projeto de Lei a ser submetido ao Legislativo do Município, após efetuadas Simulações e testes de atualização junto a Comissão Avaliadora. Deverão ser utilizadas as diretrizes básicas recomendadas para avaliação de imóveis conforme NBR-14653 Norma de Avaliação de Imóveis Urbanos da ABNT;
- 3.1.11.4 Elaboração do Cadastro de Face de Quadras, integrado ao Cadastro Imobiliário, fixando o valor do metro quadrado do terreno em cada Face de Quadra em conformidade com os valores aprovados na nova Lei da Planta Genérica de Valores;
- 3.1.11.5 Apresentação dos trabalhos, junto aos setores envolvidos, bem como à Câmara Municipal, efetuando Simulações de cálculos, visando demonstrar as alterações de arrecadação após o recadastramento e a aplicação da nova Planta Genérica de Valores;
- 3.1.11.6 A Contratada deverá disponibilizar um sistema, em nuvens, para a realização de consultas, de Simulações e de gerenciamento de todos os processos de construção da Planta Genérica de Valores. Caso o Contratante optar, o sistema deverá disponibilizar também consultas diretamente na internet com acesso ilimitado a todos os contribuintes.

3.1.12 Customização e Implantação de Sistema de Gestão WEB:

- **3.1.12.1** Customizar e implantar Plataforma de Gestão Espacial em ambiente WEB, utilizando ferramentas com códigos abertos para programação (software livre);
- 3.1.12.2 A Plataforma Gestão deverá prever a atualização de dados diretamente em um repositório central (Banco de Dados Relacional), possibilitando desta forma o acesso rápido e preciso a informações gerenciais e administrativas, tornando o sistema de Geoprocessamento uma ferramenta confiável para a efetivação de ações de cunho estratégico e de planejamento corporativo;
- 3.1.12.3 A Plataforma Gestão, preferencialmente, deverá ser desenvolvida em linguagem de programação JAVA e Banco de Dados Postgresql com extensão espacial com utilização do OpenLayers como framework de integração com mapas;
- 3.1.12.4 A Contratada deverá disponibilizar, durante a execução do projeto, toda a infraestrutura necessária para a utilização (softwares, Banco de Dados, hospedagens) da Plataforma em ambiente WEB. Após este período, a Plataforma será disponibilizada para no formato SaaS em nuvem de acordo com os critérios definidos no item Licença de uso do sistema.

3.1.13 Integração com software da Prefeitura:

3.1.13.1 A Plataforma deverá ser integrado através de webservice REST, SOAP ou diretamente com sistema o banco de dados da prefeitura por meio de tabelas armazenados no servidor (MS SQL, Oracle, MySQL, PosgreSQL e outros).



ESTADO DO PARANÁ

3.1.14 Coletor de Dados (mobile):

- 3.1.14.1 Disponibilizar sistema para Coletor de Dados Inteligente mobile (compatível com smartphones, tablets, entre outros), utilizando ferramentas de código aberto para programação (software livre). Este sistema mobile de coleta de dados em campo deverá prever a atualização e a inserção de dados e fotos diretamente no repositório central de Banco de Dados utilizado pela Plataforma de gestão Web através WebService RESTFULL, possibilitando dessa forma a integração entre os dois sistemas para manter a integridade e à atualização das informações geográficas;
- 3.1.14.2 Os componentes ou Módulos da Plataforma, obrigatoriamente, deverá atender a prova de conceito ou requisitos de funcionalidades, além da possibilidade de suportar a inserção de novos módulos ou sistemas. Inicialmente, para atender os objetivos da administração a Plataforma de Gestão deverá ter os seguintes sistemas ou módulos ou componentes, visando atender na integra as atividades constantes do presente Termo de Referência: (i) Cadastro Multifinalitário; (ii) Plano Diretor Certidão de Uso e Ocupação e Alvarás; (iii) Fiscalização do Obras CTM; (iv) Gestão da PGV Estudos e Simulações;

3.1.15 Tabela de Requisitos e funcionalidades da Plataforma:

- 3.1.15.1 A licitante classificada em primeiro lugar deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, realizar apresentação para análise das especificações mínimas exigidas da Plataforma, conforme TABELA I Requisitos e Funcionalidades, adotando os seguintes critérios:
 - a) A Administração Municipal disponibilizará estrutura para demonstração das exigências mínimas da Plataforma;
 - b) A Comissão Permanente de Licitações, após a análise e julgamento dos requisitos e funcionalidades da Plataforma, emitirá parecer final que será submetido à apreciação do Prefeito Municipal, para as providências legais cabíveis;
 - c) Caso a licitante não atender de todos os itens dos requisitos e funcionalidades da Plataforma de Gestão Web, será desclassificada e procedida a reclassificação à segunda colocada, a qual será avaliada, e assim por diante até a apuração de uma licitante aprovada, que atenda aos requisitos e funcionalidades mínimas exigidas.

3.1.16 Consultoria em processos e treinamentos – 60 horas:

- 3.1.16.1 Consultoria em Mapeamento e Modelagem de processos para avaliar os principais processos e, se necessário, propor atualização para atender os requisitos de funcionalidade da Plataforma de Gestão. Após o mapeamento e identificação dos processos que necessitam de melhorias, propor novos modelos para garantir a otimização do uso dos recursos tecnológicos implementados, através de operações assistidas, fluxogramas, manuais, instruções normativas. Estima-se em 45 (quarenta e cinco) horas técnica de consultoria;
- **3.1.16.2 Treinamento**s aos usuários da prefeitura, de acordo com as orientações da Equipe Técnica Municipal, sobre as funcionalidades da Plataforma de Gestão, Coletor de Dados



ESTADO DO PARANÁ

(Mobile); operação do Portal de Atendimento ao cidadão. Estima-se em 30 (trinta) horas técnica de treinamento.

3.1.17 Licença ou direito de uso do sistema e serviços de nuvem:

3.1.17.1 Licença ou direito de uso do sistema

- a) A Contratada disponibilizará o sistema WEBGIS ao município através de licenças ou direito de uso no formato SaaS - software como serviço através da conexão com a Internet:
- b) A Licença ou o direito de uso garantirá a manutenção e atualização, mediante solicitação do cliente ou não, tendo por finalidade a atualização de versões, correção de defeitos e/ou substituição, caso necessário, bem como a assistência técnica necessária ao bom funcionamento operacional dos sistemas disponibilizados;
- c) Em caráter continuado, a Licença de Uso será paga mensalmente por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos moldes da legislação vigente;
- d) Na Licença ou Direito de Uso estão inclusos os seguintes serviços: (a) configurações e garantia de funcionamento; (e) atualizações de novas versões e (f) correções de bugs; (g) configuração e atualização do sistema mobile;
- e) Na Licença ou Direito de Uso não estão inclusos os seguintes serviços: aquisição de equipamentos (computares, tablet, impressoras entre outros) e pacotes de dados;
- f) A contratada dará toda assessoria ao contratante para a definição das configurações dos equipamentos e dispositivos a serem adquiridos.

3.1.18 Serviços em nuvem- cloud computing:

3.1.18.1 Da Infraestrutura de hardware para hospedagem em Cloud:

- a) A hospedagem do sistema e as respectivas aplicações são armazenados "em nuvem", com rotinas de backup e de segurança sob inteira responsabilidade da contratada;
- b) A Contratada deverá informar todos os IPs e Portas que deverão ser abertas e liberadas no sistema de Firewall do Município, porém de acordo com a Política de Segurança de Informação em uso.

3.1.18.2 Do Suporte e Manutenção Continuada:

- a) As atividades de suporte e manutenção aqui previstas, dizem respeito a todas as modificações requeridas no Sistema, de natureza: (a) corretivas (destinadas a corrigir erros identificados nos sistemas, que impedem seu funcionamento correto ou que representem desvios às especificações definidas); (b) adaptativas (que visam dar ao sistema condições para se adaptar a uma nova situação ou aspectos diferentes de situações já existentes); (c) evolutivas em termos tecnológicos (troca de versões de Banco de Dados ou Sistema Operacional e Otimizações de Performance);
- b) A Contratada deverá garantir a manutenção corretiva e evolutiva do sistema por intermédio de novas versões, visando atualizações tecnológicas e adequações à legislação enquanto perdurar a vigência do contrato;
- c) A Contratada deverá garantir rotinas de controle e distribuição automática de novas versões do sistema sempre que houver alterações. As versões de software distribuídas



ESTADO DO PARANÁ

e instaladas não poderão causar erros em outros módulos do software e nos dados armazenados pelas versões anteriores do sistema.

3.1.19 Da Central de Atendimento

- 3.1.19.1 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente disponibilizar uma central de atendimento remoto (8x5), de segunda a sexta feira, em horário comercial (das 8 horas às 18 horas). Esta central de atendimento deverá prestar suporte remoto pelos seguintes canais de atendimento: (a) fale conosco via sistema; (b) ligação via telefone fixo; (c) contato via WhatsApp; e (d) contato via e-mail;
- 3.1.19.2 A Contratada disponibilizará sistema para registrar as demandas realizadas pelos usuários, permitindo classificar em manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, e acompanhar todo o fluxo atendimento abertura até o encerramento da chamada;
- 3.1.19.3 A Contratada disponibilizará, mensalmente, boletim de medição referente aos atendimentos realizados no período, incluindo todos os detalhes das demandas e dos atendimentos.

3.1.20 Do Acordo de Nível de Serviço (SLA)

- 3.1.20.1 Os serviços técnicos especializados de suporte e manutenção continuada do sistema deverá atender o acordo de nível de serviço (Service Level Agreement SLA) para 90% dos casos, conforme abaixo: (a) para as demandas de suporte em horário comercial, de segunda a sexta, por quaisquer canais, em até 02 (duas) horas uteis; (b) para as demandas classificadas como manutenção corretiva, o tempo de solução não poderá ultrapassar 48 horas úteis; (c) para as demandas classificadas como manutenção adaptativa, o suporte técnico deverá, obrigatoriamente, informar em até 48 horas úteis. após o registro e a análise da solicitação, o tempo necessário para a solução da demanda; (d) para as demandas classificadas como manutenção evolutiva, o suporte técnico deverá, obrigatoriamente, informar em até 48 horas úteis, após o registro e a análise da solicitação, o tempo necessário para informar se a demanda será atendida ou não na próxima versão do produto e; (e) em caso de problemas críticos ou emergenciais (quando o sistema se tornar totalmente inoperante), a correção das falhas não poderá ultrapassar 24 horas úteis a partir do horário da solicitação;
- 3.1.20.2 Constituem exceções ao SLA: (a) casos considerados como fortuito ou de força maior; (b) operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos ou sistemas que não sejam de responsabilidade ou de controle direto da Contratada; (c) falha de equipamento ou de sistema ocasionada pelo Contratante; (d) realização de testes, ajustes e manutenção necessários à prestação dos serviços, em dias uteis, desde que notificados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro); e (e) falhas decorrentes de atos ou omissões sobre as quais a Contratada não tenha controle direto;
- **3.1.20.3** O não atendimento do nível de serviço especificado remeterá em multas e penalidades contratuais previstos pela legislação vigente.

3.1.21 VALORES UNITÁRIOS E VALOR MÁXIMO TOTAL



ESTADO DO PARANÁ

| CDDATAGO | OFF | mrno | VALORE | CS (R\$) |
|--|----------|---------|----------|----------|
| SERVIÇOS | QTDE | TIPO | UNITÁRIO | TOTAL |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, conforme item 3.1 do TR. | | KM² | | |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidireciona (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR. | 14.500 | Imóvel | | |
| Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | 14.500 | Imóvel | | |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme iter 3.4 do TR. | n 14.500 | Imóvel | | |
| Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conformitem 3.5 do TR. | e 14.500 | Imóvel | | |
| Customização e implantação de Plataforma de Gestão na Web com integração com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | 1 | Sistema | | |
| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3. do TR. | 7 60 | Horas | | |
| Licença de Uso da Plataforma WEB no formato SaaS, conforme item 3.8 do TR. | 12 | Mês | | |

3.1.22 FORMA DE PAGAMENTO

- **3.1.22.1 Período de Implantação:** Os valores correspondentes as atividades constantes dos itens 3.1 ao 3.7 do TR Termo de Referência, serão pagos conforme avanço do cronograma, após a análise e aprovação pelo Município, através da Equipe Técnica Municipal, das medições e serviços efetivamente executados e entregues no mês anterior;
- **3.1.22.2** Período de Manutenção, suporte e Licenciamento: Após o período de implantação previsto em 12 (doze) meses, a Licença de Uso ou Direito de Uso do Sistema, em caráter continuado, será paga mensalmente por período de 12 (doze) meses, conforme item 3.8 do TR, sempre no dia 10 de cada mês, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a



ESTADO DO PARANÁ

administração, conforme legislação vigente para serviços continuado de Tecnologia da Informação;

3.1.23 PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

3.1.23.1 O prazo para execução dos serviços é de 24 (vinte) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogável por igual período desde que haja motivo devidamente justificado pelo contratado e devidamente aceito pelo Município, conforme cronograma das atividades a seguir:

| | | | | | TEN | иРО | EM | ME | SES | 3 | | | |
|--|---|--|----|--|-----|-----|----|----|-----|-----|----|-----|----|
| SERVIÇOS | 2 | 4 | | 6 | 8 | 10 | 12 | 14 | 16 | 18 | 20 | 22 | 24 |
| | | IM | PL | AN | TAÇ | AO | | ľ | MAN | TUI | EN | CÁ(|) |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, conforme item 3.1 do TR. | | | | | | | | | | | | | |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR. | | | | | | | | | | | | | |
| Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | | | | | | | | | | | | | |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme item 3.4 do TR. | | St. of Control of Cont | | | | | | | | | | | |
| Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conforme item 3.5 do TR. | | | | | | | | | | | | | |
| Customização e implantação de Plataforma de Gestão na Web com integração com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | | | | The second secon | | | | | | | | | |
| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 do TR. Licença de Uso da Plataforma WEB no formato SaaS, conforme item 3.8 do TR. | | | | | | | | | | | | | |

4 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



ESTADO DO PARANÁ

- 4.1 Montagem e estruturação do espaço físico, com infraestrutura e equipamentos necessários à execução do objeto. Os equipamentos e programas de informática (Hardware e Software) devem ser compatíveis com o sistema utilizado elo município. O local deve possuir rede de transmissão de dados para os computadores trabalharem on-line com os equipamentos existentes na Prefeitura Municipal.
- 4.2 Recrutamento, seleção, contratação e pagamento do pessoal utilizado para o recadastramento em campo e pessoal de escritório; bem como pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros e garantias.
- 4.3 Treinamento do pessoal de sua responsabilidade (como gerentes, supervisores, coordenadores, analistas, digitadores e auxiliares), para o perfeito domínio e execução da metodologia adotada no recadastramento.
- 4.4 Fornecimento a todos os empregados dos uniformes, crachás, bonés, bolsas, equipamentos de segurança e proteção, bem como de alimentação e transporte, se necessário, para o bom andamento dos serviços. Nos uniformes deverá haver além do brasão oficial do Município, o número de telefone que servirá para o contribuinte tirar dúvidas. O atendimento ao contribuinte ficará sob a responsabilidade da equipe interna do Município.
- 4.5 Fornecer aos seus empregados todos os materiais necessários à execução do serviço, como trenas, pranchetas, calculadoras, computadores, software e outros implementos que se fizerem necessários, bem como eventuais custos de manutenção e recuperação dos equipamentos usados em campo e no escritório.
- 4.6 Cumprir o cronograma físico. A proponente deverá apresentar um Plano de Trabalho onde descreverá detalhadamente o equipamento, metodologia, quantidade de pessoal para a execução do cadastro imobiliário, tanto no trabalho de campo como no escritório. Deverá também a empresa proponente, dentro do plano de trabalho dimensionar sua equipe para que o cronograma físico seja cumprido.

5 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1 Fornecer para a contratada uma cópia em arquivo digital dos seguintes elementos:
 - 5.1.1 Boletim de Informação Cadastral (BIC);
 - 5.1.2 Cadastro físico de imóveis, dos desenhos em papel e/ou dos arquivos digitais existentes;
 - 5.1.3 Registros dos cadastros de imóveis, nos formatos TXT ou MDB, com os dados necessários à atualização do cadastramento imobiliário, limitados aos campos existentes;
 - 5.1.4 Mapas de loteamentos aprovados em escalas diversas para toda a área do objeto, em papel ou no formato digital DWG, que constem em seus arquivos;
 - 5.1.5 Base Cartográfica digital em formato DWG, referente ao núcleo urbano existente na Prefeitura Municipal, e caso existir, imagens de Satélites, ortofotos e outras informações cartográficas;
- 5.2 Dimensionar e montar uma equipe interna com funcionários do Município para a fiscalização dos serviços apresentados pela contratada e que deverá ficar instalada em uma sala junto ao escritório da proponente. A equipe montada pelo Município não dispensa a obrigação da contratada do controle de qualidade e da fiscalização de seus empregados quanto à qualidade dos serviços;
- 5.3 Disponibilizar para uso da equipe interna do Município material de expediente para as medições e veículo com combustível para as conferências em campo (acrescentar equipamentos);
- 5.4 Fazer as medições, atestar no verso da nota fiscal a execução dos serviços e fazer o pagamento conforme as medições realizadas;



ESTADO DO PARANÁ

5.5 Fazer a publicidade necessária para a divulgação e orientações aos contribuintes sobre a execução do projeto.

6 EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

- 6.1 O município constituirá, mediante Decreto, uma Equipe Técnica Municipal e designará um dos seus integrantes como Coordenador. Esta equipe participará ao longo de todo processo de execução dos trabalhos e terá como competências:
- 6.2 Aprovar, propor alterações e/ou complementações nos documentos entregues pela consultoria ao longo das diversas etapas do processo, subsidiando, entre outros objetivos, o faturamento e o pagamento da mesma:
- 6.3 Dar conhecimento aos demais gestores da administração municipal a respeito do processo de Modernização e a implementação dos trabalhos constantes neste Termo de Referência;
- 6.4 Convocar se necessário, a participação de outras secretarias ou órgãos do poder público para subsidiar a elaboração do relatório de avaliação;
- 6.5 Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal e a empresa contratada durante todo o processo de execução e implantação;

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA LICITANTE

- 7.1. Certidão de Registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do estado de origem da Licitante. Em caso de sagrar-se vencedora do certame, licitante de outro estado, deverá apresentar na assinatura do contrato o visto do CREA-PR para execução do serviço técnico ou;
- 7.2 Certidão de Registro da Empresa no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do estado de origem da Licitante;
- \$ 7.3 Comprovação de Inscrição no Ministério da Defesa na categoria "A" como empresa especializada para os serviços de aerolevantamento, para a realização todas as fases do aerolevantamento, nos termos da Portaria Normativa Nº 101/GM-MD, de 26/1/2018 e Decreto-Lei 1.1777, de 21 de junho de 1971;
 - 7.4 Visita Técnica Facultativa. O município fornecerá Atestado de Visita Técnica, para as empresas que realizarem a visita técnica. As Licitantes deverão agendar junto a Secretaria Municipal de Fazenda e realizar a visita técnica até 03 (três) dias antes da data da abertura das propostas, pelo telefone (43) 3542-4525, falar com Marco Antônio Turim, Diretor da Divisão de Receita e Arrecadação;
 - 7.5 Para a realização dos trabalhos a Contratada deverá apresentar uma Equipe Técnica com caráter multidisciplinar, em número compatível com o cronograma e abrangência dos trabalhos, composta por profissionais de comprovada experiência e qualificação técnica, contendo no mínimo:
 - 7.5.1 Perfil I Coordenador Geral: (i) graduação superior em engenharia ou Arquitetura; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA/CAU, comprovando experiência em coordenação de equipe multidisciplinar na elaboração ou execução de planos ou projetos técnicos com a utilização de ferramentas e processos da tecnologia da informação e de geoprocessamento, nas áreas pública ou privada, tais como: SIG Sistema de Informações Geográficas, Bases Cartográficas, Banco de Dados e Cadastros, plano de gestão territorial e outros com a complexidade operacional e tecnológica



ESTADO DO PARANÁ

Similar ao objeto desta licitação. Responsabilidades: coordenar, supervisionar e orientar a equipe multidisciplinar do projeto;

- Perfil II Coordenador de Campo: (i) graduação em engenharia cartográfica e/ou agrimensura; 7.5.2 (ii) Registro junto ao CREA através de Certidão de Registro de Pessoa Física; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, comprovando a execução de serviços de elaboração e/ou atualização de base cartográfica, levantamento aerofotogramétrico, perfilamento a laser, modelo digital do terreno, modelo digital de superfície, ortofotos, restituição planialtimétrica e levantamento de apoio de campo básico e suplementar e recadastramento imobiliário e PGV;
- Perfil III Planejamento Urbano: (i) graduação em arquitetura e urbanismo; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no CAU; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CAU, comprovando a execução de serviços de elaboração de planos na área de planejamento urbano. gestão territorial, para atuar na análise e espacialização das diretrizes urbanísticas do município, tais como: na delimitação, identificação e geocodificação do Zoneamento do Plano Diretor Municipal, vinculando com as tabelas de usos do solo e índices urbanísticos, Sistema Viário, ZEIS, para ser corresponsável pela parametrização do Plano Diretor na web;
- Perfil V Tecnologia da Informação (TI): (i) diploma de graduação superior na área da Tecnologia da Informação (Processamento de Dados, Ciência da Computação, Engenharia de Sistemas e outras afins); (ii) Possuir atestado Técnico expedido por ente público ou privado, comprovando a experiência na estruturação de sistema de geoprocessamento na WEB, Modelagem e implementação de Banco de Dados Geográficos (BDG) utilizando a aplicação PostgreSQL/PostGIS, gestão de metadados geográficos, em conformidade com o perfil OGC, conhecimento em servidor Web Apache e Tomcat, Servidor Geoserver, PHP Mapscript ou JAVA, Geonetwork, bem como levantamento e análise de requisitos. Responsabilidades: executar as atividades que envolvem o desenvolvimento, customização e implantação de sistema WEBGIS, modelagem de Banco de Dados Geográfico.
- 7.5.5 Perfil VI Legislação: (i) graduação em direito; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no OAB; (iii) Possuir Atestado Técnico expedido por ente público ou privado comprovando experiência na área de diagnósticos jurídicos e institucionais relacionados à temática do planejamento e ordenamento territorial urbano, legislação tributária, planta genérica de valores. Responsabilidades: avaliar os arranjos jurídicos e institucionais do município, para propor ações e/ou alterações na legislação tributária e PGV, além de avaliar os impactos jurídicos com a implantação dos novos processos;
- Perfil VIII Administração: (i) graduação superior em Administração ou áreas afins; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho de Classe; (iii) Possuir Atestado Técnico comprovando experiência anterior em Mapeamento e Modelagem de Processos em Projetos de Modernização da Gestão Municipal, para ser o responsável pelas atividades que envolvem modelagem e mapeamento de processos e treinamentos.
- 7.6 A comprovação de vinculação do profissional pertencente à Equipe Técnica Chave se fará em uma das seguintes formas: (a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado; (b) cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante; (c) cópia do Contrato Social em se tratando de empresa S.A, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor; (d) cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante



ESTADO DO PARANÁ

ou Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, exceto para os Coordenadores.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1 Todos os trabalhos deverão ser executados por profissionais pertencentes ao quadro permanente da empresa, ou profissionais contratados por ela, desde que detentores da qualificação técnica exigida para tanto. Deverão ser utilizados também, meios da própria empresa como: Veículos, equipamentos de medição, equipamentos de Informática, e local de trabalho para a digitação das informações e formação das bases de dados;
- 8.2 Além do Sistema WEBGIS integrado com o Banco do Sistema de Gestão do Município, todos os produtos deverão ser entregues em mídia digital (CD-ROM), com seus arquivos devidamente organizados e identificados e compatíveis com os softwares Microsoft Word, Microsoft Excel, OpenOffice Writer, OpenOffice Calc e Autodesk AutoCAD e Shapefile;
- 8.3 No início dos trabalhos a empresa vencedora deverá apresentar ao município a ART Anotação de Responsabilidade Técnica, destacando o profissional que será o responsável Técnico pela execução dos serviços contratados;
- 8.4 Contratada ainda deverá executar consultoria, por telefone ou e-mail, de eventuais dúvidas ou problemas que possam existir após a execução dos serviços e o treinamento e capacitação dos técnicos da prefeitura, durante 6 meses:

| SEQ. | IMDELA I - NEQ | DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO | A licitante Atende: Sim ou Não |
|------|-------------------|---|--------------------------------------|
| | REQUIS | SITOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA WEB | |
| 1 | 1 2 | lores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome e não ção prévia de plug-ins, applets ou activeX nas estações cliente ento | |
| 2 | | e gráfica de todas as funcionalidades no idioma português nhol (tanto em ambiente restrito quanto em ambiente cidadão) | |
| 3 | | r por meio de acesso visitante (sem autenticação), acesso o) e acesso restrito (autenticado). No acesso visitante deve ser nalizar os mapas. | |
| | MÓ | DULO IMOBILIARIO AMBIENTE RESTRITO | • |
| 4 | Consulta de Dados | O sistema deve possuir no mínimo os módulos de cadastro imobiliário, planta genérica de valores e de plano diretor. Tudo contido na mesma base de dados. Ao alterar os módulos apenas as funcionalidades específicas de cada temática devem ser alteradas | |



| 5 | Consulta de Dados | O sistema deve possuir um visualizador de fotos 360° (estilo street view), com a possibilidade de avanço e retrocesso na visualização das imagens | |
|----|---|--|--|
| 6 | Consulta de Dados /Cadastro Imobiliário | O sistema deve possuir dashboard de dados referente ao comparativo de área edificada do mapa em relação ao cadastro imobiliário por bairros e também da quantidade de imóveis com aumento de área construída por logradouros em bairro específico a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário | |
| 7 | Consulta de Dados /Cadastro Imobiliário | Na aba do imóvel a possibilidade de gerar e imprimir no momento da requisição do usuário o Boletim de Informação Cadastral (BCI) e o Memorial Descritivo | |
| 8 | Carta de Notificação | Possuir a funcionalidade de carta de notificação para imóveis com áreas construídas irregulares | |
| 9 | Carta de Notificação | Na funcionalidade da carta de notificação ser possível gerar lista de imóveis irregulares a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário com a possibilidade de exportação em PDF e CSV | |
| 10 | Carta de Notificação | Gerar a carta de notificação individualmente por imóvel ou a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário. | |
| 11 | Carta de Notificação | Possibilidade de configurar o texto para carta de notificação assim como os dados para a assinatura do responsável do departamento | |
| 12 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Visualizar dados de Zoneamento | |
| 13 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento | |
| 14 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Possibilidade de vincular e desvincular atividades ao Zoneamento, com a ferramenta de relacionar o zoneamento a atividade de interesse | |
| 15 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/atividades de interesse | |
| 16 | Análise Espacial | Visualização de imóveis e demais feições localizadas em determinado entorno (Buffer) definido pelo usuário a partir de uma feição existente ou seleção livre | |



| 17 | Tematização | O sistema deve possibilitar gerar mapas temáticos no momento da requisição do usuário a partir de itens do cadastro: Mapa Temático de Valores únicos; Mapa Temático de Intervalo de Classes e Mapa de Calor | |
|-----|--------------------------------------|---|----------|
| 18 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possuir menu de configurações para gestão de Usuários, Funcionários e Estrutura Organizacional | |
| 19 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possibilitar ao cidadão a criação de usuário e senha para autenticação no acesso público | |
| 20 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possibilitar ao funcionário solicitar usuário e senha de acesso restrito. Essa solicitação será aceita ou não pelo usuário administrador | |
| 21 | Simulador Online | Na Aplicação WEB deverá conter um Simulador da Planta Genérica de Valores, permitindo a inserção/atualização dos parâmetros no momento da requisição do(a) usuário(a) | |
| 22 | Simulador Online | Apresentar ao fim da simulação a somatória dos valores de lançamento atual e simulado | |
| 23 | Simulador Online | Deverá permitir que o(a) usuário(a) defina os valores de alíquotas a serem utilizados | |
| 24 | Simulador Online | Possibilidade de inserir o percentual do valor venal a ser atribuído no cálculo do IPTU | |
| 25 | Simulador Online | Possibilidade de limitar o aumento do valor da simulação do IPTU (referente ao último valor lançado) | |
| 26 | Simulador Online | Deverá ter a opção de inserir a dedução sobre o valor venal dos imóveis prediais | |
| 27 | Simulador Online | Ao fim da simulação deve ser realizado um comparativo entre o IPTU atual e IPTU simulado | |
| 28 | Simulador Online | Os valores simulados (IPTU simulado e diferença entre IPTU atual e IPTU simulado) devem estar disponíveis para que o(a) usuário(a) criem mapas temáticos | |
| СТМ | EM AMBIENTE CII | DADÃO (ACESSO PÚBLICO ATRAVÉS DO SITE DA PRE | FEITURA) |
| 29 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento | |
| 30 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Possibilidade de vincular e desvincular atividades ao Zoneamento, com a ferramenta de relacionar o zoneamento a atividade de interesse | |



ESTADO DO PARANÁ

| 31 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/atividades de interesse | |
|----|--|---|---------|
| 32 | Consulta de Dados / Plano Diretor | As consultas de viabilidade devem ficar registradas na caixa de entrada do usuário requerente para que possam ser visualizadas em outro momento | |
| 33 | Análise Espacial | Realizar cálculo de medidas lineares e áreas | |
| 34 | Consulta de Dados | Possibilidade de navegar e consultar dados disponibilizados pela Prefeitura | |
| PR | OCESSOS (TRAMIT | TAÇÕES INTERNAS POR MEIO DE SOLICITAÇÕES PÚE | BLICAS) |
| 35 | Módulo de Processos/Cidadão | O sistema deve permitir que cidadãos solicitem a abertura de processos de inconsistências cadastral, área construída e padrão construtivo etc. | |
| 36 | Módulo de Processos/Cidadão | Na abertura do processo o sistema deve exigir que o cidadão preencha o formulário com os dados do imóvel (tendo a opção de selecionar o imóvel no mapa 2D e preencher automaticamente os dados), inserir anexos referente ao imóvel e descrever o motivo da solicitação | |
| 37 | Módulo de Processos/ Funcionário | O processo aberto pelo cidadão deverá ser encaminhado diretamente na caixa de entrada do setor cadastrado anteriormente como correspondente do assunto (todo processo deve ser atrelado a uma estrutura organizacional) | |
| 38 | Módulo de Processos/ Funcionário | O funcionário cadastrado na estrutura organizacional correspondente poderá escolher o processo para análise. No momento da escolha o processo deverá ser encaminhado da caixa do setor para a sua caixa de entrada pessoal | |
| 39 | Módulo de Processos/ Funcionário | A caixa pessoal do funcionário deverá ser dividida pelo menos em: Processos abertos e Processos Concluídos; | |
| 40 | Módulo de Processos/ Funcionário | A partir do processo aberto o funcionário, antes de selecionar a opção de resolução, poderá encaminhar para outro funcionário o processo | |
| 41 | Módulo de Processos/ Funcionário | O sistema deve permitir que o funcionário tome as seguintes ações: Avançar, Deferido, Indeferido, Parcialmente Deferido, Parcialmente Indeferido, Cancelado e Abrir Ordem de Serviço | |
| 42 | Módulo de Processos/ Funcionário | A carta de resposta ao cidadão (template) deverá conter as seguintes informações: Dados do Requerente, Número de protocolo, Assinatura do responsável e Resposta da solicitação | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 02 **CARTA-CREDENCIAL**

| | Local, de de 202 |
|---|--|
| | À Comissão de Licitação |
| | Ref.: Edital de Concorrência nº/PMB - Registro de Preços |
| | Prezados Senhores, |
| | O abaixo assinado, (inserir o nome completo), portador da cédula de identidade RG. (inserir o número e órgão |
| | emissor), e do Cadastro de Pessoa Física – CPF. (inserir o número), residente e domiciliado na (inserir o endereço completo, CEP, cidade e estado), na qualidade de responsável legal pela proponente (inserir razão social da proponente), cadastrada no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ, sob o nº ((inserir o número), vem, pela presente, informar a V. Sas que o senhor (inserir o nome completo), portador da cédula de identidade RG. (inserir o número e órgão emissor), e do Cadastro de Pessoa Física – CPF. (inserir o número), residente e domiciliado na (inserir o endereço completo, CEP, cidade e estado), é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos, com poderes específicos para ratificar documentos e renunciar prazos recursais (opcional) a que se referir a licitação em epígrafe. |
| | Atenciosamente, |
| 8 | |
| | |
| | |
| | (Assinatura e nome do representante legal) |
| | (Apresentar doc. original junto a credencial que comprove poderes do mandante, ex. Contrato Social) |
| | |



MODELO Nº 03 DECLARAÇÃO UNIFICADA

| Ref.: Edital de Concorrência n°/PMB - Registro de Preços | | |
|---|---------|-------|
| Á Comissão de Licitações Município de Bandeirantes - PR | | |
| Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, coi, através de seu representante legal infra-assinado, que: | ı sede | na |
| 1) Declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital da Concorrência a | m refer | êncis |

- 1) Declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital da Concorrência em referência, em consideração e dos respectivos modelos, adendos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo LICITADOR quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a(s) obra(s) e/ou os serviços.
- 2) Declara, expressamente, que para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 3) Declara, expressamente, que para todos os fins de direito que não se encontra inadimplente ou em processo de falência ou recuperação judicial, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com qualquer órgão da administração pública bem como declara a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2°, e artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 4) Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente participante do procedimento licitatórios, que:
- a) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação constante no edital Concorrência nº __/__-PMB Registro de Preços,
- b) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitandonos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- c) Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do(s) objeto(s), em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- e) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos da Concorrência nº __/__-PMB Registro de Preços, realizado pelo Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.



- 5) Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.
- 6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 7) Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, que em caso de nossa empresa for declarada adjudicatária, comprometemo-nos a recolher e dara destinação final correta dos itens inutilizados, nos termos do Art. 33, inciso IV, da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentro do prazo estipulado pela administração pública municipal, ficando o Município de Bandeirantes – PR, isento de qualquer tipo de responsabilidade.

Declaramos ainda estar ciente, que caso não efetuemos o descarte adequado dos resíduos conforme legislação vigente, estaremos sujeitos as penalidades cabíveis.

8) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo

| licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: Telefone: () OBS. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos. |
|---|
| 9) Declaramos, para os fins de direito que possuímos Conta Corrente/Poupança de pessoa jurídica em instituição financeira conforme descrição abaixo: Banco: Agência nº: Nome da agência: Cidade da agência: Endereço da agência: Conta nº: Titular: |
| 10) Declaramos sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que, a empresa está legalmente enquadrada na condição de: () microempresa (ME), ou () empresa de pequeno porte (EPP), ou () micro empreendedor individual (MEI), ou () demais |
| 11) Nomeamos e constituímos o senhor(a), portador(a) do CPF/MF sob n.º, e do RG. sob nº expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do, residente e domiciliado (endereço completo), para ser o(a) responsável para |



acompanhar a execução do Contrato, referente ao Concorrência n.º Nº __/2022 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local. __ de ___ de 202_.

(nome, assinatura do responsável legal, RG, CPF, cargo)



MODELO Nº 04 ATESTADO DE VISITA - I

| Ref. : Edital de Concorrê | ncia n°/ PM | В | |
|---|--|--------------------------------------|---|
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE DA ESTRUTURAÇÃO DO C DOS SERVIÇOS DE ATUAL VALORES, IMPLANTAÇÃO MUNICIPIO DE BANDEIRAI | CADASTRO TÉCNICO M LIZAÇÃO CADASTRAL D DO SISTEMA GEST | MULTIFINALITÁRIO ., ELABORAÇÃO DA | , DE FORMA INTEGRADA A PLANTA GENÉRICA DOS |
| Declaram identidade – RG. n° | nos que o(a) Sr(a). | | , portador(a) da cédula de |
| identidade – RG. n ^o | e do Cadastro de Pe | ssoa Física – CPF | , residente e |
| domiciliado(a) na Rua, CEP. | | _ n° Compleme | ento, Bairro |
| , CEP. | na cida | ıde de | Estado do(e |
| , | devidamente | credenciado(a) | pela proponente |
| | | | ssoas Jurídicas — CNPJ. N |
| , sed, Bairro. | iada na Rua | | n ^o , Complemento |
| , Bairro. | | _, CEP | na cidade de |
| | Estado do(e) | , visitou o lo | ocal da execução da obra, objeto |
| da Concorrência em epígrafe. | | | |
| | Bandeirantes-PR, _ | _ de de | 2022. |
| | LICITA | DOR | |
| | LICITA | ANTE | |

OBS: SOMENTE PODERÁ SER EXECUTADA A VISITA ATRAVÉS DE REPRESENTANTE CREDENCIADO POR MEIO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO QUE COMPROVE PODERES E OU PODERES DE MANDANTE, QUANDO DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E DEVE OBTER POR SUA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE, TODA A INFORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA O PREPARO DE SUA.

"ATESTADO SERÁ FORNECIDO NO ATO DA VISITA"



MODELO RENUCIA DE VISITA - II DECLARAÇÃO

| A/C Comissão Permanente de Licitação Município de Bandeirantes – PR |
|---|
| Ref. : Edital de Concorrência n°/ PMB |
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR. |
| A Empresa |
| Bandeirantes-PR, de de 2022. |
| |
| (assinatura e nome do responsável legal) |



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 05 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital de Concorrência nº __/___-PMB - Registro de Preços

| Nº | Perfil do Profissional | Nome | Especialidade Profissional | Nº de Registro no Conselho da Classe | Data Regist |
|------------------------------|---|--|--|---|-------------------|
| 01 | Coordenador Geral | | | | |
| 02 | Coordenador de Campo | | | | |
| 03 | Planejamento Urbano | | | | |
| 04_ | Tecnologia da Informação | | | | |
| 05 | Legislação | | | | |
| 06 | Administração | | | | |
| rofis | ramos, outrossim, que os p sionais permanentes, com rel data. | acionamento junto à | à empresa, dentro das | leis trabalhistas viger | |
| rofis | sionais permanentes, com rel | acionamento junto à | | leis trabalhistas viger | |
| rofis | sionais permanentes, com rel | acionamento junto à | à empresa, dentro das | leis trabalhistas viger | |
| ocal | sionais permanentes, com rel | acionamento junto à (nome, RG n° e assinat Coordenad | à empresa, dentro das | leis trabalhistas viger | |
| ocal | sionais permanentes, com rel | acionamento junto à (nome, RG n° e assinat | à empresa, dentro das ura do responsável legal) | leis trabalhistas viger | ntes. |
| ocal | sionais permanentes, com rel | acionamento junto à (nome, RG n° e assinat Coordenad | à empresa, dentro das ura do responsável legal) | leis trabalhistas viger | ntes. |
| orofis Local | sionais permanentes, com rel | acionamento junto à (nome, RG n° e assinat Coordenad | à empresa, dentro das ura do responsável legal) | leis trabalhistas viger | ntes. |
| ocal ocal oorde PF. | sionais permanentes, com rel | acionamento junto à (nome, RG n° e assinat Coordenad | à empresa, dentro das ura do responsável legal) dor de Campo | leis trabalhistas viger | ntes. ento Urb |



MODELO N° 06 CAPACIDADE FINANCEIRA

Ref.: Edital de Concorrência nº __/___-PMB - Registro de Preços

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo LICITADOR, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

| Tipo de índice | Valor em reais | Índice |
|------------------------------|----------------|--------|
| Liquidez geral (LG) | | |
| LG = (AC + RLP) / (PC + ELP) | | |
| Liquidez corrente (LC) | | |
| LC = AC / PC | | |
| Endividamento (E) | | |
| E = (PC + ELP)/(AC+RLP+AP) | | |
| | | |

AC - ativo circulante; RLP - realizável a longo prazo.

AP - ativo permanente; ELP - exigível a longo prazo.

PC - passivo circulante;

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local/data

Representante legal (nome, RG n° e assinatura)

Contador (nome, n° C'RC e assinatura,)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 07

(razão social, endereço, telefone, "fac-simile" e CNPJ/MF)

PROPOSTA DE PRECOS

Local/data

| A Comissão de Licitação | | | |
|---------------------------------|----|-------------------------|---|
| Ref.: Edital de Concorrência nº | _/ | PMB - Registro de Preço | 3 |

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas nossa proposta de preços, relativa à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR, da licitação em epígrafe.

Os serviços serão executados conforme, Cronograma de Execução, Termo de Referência e anexos do edital de concorrência em referência.

| N° | OTD UND DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais colorida do território do município. Para o perímetro urbano, GSD (ground sample distance) de 10 cm ou melhor e perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos po m) PEC- A 1:1000, conforme item 3.2 do TR. | | VLR UNITÁRIO MÁXIMO | VLR MAXIMO TOTAL | |
|----|---|-----|---|---------------------|------------|
| 1 | | | 8.376,57 | 251.297,10 | |
| 2 | 14.500 | UND | Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR | 10,12 | 146.740,00 |
| 3 | 14.500 | UND | Atualização e Vetorização de base cartográfica urbana (PEC-A1:1000) e CTM- Cadastro técnico imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | 10,48 | 151.960,00 |
| 4 | 14500 | UND | Estruturação e atualização cadastro técnico municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme 3.4 do TR | 35,94 | 521.130,00 |
| 5 | Elaboração da nova planta genérica de valores urbana e implementação de nova metodologia de avaliação conforme item 3.5 do TR. | | 16,13 | 233.885,00 | |



| TOTAL DO LOTE | | | | 1.500.479,57 | |
|---------------|----|-----|---|--------------|------------|
| 8 | 12 | MES | Licença de uso da plataforma WEB no formato SAAS, conforme item 3.8 do TR. | 9.008,45 | 108.101,40 |
| 7 | 60 | HRS | Consultoria em processo de treinamentos, conforme item do TR. | 181,47 | 10.888,20 |
| 6 | 1 | UND | Customização e implantação de plataforma de gestão na web com integração com banco de dados espacial e sistema mobile, conforme item 3.6 do TR. | 76.477,87 | 76.477,87 |

O preço global proposto para execução dos serviços objeto da licitação supramencionada é de R\$ *inserir* o valor da proposta (inserir o valor por extenso).

O prazo de execução do objeto é de 730 (setecentos e trinta) dias contados a partir do 10° (décimo) dia da data de assinatura do Contrato.

O prazo de validade da proposta de preços é de $\underline{mínimo 60 dias}$ ($\underline{finserir o prazo de validade por extenso}$) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas ($envelopes n^{\circ} 2$) pela Comissão de Licitação.

Declaro, expressa referência de submissão da proposta ao edital, que nos preços mantidos na proposta escrita, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação (O Município de Bandeirantes-PR não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados).

Atenciosamente,

(nome, RG n° e assinatura do responsável legal)

(Deverá estar anexo à Proposta de Preços: Cronograma de Execução)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 08

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

| | A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Concorrência nº/PMB, por |
|-------|---|
| seu i | representante credenciado, declara, na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a |
| emp | resa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os |
| docu | rmentos de habilitação, renunciando, expressamente, ao direito de recurso da fase habilita tória e ao |
| respe | ectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos |
| enve | elopes de proposta de preço dos proponentes habilitados. |

Local, __ de ___ de 202__.

(nome, RG n° e assinatura do responsável legal)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 09 MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº /2022 - PMB

CONCORRÊNCIA Nº __/2022 – PMB PROCESSO ADMINSITRATIVO Nº 238/2022-PMB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

| Pelo presente instrumento, o Municipio de Bandeirantes, esta | ado do Parana, pessoa jurídica de direito publico |
|---|---|
| interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, | nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, |
| inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministéri | o da Fazenda sob o nº 76.235.753/0001-48, neste |
| ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. | , casado, residente e domiciliado nesta cidade de |
| Bandeirantes, PR. na n° | ,, portador da Cédula de Identidade RG |
| n.º, expedida pela Secretaria de Estado de Segur | ança Pública do e inscrito no Cadastro |
| de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.º | , abaixo assinado, doravante designado |
| CONTRATANTE de um lado e, de outro | estabelecida na nº, bairro |
| , na cidade de, Estado de(o), | inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica |
| do Ministério da Fazenda sob o nº, neste a | ato representada por seu, o Sr. |
| , portador da Cédula de Identidade RG nº | expedida pela Secretaria de Estado de Segurança |
| Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Física | as do Ministério da Fazenda sob o nº:, |
| doravante designada CONTRATADA, estando as partes suj | eitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações |
| subsequentes, ajustam o presente Contrato de Prestação de Se | erviços decorrência da Concorrência - Edital nº |
| /2022 - PMB, mediante as seguintes cláusulas e condiç | ões a seguir expressas, definidoras dos direitos, |
| obrigações e responsabilidades das partes, a saber: | |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Único - O objeto do presente Contrato destina-se a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL. ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR, sob regime do tipo menor preço global, em consonância com edital, termo de referência e demais peças e documentos da Concorrência __/2022-PMB, fornecida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Único - O preço global para a execução do objeto deste Contrato, é de R\$ (inserir valor) (inserir valor por extenso), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL" conforme descrição abaixo:

| Nº | QTD | UND | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | VLR UNITÁRIO MÁXIMO | VLR MAXIMO TOTAL |
|----|-----|-----|------------------------|------------------------|---------------------|
| 1 | | | | | |

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

Parágrafo Único - As despesas com a execução do objeto do presente contrato serão financiadas através de Recursos próprios do Município, que correrão a conta das dotações orçamentárias:

| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
|------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Fazenda | 4820-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |

CLÁUSULA QUARTA - DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste Contrato inteiramente concluído. em condições de aceitação e de utilização, em até 730 (setecentos e trinta) dias, contados partir do 10° (décimo) dia da data da publicação da Ordem de Serviços;

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados no máximo até 10° (décimo) dia contado a partir da publicação da ordem de serviços;

Parágrafo Terceiro – O prazo de vigência do contrato será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviços, tendo eficácia legal no primeiro dia após a assinatura do contrato por ambas as partes;

Parágrafo Quarto - Somente será admitida alteração do prazo quando:

- a) Houver alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) Houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste Contrato, por atos do CONTRATANTE:
- c) Houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE:
- d) Por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;
- e) Atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE:
- f) Por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado:
- g) Outros casos previstos em lei.

Parágrafo Quinto - Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Sexto - Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo Sétimo - O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução dos serviços com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se obriga a:

- a) Confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo fornecido pelo município;
- b) Assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- c) Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- d) Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;
- e) Manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- f) Providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- g) Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- h) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, aeronave, máquinas e equipamentos;
- j) Examinar completamente as especificações técnicas, termo de referência e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do procedimento, se responsabilizando inteiramente pela apresentação de uma proposta de preços completa e satisfatória;
- k) A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados.

Parágrafo Segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato. No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento. isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro - As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Único - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48

BANDEIRANIES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANÁ

- c) Garantir à CONTRATADO acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- d) Garantir à CONTRATADO acesso às suas instalações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) LIBERAÇÃO EM TODAS AS FATURAS FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 1 Nota fiscal nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
- 2 Execução dos serviços de acordo com o Cronograma de Execução;
- 3 CONTRATO: Anexar uma Cópia do Contrato e aditivos vigentes;
- 4 CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO: Anexar Cópia do Cronograma de Execução vigente a cada medição;
- 5 CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS CRF Certidão Negativa da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
- 6 CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;
- 7 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, em plena validade.

b) A LIBERAÇÃO DA ULTIMA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 1 Toda documentação citada na Cláusula Sétima, Parágrafo Primeiro letra "a".
- 2 Do Termo de Recebimento Provisório;
- 3 Certidão de Conclusão de serviços emitida pelo Contratante;
- 4 De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da licitante.

Parágrafo Segundo - O faturamento deverá ser efetuado em nome do *(inserir no de contratante)* – CNPJ nº *(inserir nº)*.

Parágrafo Terceiro - Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 30 (trinta) dias após a apresentação correta da fatura, incorrerá o CONTRATANTE em juros de mora, no montante de 2% ao mês do valor da fatura. **Parágrafo Quarto** - O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo de 730 (setecentos e trinta) dias da data da apresentação da proposta mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO

BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTI

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Primeiro - A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita através de profissionais devidamente designados pelo CONTRATANTE. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma de execução, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma de execução, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Parágrafo Segundo - A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- 1. Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- 2. Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir;

Parágrafo Terceiro - A contratada deverá manter no local dos serviços um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deve manter cópia das especificações técnicas, termo de referência, cronograma de execução de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

Parágrafo Quinto - A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

Parágrafo Sexto - Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo - Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

■ Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Nono - A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar o cronograma dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.

Parágrafo Décimo - Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva, após o seu recebimento.

Parágrafo Décimo Primeiro – O fiscal responsável pelo contrato será o Sr. José Celestino Fontolan, Secretário de Fazenda.

Parágrafo Décimo Segundo – O fiscal responsável pela execução dos serviços será o Sr. Ricardo José Silva Rivolli, Engenheiro Civil – CREA/PR N° 158.606/D, Diretor de Obras.

CLÁUSULA NONA – DOS SERVIÇOS PROVISÓRIOS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deve submeter à fiscalização os desenhos, especificações técnicas propostos para os serviços provisórios que se façam necessários, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo - A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelos serviços provisórios.

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Parágrafo Primeiro - Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativos que se fizer(em) nos serviços, nos limites autorizados em lei.

Parágrafo Segundo - A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

Parágrafo Segundo - Se no Contrato não houver sido contemplado preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, AERONAVE, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Parágrafo Primeiro - Os materiais, veículos, aeronave, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade e/ou em ótimo estado de conservação, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

Parágrafo Segundo - Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

Parágrafo Segundo - O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá. obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214, de 08/06/78. Normas Regulamentares - NRs 01 a 32 e em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

Parágrafo Quarto - Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NRs aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77.

Parágrafo Quinto - O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não-cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução dos serviços.

Parágrafo Sexto - Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente(s) na execução dos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SEGURANÇA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48

BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem às especificações dos serviços/técnicas e/ou referenciais.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

Parágrafo Quarto - Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, aplicando-se no caso concreto uma das formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, especialmente a denunciação da lide (art. 70 – CPC), se for o caso.

Parágrafo Quinto - A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis. Parágrafo Sexto - CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos que dele decorra a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro - O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo até 60 (sessenta) dias após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA. ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação dos serviços pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, aos serviços e serão considerados como recebidos definitivamente.

Parágrafo Terceiro - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Terceiro - Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber:

- a) Multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do saldo contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão dos serviços;
- b) Multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais;
- c) Multa de 10% (*dez por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual quando ocorrer rescisão do Contrato conforme o estabelecido na Cláusula Décima Nona, Parágrafo Primeiro;
- e) Suspensão do direito de participar em licitações/contratos advindos de recursos do CONTRATANTE, ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (*dois*) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a rescisão contratual ou declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA;

Parágrafo Segundo - A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

Parágrafo Terceiro - As penalidades previstas no *caput*, poderão cumular-se e o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quarto - Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos serviços previstos o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada a CONTRATADA responderá pelos custos através de glosas de créditos, garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 2 anos, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação a CONTRATADA dos atos a serem realizados.

Parágrafo Segundo - Compete ao Prefeito, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas. **Parágrafo Terceiro -** É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente. quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRAN

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) Quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- c) Quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (*trinta*) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceito pelo CONTRATANTE;
- d) Quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização;
- e) Demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis. Parágrafo Segundo - Declarada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data da sua assinatura, a CONTRATADA se obriga, expressamente, a entregar o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA NONA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: o instrumento convocatório, especificações técnicas, termo de referência, bem como a proposta de preços, cronograma de execução, anexos e pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Único - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Único - Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nas especificações técnicas, no termo referencial, nas quantidades, no prazo de execução ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com anuência expressa do PREFEITURA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Parágrafo Único - Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro - Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso. Parágrafo Segundo - Qualquer objeto de valor histórico, valor significativo que venha a ser descoberto, em qualquer parte e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, deverá a Contratada notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

Parágrafo Primeiro - As partes elegem o foro da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Parágrafo Segundo** - E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

| RG | ${\text{RG}}$ |
|--|-------------------------------------|
| Testemunhas: | |
| Engenh | neiro Fiscal - Designado CREA nº |
| CONTRATANTE | CONTRATADA |
| Local e data. | |
| e forma, na presença das testemunhas abaixo. | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 10

EXTRATO DO CONTRATO (Publicação)

| CONTRATO Nº/2 | .022-PMB | | |
|--|--|---|---|
| CONCORRÊNCIA: | N°/ 2022-PN | 1 B | |
| PROCESSO ADMINI | STRATIVO: _ | _/2022-PMB | |
| CONTRATANTE: Mu | unicípio de Bande | eirantes, Estado do Paraná | |
| CONTRATADA: | | | |
| REALIZAÇÃO DA ES INTEGRADA, DOS S GENÉRICA DOS V | STRÚTURAÇÃO SERVIÇOS DE 'ALORES, IMF | PESSOA JURÍDICA PARA EXECU DO CADASTRO TÉCNICO MULTI ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, EL PLANTAÇÃO DO SISTEMA GES E BANDEIRANTES-PR | FINALITÁRIO, DE FORMA ABORAÇÃO DA PLANTA |
| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
| Obras, Serviços e Desenvolvimento | 5152-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |
| Urbano | 5152-819 | - 0000213432042510114490510000 OBRAS E INSTAI | OBRAS E INSTALAÇÕES |
| da Ordem de Serviços, | podendo ser pron IA: Será de 730 (| 0 (setecentos e trinta) dias, contados a progado em igual período. (setecentos e trinta) dias, contados a parogado em igual período, tendo eficácia | tir do 10° dia da publicação da |

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753 0001-48

CONTRATADO

CONTRATANTE



ANEXO I

Elementos gráficos:

• Cronograma de Execução; Termo de Referência; etc.

Serão disponibilizados no sítio eletrônico do Município de Bandeirantes – PR <u>www.bandeirantes.pr.gov.br</u> anexo ao aviso de licitação e edital ou solicitado através do e-mail <u>licitacao@bandeirantes.pr.gov.br</u>



contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANA

PORTARIA nº 1.539/2022

JAELSON RAMALHO MATTA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam nomeados, a partir desta data, para compor a Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2022, os funcionários JOSÉ MARCIO URBANO, portador da Carteira de Identidade RG nº 7.018.338-2/SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 023.000.589-60; *JOYCE FERREIRA PARPINELLI*, portadora da Carteira de Identidade RG nº 108322918/SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 065.535.889-70; e FERNANDO HENRIQUE FERREIRA FRANCO, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.328.987-0/SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 078.187.909-42, sob a presidência do primeiro, e como suplentes *FERNANDA DO CARMO SILVEIRA, MARCOS DE MORAES e CIBELE GUSMÃO FONTOLAN SILVA*

Art. 2º - Revogam-se as disposições em

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 03 de janeiro de 2022.

laelson Ramalho Matta Pveleito Municipal

<u>PUBLICAÇÃO</u>

O presente ato foi publicado na edição nº 152 do dia 03/01/2022 do Jornal DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO do MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

Fernando H. F. Franco Ass. Tec. Administrativo



119

LEI COMPLEMENTAR Nº 125/2020.

DATA: 22 DE JULHO DE 2020.

SÚMULA: ALTERA OS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

<u>L E 1</u>

CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

- Art. 1º O território municipal é dividido em áreas urbanas e área rural, para fins urbanísticos e tributários.
- §1º As áreas urbanas do Município de Bandeirantes, para efeito desta lei, são compostas pelos perímetros urbanos:
 - l da Sede Municipal;
 - II do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.
- §2º A área rural é constituída pelo restante do território do Município.
- Art. 2º A representação dos perímetros urbanos e os cálculos analíticos de área constam dos seguintes anexos, partes integrantes desta Lei:
 - 1 Anexo I: Mapa do perímetro urbano da Sede Municipal;
 - II Anexo II: Descrição e cálculo analítico de área, azimutes, lados e coordenadas geográficas do perímetro urbano da Sede Municipal;
 - III Anexo III: Mapa do perímetro urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária;
 - IV Anexo IV: Descrição e cálculo analítico de área, azimutes, lados e coordenadas geográficas do perímetro urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.
- Art. 3º A expansão dos perímetros urbanos indicados nos anexos I a IV, partes integrantes desta Lei, condiciona-se à efetiva ocupação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das áreas urbanas.
- Art. 4° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar n° 25/2011 e a Lei Complementar n° 62/2015.

Edificio da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do

Paraná, em 22 de julho de 2020.

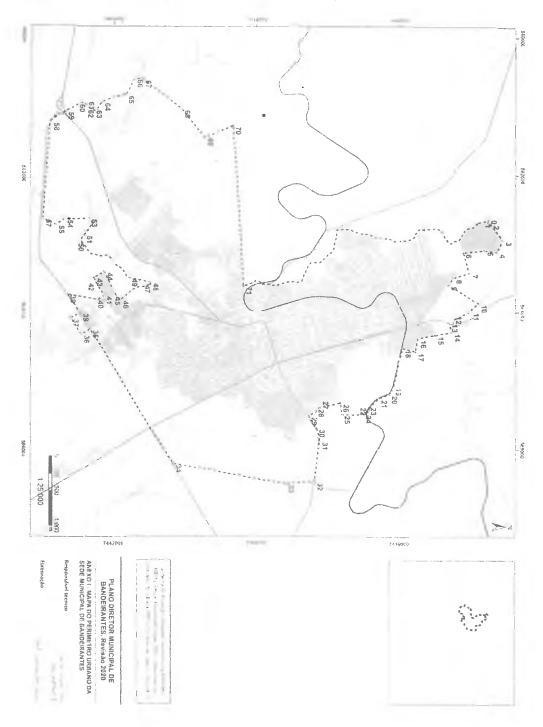
Lino Martins

Prefeito Municipal



120

ANEXO I - MAPA DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE MUNICIPAL







Anexo II – Descrição e Cálculo Analítico de Área, Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas do Perímetro Urbano da Sede Municipal

Área: 17.835.749,11m2 ou 1.783,5749ha

Perímetro: 26.968,11m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, definido pelas coordenadas E: 562.658,188m e N: 7.447.250,000m com azimute 101º 58' 58,49" e distância de 31,31m até o vértice 1, definido pelas coordenadas E: 562.688,813m e N: 7.447.243,500m com azimute 27° 47' 04,88" e distância de 44,65m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 562.709,625m e N: 7.447.283,000m com azimute 54° 30' 23,50" e distância de 291,93m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 562.947,313m e N: 7.447.452,500m com azimute 115° 37' 41,13" e distância de 199,99m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 563.127,625m e N: 7.447.366,000m com azimute 190° 42' 45,23" e distância de 170,47m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 563.095,938m e N: 7.447.198,500m com azimute 173° 24' 48,77" e distância de 303,50m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 563.130,750m e N: 7.446.897,000m com azimute 73° 40' 46,74" e distância de 309,60m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 563.427,875m e N: 7.446.984,000m com azimute 161º 54' 49,19" e distância de 240,38m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 563.502,500m e N: 7.446.755,500m com azimute 122° 47' 12,52" e distância de 120,96m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 563.604,188m e N: 7.446.690,000m com azimute 33º 05' 29,40" e distância de 506,09m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 563,880,500m e N: 7.447.114,000m com azimute 135° 28' 45,54" e distância de 158,49m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 563.991,625m e N: 7.447.001,000m com azimute 144º 08' 32,92" e distância de 308,46m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 564.172,313m e N: 7.446.751,000m com azimute 198º 46' 32,28" e distância de 56,51m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 564.154,125m e N: 7.446.697,500m com azimute 74° 32' 17,79" e distância de 144,41m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 564.293,313m e N: 7.446.736,000m com azimute 169º 40' 33,05" e distância de 232,26m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 564.334,938m e N: 7.446.507,500m com azimute 167° 36' 44,99" e distância de 252,89m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 564.389,188m e N: 7.446.260,500m com azimute 99° 43' 43,06" e distância de 192,33m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 564.578,750m e N: 7.446.228,000m com azimute 195º 41' 24,72" e distância de 186,97m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 564.528,188m e N: 7.446.048,000m com azimute 103° 08' 46,46" e distância de 608,96m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 565.121,188m e N: 7.445.909,500m com azimute 123° 57' 25,84" e distância de 96,67m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 565.201,375m e N: 7.445.855,500m com azimute 157º 37' 33,87" e distância de 156,80m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 565.261,063m e N: 7.445.710,500m com azimute 132° 08' 13,15" e distância de 207,93m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 565.415,250m e N: 7.445.571,000m com azimute 94° 45′ 49,11″ e distância de 102,35m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 565.517,250m e N: 7.445.562,500m com azimute 203° 37' 45,76" e distância de 75,31m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 565.487,063m e N: 7.445.493,500m com azimute 178° 32' 54,81" e distância de 296,10m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 565.494,563m e N: 7.445.197,500m com azimute 263° 57' 21,27" e distância de 170,95m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 565.324,563m e N: 7.445.179,500m com azimute 167° 21' 35,00" e distância de 296,18m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 565.389,375m e N: 7.444.890,500m com azimute 128º 38' 10,80" e distância de 95,30m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 565.463,813m e N: 7.444.831,000m com azimute 150° 30' 55,99" e distância de 110,86m até o vértice



122

29, definido pelas coordenadas E: 565.518,375m e N: 7.444.734,500m com azimute 58° 47' 58,15" e distância de 207,52m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 565.695,875m e N: 7.444.842,000m com azimute 77° 24' 48,20" e distância de 188,15m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 565.879,500m e N: 7.444.883,000m com azimute 96° 22' 25,90" e distância de 599,02m até o vértice 32, definido pelas coordenadas Ε: 566.474,813m e N: 7.444.816,500m com azimute 173° 48' 12,55" e distância de 401,85m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 566.518,188m e N: 7.444.417,000m com azimute 190° 51' 29,23" e distância de 1.608,80m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 566.215,125m e N: 7.442.837,000m com azimute 239° 13' 37,62" e distância de 2.277,99m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 564.257,875m e N: 7.441.671,500m com azimute 148° 40' 16,71" e distância de 148,09m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 564.334,875m e N: 7.441.545,000m com azimute 237° 35' 30,56" e distância de 278,95m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 564.099,375m e N: 7.441.395,500m com azimute 329° 35' 35,43" e distância de 157,69m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 564.019,563m e N: 7.441.531,500m com azimute 236° 11' 54,59" e distância de 320,86m até o vértice 39, definido pelas coordenadas E: 563.752,938m e N: 7.441.353,000m com azimute 10° 35' 11,86" e distância de 426,26m até o vértice 40, definido pelas coordenadas E: 563.831,250m e N: 7.441.772,000m com azimute 327° 06' 31,77" e distância de 113,14m até o vértice 41, definido pelas coordenadas E: 563.769,813m e N: 7.441.867,000m com azimute 240° 03' 03,74" e distância de 226,35m até o vértice 42, definido pelas coordenadas E: 563.573,688m e N: 7.441.754,000m com azimute 247° 45′ 25,13" e distância de 75,29m até o vértice 43, definido pelas coordenadas E: 563.504,000m e N: 7.441.725,500m com azimute 329° 07' 14,60" e distância de 167,20m até o vértice 44, definido pelas coordenadas E: 563.418,188m e N: 7.441.869,000m com azimute 64° 11' 10,58" e distância de 400,74m até o vértice 45, definido pelas coordenadas E: 563.778,938m e N: 7.442.043,500m com azimute 43° 39' 06,14" e distância de 73,25m até o vértice 46, definido pelas coordenadas E: 563.829,500m e N: 7.442.096,500m e segue à jusante pelo córrego Água Boa até o vértice 47, definido pelas coordenadas E: 563.604,875m e N: 7.442.513,000m com azimute 275° 05' 54,21" e distância de 33,76m até o vértice 48, definido pelas coordenadas E: 563.571,250m e N: 7.442.516,000m com azimute 192º 19' 39,43" e distância de 305,03m até o vértice 49, definido pelas coordenadas E: 563.506,125m e N: 7.442.218,000m e segue à montante pelo Ribeirão das Antas até o vértice 50, definido pelas coordenadas E: 562.987,938m e N: 7.441.552,500m com azimute 285° 26' 51,09" e distância de 112,63m até o vértice 51, definido pelas coordenadas E: 562.879,375m e N: 7.441.582,500m com azimute 304° 35' 04,19" e distância de 208,77m até o vértice 52, definido pelas coordenadas E: 562.707,500m e N: 7.441.701,000m com azimute 234° 36' 47,85" e distância de 85,48m até o vértice 53, definido pelas coordenadas E: 562.637,813m e N: 7.441.651,500m com azimute 177° 52' 51,08" e distância de 339,73m até o vértice 54, definido pelas coordenadas E: 562.650,375m e N: 7.441.312,000m com azimute 146° 21' 04,58" e distância de 144,15m até o vértice 55, definido pelas coordenadas E: 562.730,250m e N: 7.441.192,000m com azimute 202º 53' 59,52" e distância de 125,92m até o vértice 56, definido pelas coordenadas E: 562.681,250m e N: 7.441.076,000m com azimute 209° 25' 05,41" e distância de 77,49m até o vértice 57, definido pelas coordenadas E: 562.643,188m e N: 7.441.008,500m com azimute 274° 38' 41,71" e distância de 1.407,75m até o vértice 58, definido pelas coordenadas E: 561.240,063m e N: 7.441.122,500m com azimute 321º 49' 31,99" e distância de 256,95m até o vértice 59, definido pelas coordenadas E: 561.081,250m e N: 7.441.324,500m com azimute 331° 29' 24,86" e distância de 235,57m até o vértice 60, definido pelas coordenadas E: 560.968,813m e N: 7.441.531,500m com azimute 9° 19′ 32,28″ e distância de 77,52m até o vértice 61, definido pelas coordenadas E: 560.981,375m e N: 7.441.608,000m com azimute 42° 47′ 57,41″ e distância de 103,58m até o vértice 62, definido pelas coordenadas E: 561.051,750m e N: 7.441.684,000m com azimute 3° 07' 58,39" e distância de 84,63m

g AN DEN RANZES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

até o vértice 63, definido pelas coordenadas E: 561.056,375m e N: 7.441.768,500m com azimute 301° 44′ 35,43″ e distância de 124,50m até o vértice 64, definido pelas coordenadas E: 560.950,500m e N: 7.441.834,000m com azimute 342° 32′ 39,24″ e distância de 352,74m até o vértice 65, definido pelas coordenadas E: 560.844,688m e N: 7.442.170,500m com azimute 298° 03′ 34,93″ e distância de 263,61m até o vértice 66, definido pelas coordenadas E: 560.612,063m e N: 7.442.294,500m com azimute 4° 13′ 58,52″ e distância de 114,31m até o vértice 67, definido pelas coordenadas E: 560.620,500m e N: 7.442.408,500m com azimute 38° 21′ 43,56″ e distância de 695,06m até o vértice 68, definido pelas coordenadas E: 561.051,875m e N: 7.442.953,500m com azimute 52° 12′ 06,81″ e distância de 527,02m até o vértice 69, definido pelas coordenadas E: 561.468,313m e N: 7.443.276,500m com azimute 335° 45′ 25,50″ e distância de 430,46m até o vértice 70, definido pelas coordenadas E: 561.291,563m e N: 7.443.669,000m com azimute 86° 20′ 10,70″ e distância de 2.339,59m até o vértice 71, definido pelas coordenadas E: 563.626,375m e N: 7.443.818,500m e segue à jusante pelo Ribeirão das Antas até o vértice 0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

As coordenadas geográficas dos vértices do perímetro urbano estão representadas na tabela a seguir.

| 1D | X | Υ |
|----|-------------|--------------|
| 0 | 562658,1875 | 7447250,0000 |
| 1 | 562688,8125 | 7447243,5000 |
| 2 | 562709,6250 | 7447283,0000 |
| 3 | 562947,3125 | 7447452,5000 |
| 4 | 563127,6250 | 7447366,0000 |
| 5 | 563095,9375 | 7447198,5000 |
| 6 | 563130,7500 | 7446897,0000 |
| 7 | 563427,8750 | 7446984,0000 |
| 8 | 563502,5000 | 7446755,5000 |
| 9 | 563604,1875 | 7446690,0000 |
| 10 | 563880,5000 | 7447114,0000 |
| 11 | 563991,6250 | 7447001,0000 |
| 12 | 564172,3125 | 7446751,0000 |
| 13 | 564154,1250 | 7446697,5000 |
| 14 | 564293,3125 | 7446736,0000 |
| 15 | 564334,9375 | 7446507,5000 |
| 16 | 564389,1875 | 7446260,5000 |
| 17 | 564578,7500 | 7446228,0000 |
| 18 | 564528,1875 | 7446048,0000 |
| 19 | 565121,1875 | 7445909,5000 |
| 20 | 565201,3750 | 7445855,5000 |
| 21 | 565261,0625 | 7445710,5000 |
| 22 | 565415,2500 | 7445571,0000 |
| 23 | 565517,2500 | 7445562,5000 |
| 24 | 565487,0625 | 7445493,5000 |
| 25 | 565494,5625 | 7445197,5000 |
| | | |

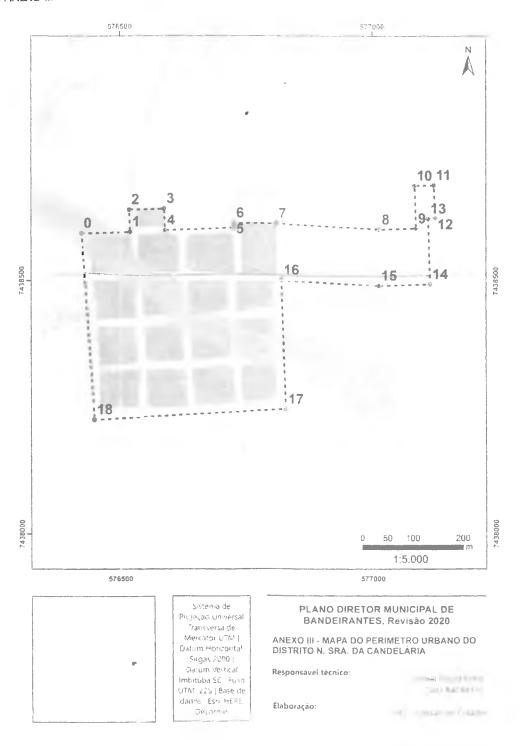




| 26 | 565324,5625 | 7445179,5000 |
|----------|--------------|----------------|
| 27 | 565389,3750 | 7444890,5000 |
| 28 | 565463,8125 | 7444831,0000 |
| 29 | 565518,3750 | 7444734,5000 |
| 30 | 565695,8750 | 7444842,0000 |
| 31 | 565879,5000 | 7444883,0000 |
| 32 | 566474,8125 | 7444816,5000 |
| 33 | 566518,1875 | 7444417,0000 |
| 34 | 566215,1250 | 7442837,0000 |
| 35 | 564257,8750 | 7441671,5000 |
| 36 | 564334,8750 | 7441545,0000 |
| 37 | 564099,3750 | 7441395,5000 |
| 38 | 564019,5625 | 7441531,5000 |
| 39 | 563752,9375 | 7441353,0000 |
| 40 | 563831,2500 | 7441772,0000 |
| 41 | 563769,8125 | 7441867,0000 |
| 42 | 563573,6875 | 7441754,0000 |
| 43 | 563504,0000 | 7441725,5000 |
| 44 | 563418,1875 | 7441869,0000 |
| 45 | 563778,9375 | 7442043,5000 |
| 46 | 563829,5000 | 7442096,5000 |
| 47 | 563604,8750 | 7442513,0000 |
| 48 | 563571,2500 | 7442516,0000 |
| 49 | 563506,1250 | 7442218,0000 |
| 50 | 562987,9375 | 7441552,5000 |
| 51 | 562879,3750 | 7441582,5000 |
| 52 | 562707,5000 | 7441701,0000 |
| 53 | 562637,8125 | 7441651,5000 |
| 54 | 562650,3750 | 7441312,0000 |
| 55 | 562730,2500 | 7441192,0000 |
| 56 | 562681,2500 | 7441076,0000 |
| 57 | 562643,1875 | 7441008,5000 |
| 58 | 561240,0625 | 7441122,5000 |
| 59 | 561081,2500 | 7441324,5000 |
| 60 | 560968,8125 | 7441531,5000 |
| 61 | 560981,3750 | 7441608,0000 |
| 62 | 561051,7500 | 7441684,0000 |
| 63 | 561056,3750 | 7441768,5000 |
| 64 | 560950,5000 | 7441834,0000 |
| 65 | 560844,6875 | 7442170,5000 |
| 66 | 560612,0625 | 7442294,5000 |
| 67 | 560620,5000 | 7442408,5000 |
| 68 | 561051,8750 | 7442953,5000 |
| 69 | 561468,3125 | 7443276,5000 |
| 70 | 561291,5625 | 7443669,0000 |
| 70 71 | 563626,3750 | 7443818,5000 |
| / · | J0J0#0JJ1 J0 | , 4-430.013000 |



ANEXO III - MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA





Anexo IV – Descrição e Cálculo Analítico de Área, Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas do Perímetro Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária

Área: 180.873,39m2 ou 18,0873ha

Perímetro: 2.391,56m

lnicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, definido pelas coordenadas E: 576.424,063m e N: 7.438.594,000m com azimute 88° 30' 15,72" e distância de 95,78m até o vértice 1, definido pelas coordenadas E: 576.519,813m e N: 7.438.596,500m com azimute 357° 59' 20,53" e distância de 44,53m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 576.518,250m e N: 7.438.641,000m com azimute 88° 45′ 52,93″ e distância de 69,58m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 576.587,813m e N: 7.438.642,500m com azimute 178° 13' 52,08" e distância de 42,52m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 576.589,125m e N: 7.438.600,000m com azimute 87° 54' 11,34" e distância de 136,65m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 576.725,688m e N: 7.438.605,000m com azimute 0° 23' 52,37" e distância de 9,00m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 576.725,750m e N: 7.438.614,000m com azimute 90° 20' 29,58" e distância de 83,88m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 576.809,625m e N: 7.438.613,500m com azimute 93° 21' 37,07" e distância de 204,73m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 577.014,000m e N: 7.438.601,500m com azimute 88° 00' 47,11" e distância de 72,11m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 577.086,063m e N: 7.438.604,000m com azimute 358° 10' 42,01" e distância de 84,54m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 577.083,375m e N: 7.438.688,500m com azimute 88° 31' 01,00" e distância de 38,64m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 577.122,000m e N: 7.438.689,500m com azimute 177° 41' 14,60" e distância de 65,05m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 577.124,625m e N: 7.438.624,500m com azimute 265° 50′ 25,29″ e distância de 13,79m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 577.110,875m e N: 7.438.623,500m com azimute 178° 24' 31,90" e distância de 130,55m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 577.114,500m e N: 7.438.493,000m com azimute 268° 18' 55,14" e distância de 102,04m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 577.012,500m e N: 7.438.490,000m com azimute 273° 15' 31,95" e distância de 193,50m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 576.819,313m e N: 7.438.501,000m com azimute 178° 05' 40,49" e distância de 255,64m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 576.827,813m e N: 7.438.245,500m com azimute 266° 54' 03,04" e distância de 379,18m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 576.449,188m e N: 7.438.225,000m com azimute 356° 06' 17,19" e distância de 369,85m até o vértice 0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

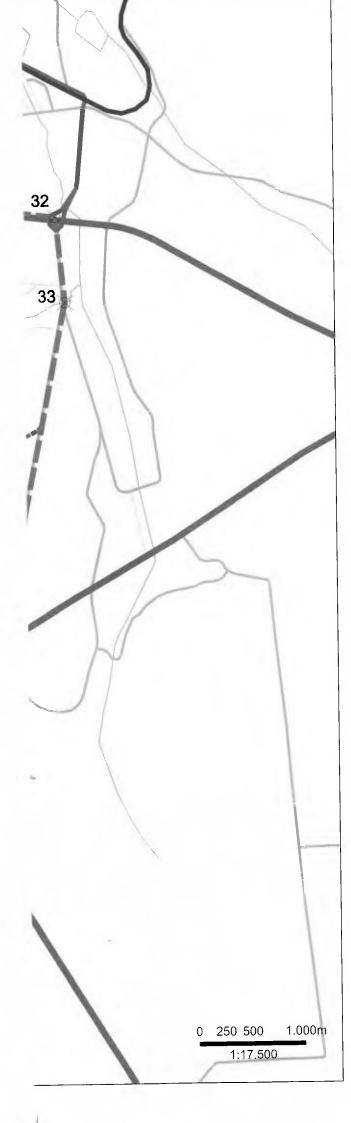
As coordenadas geográficas dos vértices do perímetro urbano estão representadas na tabela a seguir.

| ID | X | Υ | |
|----|------------|-------------|--|
| 0 | 576424,063 | 7438594,000 | |
| 1 | 576519,813 | 7438596,500 | |
| 2 | 576518,250 | 7438641,000 | |
| 3 | 576587,813 | 7438642,500 | |
| 4 | 576589,125 | 7438600,000 | |
| | | | |

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 — Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48



| • | | |
|----|------------|-------------|
| 5 | 576725,688 | 7438605,000 |
| 6 | 576725,750 | 7438614,000 |
| 7 | 576809,625 | 7438613,500 |
| 8 | 577014,000 | 7438601,500 |
| 9 | 577086,063 | 7438604,000 |
| 10 | 577083,375 | 7438688,500 |
| 11 | 577122,000 | 7438689,500 |
| 12 | 577124,625 | 7438624,500 |
| 13 | 577110,875 | 7438623,500 |
| 14 | 577114,500 | 7438493,000 |
| 15 | 577012,500 | 7438490,000 |
| 16 | 576819,313 | 7438501,000 |
| 17 | 576827,813 | 7438245,500 |
| 18 | 576449,188 | 7438225,000 |
| | | |



Limite Municipal

Perímetro Urbano

Hidrografia

Ferrovia

Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) | Datum Horizontal: SIRGAS 2000 | Datum Vertical: Imbituba SC | Fuso UTM: 22S |

Base de dados: Esri, HERE, DeLorme.

Sistema Viário Estrutural

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BANDEIRANTES, Revisão 2020

Mapa dos Perímetros Urbanos

Responsável técnico:

Daniel Souza Lima CAU A47.443-6

Equipe Técnica:

DRZ Gestão de Cidades



PARECER JURIDICO EDITAL



PARECER JURÍDICO Nº. 139/2022.

REFERÊNCIA: Proc. Administrativo nº. 238/2022. INTERESSADO: Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES DOS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO.

I - RELATÓRIO

Primeiramente, cumpre salientar que a presente manifestação tem por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo licitatório em questão.

Submete-se a apreciação o processo relativo ao procedimento licitatório na modalidade concorrência para a contratação de pessoa jurídica para a construção da infraestrutura do Condomínio Industrial do Município, o qual foi encaminhado para análise e parecer jurídico quanto a minuta de edital e de contrato, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

Consta no presente certame: solicitação do Secretário da Fazenda; memorando de abertura de processo licitatório encaminhado pelo Secretário de Planejamento ao Secretário de Administração; justificativa; Orçamentos; Termo de Referência; expediente do Diretor da Divisão de Compras e Secretário Municipal de Administração; despacho do Prefeito Municipal autorizando o pleito; parecer contábil de disponibilidade orçamentária; parecer financeiro; despacho de encaminhamento dos autos à assessoria jurídica para análise e parecer; Minuta do edital e anexos; Minuta do Contrato.



Ficou estabelecido no edital, como critério a ser utilizado no julgamento das propostas, o menor preço, atendendo ao que dispõe o art. 45 da Lei 8.666/93.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

II - OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório, bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos arrídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

III - FUNDAMENTAÇÃO

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública sejam precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

A licitação configura procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa, caracterizando-se como ato administrativo formal, praticado pelo Gestor Público, devendo ser processado em estrita conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Acerca do objeto do procedimento em análise preceitua a Lei

8.666/93:

Art. 6. Para os fins desta Lei, considera-se:

(...);

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.

Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

(...):

I - execução indireta, nos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global;

Art. 47. Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a



Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

Ainda, como nota-se, a Lei nº 8.666/93 expressamente prevê alguns requisitos que devem ser observados antes da instauração de licitação com o objetivo de contratar empresa para a execução de obras, conforme se vislumbra da leitura do art. 7º, § 2º.

Art. 7°. As licitações para a execução de obras e <u>para a prestação de</u> <u>serviços</u> obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I-houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV-o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

Dessa forma, constata-se que encontra-se ausente no presente processo o Projeto Básico.

Por fim, o artigo 22, da Lei nº 8.666/93, estabelece diversas modalidades de Licitação. Na presente situação, observa-se que a modalidade escolhida foi a Concorrência, nos termos do disposto no art. 22, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos, considerando que é a modalidade indicada para as obras e serviços de engenharia, cujo valor estimado seja superior a R\$ 3.300.000,00 (*três milhões e trezentos mil reais*) conforme valor atualizado pelo Decreto nº 9.412/2018 em seu artigo 1º, I, alínea "c", e nos termos do artigo 23, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.666/93, que é o que se apresenta no caso em concreto, uma vez que o valor total estimado para a licitação é de R\$ 1.500.479,57 (*um milhão, quinhentos mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos*).

IV - DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL

Importante ressaltar que esta Assessoria Jurídica se atém, tão somente, a questões relativas à legalidade das minutas, ressalvando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação supracitada, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTÉS

ESTADO DO PARANÁ



não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos serviços entendidos como necessários, bem como à forma de execução.

Nesse contexto, no caso em análise, verifica-se que o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 8.666/93, como:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

XII - (VETADO)

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;





c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

(...)

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor:

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

(...)

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos elementos supra nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso.

Desse modo, afere-se que o projeto básico constitui um documento de fundamental importância para uma correta e regular execução do objeto licitado, pois, é no projeto básico que se encontra a descrição do objeto em um conjunto de desenho, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos que assegurem a viabilidade adequada da obra.

No caso em exame, entende-se ausente o atendimento da exigência legal, pois, não consta dos autos projeto básico contendo as especificações técnicas, planilhas físicas e orçamentária, tudo firmado por profissional técnico habilitado, razão pela qual entende-se que não atende aos requisitos legais para prosseguimento do processo licitatório.

Em relação ao Preâmbulo da Minuta do Edital verificou-se que este atende todas as exigências do Caput do artigo 40, da Lei 8.666/93, pois informa com clareza e objetividade o número de ordem em série anual, informa a Secretaria Municipal de Saúde como repartição interessada, a modalidade Concorrência como sendo a adotada por este edital, o critério de julgamento ou tipo de licitação do tipo Menor Preço, o regime de execução a ser empregado que é o de Empreitada por Preço Global, fazendo menção ainda a legislação aplicável, com espaço para indicação da data, horário e local onde serão recebidos os envelopes de documentação e proposta.

Prosseguindo a analise, verificamos que a minuta destaca com clareza, o objeto desta licitação, qual seja, a Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de Rua Frei Rafael Proner 1457 – centro- CEP 86.360-000 - Tel.: (43) 542-4525 - E-mail licitacao @tandeirantes.gov.pr.br - CGC 76.235.753/0001-48



construção de um loteamento - Condomínio Industrial com infraestrutura (pavimentação, rede de esgoto, abastecimento de água e calçamento), no Município de Bandeirantes-PR.

Atendendo o inciso VIII, do art. 40 da Lei nº 8.666/93, está previsto no edital informações sobre a retirada do edital, o acesso às informações e esclarecimentos relativos à licitação.

Ademais o edital relaciona as condições gerais para participação do certame, forma de apresentação e entrega das propostas e documentação exigida dos participantes.

Por fim, após o cumprimento de todas as exigências do art. 40 da Lei 1º 8.666/93, o edital possui, ainda, seus anexos, as especificações complementares necessárias ao andamento legal do certame, de forma a fornecer aos possíveis licitantes condições iguais de competição

Assim, após análise do instrumento apresentado, constatou-se que o edital foi elaborado em harmonia com os ditames do art. 40 da Lei nº 8.666/93, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e julgamento de recursos, restando, carente, no entanto, de projeto básico.

V - DA ANÁLISE DA MINUTA DE CONTRATO

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do contrato e ua concordância com as imposições do art. 55 da Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem das seguintes cláusulas nos contratos administrativos, podendo estas ser suprimidas ou acrescidas, conforme o caso:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

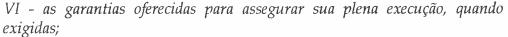
IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES¹³⁶

ESTADO DO PARANÁ



VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas:

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Da análise da minuta do contrato vinculado ao instrumento convocatório apresentado, constatamos que esta observa os requisitos mínimos exigidos pelo art. 55 da Lei de Licitações, tendo em vista que contém todas as cláusulas pertinentes a esta contratação.

Desta forma, entendemos que a minuta do contrato contém as exigências previstas no artigo supracitado.

VI - CONCLUSAO

Feitas as observações pertinentes, concluímos que, do ponto de vista jurídico, até o presente momento, conforme consta no processo, resta carente de apresentação de Projeto Básico, conforme exigência do Artigo 7º, §2º, inciso I da Lei 8.666/93, estando preenchidos, no entanto, os requisitos do art. 40 da Lei 8.666/93.

Contudo, alerta esta Procuradoria, que devem ser atendidas as orientações descritas nos artigos 40 e 55 da Lei 8.666/93, além das orientações do TCE/PR para utilização do critério de julgamento das propostas, apresentados neste parecer.

Cabe ainda observar a publicidade do edital, respeitando o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias exigidos pelo art. 21, §2°, I, alínea "b" da Lei n° 8.666/1993.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Ressalta-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico, expressando a opinião de seu signatário e, oportunidade administrativa,



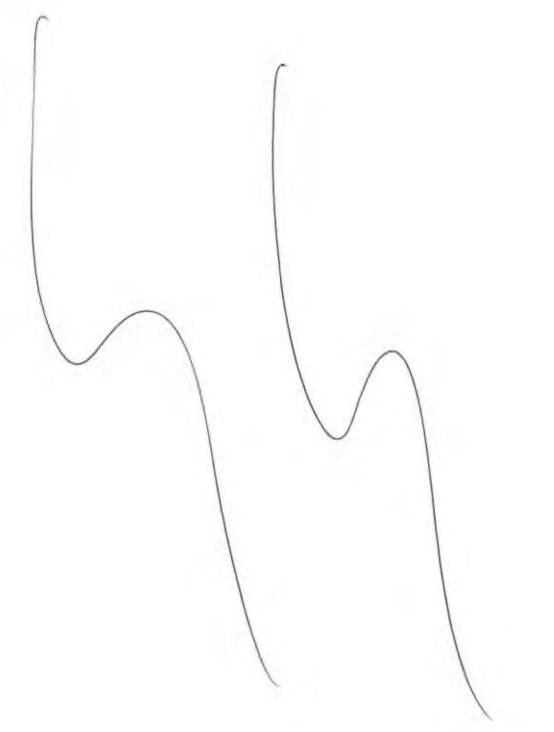
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES 37

ESTADO DO PARANÁ

escoimando ainda, qualquer responsabilidade de π u signatário conforme o art. 2°, $\S 3^\circ$ da Lei n°. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 $\S 2013/0238250$ -5.

Bandeirantes, 27 w junho de 2022.

Leonel Lourenço Carrasco OAB/PR nº. 47.683.





EDITAL



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL

PREÂMBULO

- EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 11/2022-PMB.
- MENOR PRECO
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 238/2022-PMB.
- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃODA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR
- LOCAL:
 - a) Área Urbano do Município de Bandeirantes-PR.
- VALORES MÁXIMOS E PRAZOS:
 - a) R\$ 1.500.479,57 (um milhão, quinhentos mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e setecentavos)
- **EXECUÇÃO:** Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com edital, Projeto Básico edemais documentos anexos.
- PRAZO DE EXECUÇÃO: 730 (setecentos e trinta) dias, após a assinatura do contrato.
- PRAZO DA VIGÊNCIA: 730 (setecentos e trinta) dias, após a assinatura do contrato.
- OBS: Podendo os prazos e execução e vigência serem prorrogados por iguais períodos.
- **REAJUSTE:** O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo de 730 (setecentos e trinta) dias da data da apresentação da proposta mediante a aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTI

ESTADO DO PARANÁ

ORIGEM DAS SOLICITAÇÕES

SECRETARIA: Fazenda

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO

- Sitio oficial do Município de Bandeirantes-Pr ww.bandeirantes.pr.gov.br;
- Diário Oficial Eletrônico do Município de Bandeirantes-PR;
- Diário Oficial do Estado do Paraná;
- Diário Oficial da União;
- Mural de Licitações Municipais www.tce.pr.gov.br;

DATAS/HORÁRIOS E LOCAL AO CERTAME

• RECEBIMENTO ENVELOPES "1" E "2"

Até às 08h:15min (horário de Brasília) do dia do dia 24/08/2022, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, sito a Rua Frei Rafael Proner 1457, Centro, Bandeirantes-PR.

Ás 08h:30min (horário de Brasília) do dia do dia ABERTURA DO CERTAME 24/08/2022, na Sala de Licitações da Prefeitura (CONCORRÊNCIA 11/2022-PMB) Municipal de Bandeirantes, sito a Rua Frei Rafael

Proner 1457, Centro, Bandeirantes-PR.

- Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;
- Os envelopes protocolados após o horário estipulado não poderão participar do certame.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

- Joyce Ferreira Parpinelli
- Fernando Ferreira Franco
- Marcos de Moraes
- PORTARIA: nº 1.539/2022 de 03 de janeiro de 2022

REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT

ESTADO DO PARANÁ

TELEFONE E ENDEREÇOS

• Fone: (43) 3542-4525

RANDEIRANTES

- E-mail licitacao@bandeirantes.pr.gov.br;
- Horário de expediente: das 07/30hrsàs 11:00hrs e das 13:00hrs às 17:00hrshrs;
- Endereco: Rua Frei Rafael Proner 1457, centro, CEP. 86.360-000 Bandeirantes-Pr;
- Acesso identificado no link- www.bandeirantes.pr.gov.br.

01. SUPORTE LEGAL, REGIME DE CONTRATAÇÃO E OBJETIVO

- 1.1 O Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, visando a atualização dos valores venais de cada imóvel pertencente a esta municipalidade, através de recursos próprios para execução do objeto abaixo descrito.
- 1.2 Objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS
 - VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR;
- Esta licitação, será realizada sob modalidade **CONCORRÊNCIA** do tipo **MENOR PRECO**, será regida pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Constituição do Estado do Paraná, artigo 27, Inciso XXI, e pelas disposições deste Edital e pela minuta de Contrato em anexo.
- 1.4 Esta Concorrência será conduzida pela Comissão de Licitações descrita no preambulo deste edital, e terá em especial as seguintes atribuições:
 - 1.4.1 Responder as questões formuladas pelos prestadores de serviços, relativas ao certame;
 - 1.4.2 Abrir e verificar documentos de habilitação dos proponentes;
 - 1.4.3 Analisar a aceitabilidade das documentações;
 - 1.4.4 Habilitar e ou desclassificar proponentes indicando os motivos;
 - 1.4.5 Abrir e analisar as propostas de preços;
 - 1.4.6 Analisar a proposta de menor preço;
 - 1.4.7 Declarar o vencedor;
 - 1.4.8 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 — Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48





REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 1.4.9 Elaborar a ata da sessão;
- 1.4.10 Adjudicar aos itens aos devidos vencedores;
- 1.4.11 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 1.4.12 Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

02 INSTAURADOR, LOCAL E DATA

3.1 O Município de Bandeirantes, ora denominado LICITADOR, torna público que às 08h:30min (horário de Brasília) do dia do dia 24/08/2022, na sala de licitações do LICITADOR, Paraná, Brasil, realizará a abertura do certame referente à licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, com fornecimento de mão de obra profissional, equipamentos, veículos, aeronaves, produtos e materiais especificados no (Modelo nº 1) deste edital, sendo que o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta (envelopes nº 1 e nº 2) será efetuado até as 08h:15min (horário de Brasília) do dia do dia 24/08/2022, no setor de PROTOCOLO do LICITADOR. Os envelopes protocolados após este horário não poderão participar do certame.

03 INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÃO DO EDITAL

- 3.2 Informações e esclarecimentos relativos ao edital e seus modelos poderão ser solicitados, pessoalmente, por escrito ou através do e-mail licitacao@bandeirantes.pr.gov.br, à Comissão de Licitação, até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas (envelopes n° 1 e n° 2), sendo que as respostas serão enviadas por escrito aos solicitantes em até 02 (dois) dias úteis antes do recebimento das propostas.
- 3.2 A qualquer tempo, antes da data limite para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2), o LICITADOR poderá, por sua própria iniciativa ou como consequência de algum esclarecimento solicitado por uma possível proponente, alterar os termos do Edital, com anuência expressa do LICITADOR, mediante a emissão de um adendo.
- 3.3 Nos casos em que a alteração do Edital importe em modificação das propostas, o LICITADOR prorrogará o prazo de entrega das mesmas.

04 REGIME DE EXECUÇÃO.

4.1 O regime de execução adotado será o de MENOR PRECO:

05 ÍNDICES FINANCEIROS

5.1 A proponente deverá comprovar, por meio do (*Modelo nº 06*) em anexo, sua capacidade financeira mediante a apresentação dos índices de liquidez geral (*LG*), liquidez corrente (*LC*) e Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Caixa Postal 281 - CEP 86.360-000 — Tel: (43) 3542-4525 - Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48



ESTADO DO PARANÁ

endividamento (E), cujos valores limites são os a seguir estabelecidos:

| (LG) | (LC) | (E) |
|----------------|----------------|----------------|
| (valor mínimo) | (valor mínimo) | (valor máximo) |
| 1,00 | 1,00 | 0,80 |

06 RECURSOS FINANCEIROS.

BANDEIRANTES

6.1 As despesas com a execução do objeto do presente contrato serão financiadas através de Recursos próprios do Município, que correrão a conta das dotações orçamentárias:

| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
|------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Fazenda | 4820-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |

07 PASTA TÉCNICA E ELEMENTOS INSTRUTORES.

- 7.1 A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos poderá ser examinada no endereço mencionado no item 02 em horário comercial e também estará disponível no sítio eletrônico do LICITADOR www.bandeirantes.pr.gov.br anexo à publicação do aviso e edital de licitação. O LICITADOR não assume responsabilidade com a proposta da proponente que não recebeu este convite, seus modelos e anexos diretamente do LICITADOR. Neste caso, não serão aceitos protestos ou reclamações de empresas em relação a tais documentos, principalmente no que concerne ao item 03.2.
- 7.2 São parte integrante deste edital os seguintes elementos instrutores, bem como quaisquer adendos posteriores emitidos de acordo com o item 03.2:
 - 7.2.1 Projeto Básico (Modelo nº 01);
 - 7.2.2 Carta-credencial (Modelo n° 02);
 - 7.2.3 Declaração Unificada (Modelo 03);
 - 7.2.4 Atestado de visita (fornecido no ato da visita pela Prefeitura **E OU** Declaração de Renúncia de Visita, (Modelo nº 04 I e II);
 - 7.2.5 Declaração de responsabilidade técnica (Modelo n° 05);
 - 7.2.6 Capacidade financeira (Modelo n° 06);
 - 7.2.7 Carta-proposta de preços (Modelo nº 07);
 - 7.2.8 Termo de Renúncia (Modelo nº 08);
 - 7.2.9 Modelo Minuta de Contrato de Empreitada (Modelo nº 09);
 - 7.2.10 Extrato do Contrato de Empreitada (Modelo nº 10);
 - 7.2.11 Cronograma de Execução (ANEXO I).



ESTADO DO PARANÁ

08 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Poderão participar da presente licitação:
 - 8.1.1 Empresa do ramo, brasileira ou estrangeira, devidamente constituída.
- 8.2 Está impedido(a) de participar da licitação:
 - 8.3.1 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 8.3.1.1 Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
 - 8.3.1.2 Empresa ou consórcio de empresas responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo dos serviços, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (*cinco por cento*) do capital com direito a voto, controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - 8.3.1.3 Licitante suspenso temporariamente de participação em licitação e impedido de contratar com a Administração;
 - 8.3.1.4 Servidor ou dirigente vinculado ao licitador;
 - 8.3.1.5 Consórcio de empresas;
 - 8.3.1.6 Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas;
 - 8.3.1.7 Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
 - 8.3.1.8 Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores de órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação;
 - 8.3.1.9 Empresas que estiverem sob falência ou concordata ou execução patrimonial;
 - 8.3.1.10 Empresas com ramo de atividade incompatível com o objeto da licitação.
 - 8.3.1.11 Constatada a existência de sanção, a Comissão de Licitação reputará o licitante **IMPEDIDO** de participar do certame;

09 APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 9.1 A licitante arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. O LICITADOR não será responsável direta ou indiretamente por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório;
- 9.2 A licitante deverá protocolar no local, data e hora fixados neste edital no Item 02, os envelopes:
 - 9.3.1 ENVELOPE Nº 1 HABILITAÇÃO PRELIMINAR;
 - 9.2.2 ENVELOPE N° 2 PROPOSTA DE PREÇOS.
- 9.3 Os envelopes deverão ser entregues fechados e inviolados, contendo em sua parte externa e frontal os dizeres:

BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

| RAZÃO |
|--------------------------------------|
| SOCIALCNPJ |
| ENDEREÇO (completo) |
| TELEFONE () |
| e-mail. |
| ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE |
| HABILITACAOCONCORRÊNCIA Nº 11/2022 - |
| PMB |
| DATA: / /202 |
| |

| RAZÃO SOCIAL |
|------------------------------------|
| CNPJ |
| ENDEREÇO (completo) |
| TELEFONE () |
| e-mail. |
| ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS |
| CONCORRÊNCIA Nº 11/2022 - PMB |
| DATA: / /202 |

- 9.4 Os envelopes (n°01 e n°02), contendo habilitação preliminar e proposta de preços, poderá ser protocolado no SETOR DE PROTOCOLO ou enviados por correio ou outro serviço de entrega. Entretanto, a Comissão de Licitação não será responsável por qualquer perda/desvio, dos envelopes (n°01 e n°02) enviados por correio ou outro serviço de entrega, ou pelo atraso na entrega dos mesmos, caso isto ocorra ficarão disponíveis para serem retirados junto ao Departamento de Licitações até 30° (trigésimo) dia posterior à data da homologação da licitação. Após este prazo, será(ão) destruídos;
- 9.5 Os documentos de habilitação, proposta e demais documentos, bem como toda a correspondência trocada entre a LICITANTE e o LICITADOR deverão ser escritos em língua portuguesa.
- 9.6 Documentos de apoio, como ilustrações, catálogos, folhetos e outros similares, podem ser versadosem outro

 Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Caixa Postal 281 CEP 86.360-000 Tei: (43) 3542-4525 Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48

ESTADO DO PARANÁ

idioma desde que acompanhados de tradução (por tradutor juramentado) para o idioma português;

10 HABILITAÇÃO PRELIMINAR - ENVELOPE Nº 1

BANDEIRANTES

10.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia com apresentação do original, para autenticação pela comissão e licitação, ou publicação em órgão de imprensa e deverão estar com prazo de validade em vigor. Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a 90 (noventa) dias da data limite para o recebimento das propostas, exceto para o documento referente aos itens 10.2.1.1 a 10.2.1.3; 10.2.4.1 e 10.2.5.3. As folhas deverão, preferencialmente, estar numeradas em ordem crescente e rubricadas pela proponente;

10.2 <u>Deverão estar inserido no envelope nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Item 10.2.1 à 10.2.5)</u>:

10.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 10.2.1.1 <u>Ato constitutivo, estatuto ou contrato social</u> em vigor, inclusive a última alteração ou consolidação contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresariais, ou;
- 10.2.1.2 No caso de sociedades por ações acompanhado de <u>documento de eleição dos</u> seus administradores, ou;
- 10.2.1.3 Registro comercial, RG e CPF no caso de empresário individual;
- 10.2.1.4 No caso de licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e que deseje beneficiar-se dos dispositivos da Lei Complementar 123/06, deverá apresentar:
 - a) <u>Certidão Simplificada expedida pela JUNTA COMERCIAL do Estado da sede da empresa:</u>

Obs.:

- I- Se o documento acima solicitado nas letras "10.2.1.1; 10.2.1.2; 10.2.1.3" for apresentado junto ao credenciamento (ITEM 13), NÃO haverá necessidade de apresentação dentro do envelope nº 01-Documentos de Habilitação;
- II-A NAO apresentação da certidão solicitada na letra "d", implicará no impedimentodo interessado obter os benefícios da lei complementar 123 de 14 dezembro de 2006.

10.2.2 DECLARAÇÕES:

10.2.2.1 <u>Declaração Unificada</u> (Modelo nº 03);



ESTADO DO PARANÁ

10.2.3 QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 10.2.3.1 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a <u>tributos federais e dívida</u> <u>ativa da União</u>;
- 10.2.3.2 Certidão negativa de dívida ativa de <u>tributos estaduais</u> emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;
 - Obs: Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. (Ex. Certidão Narrativa).
- 10.2.3.3 Certidão negativa de <u>tributos municipais</u>, emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda do município da sede da empresa;
- 10.2.3.4 Comprovação de autorização de funcionamento da empresa através de <u>alvará</u> <u>municipal</u>, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;
- 10.2.3.5 Prova de inscrição da proponente no <u>Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica</u> <u>do Ministério da Fazenda (CNPJ)</u>, contendo a atividade econômica pertinente ao certame;
- 10.2.3.6 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço mediante a apresentação do <u>Certificado de Regularidade do FGTS CRF</u>, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.2.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2022);
- 10.2.3.8 Comprovante de Inscrição Cadastral no <u>Cadastro de Contribuintes da Secretaria de Estado da Fazenda</u> da sede da empresa (Exemplo: Paraná CICAD, São Paulo CADESP, etc.). Para licitante somente prestador de serviços NÃO será exigido este documento
- 10.2.3.9 No caso de a licitante pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos acima, tanto da matriz quanto da filial.
- 10.2.3.10 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 10.2.3.11 A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que



ESTADO DO PARANÁ

serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4°, §1° do Decreto nº 8.538, de 2015.

10.2.4 QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.2.4.1 Apresentar <u>Atestado de Visita</u> expedido pelo licitador, onde a proponente através de representante credenciado, poderá realizar visita ao local dos serviços e obter por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta <u>E OU</u> abdicar-se deste ato e somente apresentar <u>Declaração Formal de Dispensa de Visita</u>, (*Modelo nº 04 I e II*);
 - a) A visita técnica deverá ser realizada até o dia 19/08/2022, com prévio agendamento no Departamento de Obras e Servicos Urbanos, através de telefone (43) 3542-4525.
- 10.2.4.2 Comprovação de <u>Registro ou Certidão de inscrição da "EMPRESA", no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA</u> ou <u>Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU</u>, da região da sede da empresa.
 - a) Caso a empresa vencedora NÃO seja sediada no Estado do Paraná ou Federação será NECESSÁRIO a apresentação de Declaração de Registro e Visto no CREA/CAU-PR, até e para a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.
- 10.2.4.3 <u>Declaração de Responsabilidade Técnica</u>, indicando os responsáveis técnicos pela execução dos projetos/serviços (*Modelo nº 05*) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;
 - a) É vedada, sob pena de não habilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico ou utilização de seu acervo técnico por mais de uma proponente.
 - b) O responsável técnico, não poderá ser substituído sem expressa autorização do licitante.
- 10.2.4.4 <u>Comprovação de vínculo dos responsáveis técnicos com a empresa,</u> mediante uma das seguintes formas:
 - a) Registro em Carteira de Trabalho e Ficha de Registro, ou;
 - b) Certidão de Registro no CREA/CAU (para fins de Licitação), ou:
 - c) Contrato Social, ou;



BANDEIRANTES

- d) Contrato de prestação de serviços, ou;
- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

10.2.4.5 <u>Comprovação Profissional e Atestados Técnicos:</u>

- a) Para os Perfis nº I Coordenador Geral nº II Coordenador de Campo nº III Planejamento Urbano: Comprovação de Registro dos profissionais (responsáveis técnicos), nos Conselhos de Classe e Certificado de Acervo Técnico Profissional CAT, do responsável técnico indicado, emitido pelo "Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU", de EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVICO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 1.2 deste edital e 7.5 do Projeto Básico.
- b) Para Perfil nº IV Tecnologia da Informação: Diploma de Graduação Superior em Tecnologia da Informação T.I. (Processamento de Dados: Ciência da Computação: Engenheiro de Sistemas e outros afins). Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa pública ou privada, com EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 1.2 deste edital e 7.5 do Projeto Básico.
- c) Para Perfil nº V Legislação: Cadastro de Pessoa Física na Ordem dos Advogados do Brasil OAB. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa pública ou privada, com EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVICO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 1.2 deste edital e 7.5 do Projeto Básico.
- d) Para Perfil nº VI Administração: Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho Regional de Administração CRA. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa pública ou privada, com EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVICO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 1.2 deste edital e 7.5 do Projeto Básico.
- 10.2.4.6 Comprovação de <u>Registro da Empresa no Ministério da Defesa na categoria</u>

 "A", conforme termos da Portaria Normativa nº 101/GM-MD de 26/01/2018 e
 Decreto Lei 1.1777 de 21/06/1971.

10.2.5 QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

10.2.5.1 Certidão Negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Caixa Postal 281 - CEP 86.360-000 — Tel: (43) 3542-4525 - Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48



ESTADO DO PARANÁ

Extrajudicial ou Negativa com efeito de Positiva desde que tenha plano de recuperação homologado, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica dentro do prazo de validade;

- 10.2.5.2 <u>Prova de capacidade financeira</u> conforme, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os índices de (*Modelo n°06*):
 - a) Liquidez geral (LG); liquidez corrente (LC); e endividamento (E), tais índices serão calculados como se segue:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC/PC)$$

$$E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$$

Onde:

- AC ativo circulante
- PC passivo circulante
- AP ativo permanente
- RLP realizável a longo prazo
- ELP exigível a longo prazo.

Onde:

- Liquidez Geral (LG) deverá ser superior a 1.00;
- Liquidez Corrente (LC) deverá ser superior a 1,00;
- Endividamento (E) deverá ser inferior a **0,80**

Obs: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, obedecendo-se os limites previstos no item 05;

10.2.5.3 **Demonstrações financeiras:**

a) Balanco patrimonial anual com demonstracões contábeis de resultados, último exercício social, já exigível conforme estabelecido no art. 1.078 do código civil brasileiro conforme o critério de cálculo adotado, ou

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 — Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48



ESTADO DO PARANÁ

- b) <u>Balanco das sociedades anônimas ou por ações</u>, deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade, ou
- c) <u>Balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, demais formas societárias</u>, o devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, <u>deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.</u>

Obs:

- I- No caso de não existir o fechamento das demonstrações financeiras do último exercício social, devidamente comprovado, será aceito o do exercício imediatamente anterior;
- II- No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- III- É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- IV- Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11 PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2

- 11.1 Deverá ser apresentado um envelope n°2, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados, em uma via original.
 - 11.1.1 Carta-proposta de Preços (*Modelo nº 07*), digitada ou impressa sem rasura e entrelinhas. Cada proponente deverá apresentar somente uma única carta-proposta de preços que deverá conter:
 - 11.1.1.1 Razão social, CPNJ, endereço, telefone, e-mail, etc;
 - 11.1.1.2 Data:
 - 11.1.1.3 Preço global do objeto em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso;
 - 11.1.1.4 Prazo de execução do objeto em dias;
 - 11.1.1.5 Prazo de validade da proposta (*mínimo de 60 dias*), contados a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes n°1 e n°2*) pela Comissão de Licitação;
 - 11.1.1.6 Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva





ESTADO DO PARANÁ

assinatura;

- 11.1.1.7 Cronograma de execução, devidamente preenchido, e assinatura do responsável legal pela licitante, conforme Modelo disponibilizado (Anexo I).
- 11.2 Em casos excepcionais, previamente à expiração do prazo original de validade da proposta, o licitador poderá solicitar às proponentes uma prorrogação específica no prazo de validade.
- 11.3 A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito.
- 11.4 No caso de a proponente recusar-se a estender o prazo de validade da proposta, sua proposta será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, NÃO será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços.

12 DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS

- 13.1 A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente as especificações e demais documentos, que os comparou entre si, que obteve as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória.
- 12.2 Os serviços deverão ser relacionados na planilha de Proposta de Preços, na coluna "DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO".
- 12.3 As quantidades deverão ser relacionadas na Planilha de Proposta de Preços, na coluna "QUANTIDADES".
- 12.4 Os preços unitários propostos deverão ser relacionados na Planilha de Proposta de Preços, na coluna "VALOR UNITÁRIO", e deverão ser apresentados para cada serviço, de conformidade com as especificações e as demais peças fornecidas pelo licitador.
- 12.5 Deverão estar incluídos nos preços unitários: materiais, equipamentos, aparelhos, ferramentas, instrumentos, materiais de consumo, mão-de-obra, dissídios coletivos, seguros em geral, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, infortúnio do trabalho, hospedagem, locomoções, tributos, administração, lucro e quaisquer outras despesas necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais à execução da obra.
- 12.6 O preço total deverá ser relacionado na Planilha de Proposta de Preços na coluna "VALOR TOTAL" e será a soma dos preços unitários de cada item.
- 12.9 Fica entendido que as especificações técnicas, Projeto Básico, cronograma e todos os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe, que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.



ESTADO DO PARANÁ

- 13 RECEPÇÃO, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS
- 13.1 No local, dia e hora fixados neste edital, após protocolo a Comissão de Licitação recolherá os envelopes nº 1 e nº 2, fechados e inviolados, de cada proponente, rubricará, juntamente com os representantes presentes que assim o desejarem;

13.2 Para o credenciamento do Representante Legal:

- 13.2.1 Em se tratando de <u>Administrador/Proprietário</u>, deverá apresentar documento original (ex. Contrato Social), que comprove poderes de representação, juntamente com documento individual (RG ou CPF ou CNH);
- E se <u>não detiver poderes de representação da proponente</u> e querendo participar ativamente com poderes legais para representar a mesma na sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação a Credencial (Modelo nº 02), ou através de Procuração por instrumento público, juntamente com documento individual (RG/CPF/CNH) e documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (ex. Contrato Social).

OBS:

RANDEIRANTES

- I- A documentação referente ao credenciamento do representante legal, são documentos avulsos e NÃO devem estar inseridos em nenhum dos envelopes (Documentos de Habilitação e Proposta de Precos). Deverão ser entregues à comissão de licitações no início do certame;
- <u>II-</u> O Documento para comprovação de poderes de representação (ex. Contrato Social), Procuração por instrumento particular e RG ou CPF ou CNH, quando original, no ato do credenciamento será tirado cópia e autenticada pelo Presidente da Comissão ou membro da comissão e devolvido o original a proponente se assim o desejar.
- 13.3 Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma proponente.
- Procederá à abertura do(s) **envelope(s)** nº 1, que contém a documentação de habilitação que será submetida ao exame da Comissão de Licitação e do(s) representante(s) da(s) proponente(s) interessado(s);
- 13.5 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos **envelopes nº 1 e nº 2**, ressalvados os erros e omissões sanáveis. No entanto, é facultado à Comissão de Licitação realizar diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório em qualquer fase da licitação, solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, bem como, solicitar o original de documento da proponente, devendo a mesma apresentá-lo num prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas, a partir do recebimento da solicitação;
- 13.6 Após a rubrica dos documentos, a Comissão de Licitação oportunizará aos representantes presentes a possibilidade de analisar a documentação de habilitação dos demais proponentes, que poderão



ESTADO DO PARANÁ

impugnar, por escrito, algum documento apresentado em desacordo com o edital. Não havendo manifestação por parte dos proponentes a Comissão encerrará a sessão informando que o resultado do julgamento da habilitação será encaminhado aos interessados pelos meios usuais de comunicação (edital, "e-mail", publicação na imprensa oficial);

- 13.7 Será lavrada ata circunstanciada da reunião, que registrará as impugnações, observações e demais ocorrências, e será assinada pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes presentes que assim o desejarem;
- 13.8 <u>Será inabilitada</u> a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido, exceto o do item 13.2, desde que a informação que nele deveria estar contida, certificada ou atestada não puder ser suprida por outro documento apresentado ou estar disponível em site oficial. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos;
- 13.9 A ausência de assinatura em documento emitido pela proponente poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata;
- 13.10 Serão aceitas as Certidões, em original, obtidas pela internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário;
- 13.11 Os documentos necessários à habilitação do licitante poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente, e não serão devolvidos, bem como cópia simples dos documentos, desde que o **original** seja apresentado para autenticação ao Presidente e membros da Comissão de Licitações, no momento da abertura do mesmo;
- 13.12 Se todas as proponentes forem inabilitadas a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para regularização e apresentação de nova documentação;
- 13.13 A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Não havendo recursos, ou definitivamente julgados, a Comissão comunicará às proponentes a data da sessão de abertura dos **envelopes nº 2**, através dos meios usuais de comunicação ("e-mail", publicação na imprensa oficial);
- 13.14 Caso a Comissão de Licitação conclua o exame dos documentos de habilitação na própria sessão, anunciará o respectivo resultado. Se todas as participantes renunciarem ao prazo para interposição de recurso, quanto à fase de habilitação preliminar, mediante manifestação expressa a constar na respectiva ata que deverá ser assinada por todas as proponentes, a Comissão de Licitação devolverá, mediante recibo ou protocolo, às proponentes inabilitadas os respectivos envelopes nº 2 e procederá à abertura dos envelopes nº 2 das proponentes habilitadas.

14 ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

- 14.1 Na data fixada para a reunião de abertura dos **envelopes nº 2**, a Comissão de Licitação devolverá à proponente não habilitada o respectivo envelope, fechado e inviolado. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato o **envelope nº 2** ficara a disposição no prazo de até 30 (trinta) dias para retirada no Setor de Licitações desta municipalidade, após a homologação da licitação, não havendo retirada neste período o documento será destruído.
- 14.2 A Comissão de Licitação procederá à abertura dos **envelopes n° 2** das proponentes habilitadas, examinará a documentação apresentada, lendo em voz alta o nome da proponente, o objeto, o preço global, o prazo de execução e o prazo de validade de cada proposta que serão rubricadas pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes presentes que assim o desejarem.
- 14.3 Da reunião de abertura dos **envelopes nº 2** será lavrada ata circunstanciada que será assinada pela Comissão de Licitação e representantes das empresas proponentes presentes.
- 14.4 O critério a ser utilizado no julgamento das propostas será o MENOR PRECO GLOBAL analisado, desde que cumprido o exigido no edital. A Comissão de Licitação poderá relevar, numa proposta, qualquer informalidade, não harmonização ou irregularidade de natureza secundária, formal que não constitua um desvio significativo, desde que não prejudique ou afete a classificação relativa de qualquer outra proponente.
- 14.5 A ausência de assinatura na planilha de proposta e cronograma de execução poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.
- 14.6 A Comissão de Licitação fará a conferência da proposta de preços e constatado erro aritmético ou de anotação no preenchimento serão efetuadas as devidas correções.
- 14.7 No caso de haver divergência entre o preço grafado em algarismos e o grafado por extenso, prevalecerá o último a menos que, na opinião da Comissão de Licitação, exista um erro grosseiro e óbvio, ou ainda, na omissão de um desses valores (algarismo ou extenso) a proposta será válida desde que não haja dúvidas sobre o preço apresentado.
- 14.8 Se existir diferença entre a quantidade proposta e a exigida no edital, prevalecerá esta.
- 14.9 Se existir erro aritmético na multiplicação da quantidade pelo preço unitário, o preço unitário prevalecerá a menos que, na opinião da Comissão de Licitação, exista um erro grosseiro e óbvio no preço unitário. Neste caso, o preço parcial cotado prevalecerá e o preço unitário será corrigido.
- 14.10 Nos casos em que houver diferença entre o preço global indicado na planilha de Proposta de Preço e o preço global analisado, prevalecerá este.
- 14.11 Se o valor de cada item ultrapassar o valor máximo estipulado na planilha de Preços do edital, a proposta será desclassificada.



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

- 14.12 A Comissão de Licitação fará a conferência do cronograma de execução e procederá a correção se constatado erro, desequilíbrio físico-financeiro e/ou a necessidade de ajuste. A simples correção de erro ou de ajuste não acarretará a desclassificação da mesma.
- 14.13 O cronograma de execução corrigido deverá ser aceito expressamente pela proponente. Caso a proponente rejeite a correção, a sua proposta será desclassificada.
- 14.14 Será desclassificada a proposta:
 - 14.14.1 elaborada em desacordo com o presente edital;
 - 14.14.2 cujo valor global analisado for superior ao estabelecido no item 04.1;
 - 14.14.3 que proponha qualquer oferta de vantagens não previstas no edital;
 - 14.14.4 que apresentar desconto ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes;
 - 14.14.5 que apresente desconto simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
 - 14.14.6 que não aceite correção do cronograma de execução;
 - 14.14.7 que venha a ser considerada inexequível pela Comissão de Licitação, após procedimento para apurar a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto, quando for razoável concluir que a proponente não é capaz de executar o Contrato ao preço de sua oferta.
- 14.15 Consideram-se inexequíveis as propostas cujos descontos analisados sejam superiores a 70% (setenta por cento) do maior dos seguintes valores:
 - 14.15.1 média aritmética dos preços globais analisados, das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do preço orçado pelo licitador, ou
 - 14.15.2 preço global orçado pelo licitador.
- 14.16 A proponente deverá estar apta, quando solicitada pela Comissão de Licitação, a apresentar uma detalhada composição de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do desconto proposto para a execução dos serviços. A composição de preço deverá ser entregue por escrito ao presidente da Comissão de Licitação, no prazo a ser fixado pela mesma, após o recebimento da solicitação. A não apresentação da composição detalhada dos preços unitários será considerada como prova da inexequibilidade da proposta de preço.
- 14.17 Da proponente vencedora, cujo preço global analisado for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor preço a que se referem as alíneas "a" e "b" do item 14.15, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional igual à diferença entre o valor resultante do item 14.15 e o preço global analisado.
- 14.18 Se todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova proposta de preços.
- 14.19 Ocorrendo empate no preço global analisado entre duas ou mais propostas de preços, a Comissão de Licitação procederá ao sorteio em sessão pública, para se conhecer a ordem de classificação, desde que não ocorra o disposto no item 15.



ESTADO DO PARANÁ

- 14.20 A classificação das propostas será comunicada às proponentes através dos meios usuais de comunicação (*e-mail e publicação na imprensa oficial*). A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 14.21 Não havendo recursos, ou definitivamente julgados, será declarado o vencedor.

RANDEIRANTES

- 14.22 A homologação do resultado da licitação dependerá de anuência prévia e autorização do LICITADOR.
- DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC nº 123)
- 15.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal (item 10.2.3), mesmo que apresente alguma restrição, neste caso sendo habilitadas sob condição.
- 15.2 Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 15.3 Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% superiores à proposta de menor preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - "Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - § 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 15.4 Ocorrendo o empate acima descrito, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

Destarte, não somente existe o empate para valores idênticos, como também há a figura do "empate ficto", uma ficção jurídica. O empate ficto fica caracterizado quando a proposta mais bem classificada for apresentada por empresa que não seja MPE e a proposta apresentada por uma MPE esteja

ESTADO DO PARANÁ

BANDEIRANTES

até 10% mais elevada (para modalidades clássicas) ou até 5% (para a modalidade pregão). O empate ficto tem por objetivo que as MPEs sejam privilegiadas com o direito de cobrir a oferta da até então melhor classificada.

Para melhor compreensão, exemplificamos: Suponha-se que uma empresa – não enquadrada como micro ou pequena – apresente uma proposta de 100, sendo que a microempresa apresentou 110. A proposta da microempresa está 10% acima da melhor oferta. Usufruindo das benesses da Lei 123/2006, a mesma poderá apresentar nova proposta, que poderá ser 99,99 e consequentemente será considerada vencedora.

15.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do LICITADOR, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

Dispõe o § 1º, artigo 43 da Lei 123/2006: (alterada pela Lei 147/2014 e Lei 155/2016)

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

A MPE estando com uma certidão positiva, por exemplo, terá o prazo de 5 dias úteis prorrogáveis por mais 5 dias úteis para apresentá-la negativa ou positiva com efeito negativa.

- 15.6 As certidões deverão ser entregues à comissão de licitação dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas no art. 81 c/c 87 da Lei 8.666/93.
- 15.7 Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal da proponente, a Comissão de Licitação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes através dos meios usuais de comunicação (edital, "fac-simile" e publicação na imprensa oficial). A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 15.8 Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos no item 15.5, ou não Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Caixa Postal 281 CEP 86.360-000 Tel: (43) 3542-4525 Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48

REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do item 15.3, segundo a ordem de classificação.

Com desenvoltura, o jurista Marçal Justen Filho versa:

"Portanto, o beneficio reside não na dispensa de apresentação de documentos de regularidade fiscal. Nem se trata da dilação quanto à oportunidade própria para exibição dos documentos. O que se faculta é a desnecessidade de perfeita e completa regularidade fiscal no momento da abertura ou de julgamento do certame. Em outras palavras, o beneficio outorgado às pequenas empresas, no âmbito da habilitação, está sintetizado no parágrafo 1º do art. 43: trata-se da faculdade de regularização dos defeitos existentes e comprovados nos documentos de regularidade fiscal apresentados na oportunidade devida pela pequena empresa.

Daí se segue que o licitante que tiver deixado de apresentar documento de regularidade fiscal, exigido no ato convocatório, deverá ser inabilitado" (in O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas, 2º Ed, São Paulo: Dialética, 2007, p. 67).

15.9 Na hipótese de não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

16 DA APRESENTAÇÃO DO SOFTWARE

BANDEIRANTES

16.1 <u>A apresentação do software com as especificações exigidas na Tabela I – Requisitos de Funcionalidades item 9.4 do Projeto Básico, deverá ser apresentado à uma comissão designada em até 03 (três) dias úteis conforme solicitação, referente ao item 3.1.15 do Projeto Básico, anteriormente à data da assinatura do contrato da prestação de serviços.</u>

17 ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 17.1 A execução dos serviços dar-se-á mediante termo de Contrato, a ser firmado entre o LICITADOR e a proponente vencedora da licitação, após efetuada a adjudicação e homologação do processo licitatório;
- 17.2 A proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato (*Modelo nº 09*) dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de contratação e sujeitandose às penalidades previstas em lei;





- 17.3 A proponente vencedora deverá apresentar para celebração do contrato, quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia CREA/PR, ou visto, quando a empresa não tiver sede no Estado do Paraná. Se a proponente vencedora for estrangeira com sede no Exterior, deverá apresentar, para celebração do contrato, o registro e quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia CREA/PR;
- 17.4 É facultado ao LICITADOR, quando a convocada não assinar o termo de Contrato, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou solicitar a revogação da presente licitação independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

18 PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

BANDEIRANTES

- 18.1 Na contagem dos prazos, previstos neste edital, excluir-se-á o dia da publicação/notificação/convocação e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam ou vencem os prazos referidos neste edital em dia de expediente no licitador;
- 18.2 O prazo máximo para o início dos serviços é de 10 (dez) dias a contar da data da publicação da Ordem de Serviços;
- 18.3 O prazo de execução do objeto será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10° dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período;
- 18.4 O prazo de vigência do contrato será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período, tendo eficácia legal no primeiro dia após a assinatura do contrato por ambas as partes;
- 18.5 O prazo de execução e vigência dos serviços poderá ser alterado nos casos especificados na Cláusula Quarta da minuta do Contrato;

19 DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO

19.1 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações da ABNT.

20 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

20.1 A segurança e medicina do trabalho está disciplinada na Cláusula Décima Terceira da minuta do Contrato.



ESTADO DO PARANÁ

21 PAGAMENTO

- 21.1 O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, conforme medição e após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, desde que cumpridas as cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.
- 21.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

21.2.1 LIBERAÇÃO EM TODAS AS FATURAS FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 21.2.1.1 Nota fiscal nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
- 21.2.1.2 Execução dos serviços de acordo com o Cronograma de Execução;
- 21.2.1.3 CONTRATO: Anexar uma Cópia do Contrato e aditivos vigentes:
- 21.2.1.4 CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO: Anexar Cópia do Cronograma de Execução vigente a cada medição;
- 21.2.1.5 20.2.1.9 CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS CRF Certidão Negativa da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
- 21.2.1.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;
- 21.2.1.7 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, em plena validade.

21.2.2 A LIBERAÇÃO DA ULTIMA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 21.2.3.1 Toda documentação citada no item 20.2.1;
- 21.2.3.2 Do Termo de Recebimento Provisório:
- 21.2.3.3 Certidão de Conclusão de serviços emitida pelo Contratante;
- 21.2.3.4 De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da licitante.

22 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

22.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo



ESTADO DO PARANÁ

de licitação, de contratação e execução do objeto contratual.

- 22.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
 - 22.2.1 "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - 22.2.2 **"Prática fraudulenta":** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo deinfluenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - 22.2.3 "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitado, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - 22.2.4 **"Prática coercitiva":** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - 22.2.5 **"Prática obstrutiva": (i)** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 22.3 Na hipótese de financiamento, parcial o integra, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
- 22.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipóteses de o contrato vier a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

23. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

23.1 O recebimento provisório e definitivo da obra está disciplinado na Cláusula Décima Quinta da minuta do Contrato.



ESTADO DO PARANÁ

24. PENALIDADES

BANDEIRANTES

24.1 As penalidades a serem aplicadas por descumprimento contratual estão disciplinadas na Cláusula Décima Sétima da minuta do Contrato.

25. RESCISÃO

O licitador se reserva o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial, nos casos definidos na Cláusula Décima Nona da minuta de Contrato.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1 O licitador se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, sem que caiba à proponente o direito de qualquer reclamação ou indenização.
- 26.2 O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando não acorrerem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto, ou anular quando ficar evidenciado que tenha havido falta de competição e/ou conluio.
- 26.3 A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável dos termos do edital.
- 26.4 A Comissão de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá efetuar vistorias nas instalações das proponentes durante a fase licitatória.
- 26.5 Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores/empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações, reivindicações por parte das proponentes.
- 26.6 O valor do termo de Contrato de Empreitada poderá sofrer variação quantitativa de até 25% (vinte e cinco por cento), para mais ou para menos sem alterar os preços unitários, tudo devidamente precedido de indispensável justificativa técnica e de termo aditivo ao Contrato.
- 26.7 A Contratada não poderá ceder o Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do licitador. Caso ocorra autorização do licitador para que a Contratada possa subcontratar serviços, esta subcontratação não altera a responsabilidade da Contratada, bem como não constituí vínculo entre o licitador com e a subcontratada.
- 26.8. O licitador se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços efetivamente realizados e medidos.
- 26.9. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao licitador ou a terceiros, por si ou seus representantes quando da execução do objeto contratado, ficando isento o licitador de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

- 26.10. Caberá à contratada o pagamento ou o ressarcimento ao licitador de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA, CAU/BR ou qualquer outra entidade em decorrência da execução do contrato.
- 26.11 As marcas comerciais dos materiais constantes nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais e nos orçamentos, quando citadas, são protótipos comerciais que servem, exclusivamente, para indicar o tipo de material a empregar. Portanto, serão aceitos materiais com qualidade, característica e tipo equivalentes ou similares.
- 26.12 Quando qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, a Contratada deverá notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.
- 26.13 Caso as datas previstas para a realização de eventos na presente licitação sejam declarados feriado ou ponto facultativo, esses eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente.
- 26.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicáveis à espécie.

Bandeirantes-PR, 05 de julho de 2022

Rafaci Henrique Enéas Marinho Secretorio de Administração





ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 01

Projeto Básico

1 APRESENTAÇÃO

- 1.1 Este Projeto Básico tem a finalidade de definir a estrutura e as principais atividades e metodologias para a Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de Atualização do Cadastral, elaboração da Planta Genérica de Valores, implantação de Sistema de Gestão e Consultoria e Treinamentos para o Município de Bandeirantes PR, visando detalhar o objeto do Pregão Presencial 000/2022, nas condições fixadas neste edital e seus anexos.
- 1.2 Execução de forma, integrada, tem por objetivo dar a multifinalidade ao Cadastro técnico municipal e reduzir o tempo de execução e os recursos financeiros para a municipalidade. Além da compatibilidade e correlação das atividades entre os projetos, uma vez que a atualização da cartografia, imageamento aéreo e terrestre, são insumos interdependentes para a atualização do Cadastro Imobiliário, Planta Genérica de Valores.

2 DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de Atualização do Cadastral, elaboração da Planta Genérica de Valores, implantação de Sistema de Gestão e Consultoria e Treinamentos, para o Município de Bandeirantes.

3 DOS SERVIÇOS

3.1.1 Imageamento do território urbano:

- 3.1.1.1 Fornecimento de cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana urbano do município, estimado em 30 KM², com GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²) e PEC-A 1:1000. Com o objetivo de ampliar a concorrência no certame, facultará a contratada realizar o voo por terceiro, desde que devidamente habilitado junto aos órgãos de controles e seguranças do espaço aéreo brasileiro, apresentando a AVOMD (Autorização de Voo do Ministério da Defesa) para comissão técnica autorizar a fase do aerolevantamento. O processamento dos produtos decorrentes do aerolevantamento, a qualidade e acurácia é intransferível e de inteira responsabilidade da empresa contratada;
- 3.1.1.2 Aeronave adaptada para recobrimento aerofotogramétrico, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do voo a realizar;



ESTADO DO PARANÁ

- 3.1.1.3 Aeronave devidamente homologada pela ANAC Agência Nacional de Aviação Civil para execução de serviços especiais de aerolevantamento, com os respectivos SEGVOO 001 dos sensores a serem utilizados;
- 3.1.1.4 O voo deverá ser realizado em no prazo máximo 75 (setenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;
- 3.1.1.5 A CONTRATADA deverá apresentar Autorização de voo expedida pelo Ministério da Defesa, bem como os planos de voo gráfico e analítico;
- 3.1.1.6 Para a cobertura aerofotogramétrica será admitida a utilização de câmeras digitais, que atendam, no mínimo, as seguintes características:
 - a) Arquitetura de quadro ou sistema de varredura (pushbroom) que permita a captura de imagens digitais com resolução radiométrica mínima de 12 bits;
 - b) Registro, de no mínimo, das bandas espectrais do espectro visível (RGB);
 - c) Deverá: Possuir certificado de calibração de no mínimo 2 anos anteriores a data do certame; ser montada sobre berço com plataforma giro-estabilizada; estar dotada, de forma integrada, de um sistema inercial (IMU) ou sistema com correção de posicionamento diretamente na imagem bruta para possibilitar a obtenção dos movimentos angulares do conjunto câmera aerofotogramétrica digital/aeronave, e também de sistema rastreador de satélites artificiais GPS;
 - d) Em função da altura de voo será tolerada uma variação máxima de 5% no GSD;
 - e) Deverão ser observadas as janelas operacionais de forma a assegurar a qualidade final dos produtos, evitando a projeção excessiva de sombras;
 - f) A superposição longitudinal, para as câmeras de quadro, entre fotografias sucessivas de uma faixa deverá ser de pelo menos 60% (sessenta por cento), admitindo-se uma tolerância de \pm 5% (cinco por cento) sobre a porcentagem adotada;
 - g) Não serão aceitas imagens geradas registrando a presença de neblina, fumaça, poeira, nuvens ou sombras de nuvens;
 - h) Não serão tolerados efeitos de arrastamento ou de reflexão solar em lâminas d'água ou coberturas metálicas que prejudiquem a interpretação das imagens;
 - As imagens nativas deverão ser processadas a partir de sua resolução radiométrica original e exportadas para o formato GeoTIFF, sem compressão, sem degradação, utilizando técnicas de processamento digital de modo a melhorar a qualidade, contraste e a uniformidade de cores para toda a área recoberta;
 - j) As imagens deverão ser tratadas de forma a ajustar o histograma e minimizar as discrepâncias de brilho, saturação e contraste em regiões distantes da imagem (entre faixas do voo e entre as fotografias sequenciais de uma mesma faixa de voo);
 - k) O fotoíndice deverá ser montado a partir da junção das faixas de voo, com GSD compatível, devendo constar as seguintes informações: identificação de cada exposição, número das faixas, GSD (Ground Sample Distance), escala de impressão do fotoíndice e mapa de localização;



ESTADO DO PARANÁ

- Os produtos do recobrimento aerofotogramétrico (imagens nativas e fotoíndice) deverão ser entregue no formato digital, em mídia tipo HD externo, padrão USB, bem como o fotoíndice deverá ser entregue impresso e em "glossy paper".
- m) A geração do mosaico, resultado da união de duas ou mais imagens, com a finalidade de gerar uma única imagem homogênea, deverá apresentar sobreposição perfeita das partes da imagem, ou seja, sem distorção nem tarjas pretas:
- n) As imagens devem ser entregues mosaicadas, ou seja, todas as partes devem ser unidas gerando uma única imagem, para ser utilizada no software de geoprocessamento, e separadamente em recortes para ser usada no AutoCad, sendo que esta última deverá obedecer ao recorte determinado pela CONTRATANTE.

3.1.2 Perfilamento a Laser Aerotransportado:

RANDEIRANTES

- 3.1.2.1 O perfilamento aéreo a laser deverá apresentar densidade mínima de 4 (quatro) pontos por m² na superfície da área urbana, visando a obtenção de produtos cartográficos altimétricos na escala de 1:1.000, atendendo PEC (Padrão de Exatidão Cartográfico) Classe "A";
- 3.1.2.2 Deverão ser entregues como produtos provenientes do perfilamento a laser: a nuvem de pontos georreferenciada e os modelos digitais de terreno e superfície. O modelo digital de terreno e o modelo digital da superfície deve permitir a posterior geração de curvas de nível com equidistância de 01(um) metro para a área urbana, também atendendo as especificações do Padrão de Exatidão Cartográfica PEC Classe "A";
- 3.1.2.3 As curvas de nível com equidistância de 1 metro para a área urbana, deverão ser entregues em DWG, SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase, sendo que cada curva deve apresentar-se em uma única entidade (polyline). O arquivo SHP deve ter o atributo (campo) contendo a cota altimétrica, e o arquivo DWG deve conter dois layers sendo a polyline da curva e o texto descritivo com o valor da cota:
- 3.1.2.4 A nuvem de pontos deverá conter a classificação do ponto para que possa ser determinado o tipo de elemento, bem como a cota altimétrica do terreno em relação ao nível do mar, ou seja, a cota Z do ponto direto no solo;

3.1.3 Apoio Terrestre e Aerotriangulação:

3.1.3.1 A rede planialtimétrica a ser implantada terá como referência a rede homologada do IBGE, e deverá ser feita através do rastreio de satélites do sistema GPS. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de apoio terrestre para aprovação antes do início dos trabalhos;



ESTADO DO PARANÁ

- 3.1.3.2 Todos os vértices implantados para compor o apoio básico, bem como os existentes na rede oficial do IBGE, deverão ser ocupados ou reocupados por GPS com receptores geodésicos de dupla frequência (L1 e L2) operando no modo estático pós-processado, com tempo de rastreio mínimo para resolução das ambiguidades, possibilitando o cálculo das coordenadas geodésicas desses pontos;
- 3.1.3.3 A determinação das altitudes geométricas (elipsóidicas) será feita por meio de rastreamento por GPS e, quando possível, comparadas com as altitudes ortométricas existentes possibilitando a confecção de carta geoidal local, proporcionando a correção ortométrica das altitudes dos vértices implantados no apoio básico;
- 3.1.3.4 Deverá ser implantado 10 (dez) marcos topográficos na área urbana para assegurar a precisão cartográfica;
- 3.1.3.5 Para cada vértice do apoio básico implantado ou utilizado deverá ser elaborada uma monografia que reúna todos os dados relativos ao vértice necessários para sua futura utilização, como: coordenadas UTM e geográficas no sistema SIRGAS 2000, altitudes geométricas e ortométricas, itinerário para localização, características, foto do local e croqui de localização;
- 3.1.3.6 A CONTRATADA deverá fornecer arquivo SHP com a localização dos marcos contendo como atributo: a identificação do marco, sistema de coordenada, coordenadas E.N.Z, descrição do local do ponto, data da coleta do ponto, link da foto do ponto; bem como deverá fornecer a foto do ponto georreferenciada pelo link descrito no atributo;
- 3.13.7 A monumentalização deverá ser executada por marcos de concreto armado, na forma tronco piramidal com altura de 60 cm e bases quadradas de 30 cm a inferior, e 20 cm a superior encimada por uma chapa de bronze cravada no topo, na qual deverá conter a identificação do marco, o nome da instituição Contratante e as inscrições "PROTEGIDO POR LEI". O marco deverá ficar aflorado 10 cm da base e estar a 5 cm do solo;
- 3.1.3.8 Estes vértices implantados/medidos integrarão a Rede de Referência Topográfica Municipal, na qual todos os futuros trabalhos e projetos que necessitem de localização geoespacial deverão ser indexados;
- 3.1.3.9 O apoio suplementar será realizado para assegurar a precisão dos levantamentos, tendo-se em vista a obtenção dos produtos cartográficos dentro do Padrão de Exatidão Cartográfica PEC Classe "A";
- 3.1.3.10 A aerotriangulação deverá ser executada em equipamentos digitais dotados de programa específico para leitura fotogramétrica, o cálculo e ajustamento da mesma. Deverá ser ajustada em bloco, nos padrões da aerotriangulação pelo método dos modelos independentes ou dos feixes de raios (Bundle);
- 3.1.3.11 Após o ajustamento final, deverá ser elaborado o relatório final e um esquema geral da aerotriangulação ilustrando todas as informações necessárias para uma



ESTADO DO PARANÁ

melhor interpretação e análise dos dados, comprovando o pleno atendimento as precisões estabelecidas.

3.1.4 Modelo Digital de Terreno e de Superfície:

- 3.1.4.1 Os Modelos Digitais de Terreno e de Superfície deverão ser obtidos a partir dos dados do perfilamento a laser. Os arquivos digitais finais deverão conter a maior quantidade possível de pontos. Ao MDT deverão ser incorporados linhas e pontos que definam as quebras de declividade marcantes, linhas de quebra (breaklines), determinadas por fotogrametria digital;
- 3.1.4.2 O programa de processamento dos dados LASER deverá ter recursos para separação de pontos que não configurem o solo (árvores, prédios etc.). No processamento dos dados levantados no perfilamento deverão ser geradas duas classes de pontos: o MDS (Modelo Digital de Superfície), o MDT (Modelo Digital de Terreno). O MDS corresponde à totalidade dos pontos levantados. O MDT corresponde aos pontos ao nível do solo.

3.1.5 Ortofotos digitais coloridas:

- 3.1.5.1 O processo de geração de ortofotos deverá atender as seguintes especificações:
 - a) As ortofotos deverão ser geradas a partir das imagens aerotrianguladas e do MDT obtido do perfilamento a laser:
 - b) O GSD das ortofotos é de 10 cm, ou melhor para área urbana;
 - c) Após o processo de ortorretificação deverão ser aplicados ajustes radiométricos nas imagens visando eliminar mudanças de luminosidade entre imagens adjacentes e uniformizar o contraste e tonalidade do produto, sem perda de informações visuais;
 - d) As ortofotos deverão estar isentas de ruídos, manchas, riscos e deformações nas imagens.

3.1.5.2 Produtos a serem entregues do voo:

- a) Plano de Trabalho, digital e impresso, nos formatos Word e PDF:
- b) Arquivos digitais das imagens aerofotogramétricas em formato Geotiff, com GSD de 10 cm, ou melhor, para área urbana;
- c) Arquivo do fotoíndice em meio digital e impresso em "glossy paper";
- d) Arquivos digitais das ortofotos coloridas escalas 1:1.000 para área urbana, sendo fornecidos separadamente (cenas) e em seu todo (mosaicada);
- e) Nuvem de pontos derivada do perfilamento a laser, processada e georreferenciada;
- f) Curvas de nível com equidistância de 1 metro para a área urbana, em arquivo DWG, SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase;
- g) Pontos cotados em arquivo SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase;
- h) Modelo Digital de Terreno e Modelo Digital de Superfície nas escalas 1:1.000;

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-600 — Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48





ESTADO DO PARANÁ

- i) Monografia e arquivos RINEX dos 20 marcos implantado;
- j) Relatório técnico final contendo a descrição/registros de todas as fases do trabalho (incluindo monografias de pontos de apoio, relatório de aerotriangulação, métodos e precisões atingidas etc.);
- k) Todos os produtos deverão ser entregues em formato digital, em mídia tipo HD externo, padrão USB;

3.1.6 Levantamento fotográfico terrestre multidirecional

- 3.1.6.1 O objetivo do imageamento via terrestre da infraestrutura urbana é o monitoramento e registro de diversas informações que servirão ao cadastro imobiliário, ao cadastro mobiliário, fiscalização, planejamento, acompanhamento de obras e outros usos úteis e necessários ao município;
- 3.1.6.2 Nesta etapa do trabalho deverão ser coletadas imagens 360° dos logradouros públicos do perímetro urbano do município, sendo que a metodologia a ser empregada deverá utilizar técnicas e conceitos de mapeamento móvel, integralmente suprido por um sistema de sensores integrados e embarcados sobre um veículo automotivo (carro);
- 3.1.6.3 O resultado desta etapa deverá ser a obtenção de informações geoespaciais diversas e completas, das quais as imagens extraídas deverão possuir parâmetros de posicionamento determinados e ilustrativos;
- 3.1.6.4 O mapeamento móvel subsidiará o trabalho de identificação de características dos imóveis e outras informações de infraestrutura urbana, tais como: pavimentação das ruas, número de pavimentos do imóvel, galeria pluvial, numeração de porta, guia, disponibilização de oferta imobiliária, iluminação pública, uso principal do imóvel, presença de calçadas, topografia do terreno, e tipologia de divisa física (muros e cercas):
- 3.1.6.5 Para o atendimento de tais finalidades os dados da infraestrutura da rua e a caracterização dos imóveis deverão ser registrados através de vídeo capturado em 360 graus com câmera embarcada em veículo, permitindo assim uma visão global e contínua do ambiente a ser analisado. Os dados da filmagem devem ser colhidos na resolução mínima de 4K;
- 3.1.6.6 Para registrar as características de cada imóvel, deverá ser escolhido no ambiente de 360 graus o melhor ângulo de visão dentro da trilha do levantamento, através de movimentos de avançar, retroceder, afastar, aproximar e/ou rotacionar e, após então fazer a captura da imagem em tela e armazená-la relacionada com a parcela correspondente. Podendo registrar mais de uma imagem do mesmo imóvel ou ponto de interesse;
- 3.1.6.7 Os dados do levantamento em 360 graus deverão ser disponibilizados para uso do Município, de forma que permita a interatividade com as informações coletadas, bem como a análise e a extração de imagens do seu interesse;



ESTADO DO PARANÁ

- 3.1.6.8 Deverá ser disponibilizado também um Sistema para fazer a recepção, organização, disponibilização e consumo dos dados advindos dos levantamentos executados durante o imageamento via terrestre;
- 3.1.6.9 O Sistema fará a integração da trilha do levantamento em 360 graus com o MUB Mapa Urbano Básico de forma que a informação que esteja sendo coletada, estará automaticamente geoposicionada e poderá ser integrada à parcela correspondente ou a qualquer outro componente do MUB através de um mapa interativo;
- **3.1.6.10** O Sistema deverá apresentar as seguintes funcionalidades:
 - a) Sincronização entre o arquivo de vídeo o arquivo de dados do GPS (extensão GPX).
 - b) Visualização do vídeo, com mecanismo de navegação em 360° e de zoom no próprio vídeo;
 - c) Visualização dos vídeos sincronizados a sua posição e ângulo de visão representada em um mapa interativo;
 - d) Navegação no vídeo, com botões de play, retroceder, avançar e pausar;
 - e) Exportação das imagens vistas no vídeo em um formato de imagem com registro do geoposicionamento;
 - f) Integração com o Sistema de Gestão WEB, compartilhando a administração de usuários;
 - g) Integração com Sistema de Gestão WEB, onde possa ligar e desligar as camadas de temas geográficos, preservando a sua Simbologia no mapa interativo de navegação;
 - h) Integração com Sistema de Gestão WEB, envio de imagens retiradas dos vídeos dentro de temas de geometrias de ponto, para uso na Solução de Geoinformação;
- 3.1.6.11 Os vídeos obtidos em 360° deverão ser entregues à contratante no formato mp4, acompanhado do seu respectivo arquivo GPX, o instalador do sistema de navegação geográfica dos vídeos desmobilizados, sua respectiva licença de uso perpétua, manual e treinamento em seu uso.
- 3.1.6.12 Com base nos vídeos registrados como produto do Levantamento Contínuo Rodoviário, a CONTRATADA deverá identificar ao menos uma foto de fachada colorida por imóvel urbano da cidade, de forma a apoiar na atualização da base cadastral a ser construída.
- 3.1.6.13 Deverá ser anotada a data da obtenção dessa foto e caso necessário, a CONTRATADA deverá realizar levantamento de imóveis específicos, caso a imagem obtida pelo vídeo não seja suficiente para a realização dos trabalhos.
- 3.1.6.14 As fotos de fachadas subsidiarão o trabalho de identificação das características do imóvel (predial ou territorial), galeria pluvial, guia, iluminação pública do imóvel, presença de calçadas, topografia do terreno, tipologia de divisa (muros e cercas) e etc.
- 3.1.6.15 Para os locais onde o veículo de mapeamento móvel 360° de varredura in-loco não obteve acesso e em locais onde não foi possível identificar construções a partir das



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

fotografias aéreas, a CONTRATADA deverá realizar a coleta complementar de fotos dos imóveis com equipe de campo in-loco.

3.1.6.16 Os produtos a serem entregues são: (i) Plano de levantamento Fotográfico Terrestre Multidirecional; (ii) Pontos de captação e fotos terrestres devidamente vinculados; (iii) Ferramenta de visualização de fotos em 360 graus multidirecional integrada a Plataforma de Gestão WEB.

3.1.7 Atualização da base cartográfica urbana

RANDEIRANTES

- 3.1.7.1 Adequação e sistematização da Base Cartográfica Urbana na escala na escala de 1:1.000, essa etapa consiste na adequação da Base Cartográfica Urbana em formato DWG e/ou em papel para o ambiente de geoprocessamento. A contratada deverá sistematizar as informações gráficas referentes ao Cadastro Técnico Municipal (Bairros, Distritos, Setores, Quadras, Lotes, Construções e Logradouros). Em caso de dúvidas a contratada deverá orientar a Prefeitura no levantamento de campo para solucionar eventuais problemas encontrados. Estimase em 14,5 mil imóveis;
- 3.1.7.2 A Base Cartográfica deverá estar georreferenciada no Sistema de Projeção UTM e Sistema Geodésico SIRGAS 2000;
- 3.1.7.3 Identificação, Geocodificação e Vinculação da Base Cartográfica Urbana (Bairros, Distritos, Setores, Quadras, Lotes, Edificações e Logradouros) com o Cadastro Imobiliário e Cadastro de Atividades Econômicas, a contratada deverá seguir os padrões de codificação utilizados pela Prefeitura;
- 3.1.7.4 Delimitação, identificação e geocodificação do Zoneamento do Plano Diretor Municipal em ambiente da plataforma WEBGIS, para vinculação com as tabelas de usos, índices e taxas do Plano Diretor Municipal, visando agilizar os processos de viabilidade de novas atividades econômicas e eixos valorizantes para subsidiar a elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 3.1.7.5 Delimitação, identificação e geocodificação da Planta Genérica de Valores em Plataforma WEBGIS, para vinculação com a tabela de valores do metro quadrado do terreno e de construção de acordo com a legislação e práticas adotada pelo contratante;

3.1.8 Reestruturação e atualização do cadastro técnico imobiliário

- 3.1.8.1 A reestruturação de revisão do Cadastro Técnico Imobiliário, estimado em 32.000 (trinta e dois) mil imóveis, tem a finalidade de levantar dado que disponibilize a Prefeitura Municipal, parâmetros atualizados para os lançamentos de IPTU, ITBI e TAXAS:
- 3.1.8.2 Para a reestruturação e atualização do Cadastro Técnico Imobiliário, a CONTRATADA deverá analisar os dados constantes no Mapa Digital Urbano -



MANDEIHANTES

ESTADO DO PARANÁ

MDU, tais como: imagem aérea (Ortofotos), fotos de fachada, vistorias "in loco" e informações assessórias em relação as atuais informações constantes no cadastro imobiliário registrados no sistema tributário do município;

- 3.1.8.3 A atualização dos dados no Sistema Tributário do Município se dará por meio da integração de dados entre a solução de geoinformação e o sistema tributário legado município. A CONTRATADA fará a integração de dados entre o sistema de informação geográfica e o sistema tributário. Desta forma a CONTRATANTE deverá ao menos fornecer uma cópia do banco do cadastro de forma inteligível para CONTRATADA;
- 3.1.8.4 Para a atualização do Cadastro Imobiliário, a CONTRATADA deverá realizar a atualização dos dados cadastrais conforme parâmetros definidos no código tributário do município, bem como o modelo matemático de cálculo do valor venal do imóvel e conformidade com a legislação. A CONTRATADA atualizará ainda os dados de características físicas/construtivas do lote/terreno e da edificação que de alguma forma impactem no cálculo do IPTU, em conformidade com o Código Tributário Municipal;
- 3.1.8.5 Para tanto, deverá ser produzido um documento denominado Metodologia de atualização de Cadastro Imobiliário, onde será estabelecido entre o MUNICÍPIO a CONTRATADA a forma como será feita essa atualização. Serão definidos os dados que serão atualizados via intepretação da ortofoto aérea e fotos de fachada, quais dados serão atualizados conforme projetos (prédios, condomínios, bairros planejados etc.), quais dados não serão atualizados por impactar documentos terceiros (como dados que compõe a matrícula de um imóvel por exemplo) dentre outros;
- **3.1.8.6** A atualização do cadastro imobiliário deverá atender as seguintes informações:
 - a) Lote/terreno: Características do lote, como por exemplo: situação, pedologia, topográfica, elemento de proteção e ocupação, conforme código tributário e sistema tributário. Além dessas informações, serão cadastradas informações que impactem no cálculo ou alíquota do IPTU, como por exemplo, calçada, muro, gramado etc. Esses dados estarão detalhados na Metodologia de atualização de cadastro imobiliário para fins de IPTU.
 - b) Edificações: Características da edificação que impactam no cálculo do valor venal, como por exemplo: tipologia construtiva, estado de conservação das edificações, planta genérica de valores e sistema tributário.
- 3.1.8.7 As áreas edificadas deverão ser analisadas a partir dos elementos interpretados na ortofotos das quadras fiscais (lote a lote), fotos de fachadas e vistorias 'in loco' contemplando as discrepâncias (quanto ao contorno das edificações já existentes ou novas edificações), com os dados registrados no sistema tributário do município;
- 3.1.8.8 As áreas das construções serão aferidas através de vetorização sobre a ortofoto e serão comparadas quando houver, com as áreas edificadas constantes do cadastro imobiliário, podendo ser adotada a área do cadastro ou do projeto de construção



ESTADO DO PARANÁ

aprovado quando a diferença for de até 10% (dez por cento). As áreas das construções serão ajustadas, quando for o caso, com a dedução das áreas médias dos beirais;

- 3.1.8.9 As áreas dos terrenos serão aquelas constantes do cadastro ou do título de propriedade, salvo quando não houver ou quando a imagem for a mais correta e não causar divergência de ordem técnica ou jurídica;
- 3.1.8.10 A classificação das construções será feita pelo método comparativo, através de tabela de Categoria da Edificação (CE), onde estarão contemplados os vários tipos de construções e ocupações, com as aplicações de fatores de correção previamente estabelecidos:
- 3.1.8.11 A CONTRATADA fornecerá um banco de dados preliminar com o registro dos dados e relatórios das alterações para validação final pelo Município, possibilitando a inserção dos dados no sistema Tributário Municipal, incluindo os serviços e infraestrutura disponíveis nos logradouros: como: rede de água, rede de energia, rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação, coleta de lixo, etc;
- 3.1.8.12 A CONTRATADA confeccionará um Arquivo de Atualização do Sistema dos lotes de cadastros atualizados. Esse arquivo deverá estar compatível com as tabelas do sistema tributário e a entrega realizada na forma de um arquivo de planilha eletrônica, onde cada aba corresponderá a um conjunto de dados específicos;
- 3.1.8.13 Esse arquivo deverá ser produzido conforme evolução da integração de sistemas e padrões estabelecidos entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO, devendo estar disponível na Plataforma WEBGIS para que a equipe da municipal faça a validação dos dados recebidos;
- 3.1.8.14 O MUNICÍPIO será responsável em autorizar a inserção dos novos dados no sistema tributário, bem como, definir o processo de notificação dos contribuintes cujos cadastros sofreram atualização.

3.1.9 Atualização "In Lócus"

A A HOLERANTES

- 3.1.9.1 A quantidade de unidades que serão levantadas em campo ou in lócus é uma estimativa de cadastros com áreas divergentes ou imóvel sem captura de foto 360 graus, sendo que somente após a vetorização de todas as edificações e o cruzamento com o sistema tributário é que será possível quantificar corretamente o total de unidades e quais deverão ser visitadas em campo. Estimado em até 1.000 (um mil) imóveis;
- 3.1.9.2 A empresa contratada deverá proceder com o levantamento de campo nas unidades indicadas pelo município, contendo as seguintes especificações:
 - a) Realizar medições no imóvel, no que tange ao limite das edificações das unidades cadastrais, assim como a correta identificação da unidade na planta.
 - b) Preencher o Boletim de Informações Cadastrais (BIC) eletrônico, das zonas onde será realizado o Cadastramento Imobiliário.
 - c) Identificar o proprietário, ou possuidor residente, quando possível, coletando todas as informações necessárias para o devido cadastramento do Imóvel.





ESTADO DO PARANÁ

- 3.1.9.3 Confeccionar fotografias das fachadas dos imóveis visitado in lócus, contratante deverá utilizar de dispositivos móveis (mobile) ou outros dispositivos de captura de fotografia georreferenciadas e integrada com a base cartográfica do município. A confecção das fotografias, preferencialmente, deverá ser realizada sem a necessidade de contato com os moradores, salvo quando, por circunstâncias técnicas ou outra, se precise da concordância do proprietário;
- 3.1.9.4 Os dispositivos móveis a serem utilizados deverão possuir sistemas parametrizados para permitir a coleta de dados através de formulários digitais, a classificação dos imóveis e edificações, a confecção de fotografias, a importação e exportação de dados e fotografias e o gerenciamento em tempo real dos trabalhos de campo;
- 3.1.9.5 As fotos frontais ou de outra posição que melhor identifique as edificações deverão ser produzidas, codificadas e vinculadas aos imóveis automaticamente utilizando ferramentas de geoprocessamento. Em caso de muros altos ou outros obstáculos, a foto do imóvel será do que for possível visualizar externamente, desde que a foto contenha os quesitos para a correta classificação do padrão construtivo da edificação. Se necessário deverá ser tirada mais de uma foto por imóvel:
- 3.1.9.6 As fotos deverão obedecer a um critério rigoroso no momento de sua confecção com a utilização de equipamentos que possibilitam a visualização desejada com coordenadas geográficas para a correta apropriação ao lote;
- 3.1.9.7 As fotos pós-classificadas e automaticamente anexadas aos respectivos lotes, em sistema de geoprocessamento na internet, deverão ser visualizadas com o Simples movimento do cursor sobre os lotes desejados.

3.1.10 Notificação aos contribuintes:

ANDEIRANTES

- 3.1.10.1 A contratada deverá disponibilizar ferramentas para permitir a notificação aos contribuintes sobre eventuais alterações de seu imóvel, cabendo ao contratante a definição e escolha de um ou mais opções: (i) processo digital de impressão de Carta de Notificação, a ser enviada pelo contratante aos contribuintes selecionados; (ii) disponibilizar processo de consulta de dados dos imóveis, via internet pelo contribuinte, através de login e senha, com possibilidade para o envio de menagens, documentos necessários para corrigir ou justificar as eventuais divergências e tramitação totalmente digital;
- 3.1.10.2 A contratada através de processo informatizado deverá transferir os dados obtidos com os levantamentos de campo para o GRP (software de gestão) do Município em formato a ser especificado pela Prefeitura, no momento oportuno;
- 3.1.10.3 Os trabalhos deverão ser elaborados respeitando-se o conceito de Cadastro Único de Contribuintes;
- 3.1.10.4 Deverão ser entregues:



RANDEIRANTES

- a) O relatório com as diferenças/divergências entre os cadastros imobiliários atualizados frente aos cadastros existentes no sistema tributário na forma de planilha eletrônica.
- b) O arquivo de atualização no sistema tributário dos imóveis atualizados na forma de planilha eletrônica e/ou outro meio de integração entre a solução de geoinformação e os dados do sistema tributário.
- c) Os dados atualizados deverão ser disponibilizados na Plataforma de Gestão WFB

3.1.11 Elaboração da Planta Genérica de Valores - PGV

- 3.1.11.1 Elaboração do Cadastro de Logradouros, integrado ao Cadastro Imobiliário Urbano (CTM), com os respectivos serviços públicos e equipamentos urbanos existentes tais como: pavimentação, passeio, rede de água potável, galerias pluviais, esgoto, iluminação, coleta de lixo e limpeza pública;
- 3.1.11.2 Geocodificação e especialização da PGV Planta Genérica de Valores dos imóveis urbanos praticada atualmente pelo município e geração de temáticas dos valores do metro quadrado do terreno e das edificações, bem como o valor venal total de cada imóvel do cadastro imobiliário, para demonstrar através de temáticas os impactos dos novos valores do IPTU com a implantação da nova PGV;
- 3.1.11.3 Elaboração da Planta Genérica de Valores, na escala de 1:1.000 e da Minuta do Projeto de Lei a ser submetido ao Legislativo do Município, após efetuadas Simulações e testes de atualização junto a Comissão Avaliadora. Deverão ser utilizadas as diretrizes básicas recomendadas para avaliação de imóveis conforme NBR-14653 Norma de Avaliação de Imóveis Urbanos da ABNT:
- 3.1.11.4 Elaboração do Cadastro de Face de Quadras, integrado ao Cadastro Imobiliário, fixando o valor do metro quadrado do terreno em cada Face de Quadra em conformidade com os valores aprovados na nova Lei da Planta Genérica de Valores:
- 3.1.11.5 Apresentação dos trabalhos, junto aos setores envolvidos, bem como à Câmara Municipal, efetuando Simulações de cálculos, visando demonstrar as alterações de arrecadação após o recadastramento e a aplicação da nova Planta Genérica de Valores:
- 3.1.11.6 A Contratada deverá disponibilizar um sistema, em nuvens, para a realização de consultas, de Simulações e de gerenciamento de todos os processos de construção da Planta Genérica de Valores. Caso o Contratante optar, o sistema deverá disponibilizar também consultas diretamente na internet com acesso ilimitado a todos os contribuintes.

3.1.12 Customização e Implantação de Sistema de Gestão WEB:



ESTADO DO PARANÁ

- 3.1.12.1 Customizar e implantar Plataforma de Gestão Espacial em ambiente WEB, utilizando ferramentas com códigos abertos para programação (software livre);
- 3.1.12.2 A Plataforma Gestão deverá prever a atualização de dados diretamente em um repositório central (Banco de Dados Relacional), possibilitando desta forma o acesso rápido e preciso a informações gerenciais e administrativas, tornando o sistema de Geoprocessamento uma ferramenta confiável para a efetivação de ações de cunho estratégico e de planejamento corporativo;
- 3.1.12.3 A Plataforma Gestão, preferencialmente, deverá ser desenvolvida em linguagem de programação JAVA e Banco de Dados Postgresql com extensão espacial com utilização do OpenLayers como framework de integração com mapas;
- 3.1.12.4 A Contratada deverá disponibilizar, durante a execução do projeto, toda a infraestrutura necessária para a utilização (softwares, Banco de Dados, hospedagens) da Plataforma em ambiente WEB. Após este período, a Plataforma será disponibilizada para no formato SaaS em nuvem de acordo com os critérios definidos no item Licença de uso do sistema.

3.1.13 Integração com software da Prefeitura:

3.1.13.1 A Plataforma deverá ser integrado através de webservice REST, SOAP ou diretamente com sistema o banco de dados da prefeitura por meio de tabelas armazenados no servidor (MS SQL, Oracle, MySQL, PosgreSQL e outros).

3.1.14 Coletor de Dados (mobile):

- 3.1.14.1 Disponibilizar sistema para Coletor de Dados Inteligente mobile (compatível com smartphones, tablets, entre outros), utilizando ferramentas de código aberto para programação (software livre). Este sistema mobile de coleta de dados em campo deverá prever a atualização e a inserção de dados e fotos diretamente no repositório central de Banco de Dados utilizado pela Plataforma de gestão Web através WebService RESTFULL, possibilitando dessa forma a integração entre os dois sistemas para manter a integridade e à atualização das informações geográficas;
- 3.1.14.2 Os componentes ou Módulos da Plataforma, obrigatoriamente, deverá atender a prova de conceito ou requisitos de funcionalidades, além da possibilidade de suportar a inserção de novos módulos ou sistemas. Inicialmente, para atender os objetivos da administração a Plataforma de Gestão deverá ter os seguintes sistemas ou módulos ou componentes, visando atender na integra as atividades constantes do presente Projeto Básico: (i) Cadastro Multifinalitário; (ii) Plano Diretor Certidão de Uso e Ocupação e Alvarás: (iii) Fiscalização do Obras CTM; (iv) Gestão da PGV Estudos e Simulações;



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE ESTADO DO PARANÁ

3.1.15 Tabela de Requisitos e funcionalidades da Plataforma:

RANDEIRANTES

- 3.1.15.1 A licitante classificada em primeiro lugar deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, realizar apresentação para análise das especificações mínimas exigidas da Plataforma, conforme TABELA I Requisitos e Funcionalidades, adotando os seguintes critérios:
 - a) A Administração Municipal disponibilizará estrutura para demonstração das exigências mínimas da Plataforma;
 - b) A Comissão designada, após a análise e julgamento dos requisitos e funcionalidades da Plataforma, emitirá parecer final que será submetido à apreciação do Prefeito Municipal, para as providências legais cabíveis;
 - c) Caso a licitante não atender de todos os itens dos requisitos e funcionalidades da Plataforma de Gestão Web, será desclassificada e procedida a reclassificação à segunda colocada, a qual será avaliada, e assim por diante até a apuração de uma licitante aprovada, que atenda aos requisitos e funcionalidades mínimas exigidas.

3.1.16 Consultoria em processos e treinamentos – 60 horas:

- 3.1.16.1 Consultoria em Mapeamento e Modelagem de processos para avaliar os principais processos e, se necessário, propor atualização para atender os requisitos de funcionalidade da Plataforma de Gestão. Após o mapeamento e identificação dos processos que necessitam de melhorias, propor novos modelos para garantir a otimização do uso dos recursos tecnológicos implementados, através de operações assistidas, fluxogramas, manuais, instruções normativas. Estima-se em 45 (quarenta e cinco) horas técnica de consultoria;
- 3.1.16.2 Treinamentos aos usuários da prefeitura, de acordo com as orientações da Equipe Técnica Municipal, sobre as funcionalidades da Plataforma de Gestão, Coletor de Dados (Mobile); operação do Portal de Atendimento ao cidadão. Estima-se em 30 (trinta) horas técnica de treinamento.

3.1.17 Licença ou direito de uso do sistema e serviços de nuvem:

3.1.17.1 Licença ou direito de uso do sistema

- a) A Contratada disponibilizará o sistema WEBGIS ao município através de licenças ou direito de uso no formato SaaS - software como serviço através da conexão com a Internet;
- b) A Licença ou o direito de uso garantirá a manutenção e atualização, mediante solicitação do cliente ou não, tendo por finalidade a atualização de versões, correção de defeitos e/ou substituição, caso necessário, bem como a assistência técnica necessária ao bom funcionamento operacional dos sistemas disponibilizados;



RANDEIRANTES

- c) Em caráter continuado, a Licença de Uso será paga mensalmente por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos moldes da legislação vigente;
- d) Na Licença ou Direito de Uso estão inclusos os seguintes serviços: (a) configurações e garantia de funcionamento; (e) atualizações de novas versões e (f) correções de bugs; (g) configuração e atualização do sistema mobile;
- e) Na Licença ou Direito de Uso não estão inclusos os seguintes serviços: aquisição de equipamentos (computares, tablet, impressoras entre outros) e pacotes de dados;
- f) A contratada dará toda assessoria ao contratante para a definição das configurações dos equipamentos e dispositivos a serem adquiridos.

3.1.18 Serviços em nuvem- cloud computing:

- **3.1.18.1** Da Infraestrutura de hardware para hospedagem em Cloud:
 - a) A hospedagem do sistema e as respectivas aplicações são armazenados "em nuvem", com rotinas de backup e de segurança sob inteira responsabilidade da contratada;
 - b) A Contratada deverá informar todos os IPs e Portas que deverão ser abertas e liberadas no sistema de Firewall do Município, porém de acordo com a Política de Segurança de Informação em uso.

3.1.18.2 Do Suporte e Manutenção Continuada:

- a) As atividades de suporte e manutenção aqui previstas, dizem respeito a todas as modificações requeridas no Sistema, de natureza: (a) corretivas (destinadas a corrigir erros identificados nos sistemas, que impedem seu funcionamento correto ou que representem desvios às especificações definidas); (b) adaptativas (que visam dar ao sistema condições para se adaptar a uma nova situação ou aspectos diferentes de situações já existentes); (c) evolutivas em termos tecnológicos (troca de versões de Banco de Dados ou Sistema Operacional e Otimizações de Performance);
- b) A Contratada deverá garantir a manutenção corretiva e evolutiva do sistema por intermédio de novas versões, visando atualizações tecnológicas e adequações à legislação enquanto perdurar a vigência do contrato;
- c) A Contratada deverá garantir rotinas de controle e distribuição automática de novas versões do sistema sempre que houver alterações. As versões de software distribuídas e instaladas não poderão causar erros em outros módulos do software e nos dados armazenados pelas versões anteriores do sistema.

3.1.19 Da Central de Atendimento

3.1.19.1 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente disponibilizar uma central de atendimento remoto (8x5), de segunda a sexta feira, em horário comercial (das 8 horas às 18 horas). Esta central de atendimento deverá prestar suporte remoto



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

- pelos seguintes canais de atendimento: (a) fale conosco via sistema; (b) ligação via telefone fixo; (c) contato via WhatsApp; e (d) contato via e-mail;
- 3.1.19.2 A Contratada disponibilizará sistema para registrar as demandas realizadas pelos usuários, permitindo classificar em manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, e acompanhar todo o fluxo atendimento abertura até o encerramento da chamada;
- **3.1.19.3** A Contratada disponibilizará, mensalmente, boletim de medição referente aos atendimentos realizados no período, incluindo todos os detalhes das demandas e dos atendimentos.

3.1.20 Do Acordo de Nível de Serviço (SLA)

O. A. H. DEIRANTE

- 3.1.20.1 Os serviços técnicos especializados de suporte e manutenção continuada do sistema deverá atender o acordo de nível de serviço (Service Level Agreement SLA) para 90% dos casos, conforme abaixo: (a) para as demandas de suporte em horário comercial, de segunda a sexta, por quaisquer canais, em até 02 (duas) horas uteis; (b) para as demandas classificadas como manutenção corretiva, o tempo de solução não poderá ultrapassar 48 horas úteis; (c) para as demandas classificadas como manutenção adaptativa, o suporte técnico deverá, obrigatoriamente, informar em até 48 horas úteis, após o registro e a análise da solicitação, o tempo necessário para a solução da demanda; (d) para as demandas classificadas como manutenção evolutiva, o suporte técnico deverá, obrigatoriamente, informar em até 48 horas úteis, após o registro e a análise da solicitação, o tempo necessário para informar se a demanda será atendida ou não na próxima versão do produto e; (e) em caso de problemas críticos ou emergenciais (quando o sistema se tornar totalmente inoperante), a correção das falhas não poderá ultrapassar 24 horas úteis a partir do horário da solicitação;
- 3.1.20.2 Constituem exceções ao SLA: (a) casos considerados como fortuito ou de força maior; (b) operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos ou sistemas que não sejam de responsabilidade ou de controle direto da Contratada; (c) falha de equipamento ou de sistema ocasionada pelo Contratante; (d) realização de testes, ajustes e manutenção necessários à prestação dos serviços, em dias uteis, desde que notificados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro); e (e) falhas decorrentes de atos ou omissões sobre as quais a Contratada não tenha controle direto;
- 3.1.20.3 O não atendimento do nível de serviço especificado remeterá em multas e penalidades contratuais previstos pela legislação vigente.

3.1.21 VALORES UNITÁRIOS E VALOR MÁXIMO TOTAL



ESTADO DO PARANÁ

| OPPN 11 CO C | OFF | mmo | VALORE | S (R\$) |
|---|--------|---------|----------|---------|
| SERVIÇOS | QTDE | TIPO | UNITÁRIO | ТОТА |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000,conforme item 3.1 do TR. | 30 | KM² | | |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conformeitem 3.2 do TR. | 14.500 | Imóvel | | |
| Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | 14.500 | Imóvel | | |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme item 3.4 do TR. | 14.500 | lmóvel | | |
| Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conforme item 3.5 do TR. | 14.500 | Imóvel | | |
| Customização e implantação de Plataforma de Gestão na Web com integração com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | 1 | Sistema | | |
| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 doTR. | 60 | Horas | | |
| Licença de Uso da Plataforma WEB no formato SaaS, conformeitem 3.8 do TR. | 12 | Mês | | |

3.1.22 FORMA DE PAGAMENTO

3.1.22.1 Período de Implantação: Os valores correspondentes as atividades constantes dos itens 3.1 ao 3.7 do TR — Projeto Básico, serão pagos conforme avanço do cronograma, após a análise e aprovação pelo Município, através da Equipe Técnica Municipal, das medições e serviços efetivamente executados e entregues no mês anterior;



ESTADO DO PARANÁ

3.1.22.2 Período de Manutenção, suporte e Licenciamento: Após o período de implantação previsto em 12 (doze) meses, a Licença de Uso ou Direito de Uso do Sistema, em caráter continuado, será paga mensalmente por período de 12 (doze) meses, conforme item 3.8 do TR, sempre no dia 10 de cada mês, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, conforme legislação vigente para serviços continuado de Tecnologia da Informação;

3.1.23 PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

ANDERANTES

3.1.23.1 O prazo para execução dos serviços é de 24 (vinte) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogável por igual período desde que haja motivo devidamente justificado pelo contratado e devidamente aceito pelo Município, conforme cronograma das atividades a seguir:

| | | TEMPO EM MESES | | | | | | | | | | | |
|---|---|----------------|-------|------|-----|-----|----|----|-----|-----|----|----|----|
| SERVIÇOS | 2 | 7 | 1 | 6 | 8 | 10 | 12 | 14 | 16 | 18 | 20 | 22 | 24 |
| | | IM | (P) | LAN | ΤΑς | CAO | |] | MAI | ruv | EN | CÁ | O |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção | | | | | | | | | | | | | |
| de fotografias aéreas verticais coloridas do | | | | | | | | | | | | | |
| Território do Município: Para o perímetro | | | | | 1 | | | | | | | | |
| urbano, GSD (Ground Sample Distance) de | | | | | | | | | | | | | |
| 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser | | | | | | | | | | | 1 | | |
| (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, | | | | | | | | | | | | | |
| conforme item 3.1 do TR. | | | | | | | | | | | | Ш | |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre | | | | | | | | | | | | | |
| multidirecional (360°) de todos os | | | | | | | | | | | | | |
| logradouros do perímetro urbano, conforme | | | | | | | | | | | | | |
| item 3.2 do TR. | | | | | | | | | | | | | |
| Atualização e Vetorização da Base | | | | | | | | | | | | | |
| Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do | | | | | | | | | | | | | |
| CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, | | | | | | | | | | | | 11 | |
| conforme item 3.3 do TR. | | | | | | | | | | | | | |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico | | | | | | | | | | | | 1 | |
| Municipal - CTM, incluindo foto de fachada | | | | 1 | | | | | | | | | |
| das edificações, visita in lócus e | | | | | | | | | | | | | |
| reclassificação do padrão construtivo, | | | | | | | 11 | | 1 | | | | |
| conforme item 3.4 do TR. | | | . (1) | (1-) | | | | | | | | | |
| Elaboração da nova Planta Genérica de | | | | | | | | | | | | | |
| Valores Urbana e implementação de nova | | | | | | | | | | | | | |
| metodologia de avaliação, conforme item 3.5 | | | | | | | | | | | | | |
| do TR. | | | | | | | | | | | | | |



ESTADO DO PARANÁ

| Α. | |
|---|--|
| Customização e implantação de Plataforma de | |
| Gestão na Web com integração com Banco de | |
| Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme | |
| item 3.6 do TR. | |



ESTADO DO PARANÁ

| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 do TR. | | | | N P | | | | | |
|--|--|--|--|-----|--|--|--|---|--|
| Licença de Uso da Plataforma WEB no | | | | | | | | | |
| formato SaaS, conforme item 3.8 do TR. | | | | | | | | - | |

4 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1 Montagem e estruturação do espaço físico, com infraestrutura e equipamentos necessários à execução do objeto. Os equipamentos e programas de informática (Hardware e Software) devem ser compatíveis com o sistema utilizado elo município. O local deve possuir rede de transmissão de dados para os computadores trabalharem on-line com os equipamentos existentes na Prefeitura Municipal.
- **4.2** Recrutamento, seleção, contratação e pagamento do pessoal utilizado para o recadastramento em campo e pessoal de escritório; bem como pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros e garantias.
- **4.3** Treinamento do pessoal de sua responsabilidade (como gerentes, supervisores, coordenadores, analistas, digitadores e auxiliares), para o perfeito domínio e execução da metodologia adotada no recadastramento.
- **4.4** Fornecimento a todos os empregados dos uniformes, crachás, bonés, bolsas, equipamentos de segurança e proteção, bem como de alimentação e transporte, se necessário, para o bom andamento dos serviços. Nos uniformes deverá haver além do brasão oficial do Município, o número de telefone que servirá para o contribuinte tirar dúvidas. O atendimento ao contribuinte ficará sob a responsabilidade da equipe interna do Município.
- **4.5** Fornecer aos seus empregados todos os materiais necessários à execução do serviço, como trenas, pranchetas, calculadoras, computadores, software e outros implementos que se fizerem necessários, bem como eventuais custos de manutenção e recuperação dos equipamentos usados em campo e no escritório.
- 4.6 Cumprir o cronograma físico. A proponente deverá apresentar um Plano de Trabalho onde descreverá detalhadamente o equipamento, metodologia, quantidade de pessoal para a execução do cadastro imobiliário, tanto no trabalho de campo como no escritório. Deverá também a empresa proponente, dentro do plano de trabalho dimensionar sua equipe para que o cronograma físico seja cumprido.

5 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1 Fornecer para a contratada uma cópia em arquivo digital dos seguintes elementos:
 - 5.1.1 Boletim de Informação Cadastral (BIC);
 - 5.1.2 Cadastro físico de imóveis, dos desenhos em papel e/ou dos arquivos digitais existentes;
 - 5.1.3 Registros dos cadastros de imóveis, nos formatos TXT ou MDB, com os dados necessários à atualização do cadastramento imobiliário, limitados aos campos existentes;



ESTADO DO PARANÁ

- 5.1.4 Mapas de loteamentos aprovados em escalas diversas para toda a área do objeto, em papel ou no formato digital DWG, que constem em seus arquivos;
- 5.1.5 Base Cartográfica digital em formato DWG, referente ao núcleo urbano existente na Prefeitura Municipal, e caso existir, imagens de Satélites, ortofotos e outras informações cartográficas;
- 5.2 Dimensionar e montar uma equipe interna com funcionários do Município para a fiscalização dos serviços apresentados pela contratada e que deverá ficar instalada em uma sala junto ao escritório da proponente. A equipe montada pelo Município não dispensa a obrigação da contratada do controle de qualidade e da fiscalização de seus empregados quanto à qualidade dos serviços;
- 5.3 Disponibilizar para uso da equipe interna do Município material de expediente para as medições e veículo com combustível para as conferências em campo (acrescentar equipamentos);
- **5.4** Fazer as medições, atestar no verso da nota fiscal a execução dos serviços e fazer o pagamento conforme as medições realizadas;
- **5.5** Fazer a publicidade necessária para a divulgação e orientações aos contribuintes sobre a execução do projeto.

6 EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

- 6.1 O município constituirá, mediante Decreto, uma Equipe Técnica Municipal e designará um dos seus integrantes como Coordenador. Esta equipe participará ao longo de todo processo de execução dos trabalhos e terá como competências:
- 6.2 Aprovar, propor alterações e/ou complementações nos documentos entregues pela consultoria ao longo das diversas etapas do processo, subsidiando, entre outros objetivos, o faturamento e o pagamento da mesma;
- 6.3 Dar conhecimento aos demais gestores da administração municipal a respeito do processo de Modernização e a implementação dos trabalhos constantes neste Projeto Básico;
- 6.4 Convocar se necessário, a participação de outras secretarias ou órgãos do poder público para subsidiar a elaboração do relatório de avaliação;
- 6.5 Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal e a empresa contratada durante todo o processo de execução e implantação;

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA LICITANTE

- 7.1. Certidão de Registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do estado de origem da Licitante. Em caso de sagrar-se vencedora do certame, licitante de outro estado, deverá apresentar na assinatura do contrato o visto do CREA-PR para execução do serviço técnico ou;
- 7.2 Certidão de Registro da Empresa no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do estado de origem da Licitante;



ESTADO DO PARANÁ

- 7.3 Comprovação de Inscrição no Ministério da Defesa na categoria "A" como empresa especializada para os serviços de aerolevantamento, para a realização todas as fases do aerolevantamento, nos termos da Portaria Normativa Nº 101/GM-MD, de 26/1/2018 e Decreto-Lei 1.1777, de 21 de junho de 1971;
- 7.4 Visita Técnica Facultativa. O município fornecerá Atestado de Visita Técnica, para as empresas que realizarem a visita técnica. As Licitantes deverão agendar junto a Secretaria Municipal de Fazenda e realizar a visita técnica até 03 (três) dias antes da data da abertura das propostas, pelo telefone (43) 3542-4525, falar com Marco Antônio Turim, Diretor da Divisão de Receita e Arrecadação;
- 7.5 Para a realização dos trabalhos a Contratada deverá apresentar uma Equipe Técnica com caráter multidisciplinar, em número compatível com o cronograma e abrangência dos trabalhos, composta por profissionais de comprovada experiência e qualificação técnica, contendo no mínimo:
 - 7.5.1 Perfil I Coordenador Geral: (i) graduação superior em engenharia ou Arquitetura; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA/CAU, comprovando experiência em coordenação de equipe multidisciplinar na elaboração ou execução de planos ou projetos técnicos com a utilização de ferramentas e processos da tecnologia da informação e de geoprocessamento, nas áreas pública ou privada, tais como: SIG Sistema de Informações Geográficas, Bases Cartográficas, Banco de Dados e Cadastros, plano de gestão territorial e outros com a complexidade operacional e tecnológica Similar ao objeto desta licitação. Responsabilidades: coordenar, supervisionar e orientar a equipe multidisciplinar do projeto;
 - 7.5.2 Perfil II Coordenador de Campo: (i) graduação em engenharia cartográfica e/ou agrimensura; (ii) Registro junto ao CREA através de Certidão de Registro de Pessoa Física; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, comprovando a execução de serviços de elaboração e/ou atualização de base cartográfica, levantamento aerofotogramétrico, perfilamento a laser, modelo digital do terreno, modelo digital de superfície, ortofotos, restituição planialtimétrica e levantamento de apoio de campo básico e suplementar e recadastramento imobiliário e PGV:
 - 7.5.3 Perfil III Planejamento Urbano: (i) graduação em arquitetura e urbanismo; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no CAU; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CAU, comprovando a execução de serviços de elaboração de planos na área de planejamento urbano, gestão territorial, para atuar na análise e espacialização das diretrizes urbanísticas do município, tais como: na delimitação, identificação e geocodificação do Zoneamento do Plano Diretor Municipal, vinculando com as tabelas de usos do solo e índices urbanísticos, Sistema Viário, ZEIS, para ser corresponsável pela parametrização do Plano Diretor na web;
 - 7.5.4 Perfil IV Tecnologia da Informação (TI): (i) diploma de graduação superior na área da Tecnologia da Informação (Processamento de Dados, Ciência da Computação, Engenharia de Sistemas e outras afins); (ii) Possuir atestado Técnico expedido por ente público ou privado, comprovando a experiência na estruturação de sistema de geoprocessamento na WEB, Modelagem e implementação de Banco de Dados Geográficos (BDG) utilizando a aplicação PostgreSQL/PostGIS, gestão de metadados geográficos, em conformidade com o



ESTADO DO PARANÁ

perfil OGC, conhecimento em servidor Web Apache e Tomcat, Servidor Geoserver, PHP Mapscript ou JAVA, Geonetwork, bem como levantamento e análise de requisitos. Responsabilidades: executar as atividades que envolvem o desenvolvimento, customização e implantação de sistema WEBGIS, modelagem de Banco de Dados Geográfico.

- 7.5.5 Perfil V Legislação: (i) graduação em direito; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no OAB; (iii) Possuir Atestado Técnico expedido por ente público ou privado comprovando experiência na área de diagnósticos jurídicos e institucionais relacionados à temática do planejamento e ordenamento territorial urbano, legislação tributária, planta genérica de valores. Responsabilidades: avaliar os arranjos jurídicos e institucionais do município, para propor ações e/ou alterações na legislação tributária e PGV, além de avaliar os impactos jurídicos com a implantação dos novos processos;
- 7.5.6 Perfil VI Administração: (i) graduação superior em Administração ou áreas afins; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho de Classe; (iii) Possuir Atestado Técnico comprovando experiência anterior em Mapeamento e Modelagem de Processos em Projetos de Modernização da Gestão Municipal, para ser o responsável pelas atividades que envolvem modelagem e mapeamento de processos e treinamentos.
- 7.6 A comprovação de vinculação do profissional pertencente à Equipe Técnica Chave se fará em uma das seguintes formas: (a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado; (b) cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante; (c) cópia do Contrato Social em se tratando de empresa S.A, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor; (d) cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante ou Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, exceto para os Coordenadores.

8 LEI MUNICIPAL DE PERÍMETRO URBANO

8.1. Os trabalhos a serem executados regerão de acordo com os ditames estabelecidos na Lei Complementar nº 125/2020 que dispõe sobre a alteração dos Perímetros Urbanos do Município, além de obedecer aos limites apresentados no Mapa do Perímetro Urbano da Sede Municipal, conforme Lei Complementar e mapa apresentados no anexo I respectivamente.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 Todos os trabalhos deverão ser executados por profissionais pertencentes ao quadro permanente da empresa, ou profissionais contratados por ela, desde que detentores da qualificação técnica exigida para tanto. Deverão ser utilizados também, meios da própria empresa como: Veículos, equipamentos de medição, equipamentos de Informática, e local de trabalho para a digitação das informações e formação das bases de dados;
- 9.2 Além do Sistema WEBGIS integrado com o Banco do Sistema de Gestão do Município, todos os produtos deverão ser entregues em mídia digital (CD-ROM), com seus arquivos devidamente



ESTADO DO PARANÁ

- organizados e identificados e compatíveis com os softwares Microsoft Word, Microsoft Excel, OpenOffice Writer, OpenOffice Calc e Autodesk AutoCAD e Shapefile;
- 9.3 No início dos trabalhos a empresa vencedora deverá apresentar ao município a ART Anotação de Responsabilidade Técnica, destacando o profissional que será o responsável Técnico pela execução dos serviços contratados;
- **9.4** A contratada ainda deverá executar consultoria, por telefone ou e-mail, de eventuais dúvidas ou problemas que possam existir após a execução dos serviços e o treinamento e capacitação dos técnicos da prefeitura, durante 6 meses;

| | TABELA I | - REQUISITOS E FUNCIONALIDADES PLATAFORMA | WEBGIS | | |
|-----|--|--|--------|--|--|
| SEQ | | A licitante Atende: Sim ou Não | | | |
| | R | EQUISITOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA WEI | 3 | | |
| 1 | Chrome e não | avegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google o necessitar da instalação prévia de plug-ins, applets ou staçõescliente para seu funcionamento | | | |
| 2 | Apresentar interface gráfica de todas as funcionalidades no idioma portuguêsBrasil, inglês e espanhol (tanto em ambiente restrito quanto em ambiente cidadão) | | | | |
| 3 | Ser possível navegar por meio de acesso visitante (sem autenticação), acesso cidadão (autenticado) e acesso restrito (autenticado). No acesso visitante deveser possível apenas visualizar os mapas. | | | | |
| | | MÓDULO IMOBILIARIO AMBIENTE RESTRITO | | | |
| 4 | Consulta de Dados | O sistema deve possuir no mínimo os módulos de cadastro imobiliário, planta genérica de valores e de plano diretor. Tudo contido na mesma base de dados. Ao alterar os módulos apenas as funcionalidades específicas de cada temática devem ser alteradas | | | |
| 5 | Consulta de Dados | O sistema deve possuir um visualizador de fotos 360° (estilo street view), com a possibilidade de avanço e retrocesso na visualizaçãodas imagens | | | |
| 6 | Consulta de Dados / Cadastro Imobiliário | O sistema deve possuir dashboard de dados referente ao comparativo de área edificada do mapa em relação ao cadastro imobiliário por bairros e também da quantidade de imóveis com aumento de área construída por logradouros em bairro específico a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário | | | |



ESTADO DO PARANÁ

| 7 | Consulta de Dados / Cadastro Imobiliário | Na aba do imóvel a possibilidade de gerar e imprimir no momento da requisição do usuário o Boletim de Informação Cadastral (BCI)e o Memorial Descritivo | |
|----|---|---|--|
| 8 | Carta de Notificação | Possuir a funcionalidade de carta de notificação para imóveis comáreas construídas irregulares | |
| 9 | Carta de Notificação | Na funcionalidade da carta de notificação ser possível gerar lista deimóveis irregulares a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário com a possibilidade de exportação em PDF e CSV | |
| 10 | Carta de Notificação | Gerar a carta de notificação individualmente por imóvel ou a partirde um percentual definido no momento da requisição do usuário. | |
| 11 | Carta de Notificação | Possibilidade de configurar o texto para carta de notificação assimcomo os dados para a assinatura do responsável do departamento | |
| 12 | Consulta deD ados / Plano Diretor | Visualizar dados de Zoneamento | |
| 13 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/Desmembramento | |
| 14 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Possibilidade de vincular e desvincular atividades ao Zoneamento, com a ferramenta de relacionar o zoneamento aatividade de interesse | |
| 15 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindoao usuário a seleção dos usos/atividades de interesse | |
| 16 | Análise Espacial | Visualização de imóveis e demais feições localizadas em determinado entorno (Buffer) definido pelo usuário a partir deuma feição existente ou seleção livre | |
| 17 | Tematização | O sistema deve possibilitar gerar mapas temáticos no momento darequisição do usuário a partir de itens do cadastro: Mapa Temático de Valores únicos; Mapa Temático de Intervalo de Classes e Mapa de Calor | |



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

| 18 | Manutençãode Usuários | O sistema deve possuir menu de configurações para gestão deUsuários, Funcionários e Estrutura | |
|----|--------------------------|---|--|
| | | Organizacional | |

BANDEIRANTES



ESTADO DO PARANÁ

| | 1 | |
|----|--|---|
| 19 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possibilitar ao cidadão a criação de usuário esenha para autenticação no acesso público |
| 20 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possibilitar ao funcionário solicitar usuário e senha de acesso restrito. Essa solicitação será aceita ou não pelousuário administrador |
| 21 | Simulador Online | Na Aplicação WEB deverá conter um Simulador da Planta Genérica de Valores, permitindo a inserção/atualização dos parâmetros no momento da requisição do(a) usuário(a) |
| 22 | Simulador Online | Apresentar ao fim da simulação a somatória dos valores delançamento atual e simulado |
| 23 | Simulador Online | Deverá permitir que o(a) usuário(a) defina os valores de alíquotasa serem utilizados |
| 24 | Simulador Online | Possibilidade de inserir o percentual do valor venal a ser atribuídono cálculo do IPTU |
| 25 | Simulador Online | Possibilidade de limitar o aumento do valor da simulação doIPTU (referente ao último valor lançado) |
| 26 | Simulador Online | Deverá ter a opção de inserir a dedução sobre o valor venal dosimóveis prediais |
| 27 | Simulador Online | Ao fim da simulação deve ser realizado um comparativo entre oIPTU atual e IPTU simulado |
| 28 | Simulador Online | Os valores simulados (IPTU simulado e diferença entre IPTU atual e IPTU simulado) devem estar disponíveis para que o(a)usuário(a) criem mapas temáticos |
| | CTM EM A | MBIENTE CIDADÃO (ACESSO PÚBLICO ATRAVÉS DO SITE DA PREFEITURA) |
| 29 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/Desmembramento |
| 30 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Possibilidade de vincular e desvincular atividades ao Zoneamento, com a ferramenta de relacionar o zoneamento aatividade de interesse |
| 31 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindoao usuário a seleção dos usos/atividades de interesse |





ESTADO DO PARANÁ

| 32 | Consulta de Dados / Plano Diretor | As consultas de viabilidade devem ficar registradas na caixa deentrada do usuário requerente para que possam ser visualizadasem outro momento | |
|-----|--|---|--------------|
| 33 | Análise Espacial | Realizar cálculo de medidas lineares e áreas | |
| 34 | Consulta de Dados | Possibilidade de navegar e consultar dados disponibilizados pelaPrefeitura | |
| PRO | OCESSOS (TF | RAMITAÇÕES INTERNAS POR MEIO DE SOLICITAÇÕI | ES PÚBLICAS) |
| 35 | Módulo de Processos/ Cidadão | O sistema deve permitir que cidadãos solicitem a abertura de processos de inconsistências cadastral, área construída e padrãoconstrutivo etc. | |
| 36 | Módulo de Processos/ Cidadão | Na abertura do processo o sistema deve exigir que o cidadão preencha o formulário com os dados do imóvel (tendo a opção de selecionar o imóvel no mapa 2D e preencher automaticamente os dados), inserir anexos referente ao imóvel e descrever o motivo da solicitação | |
| 37 | Módulo de Processos/ Funcionário | O processo aberto pelo cidadão deverá ser encaminhado diretamente na caixa de entrada do setor cadastrado anteriormentecomo correspondente do assunto (todo processo deve ser atrelado a uma estrutura organizacional) | |
| 38 | Módulo de Processos/ Funcionário | O funcionário cadastrado na estrutura organizacional correspondente poderá escolher o processo para análise. No momento da escolha o processo deverá ser encaminhado da caixado setor para a sua caixa de entrada pessoal | |
| 39 | Módulo de Processos/ Funcionário | A caixa pessoal do funcionário deverá ser dividida pelo menosem: Processos abertos e Processos Concluídos; | |
| 40 | Módulo de Processos/ Funcionário | A partir do processo aberto o funcionário, antes de selecionar a opção de resolução, poderá encaminhar para outro funcionário oprocesso | |
| 41 | Módulo de Processos/ Funcionário | O sistema deve permitir que o funcionário tome as seguintes ações: Avançar, Deferido, Indeferido, Parcialmente Deferido, Parcialmente Indeferido, Cancelado e Abrir Ordem de Serviço | |
| 42 | Módulo de Processos/ Funcionário | A carta de resposta ao cidadão (template) deverá conter as seguintes informações: Dados do Requerente, Número de protocolo, Assinatura do responsável e Resposta da solicitação | |



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 125/2020.

DATA: 22 DE JULHO DE 2020.

SÚMULA: ALTERA OS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEL

CAPÍTULO E

DAS CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

- Art. 1º O território municipal é dividido em áreas urbanas e área rural, para fins urbanísticos e tributário
- §1º As áreas urbanas do Município de Bandeirantes, para efeito desta lei, são compostas pelos perímetros urbanos: I da Sede Municipal;
 - II do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.
- §2º A área rural é constituída pelo restante do território do Município.
- Art. 2° A representação dos perímetros urbanos e os cálculos analíticos de área constam dos seguintes anexos, partes integrantes desta Lei:
 - I Anexo I: Mapa do perímetro urbano da Sede Municipal;
 - II Anexo II: Descrição e cálculo analítico de área, azimutes, lados e coordenadas geográficas do perímetro urbano da Sede Municipal;
 - III Anexo III: Mapa do perímetro urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária;
 - IV Anexo IV: Descrição e cálculo analítico de área, azimutes, lados e coordenadas geográficas do perímetro urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.
- Art. 3° A expansão dos perímetros urbanos indicados nos anexos I a IV, partes integrantes desta Lei, condiciona-se à efetiva ocupação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das áreas urbanas.

REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

Art. 4° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, emespecial a Lei Complementar n° 25/2011 e a Lei Complementar n° 62/2015.

BANDEIRANTES

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 22 de julho de 2020

Lino Martins
Prefeito
Municipal

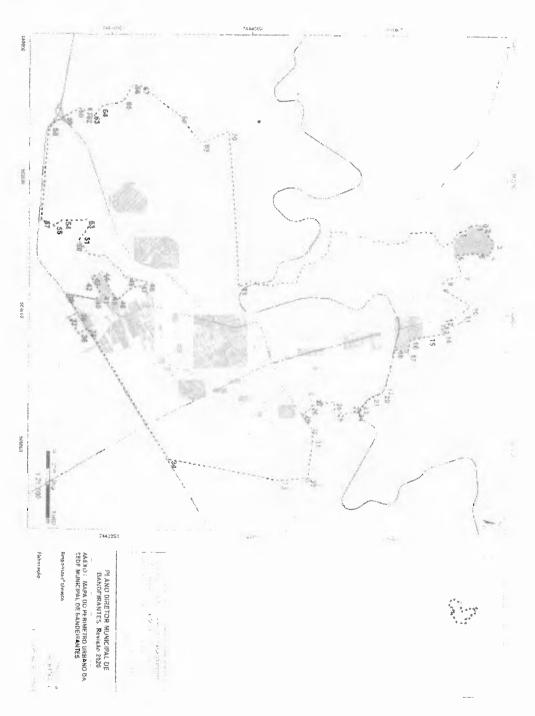


BANBEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MAPA DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE MUNICIPAL







ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

Descrição e Cálculo Analítico de Área, Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas do

Perímetro Urbano da Sede Municipal Área: 17.835.749,11m² ou 1.783,5749ha

Perímetro: 26.968,11m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, definido pelas coordenadas E: 562.658,188m e N: 7.447.250.000m com azimute 101° 58' 58.49" e distância de 31,31m até o vértice 1, definido pelas coordenadas E: 562.688,813m e N: 7.447.243,500m com azimute 27° 47' 04,88" e distância de 44,65m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 562.709,625m e N: 7.447.283,000m com azimute 54° 30' 23.50" e distância de 291,93m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 562,947,313m e N: 7.447.452,500m com azimute 115° 37' 41,13" e distância de 199,99m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 563.127,625m e N: 7.447.366,000m com azimute 190° 42' 45,23" e distância de 170,47m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 563.095,938m e N: 7.447.198,500m com azimute 173° 24' 48,77" e distância de 303,50m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 563.130,750m e N: 7.446.897,000m com azimute 73° 40' 46,74" e distância de 309,60m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 563.427,875m e N: 7.446.984,000m com azimute 161° 54' 49.19" e distância de 240.38m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 563.502,500m e N: 7.446.755,500m com azimute 122° 47' 12,52" e distância de 120,96m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 563.604,188m e N: 7.446.690,000m com azimute 33° 05' 29,40" e distância de 506,09m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 563.880,500m e N: 7.447.114,000m com azimute 135° 28' 45,54" e distância de 158,49m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 563.991,625m e N: 7.447.001,000m com azimute 144° 08' 32,92" e distância de 308,46m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 564.172,313m e N: 7.446.751,000m com azimute 198° 46' 32,28" e distância de 56,51m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 564.154,125m e N: 7.446.697,500m com azimute 74° 32' 17,79" e distância de 144,41m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 564.293,313m e N: 7.446.736,000m com azimute 169° 40' 33,05" e distância de 232,26m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 564.334,938m e N: 7.446.507,500m com azimute 167° 36' 44,99" e distância de 252,89m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 564.389,188m e N: 7.446.260,500m com azimute 99° 43' 43,06" e distância de 192,33m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 564.578,750m e N: 7.446.228.000m com azimute 195° 41' 24,72" e distância de 186,97m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 564.528,188m e N: 7.446.048,000m com azimute 103° 08' 46,46" e distância de 608,96m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 565.121,188m e N: 7.445.909,500m com azimute 123° 57' 25,84" e distância de 96,67m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 565.201,375m e N: 7.445.855,500m com azimute 157° 37' 33,87" e distância de 156,80m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 565.261,063m e N: 7.445.710,500m com azimute 132° 08' 13,15" e distância de 207,93m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 565.415,250m e N: 7.445.571,000m com azimute 94° 45' 49,11" e distância de 102,35m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 565.517,250m e N: 7.445.562,500m com azimute 203° 37' 45,76" e distância de 75,31m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 565.487,063m e N: 7.445.493,500m com azimute 178° 32' 54,81" e distância de 296,10m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 565.494,563m e N: 7.445.197,500m com





BANDEIHANTES

azimute 263° 57' 21,27'' e distância de 170,95m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 565.324,563m e N: 7.445.179,500m com azimute 167° 21' 35,00'' e distância de 296,18m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 565.389,375m e N: 7.444.890,500m com azimute 128° 38' 10,80'' e distância de 95,30m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 565.463,813m e N: 7.444.831,000m com azimute 150° 30' 55,99'' e distância de 110,86m até o vértice





REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

29, definido pelas coordenadas E: 565.518,375m e N: 7.444.734,500m com azimute 58° 47' 58,15" e distância de 207,52m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 565.695,875m e N: 7.444.842,000m com azimute 77° 24' 48,20" e distância de 188,15m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 565.879.500m e N: 7.444.883,000m com azimute 96° 22' 25,90" e distância de 599,02m até o vértice 32, definido pelas coordenadas E: 566.474,813m e N: 7.444.816,500m com azimute 173° 48' 12,55" e distância de 401,85m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 566.518,188m e N: 7.444.417,000m com azimute 190° 51' 29,23" e distância de 1.608,80m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 566.215,125m e N: 7.442.837,000m com azimute 239° 13' 37,62'' e distância de 2.277,99m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 564.257,875m e N: 7.441.671,500m com azimute 148° 40' 16,71" e distância de 148,09m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 564.334,875m e N: 7.441.545,000m com azimute 237° 35' 30,56" e distância de 278,95m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 564.099,375m e N: 7.441.395,500m com azimute 329° 35' 35,43" e distância de 157,69m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 564.019,563m e N: 7.441.531,500m com azimute 236° 11' 54,59" e distância de 320,86m até o vértice 39, definido pelas coordenadas E: 563.752,938m e N: 7.441.353,000m com azimute 10° 35' 11,86" e distância de 426,26m até o vértice 40, definido pelas coordenadas E: 563.831,250m e N: 7.441.772,000m com azimute 327° 06' 31,77" e distância de 113,14m até o vértice 41, definido pelas coordenadas E: 563.769,813m e N: 7.441.867,000m com azimute 240° 03' 03,74" e distância de 226,35m até o vértice 42, definido pelas coordenadas E: 563.573,688m e N: 7.441.754,000m com azimute 247° 45' 25,13" e distância de 75,29m até o vértice 43, definido pelas coordenadas E: 563.504,000m e N: 7.441.725,500m com azimute 329° 07' 14,60" e distância de 167,20m até o vértice 44, definido pelas coordenadas E: 563.418,188m e N: 7.441.869,000m com azimute 64º 11' 10.58'' e distância de 400,74m até o vértice 45, definido pelas coordenadas E: 563.778,938m e N: 7.442.043,500m com azimute 43° 39' 06,14" e distância de 73,25m até o vértice 46, definido pelas coordenadas E: 563.829,500m e N: 7.442.096,500m e segue à jusante pelo córrego Água Boa atéo vértice 47, definido pelas coordenadas E: 563.604,875m e N: 7.442.513,000m com azimute 275° 05' 54,21" e distância de 33,76m até o vértice 48, definido pelas coordenadas E: 563.571,250m e N: 7.442.516,000m com azimute 192º 19' 39,43'' e distância de 305,03m até o vértice 49, definido pelas coordenadas E: 563.506,125m e N: 7.442.218,000m e segue à montante pelo Ribeirão das Antas até o vértice 50, definido pelas coordenadas E: 562.987,938m e N: 7.441.552,500m com azimute 285° 26' 51,09'' e distância de 112,63m até o vértice 51, definido pelas coordenadas E: 562.879,375m e N: 7.441.582,500m com azimute 304° 35' 04,19" e distância de 208,77m até o vértice 52, definido pelas coordenadas E: 562.707,500m e N: 7.441.701,000m com azimute 234° 36' 47,85" e distância de 85,48m até o vértice 53, definido pelas coordenadas E: 562.637,813m e N: 7.441.651,500m com azimute 177° 52' 51,08" e distância de 339,73m até o vértice 54, definido pelas coordenadas E: 562.650,375m e N: 7.441.312,000m com azimute 146° 21' 04,58" e distância de 144,15m até o vértice 55, definido pelas coordenadas E: 562.730,250m e N: 7.441.192,000m com azimute 202° 53' 59,52" e distância de 125,92m até o vértice 56, definido pelas coordenadas E: 562.681,250m e N: 7.441.076,000m com azimute 209° 25' 05,41" e distância de 77,49m até o vértice 57, definido pelas coordenadas E: 562.643,188m e N: 7.441.008,500m com azimute 274° 38' 41,71" e distância de 1.407,75m até o vértice 58, definido pelas coordenadas E: 561.240,063m e N: 7.441.122,500m com azimute 321° 49' 31,99" e distância de 256,95m até o vértice 59, definido pelas coordenadas E: 561.081,250m e N: 7.441.324,500m com azimute 331° 29' 24,86" e distância de 235,57m até o vértice 60, definido pelas coordenadas E: 560.968,813m e N: 7.441.531,500m com azimute 9° 19' 32,28" e distância de 77,52m até o vértice 61, definido pelas coordenadas E: 560.981,375m e N:





ESTADO DO PARANÁ

7.441.608,000m com azimute 42° 47' 57,41" e distância de 103,58m até o vértice 62, definido pelas coordenadas E: 561.051,750m e N: 7.441.684,000m com azimute 3° 07' 58,39" e distância de 84,63m até o vértice 63, definido pelas coordenadas E: 561.056,375m e N: 7.441.768,500m com azimute 301° 44' 35,43" e distância de 124,50m até o vértice 64, definido pelas coordenadas E: 560.950,500m e N: 7.441.834,000m com azimute 342° 32' 39,24" e distância de 352,74m até o vértice 65, definido pelas coordenadas E: 560.844,688m e N: 7.442.170,500m com azimute 298° 03' 34,93" e distância de 263,61m até o vértice 66, definido pelas coordenadas E: 560.612,063m e N: 7.442.294,500m com azimute 4° 13' 58,52" e distância de 114,31m até o vértice 67, definido pelas coordenadas E: 560.620,500m e N: 7.442.408,500m com azimute 38° 21' 43,56" e distância de 695,06m até o vértice 68, definido pelas coordenadas E: 561.051,875m e N: 7.442.953,500m com azimute 52° 12' 06,81" e distância de 527,02m até o vértice 69, definido pelas coordenadas E: 561.468,313m e N: 7.443.276,500m com azimute 335° 45' 25,50" e distância de 430,46m até o vértice 70, definido pelas coordenadas E: 561.291,563m e N: 7.443.669,000m com azimute 86° 20' 10,70" e distância de 2.339,59m até o vértice 71, definido pelas coordenadas E: 563.626,375m e N: 7.443.818,500m e segue à jusante pelo Ribeirão das Antas até o vértice 0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

As coordenadas geográficas dos vértices do perímetro urbano estão representadas na tabela a seguir.

| ID | X | γ |
|----|-------------|--------------|
| 0 | 562658,1875 | 7447250,0000 |
| 1 | 562688,8125 | 7447243,5000 |
| 2 | 562709,6250 | 7447283,0000 |
| 3 | 562947,3125 | 7447452,5000 |
| 4 | 563127,6250 | 7447366,0000 |
| 5 | 563095,9375 | 7447198,5000 |
| 6 | 563130,7500 | 7446897,0000 |
| 7 | 563427,8750 | 7446984,0000 |
| 8 | 563502,5000 | 7446755,5000 |
| 9 | 563604,1875 | 7446690,0000 |
| 10 | 563880,5000 | 7447114,0000 |
| 11 | 563991,6250 | 7447001,0000 |
| 12 | 564172,3125 | 7446751,0000 |
| 13 | 564154,1250 | 7446697,5000 |
| 14 | 564293,3125 | 7446736,0000 |
| 15 | 564334,9375 | 7446507,5000 |
| 16 | 564389,1875 | 7446260,5000 |
| 17 | 564578,7500 | 7446228,0000 |
| 18 | 564528,1875 | 7446048,0000 |

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 — Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48



| 19 | 565121,1875 | 7445909,5000 |
|----|-------------|--------------|
| 20 | 565201,3750 | 7445855,5000 |
| 21 | 565261,0625 | 7445710,5000 |
| 22 | 565415,2500 | 7445571,0000 |
| 23 | 565517,2500 | 7445562,5000 |
| 24 | 565487,0625 | 7445493,5000 |
| 25 | 565494,5625 | 7445197,5000 |





ESTADO DO PARANÁ

| 26 | 565324,5625 | 7445179,5000 |
|----------|----------------------------|-----------------------|
| 27 | 565389,3750 | 7444890,5000 |
| 28 | 565463,8125 | 7444831,0000 |
| 29 | 565518,3750 | 7444734,5000 |
| 30 | 565695,8750 | 7444842,0000 |
| 31 | 565879,5000 | 7444883,0000 |
| 32 | 566474,8125 | 7444816,5000 |
| 33 | 566518,1875 | 7444417,0000 |
| 34 | 566215,1250 | 7442837,0000 |
| 35 | 564257,8750 | 7441671,5000 |
| 36 | 564334,8750 | 7441545,0000 |
| 37 | 564099,3750 | 7441395,5000 |
| 38 | 564019,5625 | 7441531,5000 |
| 39 | 563752,9375 | 7441353,0000 |
| 40 | 563831,2500 | 7441772,0000 |
| 41 | 563769,8125 | 7441867,0000 |
| 42 | 563573,6875 | 744 754,0000 |
| 43 | 563504,0000 | 7441725,5000 |
| 44 | 563418,1875 | 744 869,0000 |
| 45 | 563778,9375 | 7442043,5000 |
| 46 | 563829,5000 | 7 442096,5 000 |
| 47 | 563604,8750 | 7442513,0000 |
| 48 | 563571,2500 | 7442516,0000 |
| 49 | 563506,1250 | 7442218,0000 |
| 50 | 562987,9375 | 7441552,5000 |
| 51 | 562879,3750 | 7441582,5000 |
| 52 | 562707,5000 | 7441701,0000 |
| 53 | 562637,8125 | 7441651,5000 |
| 54 | 562650,3750 | 7441312,0000 |
| 55 | 562730,2500 | 7441192,00 00 |
| 56 | 562681,2500 | 7441076,0000 |
| 57 | 562643,1875 | 7441008,5000 |
| 58 | 561240,0625 | 7441122,5000 |
| 59 | 561081,2500 | 7441324,5000 |
| 60 | 560968,8125 | 7441531,5000 |
| 61 | 560981,3750 | 7441608,0000 |
| 62 | 561051,7500 | 744 684,0000 |
| 63 64 | 561056,3750 | 7441768,5000 |
| 64 65 | 560950,5000 560844,6875 | 7441834,0000 |
| 66 | 560844,6875 560613,0635 | 7442170,5000 |
| 00 | 5606 2,0625 | 7442294,5000 |

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 — Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48



| 67 | 560620,5000 | 7442408,5000 |
|----|-------------|--------------|
| 68 | 561051,8750 | 7442953,5000 |
| 69 | 561468,3125 | 7443276,5000 |
| 70 | 561291,5625 | 7443669,0000 |
| 71 | 563626,3750 | 7443818,5000 |

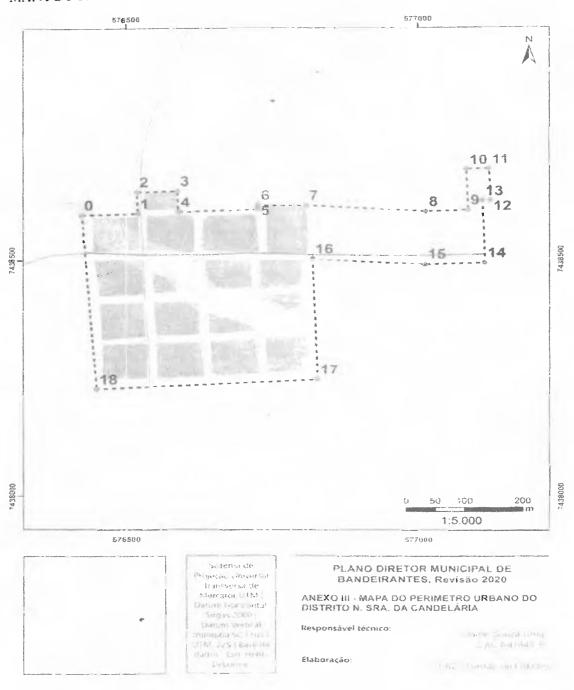


REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

BANDEIRANTES

MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA





ESTADO DO PARANÁ

Anexo IV – Descrição e Cálculo Analítico de Área, Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas do Perímetro Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária

Área: 180.873,39m² ou 18,0873ha Perímetro:

2.391,56m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, definido pelas coordenadas E: 576.424,063m e N: 7.438.594,000m com azimute 88° 30' 15,72" e distância de 95,78m até o vértice 1, definido pelas coordenadas E: 576.519,813m e N: 7.438.596,500m com azimute 357° 59' 20,53" e distância de 44,53m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 576.518,250m e N: 7.438.641,000m com azimute 88° 45' 52,93" e distância de 69,58m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 576.587,813m e N: 7.438.642,500m com azimute 178° 13' 52,08" e distância de 42,52m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 576.589,125m e N: 7.438.600,000m com azimute 87° 54' 11,34" e distância de 136,65m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 576.725,688m e N: 7.438.605,000m com azimute 0° 23' 52,37" e distância de 9,00m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 576.725,750m e N: 7.438.614,000m com azimute 90° 20' 29,58" e distância de 83,88m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 576.809,625m e N: 7.438.613,500m com azimute 93° 21' 37,07" e distância de 204,73m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 577.014,000m e N: 7.438.601,500m com azimute 88° 00' 47,11" e distância de 72,11m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 577.086,063m e N: 7.438.604,000m com azimute 358° 10' 42,01" e distância de 84,54m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 577.083,375m e N: 7.438.688,500m com azimute 88° 31' 01,00" e distância de 38,64m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 577.122,000m e N: 7.438.689,500m com azimute 177° 41' 14.60" e distância de 65,05m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 577.124,625m e N: 7.438.624,500m com azimute 265° 50' 25,29" e distância de 13,79m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 577.110,875m e N: 7.438.623,500m com azimute 178° 24' 31,90" e distância de 130,55m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 577.114,500m e N: 7.438.493,000m com azimute 268° 18' 55,14" e distância de 102,04m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 577.012,500m e N: 7.438.490,000m com azimute 273° 15' 31,95" e distância de 193,50m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 576.819,313m e N: 7.438.501,000m com azimute 178° 05' 40,49" e distância de 255,64m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 576.827,813m e N: 7.438.245,500m com azimute 266° 54' 03,04" e distância de 379,18m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 576.449,188m e N: 7.438.225,000m com azimute 356° 06' 17,19" e distância de 369,85m até o vértice 0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS- 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

As coordenadas geográficas dos vértices do perímetro urbano estão representadas na tabela a seguir.

| ID | X | Υ |
|----|---|---|
| 0 | 576424,063 | 7438594,000 |
| | Rua Frei Rafael Proner nº 1457 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-00 | 0 — Tel: (43) 3542-4525 – Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48 |



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO DO DO TOTO

| a | | |
|---|------------|---------------------|
| 1 | 576519,813 | 7438596,500 |
| 2 | 576518,250 | 7438641,000 |
| 3 | 576587,813 | 7438642 ,500 |
| 4 | 576589,125 | 7438600, 000 |

BANDEIRANTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

| 5 | 576725,688 | 7438605,000 |
|----|------------|-------------|
| 6 | 576725,750 | 7438614,000 |
| 7 | 576809,625 | 7438613,500 |
| 8 | 577014,000 | 7438601,500 |
| 9 | 577086,063 | 7438604,000 |
| 10 | 577083,375 | 7438688,500 |
| 11 | 577122,000 | 7438689,500 |
| 12 | 577124,625 | 7438624,500 |
| 13 | 577110,875 | 7438623,500 |
| 14 | 577114,500 | 7438493,000 |
| 15 | 577012,500 | 7438490,000 |
| 16 | 576819,313 | 7438501,000 |
| 17 | 576827,813 | 7438245,500 |
| 18 | 576449,188 | 7438225,000 |
| | | |



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 02 CARTA-CREDENCIAL

| Local,dede 202 |
|---|
| À Comissão de Licitação |
| Ref.: Edital de Concorrência nº/PMB - Registro de Preços |
| |
| Prezados Senhores, |
| O abaixo assinado, (inserir o nome completo), portador da cédula de identidade RG. (inserir o número e órgão emissor), e do Cadastro de Pessoa Física – CPF. (inserir o número), residente e domiciliado na (inserir o endereço completo, CEP, cidade e estado), na qualidade de responsável legal pela proponente (inserir razão social da proponente), cadastrada no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ, sob o nº ((inserir o número)), vem, pela presente, informar a V. Sas que o senhor (inserir o nome completo), portador da cédula de identidade RG. (inserir o número e órgão emissor), e do Cadastro de Pessoa Física – CPF. (inserir o número), residente e domiciliado na (inserir o endereço completo, CEP, cidade e estado), é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos, com poderes específicos para ratificar documentos e renunciar prazos recursais (opcional) a que se referir a licitação em epígrafe. Atenciosamente, |
| |
| |
| (Assinatura e nome do representante legal) |
| (Apresentar doc. original junto a credencial que comprove poderes do mandante, ex. Contrato Social) |

BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 03 DECLARAÇÃO UNIFICADA

| Ref.: Edital de Concorrência nº/PMB - Regis | stro de Preços | |
|--|----------------|------|
| Á Comissão de Licitações Município de Bandeirantes - PR | | |
| Pelo presente instrumento, a empresa, através de seu representante les | | e na |

- 1) Declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital da Concorrência em referência, em consideração e dos respectivos modelos, adendos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo LICITADOR quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a(s) obra(s) e/ou os serviços.
- 2) Declara, expressamente, que para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 3) Declara, expressamente, que para todos os fins de direito que não se encontra inadimplente ou em processo de falência ou recuperação judicial, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com qualquer órgão da administração pública bem como declara a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2°, e artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 4) Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente participante do procedimento licitatórios, que:
 - a) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação constante no edital Concorrência nº_/_-PMB Registro de Preços,
 - b) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando- nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
 - c) Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - d) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do(s) objeto(s), em função de alteraçõesde legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
 - e) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos da Concorrência nº_/__-PMB Registro de Preços, realizado pelo Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANT ESTADO DO PARANÁ

5) Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública

impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

- 6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

| 7) Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatorio, que em caso de nossa empresa for declarada adjudicatária, comprometemo-nos a recolher e dara destinação final correta dos itens inutilizados, nos termos do Art. 33, inciso IV, da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentro do prazo estipulado pela administração pública municipal, ficando o Município de Bandeirantes – PR, isento de qualquer tipo de responsabilidade. Declaramos ainda estar ciente, que caso não efetuemos o descarte adequado dos resíduos conforme legislação vigente, estaremos sujeitos as penalidades cabíveis. |
|--|
| 8) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: |
| Telefone: () OBS. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos. |
| 9) Declaramos, para os fins de direito que possuímos Conta Corrente/Poupança de pessoa jurídica em instituição financeira conforme descrição abaixo: Banco: Agência nº: Nome da agência: Cidade da agência: Endereço da agência: Conta nº: Titular: |
| 10) Declaramos sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que, a empresa está legalmente enquadrada na condição de: () microempresa (ME), ou () empresa de pequeno porte (EPP), ou () micro empreendedor individual (MEI), ou () demais |
| 11) Nomeamos e constituímos o senhor(a), portador(a) do CPF/MF sob n.ºexpedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do, residente e domiciliado (endereço completo), para ser o(a) responsável para |

Local, de ____de 202 .

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTÈ

ESTADO DO PARANÁ

acompanhar a execução do Contrato, referente ao Concorrência n.º Nº 11/2022 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

| Por ser expressão da verdade, firmamos a presente. | |
|--|--|
| | |

(nome, assinatura do responsável legal, RG, CPF, cargo)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 04 ATESTADO DE VISITA - I

| Ref. : Edital de Concorrên | ncia n°/ | PMI | 3 | | | | |
|--|---------------------------------|-----------------------|----------------|----------------------|---------------------|------------------|---------------------------|
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE DA ESTRUTURAÇÃO DO C DOS SERVIÇOS DE ATUAL VALORES, IMPLANTAÇÃO MUNICIPIO DE BANDEIRAN | ADASTRO IZAÇÃO CA DO SIST | TÉCNICO I ADASTRAI | MULT L, ELA | TIFINALIT ABORAÇÃ | ÁRIO, DE O DA PL | FORMA ANTA GE | INTEGRADA, ENÉRICA DOS |
| | | | | | | | a) da cédula de |
| identidade – RG. n° | e do Ca | dastro de Pe | ssoa F | ísica – CPI | F | | , residente e |
| domiciliado(a) na Rua | | | n° | , Com | plemento | | , Bairro. |
| , CEP. | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| sed | | | | | | | |
| , Bairro. | 1000 | | | CEP | ^ | , na | cidade de |
| , , , | | | | | | | |
| da Concorrência em epígrafe. | | ·) | | , visit | ou o local u | a execução | da obia, objeto |
| | Bandei | rantes-PR, | de | | de 2022 | • | |
| | | LICITA | DOR | | | | |
| | | LICITA | NTE | | | | |

OBS: SOMENTE PODERÁ SER EXECUTADA A VISITA ATRAVÉS DE REPRESENTANTE CREDENCIADO POR MEIO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO QUE COMPROVE PODERES E OU PODERES DE MANDANTE, OUANDO DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E DEVE OBTER POR SUA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE, TODA A INFORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA O PREPARO DE SUA.



ESTADO DO PARANÁ

MODELO RENUCIA DE VISITA - II DECLARAÇÃO

| A/C Comissão Permanente de Licitação Município de Bandeirantes – PR | |
|---|--------------------------|
| Ref. : Edital de Concorrência n°/ PMB | |
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DO VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR. | A, S |
| A Empresa | ro de nº A e |
| Bandeirantes-PR,dede 2022 | 2. |
| | |
| (assinatura e nome do responsável legal) | |

2130



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 05 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital de Concorrência nº __/___-PMB - Registro de Preços

| Nº | Perfil do Profissional | Nome | Especialidade Profissional | Nº de Registro no Conselho da Classe | Data do Registro |
|------|--------------------------|-------------------------------|--|---|---------------------|
| 01 | Coordenador Geral | | | | |
| 02 | Coordenador de Campo | | | | |
| 03 | Planejamento Urbano | <u></u> | | | |
| 04 | Tecnologia da Informação | | | | |
| 05 | Legislação | | | | |
| 06 | Administração | | | | |
| Loca | l/data. | | | | |
| Loca | l/data. | - (nome, RG n° e assinatur | a do responsável legal) | | |
| | l/data. enador Geral | | a do responsável legal) or de Campo | Planejame CPF. | ento Urbano |

ANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

MODELO N° 06 CAPACIDADE FINANCEIRA

| Ref.: Edital de Concorrência nº | / | -PMB - | Registro | de Preç | os |
|---------------------------------|---|--------|----------|---------|----|
|---------------------------------|---|--------|----------|---------|----|

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo LICITADOR, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

| Tipo de índice | Valor em reais | Índice |
|-------------------------------------|----------------|--------|
| Liquidez geral (LG) | | |
| LG = (AC + RLP) / (PC + ELP) | | |
| Liquidez corrente (LC) LC = AC / PC | | |
| Endividamento (E) | | |
| E = (PC + ELP)/(AC+RLP+AP) | | |

AC - ativo circulante; RLP - realizável a longo prazo.

AP - ativo permanente; ELP - exigível a longo prazo.

PC - passivo circulante;

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local/data

Representante legal (nome, RG n° e assinatura)

Contador (nome, n° CRC e assinatura,)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 07

(razão social, endereço, telefone, "fac-simile" e CNPJ/MF)

PROPOSTA DE PREÇOS

Local/data

À Comissão de Licitação

Ref.: Edital de Concorrência nº_/_-PMB - Registro de Preços

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas nossa proposta de preços, relativa à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR, da licitação em epígrafe.

Os serviços serão executados conforme, Cronograma de Execução, Projeto Básico e anexos do edital de concorrência em referência.

| N° | QTD | UND | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | VLR UNITÁRIO MÁXIMO | VLR MAXIMO TOTAL |
|----|--------|-----|---|---------------------------|---------------------|
| 1 | 30 | KM | Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografiasaéreas verticais colorida do território do município. Para o perímetro urbano, GSD (ground sample distance) de 10 cmou melhor e perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos po m) PEC- A 1:1000, conforme item 3.2 do TR. | 8.376,57 | 251.297,10 |
| 2 | 14.500 | UND | Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros doperímetro urbano, conforme item 3.2 do TR | 10,12 | 146.740,00 |
| 3 | 14.500 | UND | Atualização e Vetorização de base cartográfica urbana (PEC-A1:1000) e CTM- Cadastro técnico | 10,48 | 151.960,00 |

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



ESTADO DO PARANÁ

| | | | imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | | |
|---|-------|-----|--|-------|------------|
| 4 | 14500 | UND | Estruturação e atualização cadastro técnico municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme 3.4do TR | 35,94 | 521.130,00 |
| 5 | 14500 | UND | Elaboração da nova planta genérica de valores urbana eimplementação de nova metodologia de avaliação conforme item 3.5 do TR. | 16,13 | 233.885,00 |



ESTADO DO PARANÁ

| 6 | 1 | UND | dados espacial e sistemamobile, conforme item 3.6 do TR. | 76.477,87 | 76.477,87 |
|---------------|----|-----|--|-----------|--------------|
| 7 | 60 | HRS | Consultoria em processo de treinamentos, conforme itemdo TR. | 181,47 | 10.888,20 |
| 8 | 12 | MES | Licença de uso da plataforma WEB no formato SAAS, conforme item 3.8 do TR. | 9.008,45 | 108.101,40 |
| TOTAL DO LOTE | | | | | 1.500.479,57 |

O preço global proposto para execução dos serviços objeto da licitação supramencionada é de R\$ *inserir o valor da proposta (inserir o valor por extenso)*.

O prazo de execução do objeto é de 730 (setecentos e trinta) dias contados a partir do 10° (décimo) dia da data de assinatura do Contrato.

O prazo de validade da proposta de preços é de $\underline{mínimo 60 dias}$ ($\underline{(inserir o prazo de validade por extenso)}$) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas ($envelopes n^{\circ} 2$) pela Comissão de Licitação.

Declaro, expressa referência de submissão da proposta ao edital, que nos preços mantidos na proposta escrita, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação (O Município de Bandeirantes-PR não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados).

Atenciosamente,

(nome, RG n° e assinatura do responsável legal)

(Deverá estar anexo à Proposta de Preços: Cronograma de Execução)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 08

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

| A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Concorrência nº/PMB, por |
|---|
| seu representante credenciado, declara, na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a |
| empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os |
| documentos de habilitação, renunciando, expressamente, ao direito de recurso da fase habilita tória e ao |
| respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos |
| envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados. |

Local, de de 202.

(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 09 MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº 11/2022 - PMB

CONCORRÊNCIA Nº 11/2022 – PMB PROCESSO ADMINSITRATIVO Nº 238/2022-PMB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR E A EMPRESA , NA FORMA ABAIXO:

| Pelo presente instrumento, o Município de Bandeirantes, estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público |
|--|
| interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, |
| inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.235.753/0001-48, neste |
| ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr, casado, residente e domiciliado nesta cidade de |
| Bandeirantes, PR, nanortador da Cédula de Identidade RG |
| n.º, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública doe inscrito no Cadastro |
| de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.º, abaixo assinado, doravante designado |
| CONTRATANTE de um lado e, de outroestabelecida nano, bairro |
| , na cidade de, Estado de(o), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica |
| do Ministério da Fazenda sob o nº, neste ato representada por seu, o Sr. |
| , portador da Cédula de Identidade RG nº_expedida pela Secretaria de Estado de Segurança |
| Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº:, |
| doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações |
| subsequentes, ajustam o presente Contrato de Prestação de Serviços decorrência da Concorrência - Edital nº |
| _11/2022 - PMB, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir expressas, definidoras dos direitos, |
| obrigações e responsabilidades das partes, a saber: |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Único - O objeto do presente Contrato destina-se a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO



ESTADO DO PARANÁ

TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR, sob regime do tipo menor preço global, em consonância com edital, Projeto Básico e demais peças e documentos da Concorrência 11/2022-PMB, fornecida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Parágrafo Único - O preço global para a execução do objeto deste Contrato, é de R\$ (inserir valor) (inserir valor por extenso), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL" conforme descrição abaixo:

| N° | QTD | UND | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | VLR UNITÁRIO MÁXIMO | VLR MAXIMO TOTAL |
|----|-----|-----|------------------------|------------------------|---------------------|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

Parágrafo Único - As despesas com a execução do objeto do presente contrato serão financiadas através de Recursos próprios do Município, que correrão a conta das dotações orçamentárias:

| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
|------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Fazenda | 4820-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |

CLÁUSULA QUARTA - DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste Contrato inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 730 (setecentos e trinta) dias, contados partir do 10° (décimo) dia da data da publicação da Ordem de Serviços;

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados no máximo até 10° (décimo) dia contado a partir da publicação da ordem de serviços;

Parágrafo Terceiro – O prazo de vigência do contrato será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10° dia da data da publicação da Ordem de Serviços, tendo eficácia legal no primeiro dia após a assinatura do contrato por ambas as partes;

Parágrafo Quarto - Somente será admitida alteração do prazo quando:

- a) Houver alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) Houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste Contrato, por atos do CONTRATANTE;

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



ESTADO DO PARANÁ

- c) Houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) Por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;
- e) Atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
- f) Por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado;
- g) Outros casos previstos em lei.

Parágrafo Quinto - Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.

Parágrafo Sexto - Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo Sétimo - O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução dos serviços com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se obriga a:

- a) Confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo fornecido pelo município:
- b) Assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- c) Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- d) Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;
- e) Manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- f) Providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- g) Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- h) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, aeronave, máquinas e equipamentos;
- j) Examinar completamente as especificações técnicas, Projeto Básico e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do procedimento, se responsabilizando inteiramente pela apresentação de uma proposta de preços completa e satisfatória;
- k) A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados.



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato. No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro - As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Único - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- c) Garantir à CONTRATADO acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- d) Garantir à CONTRATADO acesso às suas instalações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) LIBERAÇÃO EM TODAS AS FATURAS FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 1 Nota fiscal nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes. não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
- 2 Execução dos serviços de acordo com o Cronograma de Execução;
- 3 CONTRATO: Anexar uma Cópia do Contrato e aditivos vigentes;
- 4 CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO: Anexar Cópia do Cronograma de Execução vigente a cada medição;
- 5 CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS CRF Certidão Negativa da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
- 6 CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;
- 7 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, em plena validade.

b) A LIBERAÇÃO DA ULTIMA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

1 Toda documentação citada na Cláusula Sétima, Parágrafo Primeiro letra "a".



ESTADO DO PARANÁ

- 2 Do Termo de Recebimento Provisório;
- 3 Certidão de Conclusão de serviços emitida pelo Contratante;
- 4 De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da licitante.

Parágrafo Segundo - O faturamento deverá ser efetuado em nome do (inserir no de contratante) - CNPJ nº (inserir nº).

Parágrafo Terceiro - Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 30 (trinta) dias após a apresentação correta da fatura, incorrerá o CONTRATANTE em juros de mora, no montante de 2% ao mês do valor da fatura.

Parágrafo Quarto - O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo de 730 (setecentos e trinta) dias da data da apresentação da proposta mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita através de profissionais devidamente designados pelo CONTRATANTE. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma de execução, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma de execução, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

- **Parágrafo Segundo -** A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:
 - 1. Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
 - 2. Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir:

Parágrafo Terceiro - A contratada deverá manter no local dos serviços um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deve manter cópia das especificações técnicas, Projeto Básico, cronograma de execução de serviços, Boletim Diário de Ocorrências — BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

Parágrafo Quinto - A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

Parágrafo Sexto - Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



ESTADO DO PARANÁ

CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo - Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

■ Parágrafo Nono - A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar o cronograma dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.

Parágrafo Décimo - Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva, após o seu recebimento.

Parágrafo Décimo Primeiro – O fiscal responsável pelo contrato será o Sr. José Celestino Fontolan, Secretário de Fazenda.

Parágrafo Décimo Segundo – O fiscal responsável pela execução dos serviços será o Sr. Ricardo José Silva Rivolli, Engenheiro Civil – CREA/PR Nº 158.606/D, Diretor de Obras.

CLÁUSULA NONA – DOS SERVIÇOS PROVISÓRIOS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deve submeter à fiscalização os desenhos, especificações técnicas propostos para os serviços provisórios que se façam necessários, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo - A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelos serviços provisórios.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Parágrafo Primeiro - Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativos que se fizer(em) nos serviços, nos limites autorizados em lei.

Parágrafo Segundo - A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

Parágrafo Segundo - Se no Contrato não houver sido contemplado preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.



ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, AERONAVE, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Parágrafo Primeiro - Os materiais, veículos, aeronave, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade e/ou em ótimo estado de conservação, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

Parágrafo Segundo - Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

Parágrafo Segundo - O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares - NRs 01 a 32 e em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

Parágrafo Quarto - Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NRs aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77.

Parágrafo Quinto - O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não-cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução dos serviços.

Parágrafo Sexto - Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente(s) na execução dos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SEGURANÇA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do art.

BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem às especificações dos serviços/técnicas e/ou referenciais.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

Parágrafo Quarto - Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, aplicando-se no caso concreto uma das formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, especialmente a denunciação da lide (art. 70 – CPC), se for o caso.

Parágrafo Quinto - A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Sexto - CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos que dele decorra a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro - O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo até 60 (sessenta) dias após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação dos serviços pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, aos serviços e serão considerados como recebidos definitivamente.

Parágrafo Terceiro - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48

ESTADO DO PARANÁ

nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

Parágrafo Terceiro - Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber:

- a) Multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do saldo contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão dos serviços;
- b) Multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais;
- c) Multa de 10% (*dez por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual quando ocorrer rescisão do Contrato conforme o estabelecido na Cláusula Décima Nona, Parágrafo Primeiro;
- e) Suspensão do direito de participar em licitações/contratos advindos de recursos do CONTRATANTE, ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a rescisão contratual ou declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA;

Parágrafo Segundo - A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

Parágrafo Terceiro - As penalidades previstas no *caput*, poderão cumular-se e o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quarto - Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos serviços previstos o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada a CONTRATADA responderá pelos custos através de glosas de créditos, garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 2 anos, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes.



ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação a CONTRATADA dos atos a serem realizados.

Parágrafo Segundo - Compete ao Prefeito, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.

Parágrafo Terceiro - É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) Quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- c) Quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (*trinta*) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceito pelo CONTRATANTE;
- d) Quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização;
- e) Demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Parágrafo Segundo - Declarada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data da sua assinatura, a CONTRATADA se obriga, expressamente, a entregar o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA NONA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: o instrumento convocatório, especificações técnicas, Projeto Básico, bem como a proposta de preços, cronograma de execução, anexos e pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Único - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao @bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



Local e data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Único - Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nas especificações técnicas, no termo referencial, nas quantidades, no prazo de execução ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com anuência expressa do PREFEITURA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Parágrafo Único - Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro - Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

Parágrafo Segundo - Qualquer objeto de valor histórico, valor significativo que venha a ser descoberto, em qualquer parte e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, deverá a Contratada notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

Parágrafo Primeiro - As partes elegem o foro da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Segundo - E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

| Engenheiro Fiscal - Designado CREA nº | | |
|--|------------|-------------------------------|
| | CONTRATADA | |
| | | Engenheiro Fiscal - Designado |

SANDEMANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 10

EXTRATO DO CONTRATO (Publicação)

| CONTRATO Nº _11 | /2022-PMB | | |
|---|---|--|---|
| CONCORRÊNCIA: | N°/ 2022-PM | В | |
| PROCESSO ADMIN | IISTRATIVO: _11 | /2022-PMB | |
| CONTRATANTE: N | Iunicípio de Bandei | rantes, Estado do Paraná | |
| CONTRATADA: | | | |
| REALIZAÇÃO DA E INTEGRADA, DOS GENÉRICA DOS | ESTRUTURAÇÃO SERVIÇOS DE A VALORES, IMP | ESSOA JURÍDICA PARA EXECUÓ DO CADASTRO TÉCNICO MULTIF ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELA LANTAÇÃO DO SISTEMA GES BANDEIRANTES-PR | FINALITÁRIO, DE FORMA ABORAÇÃO DA PLANTA |
| DOTAÇÃO: | | | |
| SECRETARIA | DESPESA/ | DOTAÇÃO FUNCIONAL | DESCRIÇÃO |

| | SECRETARIA | FONTE | PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
|---|--------------------------------------|----------|------------------------------|---------------------|
| 1 | Obras, Serviços e Desenvolvimento | 5152-000 | 0600215452042510114490510000 | ODDAS E INSTALAÇÕES |
| | Urbano | 5152-819 | 0000213432042310114490310000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |

PRAZO DE EXECUÇÃO: Será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período, tendo eficácia legal no primeiro dia após a assinatura do contrato por ambas as partes.

| Bandeirantes, | de | de 2022 |
|---------------|----|---------|
|---------------|----|---------|

CONTRATANTE

CONTRATADO

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

Elementos gráficos:

• Cronograma de Execução; Projeto Básico; etc.

Serão disponibilizados no sítio eletrônico do Município de Bandeirantes – PR <u>www.bandeirantes.pr.gov.br</u> anexo ao aviso de licitação e edital ou solicitado através do e-mail <u>licitacao@bandeirantes.pr.gov.br</u>



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

AVISO

PUBLICAÇÕES



ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 11/2022 – PMB

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que realizará no dia 24/08/2022 ás 08h:30min, a licitação na modalidade em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital poderá ser feita no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes localizada na Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, ou pelo sítio eletrônico www.bandeirantes.pr.gov.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 08h:15min do dia 24/08/2022 no Setor de Protocolo desta prefeitura.

Bandeirantes-PR, 30 de junho de 2022.

Rafae/Henrique Enéas Marinho Sceretário de Administração

Edição nº 284 Ano 2022 Página 19 de 26

34

www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Quinta-feira, 30 de Junho de 2022

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Aviso De Licitacao



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 11/2022 – PMB

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que realizará no dia 24/08/2022 ás 08h:30min, a licitação na modalidade em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital poderá ser feita no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes localizada na Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, ou pelo sítio eletrônico www.bandeirantes.pr.gov.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 08h:15min do dia 24/08/2022 no Setor de Protocolo desta prefeitura.

Bandeirantes-PR, 30 de junho de 2022.

Rafael Henrique Enéas Marinho Secretário de Administração

Rua Frei Raffiel [Pioner nº 1457 = CEP 86,366/600 - e-mail divisaogeral@bandeirantes.pr.gov.br = Tel: (43) 3542-4525 - Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48



Bandeirantes

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 11/2022 - PMB

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que realizará no dia 24/08/2022 ás 08h:30min, a licitação na modalidade em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITARIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVICOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital poderá ser feita no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes localizada na Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, ou pelo sítio eletrônico www.bandeirantes.pr.gov.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 08h:15min do dia 24/08/2022 no Setor de Protocolo desta prefeitura.

Bandeirantes-PR, 30 de junho de 2022.

Rafael Henrique Enéas Marinho Secretário de Administração

67717/2022

Bela Vista da Caroba

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR64/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, faz saber aos interessados que com base na Lei Federal 10.520/02 de 2002, Lei 8.666, de 1993, Lei Complementar nº 123, de 2006, Lei complementar Federal 147, de 2014, Decreto Federal 10.024 de 2019 e demais legislações aplicáveis, fará realizar Licitação na Modalidade Pregão conforme descrito abaixo:

 OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE BATERIAS E DEMAIS PEÇAS E COMPONENTES ELÉTRICOS, ALÉM DO SERVIÇO ESPECIALIZADO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS VEICULOS, CAMINHÕES E MAQUINAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA.

2. VALOR DA LICITAÇÃO: R\$ 442.322,30 (quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos e vinte e dois reais e trinta centavos).

3. DATA DE ABERTURA: dia 14/07/2022, às 13:00 horas.

4. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.

O Edital e Anexos estarão disponíveis na plataforma de licitações no endereço www.licitanet.com.br.

GELSON MAFFI Prefeito Municipal

68140/2022

Boa Vista da Aparecida

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2022

O Município de Boa Vista da Aparecida, torna público que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, tipo de icitação: Maior Oferta por LOTE. Objeto: alienação de 01 (um) imóvel de propriedade do município de Boa Vista da Aparecida-PR, conforme autorização legislativa na Lei Municipal nº 594/2022.

Abertura: Serão abertos os envelopes contendo a documentação e proposta relativos à licitação, que será realizada às 09h, do dia 04 de

agosto de 2022, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida.

Outras informações complementares e o edital de Concorrência Pública poderão ser obtidos pelos interessados, no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, Avenida Cicero Barbosa Sobrinho, 1190 – Fone (45) 3287-8328, com a de Licitação, http://www.boavistadaaparecida.pr.gov.br.

Boa Vista da Aparecida, 27 de junho de 2022

Leonir Antunes dos Santos Prefeito Municipal

68034/2022

Bocaiúva do Sul

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

| Licitação nº: | 50/2022 |
|----------------|--|
| Modalidade nº: | Pregão |
| Data | 30/06/2022 |
| Homologação: | |
| Objeto da | A presente licitação do tipo de menor preço, a preços |
| Licitação: | fixos, tem por objeto a aquisição do(s) EQUIPAMENTO(S) abaixo descrito(s) e de acordo com demais especificações constantes do ANEXO 07 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS. OBJETO: CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6x4 - QUANTIDADE: 01 - VALOR TOTAL (R\$ 647.496,67 - PRAZO (DIAS): 180. |

Fornecedores com itens Homologados:

FORNECEDOR(ES):

1) ECS COMERCIO DE VEÍCULOS R EQUIPAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 08.206.867/0001-00 no valor total dos itens vencidos de R\$ 626.780,00 (seiscentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta reais). Bocaiúva do Sul, 30 de junho de 2022.

ANTONIO LUIZ GUSSO Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 37/2022 - PREGÃO Nº 50/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X4. CONTRATADO: ECS COMERCIO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ: 08 206 867/0001-00

VALOR: R\$ 626.780,00 (SEISCENTOS E VINTE E SEIS MIL SETECENTOS E OITENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS. BOCAIÚVA DO SUL, 30 DE JUNHO DE 2022.

ANTONIO LUIZ GUSSO Prefeito Municipal

68329/2022

Braganey

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2022-Vinculado a Concorrência (6)3/2022 CONTRATANTE: Municipio de Braganey, Estado do Paraná, com sede à Rua Avenida Arthur Pereira,860, centro, inscrito no CGC/MF nº 78.121.902/0001-73, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Odair Guerreiro Oliveira, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.689.696-1 SSP/PR e do CPF/MF nº 965.472.949-00, e

CONTRATADA: CONSTRUTORA LIOTTO LTDA- EPP.

OBJETO: Contratação de uma empresa para execução de obra de Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbana em CBUQ, 2.793,60 m2, incluindo serviços preliminares, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de transito, ensaios tecnológicos e placas de comunicação visual.

VALOR: R\$ 290.100,03 (Duzentes e noventa mil, com cem reais, e três centavos). As despesas com a execução do objeto deste Contrato correrão a conta 08.003.15.451.0006.1001 4.4.90.51.00.00 - Fonte 31823 - Redizuda 800, 08.003.15.451.0006.1001 4.4.90.51.00.00 - Fonte 31000 - Reduzida 697.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 dias contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada e de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 270 (Duzentos e setenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27 de Junho de 2022.

FORO: Comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Braganey, 27 de Junho de 2022.

67852/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2022-Concorrência 004-2022

CONTRATANTE: Municipio de Braganey, Estado do Paraná, com sede à Rua Avenida Arthur Pereira.860, centro, inscrito no CGC/MF nº 78.121.902/0001-73. neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Odair Guerreiro Ofiveira, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.689.696-1 SSP/PR e do CPF/MF nº 965.472.949-00,

CONTRATADA: CONTRATADA: CONSTRUTORA LIOTTO LTDA- EPP. OBJETO: Contratação de uma empresa para execução de obra de Pavimentação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGÍ

Inexigibilidade de Licitação Nº IN00002/2022

Inexigibilidade de Licitação Nº IND0002/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a inexigibilidade de Licitação nº IND0002/2022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DO CONTOR TETÉ PESSOA E BANDA CIRCUITO MUSICAL, DURANTE AS FESTIVIDADES JUNINAS DE SÃO PEDRO NO DÍA OB DE JULHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADIJUDICO o seu objeto a: F IVO DE MACEDO PRODUÇÃO DE EVENTOS E FESTAS - EIRELI - R\$ 40.000,00.

São José do Sabugí - PB, 28 de Junho de 2022

INEXIGIBILIDADE de licitação Nº IN00003/2022

MELAGIOILLIADE DE RICIAÇÃO Nº INDUMIS/2022.

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a inexigibilidade de Licitação nº INDO003/2022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DO CONTOR GLEYDSON GAVIAO, DURANTE AS FESTIVIDADES JUNINAS DE SÃO PEDRO NO DIA 08 DE JULHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: GR SHOWS ITDA - R\$ 50.000,00.

São José do Sabugí - PB, 28 de Junho de 2022

INEXIGIBILIDADE de licitação Nº IN00005/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DO CONTOR EDYR VAQUEIRO, DURANTE AS FESTIVIDADES JÚNINAS DE SÃO PEDRO NO DIA 09 DE JULHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATÍFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: X4 MUSIC PROMOÇÕES LTDA - R\$ 25.000,00.

São José do Sabugi - PB, 30 de Junho de 2022

INEXIGIBILIDADE de licitação № 1N00007/2022

INEXIGIBILIDADE de licitação Nº IN00007/2022 Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00007/2022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DO CONTOR E POETA JOÃO ANDRE, DURANTE AS FESTIVIDADES JUNINAS DE SÃO PEDRO NO DIA 09 DE JULHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JOÃO ÁNDRE OLIVEIRA DO NASCIMENTO - R\$ 10.000,00.

São José do Sabugi - PB, 30 de Junho de 2022

INEXIGIBILIDADE de licitação Nº IN00008/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00008/7022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DA CANTORA MARCIA FELIPE, DURANTE AS FESTIVIDADES JUNINAS DE SÃO PEDRO NO DIA 10 DE JULHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATIFICO o correspondente procedimento ADIUDICO o seu objeto a: MF SERVIÇOS DE CURTIÇÃO E PRODUÇÃO) MF SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - R\$ 120.000,000.

São José do Sabugí - PB, 29 de Junho de 2022

INEXIGIBILIDADE de licitação Nº IN00009/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00009/2022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DO CANTOR É BANDA RODOLFO LOPES, DURANTE AS FESTÂVIDADES JUNIMAS DE SÃO PEDRO NO DIA 10 DE JULHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: RODOLFO LOPES DA SILVA - PROCUÇÃO MUSICAL J. 81 51 5000 procedimento e ADJUDIO MUSICAL - R\$ 15.000,00.

São José do Sabugí - PB, 29 de Junho de 2022

INEXIGIBILIDADE de licitação № 1N00010/2022

NOS termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº INO0010/2022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DA BANDA "OS FILHOS DO FORRO", DURANTE AS FESTIVIDADES JUNINAS DE SÃO PEDRO NO DIA 10 DE JULHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: A P A PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - R\$ 10.000,00.

São José do Sabugi - P8, 29 de Junho de 2022

INEXIGIBILIDADE de licitação Nº IN00004/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00004/2022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DO CONTOR GLICIO LEE, DURANTE AS FESTIVIDADES JUNINAS DE SÃO PEDRO NO DÍA 08 DE JULHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: ABEL DOS SANTOS DÍAS EIRELI - R\$ 30.000,00.

INEXIGIBILIDADE de licitação Nº IN00005/2022

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00005/2022, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DO CONTOR WALDONYS, DURANTE AS FESTIVIDADES JUNIÑAS DE SÃO PEDRO NO DÍA O9 DE JUHO DE 2022, EM PRAÇA PÚBLICA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: W E PRODUÇÕES ARTISTICAS ITDA · R\$ 50.000,00.

DISPENSA Nº DV00017/2022.

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00017/2022, que objetiva: Prestação de Serviços de Locação de Estrutura Física (Som, Iluminação, Geradores, Palco, Grid, Banheiros Químicos e Outros), em comemoração à tradicional festividade junina de São Pedro durante os dias 08, 09 e 10 de Julho do ano 2022, a ser realizados em praça pública pelo Município de São José do Sabugí - P8; RATIFICO o correspondente procedimento e ADIUDICO o seu objeto a: GILTON P. DE CASTRO - R\$ 54.000,00.

São José do Sabugí - PB, 30 de Junho de 2022 JOÃO DOMICIANO DANTAS SEGUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Aquisição de géneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para o exercicio 2022. FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 00001/2022. VIGÊNCIA: até 30/12/2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São Sebastão do Umbuzeiro e: Ef Nº 00040/2022 - 01.06.22 - ALVARO FARCISVO TIBURCIO GOMES - R\$ 39.468,16; Ef Nº 00041/2022 - 01.06.22 - BENIAMIN FRANKLIN ALVES DA SILVA - R\$ 38.475,00; CT Nº 00042/2022 - 01.06.22 - ERIVANIA QUEIROZ DO NASCIMENTO - R\$ 16.492,50; CT Nº 00043/2022 - 01.06.22 - LACIO DE LOYOLA DE OLIVEIRA - R\$ 18.734,17; CT Nº 00044/2022 - 01.06.22 - MARCIO DE LOYOLA DE OLIVEIRA - R\$ 18.734,17; CT Nº 00045/2022 - 01.06.22 - MARCIO DE SILVA NASCIMENTO - R\$ 18.734,17; CT Nº 00045/2022 - 01.06.22 - MARCIO DE SILVA NASCIMENTO - R\$ 18.734,17; CT Nº 00045/2022 - 01.06.22 - MARCIO DE SILVA NASCIMENTO - R\$ 18.734,17; CT Nº 00045/2022 - 01.06.22 - MARCIO DE SILVA NASCIMENTO - R\$ 18.734,17; CT Nº 00045/2022 - 01.06.22 - MARCIO DE SILVA NASCIMENTO - R\$ 16.492,50.

EXTRATO DE CONTRATO

Licitação: PREGÃO ELETRÓNICO n.º 00004/2022, do tipo menor preço, para: Registro de preços para futura e eventual aquisição de 03 (três) veículos tipo hatch, a fim de atender as demandas operacionais desta municipalidade, conforme condições, exigências e especificações técnicas constantes no termo de referência. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00004/2022. DOTAÇÃO: As despesas correrão por conta de dotação orçamentária constante no quadro de detalhamento da despesa (QDD) inerente ao exercício financeiro vigente c/c plano de trabalho - código 4490.52. VIGÊNCIA: até 24/06/2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro e: CT Nº 00034/2022 - 24.05.22 - COMERCIO DE VEICULOS SANTANA L'DA - CNPJ nº 34.037.756/0001-27 - R\$ 188.970,00.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO № 8/2022

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro-PB, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide do Decreto federal n.º 10.024/2019, Instrução Normativa 206/2019 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto consiste em: Aquisição de veículo tipo Pick-up cabine dupla 4x4 (Diesel), conforme condições, exigências e especificações técnicas constantes no termo de referência. Proposta oriunda do Ministério da Saúde sob o № 11364.289000/1220-03. Abertura das propostas: 15/07/2022, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site https://www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Frei Fernando, s/n, Centro, CEP 58510-000. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras Públicas - endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no site da Prefeitura endereço www.ssdoumbuzeiro.pb.gov.br, no site do TCEPB - endereço www.tce.pb.gov.br. Esclarecimentos adicionais no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33041222. E-mail: licitacaossdoumbuzeiro@gmail.com

São Sebastião do Umbuzeiro - PB, 30 de junho de 2022. JOÃO PAULO PEREIRA DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ

EXTRATO DE CONTRATO

TP 00002/2022. № do Contrato: 00059/2022. Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDO/PB. Contratado: CONSTRUTORA REALIZAR EIRELL Objeto do contrato: REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL CÍCERO DOS ANJOS NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ - PB. CONVÊNIO 275/2021 - SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SERIDO - PB. Valor Original do Contrato: R§ 244.994,14. № do Aditivo: 01. Objeto do aditivo: Quantitativos e preços. Vigência: 17/09/2022. Data da Assinatura do aditivo: 21/06/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2022

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av. Dep. Alvaro Gaudêncio, 60 - Centro - Serra Branca - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (DISEL). Abertura da sessão pública: 08:30 horas do dia 14 de Julho de 2022. Início da fase de lances: 08:31 horas do dia 14 de Julho de 2022. Referência: horário de Brasilia - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3354-1225. Email: cplserrabranca@gmail.com. Edital: http://www.serrabranca.pb.gov.br/; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

> Serra Branca - PB, 28 de Junho de 2022 HYAGO CÉSAR LIMA FEITOSA Pregoeiro

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 11/2022 - PMB

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que realizará no dia 24/08/2022 ás 08h:30min, a licitação na modalidade em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital poderá ser feita no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes localizada na Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, ou pelo sítio eletrônico www.bandeirantes.pr.gov.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 08h:15min do dia 24/08/2022 no Setor de Protocolo desta prefeitura.

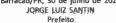
> Bandeirantes-PR. 30 de junho de 2022. RAFAEL HENRIQUE ENÉAS MARINHO Secretário de Administração PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2022

PROCESSO Nº 87/2022.Expirado o prazo recursal, torna-se publica homologação do objeto do procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2022, do tipo Menor Preço por Item, as empresas: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LIDA, vencedora do itemnº 01.

Barracão/PR, 30 de junho de 2022 JORGE LUIZ SANTIN









E-mail

Contatos

Imprimir Mais Voltar Criar email Responder Responde Encamin Excluir Mover Marcar

Caixa de entrada 1143 Rascunhos Enviados 公准 Spam Lixeira

Arquivo

Re: Solicitação de Esclar...

Mensagem 1 de 20

De licitacao@bandeirantes.pr.gov.br

carlos@drz.com.br 05-07-2022 10:51 Data

realizará a abertura do … modalidade CONCORRÊNCIA,... profissional, equipament... especificados no (Modelo... dos envelopes de habilit... será efetuado até as 08h... 24/08/2022, no setor de ... protocolados após este h... certame."_

O mesmo ocorre com o ref... básico), ao analisar o m...

Acredito que a referênci... menção "item 10 do Termo... Termo de Referência.

O mesmo caso, deverá ser... deveria ser suprimido já... experiência.

As observações estão cor...

Por gentileza confirmar...

Atenciosamente.

Adm. Carlos Rogério Pere...

Licitações e Contratos.

CRA-PR 24528

DRZ Geotecnologia e Cons...

Av. Higienópolis, 32

CEP 86020 - 080

tel |43| 3026 4065

Antes de imprimir... pen... Bom dia

Informo que o edital foi retificado e está a disposição no sitio eletronico da prefeitura (estou enviando em anexo) Obrigado

Marcos

Dep. de licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

EDITAL RETIFICADO



ESTADO DO PARANÁ

EDITAL - RETIFICADO

PREÂMBULO

- EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 11/2022-PMB.
- MENOR PREÇO
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 238/2022-PMB.
- OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR
- LOCAL:
 - a) Área Urbano do Município de Bandeirantes-PR.
- VALORES MÁXIMOS E PRAZOS:
 - a) R\$ 1.500.479,57 (um milhão, quinhentos mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos)
- EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com edital. Projeto Básico e demais documentos anexos.
- PRAZO DE EXECUÇÃO: 730 (setecentos e trinta) dias, após a assinatura do contrato.
- PRAZO DA VIGÊNCIA: 730 (setecentos e trinta) dias, após a assinatura do contrato.
- OBS: Podendo os prazos e execução e vigência serem prorrogados por iguais períodos.
- **REAJUSTE:** O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo de 730 (setecentos e trinta) dias da data da apresentação da proposta mediante a aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

ORIGEM DAS SOLICITAÇÕES

SECRETARIA: Fazenda

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO

- Sitio oficial do Município de Bandeirantes-Pr ww.bandeirantes.pr.gov.br:
- Diário Oficial Eletrônico do Município de Bandeirantes-PR;





ESTADO DO PARANÁ

- Diário Oficial do Estado do Paraná:
- Diário Oficial da União:
- Mural de Licitações Municipais www.tce.pr.gov.br;

DATAS/HORÁRIOS E LOCAL AO CERTAME

• RECEBIMENTO ENVELOPES "1" E "2"

Até às **08h:15min** (horário de Brasília) do dia do dia **24/08/2022**, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, sito a Rua Frei Rafael Proner 1457, Centro, Bandeirantes-PR.

Ás **08h:30min** (horário de Brasília) do dia do dia **24/08/2022**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, sito a Rua Frei Rafael Proner 1457, Centro, Bandeirantes-PR.

- ABERTURA DO CERTAME (CONCORRÊNCIA 11/2022-PMB)
- Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;
- Os envelopes protocolados após o horário estipulado não poderão participar do certame.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

- Joyce Ferreira Parpinelli
- Fernando Ferreira Franco
- Marcos de Moraes
- PORTARIA: nº 1.539/2022 de 03 de janeiro de 2022

TELEFONE E ENDEREÇOS

• Fone: (43) 3542-4525

• E-mail licitacao@bandeirantes.pr.gov.br;

- Horário de expediente: das 07/30hrsàs 11:00hrs e das 13:00hrs às 17:00hrshrs;
- Endereço: Rua Frei Rafael Proner 1457, centro, CEP. 86.360-000 Bandeirantes-Pr:
- Acesso identificado no link- www.bandeirantes.pr.gov.br.

01. SUPORTE LEGAL, REGIME DE CONTRATAÇÃO E OBJETIVO

- 1.1 O Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, visando a atualização dos valores venais de cada imóvel pertencente a esta municipalidade, através de recursos próprios para execução do objeto abaixo descrito.
- 1.2 Objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS



ESTADO DO PARANÁ

VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR:

- Esta licitação, será realizada sob modalidade **CONCORRÊNCIA** do tipo **MENOR PREÇO**, será regida pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93. de 21 de junho de 1993. Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Constituição do Estado do Paraná, artigo 27, Inciso XXI, e pelas disposições deste Edital e pela minuta de Contrato em anexo.
- Esta Concorrência será conduzida pela Comissão de Licitações descrita no preambulo deste edital, e terá em especial as seguintes atribuições:
 - 1.4.1 Responder as questões formuladas pelos prestadores de serviços, relativas ao certame;
 - 1.4.2 Abrir e verificar documentos de habilitação dos proponentes:
 - 1.4.3 Analisar a aceitabilidade das documentações;
 - 1.4.4 Habilitar e ou desclassificar proponentes indicando os motivos;
 - 1.4.5 Abrir e analisar as propostas de preços;
 - 1.4.6 Analisar a proposta de menor preço;
 - 1.4.7 Declarar o vencedor:
 - 1.4.8 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 1.4.9 Elaborar a ata da sessão;
 - 1.4.10 Adjudicar aos itens aos devidos vencedores;
 - 1.4.11 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 1.4.12 Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

02 INSTAURADOR, LOCAL E DATA

O Município de Bandeirantes, ora denominado LICITADOR, torna público que às 08h:30min (horário de Brasília) do dia do dia 24/08/2022, na sala de licitações do LICITADOR, Paraná, Brasil, realizará a abertura do certame referente à licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, com fornecimento de mão de obra profissional, equipamentos, veículos, aeronaves, produtos e materiais especificados no (Modelo nº 1) deste edital, sendo que o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta (envelopes nº 1 e nº 2) será efetuado até as 08h:15min (horário de Brasília) do dia do dia 24/08/2022, no setor de PROTOCOLO do LICITADOR. Os envelopes protocolados após este horário não poderão participar do certame.

03 INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÃO DO EDITAL

3.2 Informações e esclarecimentos relativos ao edital e seus modelos poderão ser solicitados, pessoalmente, por escrito ou através do e-mail licitação bandeirantes.pr.gov.br. à Comissão de Licitação, até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas (envelopes n° 1 e n° 2), sendo que as respostas serão enviadas por escrito aos solicitantes em até 02 (dois) dias úteis antes do recebimento das propostas.



ESTADO DO PARANÁ

- 3.2 A qualquer tempo, antes da data limite para o recebimento das propostas (envelopes n° 1 e n° 2), o LICITADOR poderá, por sua própria iniciativa ou como consequência de algum esclarecimento solicitado por uma possível proponente, alterar os termos do Edital, com anuência expressa do LICITADOR, mediante a emissão de um adendo.
- 3.3 Nos casos em que a alteração do Edital importe em modificação das propostas, o LICITADOR prorrogará o prazo de entrega das mesmas.
- 04 REGIME DE EXECUÇÃO.
- 4.1 O regime de execução adotado será o de **MENOR PREÇO**;

05 ÍNDICES FINANCEIROS

A proponente deverá comprovar, por meio do ($Modelo\ n^{\circ}\ (l6)$) em anexo, sua capacidade financeira mediante a apresentação dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e endividamento (E), cujos valores limites são os a seguir estabelecidos:

| (LG) | (LC) | (E) |
|----------------|----------------|----------------|
| (valor mínimo) | (valor mínimo) | (valor máximo) |
| 1,00 | 1,00 | 0,80 |

06 RECURSOS FINANCEIROS.

As despesas com a execução do objeto do presente contrato serão financiadas através de Recursos próprios do Município, que correrão a conta das dotações orçamentárias:

| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
|------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Fazenda | 4820-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |

07 PASTA TÉCNICA E ELEMENTOS INSTRUTORES.

A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos poderá ser examinada no endereço mencionado no item 02 em horário comercial e também estará disponível no sítio eletrônico do LICITADOR www.bandeirantes.pr.gov.br anexo à publicação do aviso e edital de licitação. O LICITADOR não assume responsabilidade com a proposta da proponente que não recebeu este convite, seus modelos e anexos diretamente do LICITADOR. Neste caso, não serão aceitos protestos ou reclamações de empresas em relação a tais documentos, principalmente no que concerne ao item 03.2.





ESTADO DO PARANÁ

- 7.2 São parte integrante deste edital os seguintes elementos instrutores, bem como quaisquer adendos posteriores emitidos de acordo com o **item 03.2**:
 - 7.2.1 Projeto Básico (Modelo nº 01);
 - 7.2.2 Carta-credencial (Modelo n° 02);
 - 7.2.3 Declaração Unificada (Modelo 03);
 - 7.2.4 Atestado de visita (fornecido no ato da visita pela Prefeitura **E OU** Declaração de Renúncia de Visita, (Modelo nº 04 I e II):
 - 7.2.5 Declaração de responsabilidade técnica (Modelo n° 05);
 - 7.2.6 Capacidade financeira (Modelo n° 06);
 - 7.2.7 Carta-proposta de preços (Modelo nº 07);
 - 7.2.8 Termo de Renúncia (Modelo nº 08);
 - 7.2.9 Modelo Minuta de Contrato de Empreitada (Modelo nº 09);
 - 7.2.10 Extrato do Contrato de Empreitada (Modelo nº 10);
 - 7.2.11 Cronograma de Execução (ANEXO I).

08 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Poderão participar da presente licitação:
 - 8.1.1 Empresa do ramo, brasileira ou estrangeira, devidamente constituída.
- 8.2 Está impedido(a) de participar da licitação:
 - 8.3.1 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 8.3.1.1 Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
 - 8.3.1.2 Empresa ou consórcio de empresas responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo dos serviços, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (*cinco por cento*) do capital com direito a voto, controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - 8.3.1.3 Licitante suspenso temporariamente de participação em licitação e impedido de contratar com a Administração;
 - 8.3.1.4 Servidor ou dirigente vinculado ao licitador;
 - 8.3.1.5 Consórcio de empresas;
 - 8.3.1.6 Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas;
 - 8.3.1.7 Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
 - 8.3.1.8 Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores de órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação;
 - 8.3.1.9 Empresas que estiverem sob falência ou concordata ou execução patrimonial;
 - 8.3.1.10 Empresas com ramo de atividade incompatível com o objeto da licitação.



ESTADO DO PARANÁ

8.3.1.11 Constatada a existência de sanção, a Comissão de Licitação reputará o licitante **IMPEDIDO** de participar do certame;

09 APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 9.1 A licitante arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. O LICITADOR não será responsável direta ou indiretamente por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório;
- 9.2 A licitante deverá protocolar no local, data e hora fixados neste edital no Item 02, os envelopes:
 - 9.3.1 ENVELOPE Nº 1 HABILITAÇÃO PRELIMINAR;
 - 9.2.2 ENVELOPE N° 2 PROPOSTA DE PREÇOS.
- 9.3 Os envelopes deverão ser entregues fechados e inviolados, contendo em sua parte externa e frontal os dizeres:

| RAZÃO SOCIAL |
|---|
| CNPJ |
| ENDEREÇO (completo) |
| TELEFONE () |
| e-mail. |
| ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITACAO |
| CONCORRÊNCIA Nº 11/2022 - PMB |
| DATA: / /202 |

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
ENDEREÇO (completo)
TELEFONE () ____e-mail.
ENVELOPE N° 2 – PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRÊNCIA N° 11/2022 - PMB
DATA: / /202

- 9.4 Os envelopes (n°01 e n°02), contendo habilitação preliminar e proposta de preços, poderá ser protocolado no SETOR DE PROTOCOLO ou enviados por correio ou outro serviço de entrega. Entretanto, a Comissão de Licitação não será responsável por qualquer perda/desvio, dos envelopes (n°01 e n°02) enviados por correio ou outro serviço de entrega, ou pelo atraso na entrega dos mesmos, caso isto ocorra ficarão disponíveis para serem retirados junto ao Departamento de Licitações até 30° (trigésimo) dia posterior à data da homologação da licitação. Após este prazo, será(ão) destruídos;
- 9.5 Os documentos de habilitação, proposta e demais documentos, bem como toda a correspondência trocada entre a LICITANTE e o LICITADOR deverão ser escritos em língua portuguesa.



ESTADO DO PARANÁ

Documentos de apoio, como ilustrações, catálogos, folhetos e outros similares, podem ser versados em outro idioma desde que acompanhados de tradução (por tradutor juramentado) para o idioma português;

10 HABILITAÇÃO PRELIMINAR - ENVELOPE Nº 1

10.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia com apresentação do original, para autenticação pela comissão e licitação, ou publicação em órgão de imprensa e deverão estar com prazo de validade em vigor. Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a <u>90</u> (noventa) dias da data limite para o recebimento das propostas, exceto para o documento referente aos itens 10.2.1.1 a 10.2.1.3; 10.2.4.1 e 10.2.5.3. As folhas deverão, preferencialmente, estar numeradas em ordem crescente e rubricadas pela proponente;

10.2 <u>Deverão estar inserido no envelope nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Item 10.2.1 à 10.2.5)</u>:

10.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 10.2.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração ou consolidação contratual. devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresariais, ou;
- 10.2.1.2 No caso de sociedades por ações acompanhado de <u>documento de eleição dos</u> seus administradores, ou;
- 10.2.1.3 Registro comercial, RG e CPF no caso de empresário individual:
- 10.2.1.4 No caso de licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e que deseje beneficiar-se dos dispositivos da Lei Complementar 123/06, deverá apresentar:
 - a) <u>Certidão Simplificada expedida pela JUNTA COMERCIAL do Estado</u> da sede da empresa;

Obs.:

- I- Se o documento acima solicitado nas letras "10.2.1.1; 10.2.1.2; 10.2.1.3" for apresentado junto ao credenciamento (ITEM 13). NÃO haverá necessidade de apresentação dentro do envelope nº 01-Documentos de Habilitação;
- II- A NAO apresentação da certidão solicitada na letra "d", implicará no impedimento do interessado obter os benefícios da lei complementar 123 de 14 dezembro de 2006.

10.2.2 DECLARAÇÕES:





ESTADO DO PARANÁ

10.2.2.1 <u>Declaração Unificada</u> (Modelo nº 03);

10.2.3 QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 10.2.3.1 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a <u>tributos federais e dívida</u> <u>ativa da União</u>;
- 10.2.3.2 Certidão negativa de dívida ativa de <u>tributos estaduais</u> emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;

Obs: Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. (Ex. **Certidão Narrativa**).

- 10.2.3.3 Certidão negativa de <u>tributos municipais</u>, emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda do município da sede da empresa;
- 10.2.3.4 Comprovação de autorização de funcionamento da empresa através de <u>alvará</u> <u>municipal</u>, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;
- 10.2.3.5 Prova de inscrição da proponente no <u>Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica</u> <u>do Ministério da Fazenda (CNPJ)</u>, contendo a atividade econômica pertinente ao certame;
- 10.2.3.6 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço mediante a apresentação do <u>Certificado de Regularidade do FGTS CRF</u>, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.2.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT** (Lei 12.440/2022);
- 10.2.3.8 Comprovante de Inscrição Cadastral no <u>Cadastro de Contribuintes da Secretaria de Estado da Fazenda</u> da sede da empresa (Exemplo: Paraná CICAD, São Paulo CADESP, etc.). Para licitante somente prestador de serviços NÃO será exigido este documento
- 10.2.3.9 No caso de a licitante pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos acima, tanto da matriz quanto da filial.
- 10.2.3.10 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Caixa Postal 281 - CEP 86.360-000 — Fel: (43) 3542-4525 - Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48





ESTADO DO PARANÁ

10.2.3.11 A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4°, §1° do Decreto nº 8.538, de 2015.

10.2.4 QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.2.4.1 Apresentar <u>Atestado de Visita</u> expedido pelo licitador, onde a proponente através de representante credenciado, poderá realizar visita ao local dos serviços e obter por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta <u>E OU</u> abdicar-se deste ato e somente apresentar <u>Declaração Formal de Dispensa de Visita</u>, (*Modelo nº 04 I e II*):
 - a) A visita técnica deverá ser realizada até o dia 19/08/2022, com prévio agendamento no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, através de telefone (43) 3542-4525.
- 10.2.4.2 Comprovação de <u>Registro ou Certidão de inscrição da "EMPRESA", no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA</u> ou <u>Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU</u>, da região da sede da empresa.
 - a) Caso a empresa vencedora NÃO seja sediada no Estado do Paraná ou Federação será NECESSÁRIO a apresentação de Declaração de Registro e Visto no CREA/CAU-PR, até e para a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.
- 10.2.4.3 <u>Declaração de Responsabilidade Técnica</u>, indicando os responsáveis técnicos pela execução dos projetos/serviços (*Modelo n*° 05) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;
 - a) É vedada, sob pena de não habilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico ou utilização de seu acervo técnico por mais de uma proponente.
 - b) O responsável técnico, não poderá ser substituído sem expressa autorização do licitante.
- 10.2.4.4 <u>Comprovação de vínculo dos responsáveis técnicos com a empresa,</u> mediante uma das seguintes formas:
 - a) Registro em Carteira de Trabalho e Ficha de Registro, ou:
 - b) Certidão de Registro no CREA/CAU (para fins de Licitação), ou;
 - c) Contrato Social, ou:
 - d) Contrato de prestação de serviços, ou;



ESTADO DO PARANÁ

e) Contrato de Trabalho registrado na DRT:

10.2.4.5 Comprovação Profissional e Atestados Técnicos:

- a) Para os Perfis nº I Coordenador Geral nº II Coordenador de Campo nº III Planejamento Urbano: Comprovação de Registro dos profissionais (responsáveis técnicos), nos Conselhos de Classe e Certificado de Acervo Técnico Profissional CAT, do responsável técnico indicado, emitido pelo "Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU", de EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 1.2 deste edital e 7.5 do Projeto Básico.
- b) Para Perfil nº IV Tecnologia da Informação: Diploma de Graduação Superior em Tecnologia da Informação T.I. (Processamento de Dados; Ciência da Computação; Engenheiro de Sistemas e outros afins). Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa pública ou privada, com EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 1.2 deste edital e 7.5 de Projeto Básico.
- c) Para Perfil nº V Legislação: Cadastro de Pessoa Física na Ordem dos Advogados do Brasil OAB. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa pública ou privada, com EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 1.2 deste edital e 7.5 do Projeto Básico.
- d) Para Perfil nº VI Administração: Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho Regional de Administração CRA. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa pública ou privada, com EXECUÇÃO de NO MÍNIMO, um SERVIÇO PERTINENTE E COMPATÍVEL ao solicitado no item 1.2 deste edital e 7.5 do Projeto Básico.
- 10.2.4.6 Comprovação de <u>Registro da Empresa no Ministério da Defesa na categoria</u>
 "A", conforme termos da Portaria Normativa nº 101/GM-MD de 26/01/2018 e
 Decreto Lei 1.1777 de 21/06/1971.

10.2.5 QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

10.2.5.1 <u>Certidão Negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Negativa com efeito de Positiva desde que tenha plano de </u>



ESTADO DO PARANÁ

<u>recuperação homologado</u>, expedida pelo <u>distribuidor da sede da pessoa</u> jurídica dentro do prazo de validade:

- 10.2.5.2 **Prova de capacidade financeira** conforme, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os índices de (*Modelo n°06*):
 - a) Liquidez geral (LG); liquidez corrente (LC); e endividamento (E), tais índices serão calculados como se segue:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$$

Onde:

- AC ativo circulante
- PC passivo circulante
- AP ativo permanente
- RLP realizável a longo prazo
- ELP exigível a longo prazo.

Onde:

- Liquidez Geral (LG) deverá ser superior a 1.00;
- Liquidez Corrente (LC) deverá ser superior a 1,00;
- Endividamento (E) deverá ser inferior a 0,80

Obs: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, obedecendo-se os limites previstos no item 05:

10.2.5.3 Demonstrações financeiras:

- a) Balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados. último exercício social, já exigível conforme estabelecido no art. 1.078 do código civil brasileiro conforme o critério de cálculo adotado, ou
- b) Balanço das sociedades anônimas ou por ações, deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade, ou



ESTADO DO PARANÁ

c) Balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, demais formas societárias, o devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.

Obs:

- I- No caso de não existir o fechamento das demonstrações financeiras do último exercício social, devidamente comprovado, será aceito o do exercício imediatamente anterior;
- II- No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3° do Decreto n° 8.538, de 2015);
- III- É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- IV- Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11 PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2

- 11.1 Deverá ser apresentado um envelope n°2, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados, em uma via original.
 - 11.1.1 Carta-proposta de Preços (*Modelo nº 07*), digitada ou impressa sem rasura e entrelinhas. Cada proponente deverá apresentar somente uma única carta-proposta de preços que deverá conter:
 - 11.1.1.1 Razão social, CPNJ, endereço, telefone, e-mail, etc;
 - 11.1.1.2 Data;
 - 11.1.1.3 Preço global do objeto em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso;
 - 11.1.1.4 Prazo de execução do objeto em dias;
 - 11.1.1.5 Prazo de validade da proposta (*mínimo de 60 dias*), contados a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes n°1 e n°2*) pela Comissão de Licitação;
 - 11.1.1.6 Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura:
 - 11.1.1.7 Cronograma de execução, devidamente preenchido, e assinatura do responsável legal pela licitante, conforme Modelo disponibilizado (Anexo I).



ESTADO DO PARANÁ

- 11.2 Em casos excepcionais, previamente à expiração do prazo original de validade da proposta, o licitador poderá solicitar às proponentes uma prorrogação específica no prazo de validade.
- 11.3 A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito.
- 11.4 No caso de a proponente recusar-se a estender o prazo de validade da proposta, sua proposta será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado. NÃO será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços.

12 DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS

- 13.1 A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente as especificações e demais documentos, que os comparou entre si, que obteve as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória.
- 12.2 Os serviços deverão ser relacionados na planilha de Proposta de Preços, na coluna "DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO".
- 12.3 As quantidades deverão ser relacionadas na Planilha de Proposta de Preços, na coluna "QUANTIDADES".
- Os preços unitários propostos deverão ser relacionados na Planilha de Proposta de Preços. na coluna "VALOR UNITÁRIO", e deverão ser apresentados para cada serviço, de conformidade com as especificações e as demais peças fornecidas pelo licitador.
- 12.5 Deverão estar incluídos nos preços unitários: materiais, equipamentos, aparelhos, ferramentas, instrumentos, materiais de consumo, mão-de-obra, dissídios coletivos, seguros em geral, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, infortúnio do trabalho, hospedagem, locomoções, tributos, administração, lucro e quaisquer outras despesas necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais à execução da obra.
- O preço total deverá ser relacionado na Planilha de Proposta de Preços na coluna "VALOR TOTAL" e será a soma dos preços unitários de cada item.
- 12.9 Fica entendido que as especificações técnicas, Projeto Básico, cronograma e todos os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe, que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 13 RECEPÇÃO, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS





ESTADO DO PARANÁ

13.1 No local, dia e hora fixados neste edital, após protocolo a Comissão de Licitação recolherá os envelopes nº 1 e nº 2. fechados e inviolados, de cada proponente, rubricará, juntamente com os representantes presentes que assim o desejarem;

13.2 Para o credenciamento do Representante Legal:

- 13.2.1 Em se tratando de <u>Administrador/Proprietário</u>, deverá apresentar documento original (ex. Contrato Social), que comprove poderes de representação, juntamente com documento individual (RG ou CPF ou CNH);
- 13.2.2 E se <u>não detiver poderes de representação da proponente</u> e querendo participar ativamente com poderes legais para representar a mesma na sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação a Credencial (*Modelo nº 02*), ou através de Procuração por instrumento público, juntamente com documento individual (RG/CPF/CNH) e documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (ex. Contrato Social).

OBS:

- I- A documentação referente ao credenciamento do representante legal, são documentos avulsos e NÃO devem estar inseridos em nenhum dos envelopes (Documentos de Habilitação e Proposta de Preços). Deverão ser entregues à comissão de licitações no início do certame;
- II- O Documento para comprovação de poderes de representação (ex. Contrato Social), Procuração por instrumento particular e RG ou CPF ou CNH, quando original, no ato do credenciamento será tirado cópia e autenticada pelo Presidente da Comissão ou membro da comissão e devolvido o original a proponente se assim o desejar.
- 13.3 Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma proponente.
- 13.4 Procederá à abertura do(s) **envelope(s) nº 1**, que contém a documentação de habilitação que será submetida ao exame da Comissão de Licitação e do(s) representante(s) da(s) proponente(s) interessado(s);
- Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos **envelopes nº 1 e nº 2**, ressalvados os erros e omissões sanáveis. No entanto, é facultado à Comissão de Licitação realizar diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório em qualquer fase da licitação, solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, bem como, solicitar o original de documento da proponente, devendo a mesma apresentá-lo num prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas, a partir do recebimento da solicitação;
- Após a rubrica dos documentos, a Comissão de Licitação oportunizará aos representantes presentes a possibilidade de analisar a documentação de habilitação dos demais proponentes, que poderão impugnar, por escrito, algum documento apresentado em desacordo com o edital. Não havendo manifestação por parte dos proponentes a Comissão encerrará a sessão informando que o resultado





- do julgamento da habilitação será encaminhado aos interessados pelos meios usuais de comunicação (edital, "e-mail", publicação na imprensa oficial);
- 13.7 Será lavrada ata circunstanciada da reunião, que registrará as impugnações, observações e demais ocorrências, e será assinada pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes presentes que assim o desejarem;
- 13.8 <u>Será inabilitada</u> a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido, exceto o do **item 13.2**, desde que a informação que nele deveria estar contida, certificada ou atestada não puder ser suprida por outro documento apresentado ou estar disponível em site oficial. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos;
- 13.9 A ausência de assinatura em documento emitido pela proponente poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata;
- 13.10 Serão aceitas as Certidões, em original, obtidas pela internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário;
- 13.11 Os documentos necessários à habilitação do licitante poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente, e não serão devolvidos, bem como cópia simples dos documentos, desde que o **original** seja apresentado para autenticação ao Presidente e membros da Comissão de Licitações, no momento da abertura do mesmo;
- 13.12 Se todas as proponentes forem inabilitadas a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para regularização e apresentação de nova documentação;
- 13.13 A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Não havendo recursos, ou definitivamente julgados, a Comissão comunicará às proponentes a data da sessão de abertura dos **envelopes nº 2**, através dos meios usuais de comunicação ("e-mail", publicação na imprensa oficial);
- 13.14 Caso a Comissão de Licitação conclua o exame dos documentos de habilitação na própria sessão, anunciará o respectivo resultado. Se todas as participantes renunciarem ao prazo para interposição de recurso, quanto à fase de habilitação preliminar, mediante manifestação expressa a constar na respectiva ata que deverá ser assinada por todas as proponentes, a Comissão de Licitação devolverá, mediante recibo ou protocolo, às proponentes inabilitadas os respectivos envelopes nº 2 e procederá à abertura dos envelopes nº 2 das proponentes habilitadas.
- 14 ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 PROPOSTA DE PREÇOS





- Na data fixada para a reunião de abertura dos **envelopes** nº 2, a Comissão de Licitação devolverá à proponente não habilitada o respectivo envelope, fechado e inviolado. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato o **envelope** nº 2 ficara a disposição no prazo de até 30 (trinta) dias para retirada no Setor de Licitações desta municipalidade, após a homologação da licitação, não havendo retirada neste período o documento será destruído.
- 14.2 A Comissão de Licitação procederá à abertura dos **envelopes nº 2** das proponentes habilitadas, examinará a documentação apresentada, lendo em voz alta o nome da proponente, o objeto, o preço global, o prazo de execução e o prazo de validade de cada proposta que serão rubricadas pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes presentes que assim o desejarem.
- 14.3 Da reunião de abertura dos **envelopes nº 2** será lavrada ata circunstanciada que será assinada pela Comissão de Licitação e representantes das empresas proponentes presentes.
- 14.4 O critério a ser utilizado no julgamento das propostas será o <u>MENOR PREÇO GLOBAL</u> analisado, desde que cumprido o exigido no edital. A Comissão de Licitação poderá relevar, numa proposta, qualquer informalidade, não harmonização ou irregularidade de natureza secundária, formal que não constitua um desvio significativo, desde que não prejudique ou afete a classificação relativa de qualquer outra proponente.
- 14.5 A ausência de assinatura na planilha de proposta e cronograma de execução poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.
- 14.6 A Comissão de Licitação fará a conferência da proposta de preços e constatado erro aritmético ou de anotação no preenchimento serão efetuadas as devidas correções.
- 14.7 No caso de haver divergência entre o preço grafado em algarismos e o grafado por extenso, prevalecerá o último a menos que, na opinião da Comissão de Licitação, exista um erro grosseiro e óbvio, ou ainda, na omissão de um desses valores (algarismo ou extenso) a proposta será válida desde que não haja dúvidas sobre o preço apresentado.
- 14.8 Se existir diferença entre a quantidade proposta e a exigida no edital, prevalecerá esta.
- 14.9 Se existir erro aritmético na multiplicação da quantidade pelo preço unitário, o preço unitário prevalecerá a menos que, na opinião da Comissão de Licitação, exista um erro grosseiro e óbvio no preço unitário. Neste caso, o preço parcial cotado prevalecerá e o preço unitário será corrigido.
- 14.10 Nos casos em que houver diferença entre o preço global indicado na planilha de Proposta de Preço e o preço global analisado, prevalecerá este.
- 14.11 Se o valor de cada item ultrapassar o valor máximo estipulado na planilha de Preços do edital, a proposta será desclassificada.





- 14.12 A Comissão de Licitação fará a conferência do cronograma de execução e procederá a correção se constatado erro, desequilíbrio físico-financeiro e/ou a necessidade de ajuste. A simples correção de erro ou de ajuste não acarretará a desclassificação da mesma.
- 14.13 O cronograma de execução corrigido deverá ser aceito expressamente pela proponente. Caso a proponente rejeite a correção, a sua proposta será desclassificada.
- 14.14 Será desclassificada a proposta:
 - 14.14.1 elaborada em desacordo com o presente edital;
 - 14.14.2 cujo valor global analisado for superior ao estabelecido no item 04.1;
 - 14.14.3 que proponha qualquer oferta de vantagens não previstas no edital;
 - 14.14.4 que apresentar desconto ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes;
 - 14.14.5 que apresente desconto simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
 - 14.14.6 que não aceite correção do cronograma de execução;
 - 14.14.7 que venha a ser considerada inexequível pela Comissão de Licitação, após procedimento para apurar a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto, quando for razoável concluir que a proponente não é capaz de executar o Contrato ao preço de sua oferta.
- 14.15 Consideram-se inexequíveis as propostas cujos descontos analisados sejam superiores a 70% (setenta por cento) do maior dos seguintes valores:
 - 14.15.1 média aritmética dos preços globais analisados, das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do preço orçado pelo licitador, ou
 - 14.15.2 preço global orçado pelo licitador.
- 14.16 A proponente deverá estar apta, quando solicitada pela Comissão de Licitação, a apresentar uma detalhada composição de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do desconto proposto para a execução dos serviços. A composição de preço deverá ser entregue por escrito ao presidente da Comissão de Licitação, no prazo a ser fixado pela mesma, após o recebimento da solicitação. A não apresentação da composição detalhada dos preços unitários será considerada como prova da inexequibilidade da proposta de preço.
- 14.17 Da proponente vencedora, cujo preço global analisado for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor preço a que se referem as alíneas "a" e "b" do item 14.15, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional igual à diferença entre o valor resultante do item 14.15 e o preço global analisado.
- 14.18 Se todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova proposta de preços.
- 14.19 Ocorrendo empate no preço global analisado entre duas ou mais propostas de preços, a Comissão de Licitação procederá ao sorteio em sessão pública, para se conhecer a ordem de classificação, desde que não ocorra o disposto no item 15.



ESTADO DO PARANÁ

- 14.20 A classificação das propostas será comunicada às proponentes através dos meios usuais de comunicação (*e-mail e publicação na imprensa oficial*). A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 14.21 Não havendo recursos, ou definitivamente julgados, será declarado o vencedor.
- 14.22 A homologação do resultado da licitação dependerá de anuência prévia e autorização do LICITADOR.
- DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC nº 123)
- 15.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal (item 10.2.3), mesmo que apresente alguma restrição, neste caso sendo habilitadas sob condição.
- 15.2 Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 15.3 Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% superiores à proposta de menor preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - "Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - § 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 15.4 Ocorrendo o empate acima descrito, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

Destarte, não somente existe o empate para valores idênticos, como também há a figura do "empate ficto", uma ficção jurídica. O empate ficto fica caracterizado quando a proposta mais bem classificada for apresentada por empresa que não seja MPE e a proposta apresentada por uma MPE esteja



ESTADO DO PARANÁ

até 10% mais elevada (para modalidades clássicas) ou até 5% (para a modalidade pregão). O empate ficto tem por objetivo que as MPEs sejam privilegiadas com o direito de cobrir a oferta da até então melhor classificada.

Para melhor compreensão, exemplificamos: Suponha-se que uma empresa – não enquadrada como micro ou pequena – apresente uma proposta de 100, sendo que a microempresa apresentou 110. A proposta da microempresa está 10% acima da melhor oferta. Usufruindo das benesses da Lei 123/2006, a mesma poderá apresentar nova proposta, que poderá ser 99,99 e consequentemente será considerada vencedora.

15.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do LICITADOR, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

Dispõe o § 1°, artigo 43 da Lei 123/2006: (alterada pela Lei 147/2014 e Lei 155/2016)

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

A MPE estando com uma certidão positiva, por exemplo, terá o prazo de 5 dias úteis prorrogáveis por mais 5 dias úteis para apresentá-la negativa ou positiva com efeito negativa.

- 15.6 As certidões deverão ser entregues à comissão de licitação dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas no art. 81 c/c 87 da Lei 8.666/93.
- 15.7 Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal da proponente, a Comissão de Licitação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes através dos meios usuais de comunicação (edital, "fac-simile" e publicação na imprensa oficial). A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.



ESTADO DO PARANÁ

15.8 Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos no item 15.5, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do item 15.3, segundo a ordem de classificação.

Com desenvoltura, o jurista Marçal Justen Filho versa:

"Portanto, o beneficio reside não na dispensa de apresentação de documentos de regularidade fiscal. Nem se trata da dilação quanto à oportunidade própria para exibição dos documentos. O que se faculta é a desnecessidade de perfeita e completa regularidade fiscal no momento da abertura ou de julgamento do certame. Em outras palavras, o beneficio outorgado às pequenas empresas, no âmbito da habilitação, está sintetizado no parágrafo 1º do art. 43: trata-se da faculdade de regularização dos defeitos existentes e comprovados nos documentos de regularidade fiscal apresentados na oportunidade devida pela pequena empresa.

Daí se segue que o licitante que tiver deixado de apresentar documento de regularidade fiscal, exigido no ato convocatório, deverá ser inabilitado" (in O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas, 2º Ed, São Paulo: Dialética, 2007, p. 67).

15.9 Na hipótese de não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

16 DA APRESENTAÇÃO DO SOFTWARE

A apresentação do software com as especificações exigidas na Tabela I — Requisitos de Funcionalidades item 9.4 do Projeto Básico, deverá ser apresentado à uma comissão designada em até 03 (três) dias úteis conforme solicitação, referente ao item 3.1.15 do Projeto Básico, anteriormente à data da assinatura do contrato da prestação de serviços.

17 ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

17.1 A execução dos serviços dar-se-á mediante termo de Contrato, a ser firmado entre o LICITADOR e a proponente vencedora da licitação, após efetuada a adjudicação e homologação do processo licitatório;





ESTADO DO PARANÁ

- 17.2 A proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato (*Modelo nº 09*) dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de contratação e sujeitandose às penalidades previstas em lei;
- A proponente vencedora deverá apresentar para celebração do contrato, quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia CREA/PR, ou visto, quando a empresa não tiver sede no Estado do Paraná. Se a proponente vencedora for estrangeira com sede no Exterior, deverá apresentar, para celebração do contrato, o registro e quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia CREA/PR;
- 17.4 É facultado ao LICITADOR, quando a convocada não assinar o termo de Contrato, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou solicitar a revogação da presente licitação independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

18 PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 18.1 Na contagem dos prazos, previstos neste edital, excluir-se-á o dia da publicação/notificação/convocação e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam ou vencem os prazos referidos neste edital em dia de expediente no licitador;
- 18.2 O prazo máximo para o início dos serviços é de 10 (dez) dias a contar da data da publicação da Ordem de Serviços;
- 18.3 O prazo de execução do objeto será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10° dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período;
- 18.4 O prazo de vigência do contrato será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período, tendo eficácia legal no primeiro dia após a assinatura do contrato por ambas as partes;
- 18.5 O prazo de execução e vigência dos serviços poderá ser alterado nos casos especificados na Cláusula Quarta da minuta do Contrato;

19 DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO, COMUNICAÇÃO

19.1 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações da ABNT.

20 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO



ESTADO DO PARANÁ

20.1 A segurança e medicina do trabalho está disciplinada na Cláusula Décima Terceira da minuta do Contrato.

21 PAGAMENTO

- O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, conforme medição e após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, desde que cumpridas as cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.
- 21.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

21.2.1 LIBERAÇÃO EM TODAS AS FATURAS FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 21.2.1.1 Nota fiscal nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal:
- 21.2.1.2 Execução dos serviços de acordo com o Cronograma de Execução;
- 21.2.1.3 CONTRATO: Anexar uma Cópia do Contrato e aditivos vigentes;
- 21.2.1.4 CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO: Anexar Cópia do Cronograma de Execução vigente a cada medição;
- 21.2.1.5 20.2.1.9 CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS CRF Certidão Negativa da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;
- 21.2.1.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;
- 21.2.1.7 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, em plena validade.

21.2.2 A LIBERAÇÃO DA ULTIMA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 21.2.3.1 Toda documentação citada no item 20.2.1;
- 21.2.3.2 Do Termo de Recebimento Provisório;
- 21.2.3.3 Certidão de Conclusão de serviços emitida pelo Contratante;
- 21.2.3.4 De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da licitante.



22 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

CANUERANTES

- 22.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e execução do objeto contratual.
- 22.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
 - 22.2.1 **"Prática corrupta":** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - 22.2.2 **"Prática fraudulenta":** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - 22.2.3 **"Prática colusiva":** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitado, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - 22.2.4 **"Prática coercitiva":** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - 22.2.5 **"Prática obstrutiva": (i)** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; **(ii)** atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 22.3 Na hipótese de financiamento, parcial o integra, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
- 22.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipóteses de o contrato vier a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

23. DO RECEBIMENTO DOS SERVICOS





ESTADO DO PARANÁ

O recebimento provisório e definitivo da obra está disciplinado na Cláusula Décima Quinta da minuta do Contrato.

24. PENALIDADES

24.1 As penalidades a serem aplicadas por descumprimento contratual estão disciplinadas na Cláusula Décima Sétima da minuta do Contrato.

25. RESCISÃO

25.1 O licitador se reserva o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial, nos casos definidos na Cláusula Décima Nona da minuta de Contrato.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1 O licitador se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, sem que caiba à proponente o direito de qualquer reclamação ou indenização.
- 26.2 O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando não acorrerem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto, ou anular quando ficar evidenciado que tenha havido falta de competição e/ou conluio.
- 26.3 A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável dos termos do edital.
- 26.4 A Comissão de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá efetuar vistorias nas instalações das proponentes durante a fase licitatória.
- 26.5 Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores/empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações, reivindicações por parte das proponentes.
- 26.6 O valor do termo de Contrato de Empreitada poderá sofrer variação quantitativa de até 25% (vinte e cinco por cento), para mais ou para menos sem alterar os preços unitários, tudo devidamente precedido de indispensável justificativa técnica e de termo aditivo ao Contrato.
- 26.7 A Contratada não poderá ceder o Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do licitador. Caso ocorra autorização do licitador para que a Contratada possa subcontratar serviços, esta subcontratação não altera a responsabilidade da Contratada. bem como não constituí vínculo entre o licitador com e a subcontratada.



ESTADO DO PARANÁ

- 26.8. O licitador se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços efetivamente realizados e medidos.
- 26.9. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao licitador ou a terceiros, por si ou seus representantes quando da execução do objeto contratado, ficando isento o licitador de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 26.10. Caberá à contratada o pagamento ou o ressarcimento ao licitador de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA, CAU/BR ou qualquer outra entidade em decorrência da execução do contrato.
- 26.11 As marcas comerciais dos materiais constantes nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais e nos orçamentos, quando citadas, são protótipos comerciais que servem, exclusivamente, para indicar o tipo de material a empregar. Portanto, serão aceitos materiais com qualidade, característica e tipo equivalentes ou similares.
- 26.12 Quando qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, a Contratada deverá notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.
- 26.13 Caso as datas previstas para a realização de eventos na presente licitação sejam declarados feriado ou ponto facultativo, esses eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente.
- 26.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicáveis à espécie.

Bandeirantes-PR, 05 de julho de 2022

ario de Administração

jue Enéas Marinho



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 01

Projeto Básico

1 APRESENTAÇÃO

- 1.1 Este Projeto Básico tem a finalidade de definir a estrutura e as principais atividades e metodologias para a Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de Atualização do Cadastral, elaboração da Planta Genérica de Valores, implantação de Sistema de Gestão e Consultoria e Treinamentos para o Município de Bandeirantes PR, visando detalhar o objeto do Pregão Presencial 000/2022, nas condições fixadas neste edital e seus anexos.
- 1.2 Execução de forma, integrada, tem por objetivo dar a multifinalidade ao Cadastro técnico municipal e reduzir o tempo de execução e os recursos financeiros para a municipalidade. Além da compatibilidade e correlação das atividades entre os projetos, uma vez que a atualização da cartografia, imageamento aéreo e terrestre, são insumos interdependentes para a atualização do Cadastro Imobiliário, Planta Genérica de Valores.

2 DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, com a execução, de forma integrada, dos serviços de Atualização do Cadastral, elaboração da Planta Genérica de Valores, implantação de Sistema de Gestão e Consultoria e Treinamentos, para o Município de Bandeirantes.

3 DOS SERVIÇOS

3.1.1 Imageamento do território urbano:

- 3.1.1.1 Fornecimento de cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana urbano do município, estimado em 30 KM², com GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²) e PEC-A 1:1000. Com o objetivo de ampliar a concorrência no certame, facultará a contratada realizar o voo por terceiro, desde que devidamente habilitado junto aos órgãos de controles e seguranças do espaço aéreo brasileiro, apresentando a AVOMD (Autorização de Voo do Ministério da Defesa) para comissão técnica autorizar a fase do aerolevantamento. O processamento dos produtos decorrentes do aerolevantamento, a qualidade e acurácia é intransferível e de inteira responsabilidade da empresa contratada;
- 3.1.1.2 Aeronave adaptada para recobrimento aerofotogramétrico, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do voo a realizar;



- 3.1.1.3 Aeronave devidamente homologada pela ANAC Agência Nacional de Aviação Civil para execução de serviços especiais de aerolevantamento, com os respectivos SEGVOO 001 dos sensores a serem utilizados;
- 3.1.1.4 O voo deverá ser realizado em no prazo máximo 75 (setenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;
- 3.1.1.5 A CONTRATADA deverá apresentar Autorização de voo expedida pelo Ministério da Defesa, bem como os planos de voo gráfico e analítico;
- 3.1.1.6 Para a cobertura aerofotogramétrica será admitida a utilização de câmeras digitais, que atendam, no mínimo, as seguintes características:
 - a) Arquitetura de quadro ou sistema de varredura (pushbroom) que permita a captura de imagens digitais com resolução radiométrica mínima de 12 bits;
 - b) Registro, de no mínimo, das bandas espectrais do espectro visível (RGB);
 - c) Deverá: Possuir certificado de calibração de no mínimo 2 anos anteriores a data do certame; ser montada sobre berço com plataforma giro-estabilizada; estar dotada, de forma integrada, de um sistema inercial (IMU) ou sistema com correção de posicionamento diretamente na imagem bruta para possibilitar a obtenção dos movimentos angulares do conjunto câmera aerofotogramétrica digital/aeronave, e também de sistema rastreador de satélites artificiais GPS;
 - d) Em função da altura de voo será tolerada uma variação máxima de 5% no GSD;
 - e) Deverão ser observadas as janelas operacionais de forma a assegurar a qualidade final dos produtos, evitando a projeção excessiva de sombras;
 - f) A superposição longitudinal, para as câmeras de quadro, entre fotografias sucessivas de uma faixa deverá ser de pelo menos 60% (sessenta por cento), admitindo-se uma tolerância de \pm 5% (cinco por cento) sobre a porcentagem adotada;
 - g) Não serão aceitas imagens geradas registrando a presença de neblina, fumaça, poeira, nuvens ou sombras de nuvens;
 - h) Não serão tolerados efeitos de arrastamento ou de reflexão solar em lâminas d'água ou coberturas metálicas que prejudiquem a interpretação das imagens;
 - i) As imagens nativas deverão ser processadas a partir de sua resolução radiométrica original e exportadas para o formato GeoTIFF, sem compressão, sem degradação, utilizando técnicas de processamento digital de modo a melhorar a qualidade, contraste e a uniformidade de cores para toda a área recoberta:
 - j) As imagens deverão ser tratadas de forma a ajustar o histograma e minimizar as discrepâncias de brilho, saturação e contraste em regiões distantes da imagem (entre faixas do voo e entre as fotografias sequenciais de uma mesma faixa de voo);
 - k) O fotoíndice deverá ser montado a partir da junção das faixas de voo, com GSD compativel, devendo constar as seguintes informações: identificação de cada exposição, número das faixas, GSD (Ground Sample Distance), escala de impressão do fotoíndice e mapa de localização;





ESTADO DO PARANÁ

- Os produtos do recobrimento aerofotogramétrico (imagens nativas e fotoíndice) deverão ser entregue no formato digital, em mídia tipo HD externo, padrão USB, bem como o fotoíndice deverá ser entregue impresso e em "glossy paper".
- m) A geração do mosaico, resultado da união de duas ou mais imagens, com a finalidade de gerar uma única imagem homogênea, deverá apresentar sobreposição perfeita das partes da imagem, ou seja, sem distorção nem tarjas pretas:
- n) As imagens devem ser entregues mosaicadas, ou seja, todas as partes devem ser unidas gerando uma única imagem, para ser utilizada no software de geoprocessamento, e separadamente em recortes para ser usada no AutoCad, sendo que esta última deverá obedecer ao recorte determinado pela CONTRATANTE.

3.1.2 Perfilamento a Laser Aerotransportado:

- 3.1.2.1 O perfilamento aéreo a laser deverá apresentar densidade mínima de 4 (quatro) pontos por m² na superfície da área urbana, visando a obtenção de produtos cartográficos altimétricos na escala de 1:1.000, atendendo PEC (Padrão de Exatidão Cartográfico) Classe "A";
- 3.1.2.2 Deverão ser entregues como produtos provenientes do perfilamento a laser: a nuvem de pontos georreferenciada e os modelos digitais de terreno e superfície. O modelo digital de terreno e o modelo digital da superfície deve permitir a posterior geração de curvas de nível com equidistância de 01(um) metro para a área urbana, também atendendo as especificações do Padrão de Exatidão Cartográfica PEC Classe "A";
- 3.1.2.3 As curvas de nível com equidistância de 1 metro para a área urbana, deverão ser entregues em DWG, SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase, sendo que cada curva deve apresentar-se em uma única entidade (polyline). O arquivo SHP deve ter o atributo (campo) contendo a cota altimétrica, e o arquivo DWG deve conter dois layers sendo a polyline da curva e o texto descritivo com o valor da cota;
- 3.1.2.4 A nuvem de pontos deverá conter a classificação do ponto para que possa ser determinado o tipo de elemento, bem como a cota altimétrica do terreno em relação ao nível do mar, ou seja, a cota Z do ponto direto no solo;

3.1.3 Apoio Terrestre e Aerotriangulação:

3.1.3.1 A rede planialtimétrica a ser implantada terá como referência a rede homologada do IBGE. e deverá ser feita através do rastreio de satélites do sistema GPS. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de apoio terrestre para aprovação antes do início dos trabalhos:



- 3.1.3.2 Todos os vértices implantados para compor o apoio básico, bem como os existentes na rede oficial do IBGE, deverão ser ocupados ou reocupados por GPS com receptores geodésicos de dupla frequência (L1 e L2) operando no modo estático pós-processado, com tempo de rastreio mínimo para resolução das ambiguidades, possibilitando o cálculo das coordenadas geodésicas desses pontos;
- 3.1.3.3 A determinação das altitudes geométricas (elipsóidicas) será feita por meio de rastreamento por GPS e, quando possível, comparadas com as altitudes ortométricas existentes possibilitando a confecção de carta geoidal local, proporcionando a correção ortométrica das altitudes dos vértices implantados no apoio básico;
- 3.1.3.4 Deverá ser implantado 10 (dez) marcos topográficos na área urbana para assegurar a precisão cartográfica;
- 3.1.3.5 Para cada vértice do apoio básico implantado ou utilizado deverá ser elaborada uma monografia que reúna todos os dados relativos ao vértice necessários para sua futura utilização, como: coordenadas UTM e geográficas no sistema SIRGAS 2000, altitudes geométricas e ortométricas, itinerário para localização. características, foto do local e croqui de localização;
- 3.1.3.6 A CONTRATADA deverá fornecer arquivo SHP com a localização dos marcos contendo como atributo: a identificação do marco, sistema de coordenada, coordenadas E.N.Z, descrição do local do ponto, data da coleta do ponto, link da foto do ponto; bem como deverá fornecer a foto do ponto georreferenciada pelo link descrito no atributo;
- 3.13.7 A monumentalização deverá ser executada por marcos de concreto armado. na forma tronco piramidal com altura de 60 cm e bases quadradas de 30 cm a inferior, e 20 cm a superior encimada por uma chapa de bronze cravada no topo, na qual deverá conter a identificação do marco, o nome da instituição Contratante e as inscrições "PROTEGIDO POR LEI". O marco deverá ficar aflorado 10 cm da base e estar a 5 cm do solo:
- 3.1.3.8 Estes vértices implantados/medidos integrarão a Rede de Referência Topográfica Municipal, na qual todos os futuros trabalhos e projetos que necessitem de localização geoespacial deverão ser indexados;
- 3.1.3.9 O apoio suplementar será realizado para assegurar a precisão dos levantamentos, tendo-se em vista a obtenção dos produtos cartográficos dentro do Padrão de Exatidão Cartográfica PEC Classe "A";
- 3.1.3.10 A aerotriangulação deverá ser executada em equipamentos digitais dotados de programa específico para leitura fotogramétrica, o cálculo e ajustamento da mesma. Deverá ser ajustada em bloco, nos padrões da aerotriangulação pelo método dos modelos independentes ou dos feixes de raios (Bundle);
- 3.1.3.11 Após o ajustamento final, deverá ser elaborado o relatório final e um esquema geral da aerotriangulação ilustrando todas as informações necessárias para uma





ESTADO DO PARANÁ

melhor interpretação e análise dos dados, comprovando o pleno atendimento as precisões estabelecidas.

3.1.4 Modelo Digital de Terreno e de Superfície:

- 3.1.4.1 Os Modelos Digitais de Terreno e de Superfície deverão ser obtidos a partir dos dados do perfilamento a laser. Os arquivos digitais finais deverão conter a maior quantidade possível de pontos. Ao MDT deverão ser incorporados linhas e pontos que definam as quebras de declividade marcantes, linhas de quebra (breaklines), determinadas por fotogrametria digital;
- 3.1.4.2 O programa de processamento dos dados LASER deverá ter recursos para separação de pontos que não configurem o solo (árvores, prédios etc.). No processamento dos dados levantados no perfilamento deverão ser geradas duas classes de pontos: o MDS (Modelo Digital de Superfície), o MDT (Modelo Digital de Terreno). O MDS corresponde à totalidade dos pontos levantados. O MDT corresponde aos pontos ao nível do solo.

3.1.5 Ortofotos digitais coloridas:

- 3.1.5.1 O processo de geração de ortofotos deverá atender as seguintes especificações:
 - a) As ortofotos deverão ser geradas a partir das imagens aerotrianguladas e do MDT obtido do perfilamento a laser:
 - b) O GSD das ortofotos é de 10 cm, ou melhor para área urbana;
 - c) Após o processo de ortorretificação deverão ser aplicados ajustes radiométricos nas imagens visando eliminar mudanças de luminosidade entre imagens adjacentes e uniformizar o contraste e tonalidade do produto, sem perda de informações visuais;
 - d) As ortofotos deverão estar isentas de ruídos, manchas, riscos e deformações nas imagens.

3.1.5.2 Produtos a serem entregues do voo:

- a) Plano de Trabalho, digital e impresso, nos formatos Word e PDF;
- b) Arquivos digitais das imagens aerofotogramétricas em formato Geotiff, com GSD de 10 cm, ou melhor, para área urbana;
- c) Arquivo do fotoindice em meio digital e impresso em "glossy paper":
- d) Arquivos digitais das ortofotos coloridas escalas 1:1.000 para área urbana, sendo fornecidos separadamente (cenas) e em seu todo (mosaicada);
- e) Nuvem de pontos derivada do perfilamento a laser, processada e georreferenciada:
- f) Curvas de nível com equidistância de 1 metro para a área urbana, em arquivo DWG, SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase;
- g) Pontos cotados em arquivo SHP e disponibilizados em ambiente Geodatabase:
- h) Modelo Digital de Terreno e Modelo Digital de Superfície nas escalas 1:1.000; Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Caixa Postal 281 CEP 86.360-000 Tel: (43) 3542-4525 Fax 3542-3322 e CNPi 76.235.753/0001-48





ESTADO DO PARANÁ

- i) Monografia e arquivos RINEX dos 20 marcos implantado;
- j) Relatório técnico final contendo a descrição/registros de todas as fases do trabalho (incluindo monografias de pontos de apoio, relatório de aerotriangulação, métodos e precisões atingidas etc.);
- k) Todos os produtos deverão ser entregues em formato digital, em mídia tipo HD externo, padrão USB;

3.1.6 Levantamento fotográfico terrestre multidirecional

- 3.1.6.1 O objetivo do imageamento via terrestre da infraestrutura urbana é o monitoramento e registro de diversas informações que servirão ao cadastro imobiliário, ao cadastro mobiliário, fiscalização, planejamento, acompanhamento de obras e outros usos úteis e necessários ao município;
- 3.1.6.2 Nesta etapa do trabalho deverão ser coletadas imagens 360° dos logradouros públicos do perímetro urbano do município, sendo que a metodologia a ser empregada deverá utilizar técnicas e conceitos de mapeamento móvel, integralmente suprido por um sistema de sensores integrados e embarcados sobre um veículo automotivo (carro);
- 3.1.6.3 O resultado desta etapa deverá ser a obtenção de informações geoespaciais diversas e completas, das quais as imagens extraídas deverão possuir parâmetros de posicionamento determinados e ilustrativos;
- 3.1.6.4 O mapeamento móvel subsidiará o trabalho de identificação de características dos imóveis e outras informações de infraestrutura urbana, tais como: pavimentação das ruas, número de pavimentos do imóvel. galeria pluvial, numeração de porta, guia, disponibilização de oferta imobiliária. iluminação pública, uso principal do imóvel, presença de calçadas, topografia do terreno, e tipologia de divisa física (muros e cercas):
- 3.1.6.5 Para o atendimento de tais finalidades os dados da infraestrutura da rua e a caracterização dos imóveis deverão ser registrados através de vídeo capturado em 360 graus com câmera embarcada em veículo, permitindo assim uma visão global e contínua do ambiente a ser analisado. Os dados da filmagem devem ser colhidos na resolução mínima de 4K;
- 3.1.6.6 Para registrar as características de cada imóvel, deverá ser escolhido no ambiente de 360 graus o melhor ângulo de visão dentro da trilha do levantamento, através de movimentos de avançar, retroceder, afastar, aproximar e/ou rotacionar e, após então fazer a captura da imagem em tela e armazená-la relacionada com a parcela correspondente. Podendo registrar mais de uma imagem do mesmo imóvel ou ponto de interesse:
- 3.1.6.7 Os dados do levantamento em 360 graus deverão ser disponibilizados para uso do Município, de forma que permita a interatividade com as informações coletadas, bem como a análise e a extração de imagens do seu interesse;





- 3.1.6.8 Deverá ser disponibilizado também um Sistema para fazer a recepção, organização, disponibilização e consumo dos dados advindos dos levantamentos executados durante o imageamento via terrestre;
- O Sistema fará a integração da trilha do levantamento em 360 graus com o MUB
 Mapa Urbano Básico de forma que a informação que esteja sendo coletada, estará automaticamente geoposicionada e poderá ser integrada à parcela correspondente ou a qualquer outro componente do MUB através de um mapa interativo;
- 3.1.6.10 O Sistema deverá apresentar as seguintes funcionalidades:
 - a) Sincronização entre o arquivo de vídeo o arquivo de dados do GPS (extensão GPX).
 - b) Visualização do vídeo, com mecanismo de navegação em 360° e de zoom no próprio vídeo;
 - c) Visualização dos vídeos sincronizados a sua posição e ângulo de visão representada em um mapa interativo;
 - d) Navegação no vídeo, com botões de play, retroceder, avançar e pausar;
 - e) Exportação das imagens vistas no vídeo em um formato de imagem com registro do geoposicionamento;
 - f) Integração com o Sistema de Gestão WEB, compartilhando a administração de usuários;
 - g) Integração com Sistema de Gestão WEB, onde possa ligar e desligar as camadas de temas geográficos, preservando a sua Simbologia no mapa interativo de navegação;
 - h) Integração com Sistema de Gestão WEB, envio de imagens retiradas dos vídeos dentro de temas de geometrias de ponto, para uso na Solução de Geoinformação;
- 3.1.6.11 Os vídeos obtidos em 360° deverão ser entregues à contratante no formato mp4, acompanhado do seu respectivo arquivo GPX, o instalador do sistema de navegação geográfica dos vídeos desmobilizados, sua respectiva licença de uso perpétua, manual e treinamento em seu uso.
- 3.1.6.12 Com base nos vídeos registrados como produto do Levantamento Contínuo Rodoviário, a CONTRATADA deverá identificar ao menos uma foto de fachada colorida por imóvel urbano da cidade, de forma a apoiar na atualização da base cadastral a ser construída.
- 3.1.6.13 Deverá ser anotada a data da obtenção dessa foto e caso necessário, a CONTRATADA deverá realizar levantamento de imóveis específicos, caso a imagem obtida pelo vídeo não seja suficiente para a realização dos trabalhos.
- 3.1.6.14 As fotos de fachadas subsidiarão o trabalho de identificação das características do imóvel (predial ou territorial), galeria pluvial, guia, iluminação pública do imóvel, presença de calçadas, topografia do terreno, tipologia de divisa (muros e cercas) e etc.
- 3.1.6.15 Para os locais onde o veículo de mapeamento móvel 360° de varredura in-loco não obteve acesso e em locais onde não foi possível identificar construções a partir das



ESTADO DO PARANÁ

fotografias aéreas, a CONTRATADA deverá realizar a coleta complementar de fotos dos imóveis com equipe de campo in-loco.

3.1.6.16 Os produtos a serem entregues são: (i) Plano de levantamento Fotográfico Terrestre Multidirecional; (ii) Pontos de captação e fotos terrestres devidamente vinculados; (iii) Ferramenta de visualização de fotos em 360 graus multidirecional integrada a Plataforma de Gestão WEB.

3.1.7 Atualização da base cartográfica urbana

- 3.1.7.1 Adequação e sistematização da Base Cartográfica Urbana na escala na escala de 1:1.000, essa etapa consiste na adequação da Base Cartográfica Urbana em formato DWG e/ou em papel para o ambiente de geoprocessamento. A contratada deverá sistematizar as informações gráficas referentes ao Cadastro Técnico Municipal (Bairros, Distritos, Setores, Quadras, Lotes, Construções e Logradouros). Em caso de dúvidas a contratada deverá orientar a Prefeitura no levantamento de campo para solucionar eventuais problemas encontrados. Estimase em 14,5 mil imóveis:
- 3.1.7.2 A Base Cartográfica deverá estar georreferenciada no Sistema de Projeção UTM e Sistema Geodésico SIRGAS 2000;
- 3.1.7.3 Identificação. Geocodificação e Vinculação da Base Cartográfica Urbana (Bairros, Distritos, Setores, Quadras, Lotes, Edificações e Logradouros) com o Cadastro Imobiliário e Cadastro de Atividades Econômicas, a contratada deverá seguir os padrões de codificação utilizados pela Prefeitura;
- 3.1.7.4 Delimitação, identificação e geocodificação do Zoneamento do Plano Diretor Municipal em ambiente da plataforma WEBGIS, para vinculação com as tabelas de usos, índices e taxas do Plano Diretor Municipal, visando agilizar os processos de viabilidade de novas atividades econômicas e eixos valorizantes para subsidiar a elaboração da Planta Genérica de Valores;
- 3.1.7.5 Delimitação, identificação e geocodificação da Planta Genérica de Valores em Plataforma WEBGIS, para vinculação com a tabela de valores do metro quadrado do terreno e de construção de acordo com a legislação e práticas adotada pelo contratante;

3.1.8 Reestruturação e atualização do cadastro técnico imobiliário

- 3.1.8.1 A reestruturação de revisão do Cadastro Técnico Imobiliário, estimado em 32.000 (trinta e dois) mil imóveis, tem a finalidade de levantar dado que disponibilize a Prefeitura Municipal, parâmetros atualizados para os lançamentos de IPTU. ITBI e TAXAS;
- 3.1.8.2 Para a reestruturação e atualização do Cadastro Técnico Imobiliário, a CONTRATADA deverá analisar os dados constantes no Mapa Digital Urbano -





ESTADO DO PARANÁ

MDU, tais como: imagem aérea (Ortofotos), fotos de fachada, vistorias "in loco" e informações assessórias em relação as atuais informações constantes no cadastro imobiliário registrados no sistema tributário do município;

- 3.1.8.3 A atualização dos dados no Sistema Tributário do Município se dará por meio da integração de dados entre a solução de geoinformação e o sistema tributário legado município. A CONTRATADA fará a integração de dados entre o sistema de informação geográfica e o sistema tributário. Desta forma a CONTRATANTE deverá ao menos fornecer uma cópia do banco do cadastro de forma inteligível para CONTRATADA;
- 3.1.8.4 Para a atualização do Cadastro Imobiliário, a CONTRATADA deverá realizar a atualização dos dados cadastrais conforme parâmetros definidos no código tributário do município, bem como o modelo matemático de cálculo do valor venal do imóvel e conformidade com a legislação. A CONTRATADA atualizará ainda os dados de características físicas/construtivas do lote/terreno e da edificação que de alguma forma impactem no cálculo do IPTU, em conformidade com o Código Tributário Municipal;
- 3.1.8.5 Para tanto, deverá ser produzido um documento denominado Metodologia de atualização de Cadastro Imobiliário, onde será estabelecido entre o MUNICÍPIO a CONTRATADA a forma como será feita essa atualização. Serão definidos os dados que serão atualizados via intepretação da ortofoto aérea e fotos de fachada, quais dados serão atualizados conforme projetos (prédios, condomínios, bairros planejados etc.). quais dados não serão atualizados por impactar documentos terceiros (como dados que compõe a matrícula de um imóvel por exemplo) dentre outros;
- 3.1.8.6 A atualização do cadastro imobiliário deverá atender as seguintes informações:
 - a) Lote/terreno: Características do lote, como por exemplo: situação, pedologia, topográfica, elemento de proteção e ocupação, conforme código tributário e sistema tributário. Além dessas informações, serão cadastradas informações que impactem no cálculo ou alíquota do IPTU, como por exemplo, calçada, muro, gramado etc. Esses dados estarão detalhados na Metodologia de atualização de cadastro imobiliário para fins de IPTU.
 - b) Edificações: Características da edificação que impactam no cálculo do valor venal, como por exemplo: tipologia construtiva, estado de conservação das edificações, planta genérica de valores e sistema tributário.
- 3.1.8.7 As áreas edificadas deverão ser analisadas a partir dos elementos interpretados na ortofotos das quadras fiscais (lote a lote), fotos de fachadas e vistorias 'in loco' contemplando as discrepâncias (quanto ao contorno das edificações já existentes ou novas edificações), com os dados registrados no sistema tributário do município:
- 3.1.8.8 As áreas das construções serão aferidas através de vetorização sobre a ortofoto e serão comparadas quando houver, com as áreas edificadas constantes do cadastro imobiliário, podendo ser adotada a área do cadastro ou do projeto de construção





ESTADO DO PARANÁ

aprovado quando a diferença for de até 10% (dez por cento). As áreas das construções serão ajustadas, quando for o caso, com a dedução das áreas médias dos beirais:

- 3.1.8.9 As áreas dos terrenos serão aquelas constantes do cadastro ou do título de propriedade, salvo quando não houver ou quando a imagem for a mais correta e não causar divergência de ordem técnica ou jurídica;
- 3.1.8.10 A classificação das construções será feita pelo método comparativo, através de tabela de Categoria da Edificação (CE), onde estarão contemplados os vários tipos de construções e ocupações, com as aplicações de fatores de correção previamente estabelecidos:
- 3.1.8.11 A CONTRATADA fornecerá um banco de dados preliminar com o registro dos dados e relatórios das alterações para validação final pelo Município. possibilitando a inserção dos dados no sistema Tributário Municipal, incluindo os serviços e infraestrutura disponíveis nos logradouros: como: rede de água, rede de energia, rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação, coleta de lixo, etc;
- 3.1.8.12 A CONTRATADA confeccionará um Arquivo de Atualização do Sistema dos lotes de cadastros atualizados. Esse arquivo deverá estar compatível com as tabelas do sistema tributário e a entrega realizada na forma de um arquivo de planilha eletrônica, onde cada aba corresponderá a um conjunto de dados específicos;
- 3.1.8.13 Esse arquivo deverá ser produzido conforme evolução da integração de sistemas e padrões estabelecidos entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO, devendo estar disponível na Plataforma WEBGIS para que a equipe da municipal faça a validação dos dados recebidos;
- **3.1.8.14** O MUNICÍPIO será responsável em autorizar a inserção dos novos dados no sistema tributário, bem como, definir o processo de notificação dos contribuintes cujos cadastros sofreram atualização.

3.1.9 Atualização "In Lócus"

- 3.1.9.1 A quantidade de unidades que serão levantadas em campo ou in lócus é uma estimativa de cadastros com áreas divergentes ou imóvel sem captura de foto 360 graus, sendo que somente após a vetorização de todas as edificações e o cruzamento com o sistema tributário é que será possível quantificar corretamente o total de unidades e quais deverão ser visitadas em campo. Estimado em até 1.000 (um mil) imóveis;
- 3.1.9.2 A empresa contratada deverá proceder com o levantamento de campo nas unidades indicadas pelo município, contendo as seguintes especificações:
 - a) Realizar medições no imóvel, no que tange ao limite das edificações das unidades cadastrais, assim como a correta identificação da unidade na planta.
 - b) Preencher o Boletim de Informações Cadastrais (BIC) eletrônico, das zonas onde será realizado o Cadastramento Imobiliário.
 - c) Identificar o proprietário, ou possuidor residente, quando possível, coletando todas as informações necessárias para o devido cadastramento do Imóvel.





ESTADO DO PARANÁ

- 3.1.9.3 Confeccionar fotografias das fachadas dos imóveis visitado in lócus, contratante deverá utilizar de dispositivos móveis (mobile) ou outros dispositivos de captura de fotografia georreferenciadas e integrada com a base cartográfica do município. A confecção das fotografias, preferencialmente, deverá ser realizada sem a necessidade de contato com os moradores, salvo quando, por circunstâncias técnicas ou outra, se precise da concordância do proprietário;
- 3.1.9.4 Os dispositivos móveis a serem utilizados deverão possuir sistemas parametrizados para permitir a coleta de dados através de formulários digitais, a classificação dos imóveis e edificações, a confecção de fotografias, a importação e exportação de dados e fotografias e o gerenciamento em tempo real dos trabalhos de campo;
- 3.1.9.5 As fotos frontais ou de outra posição que melhor identifique as edificações deverão ser produzidas, codificadas e vinculadas aos imóveis automaticamente utilizando ferramentas de geoprocessamento. Em caso de muros altos ou outros obstáculos, a foto do imóvel será do que for possível visualizar externamente, desde que a foto contenha os quesitos para a correta classificação do padrão construtivo da edificação. Se necessário deverá ser tirada mais de uma foto por imóvel:
- 3.1.9.6 As fotos deverão obedecer a um critério rigoroso no momento de sua confecção com a utilização de equipamentos que possibilitam a visualização desejada com coordenadas geográficas para a correta apropriação ao lote;
- 3.1.9.7 As fotos pós-classificadas e automaticamente anexadas aos respectivos lotes, em sistema de geoprocessamento na internet, deverão ser visualizadas com o Simples movimento do cursor sobre os lotes desejados.

3.1.10 Notificação aos contribuintes:

- 3.1.10.1 A contratada deverá disponibilizar ferramentas para permitir a notificação aos contribuintes sobre eventuais alterações de seu imóvel, cabendo ao contratante a definição e escolha de um ou mais opções: (i) processo digital de impressão de Carta de Notificação, a ser enviada pelo contratante aos contribuintes selecionados; (ii) disponibilizar processo de consulta de dados dos imóveis, via internet pelo contribuinte, através de login e senha, com possibilidade para o envio de menagens, documentos necessários para corrigir ou justificar as eventuais divergências e tramitação totalmente digital;
- 3.1.10.2 A contratada através de processo informatizado deverá transferir os dados obtidos com os levantamentos de campo para o GRP (software de gestão) do Município em formato a ser especificado pela Prefeitura, no momento oportuno;
- **3.1.10.3** Os trabalhos deverão ser elaborados respeitando-se o conceito de Cadastro Único de Contribuintes;
- 3.1.10.4 Deverão ser entregues:



- a) O relatório com as diferenças/divergências entre os cadastros imobiliários atualizados frente aos cadastros existentes no sistema tributário na forma de planilha eletrônica.
- b) O arquivo de atualização no sistema tributário dos imóveis atualizados na forma de planilha eletrônica e/ou outro meio de integração entre a solução de geoinformação e os dados do sistema tributário.
- c) Os dados atualizados deverão ser disponibilizados na Plataforma de Gestão WEB.

3.1.11 Elaboração da Planta Genérica de Valores - PGV

ANDEIRANTES

- 3.1.11.1 Elaboração do Cadastro de Logradouros, integrado ao Cadastro Imobiliário Urbano (CTM), com os respectivos serviços públicos e equipamentos urbanos existentes tais como: pavimentação, passeio, rede de água potável, galerias pluviais, esgoto, iluminação, coleta de lixo e limpeza pública;
- 3.1.11.2 Geocodificação e especialização da PGV Planta Genérica de Valores dos imóveis urbanos praticada atualmente pelo município e geração de temáticas dos valores do metro quadrado do terreno e das edificações, bem como o valor venal total de cada imóvel do cadastro imobiliário, para demonstrar através de temáticas os impactos dos novos valores do IPTU com a implantação da nova PGV;
- 3.1.11.3 Elaboração da Planta Genérica de Valores, na escala de 1:1.000 e da Minuta do Projeto de Lei a ser submetido ao Legislativo do Município, após efetuadas Simulações e testes de atualização junto a Comissão Avaliadora. Deverão ser utilizadas as diretrizes básicas recomendadas para avaliação de imóveis conforme NBR-14653 Norma de Avaliação de Imóveis Urbanos da ABNT;
- 3.1.11.4 Elaboração do Cadastro de Face de Quadras, integrado ao Cadastro Imobiliário, fixando o valor do metro quadrado do terreno em cada Face de Quadra em conformidade com os valores aprovados na nova Lei da Planta Genérica de Valores;
- 3.1.11.5 Apresentação dos trabalhos, junto aos setores envolvidos, bem como à Câmara Municipal, efetuando Simulações de cálculos, visando demonstrar as alterações de arrecadação após o recadastramento e a aplicação da nova Planta Genérica de Valores;
- 3.1.11.6 A Contratada deverá disponibilizar um sistema, em nuvens, para a realização de consultas, de Simulações e de gerenciamento de todos os processos de construção da Planta Genérica de Valores. Caso o Contratante optar, o sistema deverá disponibilizar também consultas diretamente na internet com acesso ilimitado a todos os contribuintes.

3.1.12 Customização e Implantação de Sistema de Gestão WEB:



ESTADO DO PARANÁ

- 3.1.12.1 Customizar e implantar Plataforma de Gestão Espacial em ambiente WEB, utilizando ferramentas com códigos abertos para programação (software livre);
- 3.1.12.2 A Plataforma Gestão deverá prever a atualização de dados diretamente em um repositório central (Banco de Dados Relacional), possibilitando desta forma o acesso rápido e preciso a informações gerenciais e administrativas, tornando o sistema de Geoprocessamento uma ferramenta confiável para a efetivação de ações de cunho estratégico e de planejamento corporativo;
- 3.1.12.3 A Plataforma Gestão, preferencialmente, deverá ser desenvolvida em linguagem de programação JAVA e Banco de Dados Postgresql com extensão espacial com utilização do OpenLayers como framework de integração com mapas;
- 3.1.12.4 A Contratada deverá disponibilizar, durante a execução do projeto, toda a infraestrutura necessária para a utilização (softwares, Banco de Dados, hospedagens) da Plataforma em ambiente WEB. Após este período, a Plataforma será disponibilizada para no formato SaaS em nuvem de acordo com os critérios definidos no item Licença de uso do sistema.

3.1.13 Integração com software da Prefeitura:

3.1.13.1 A Plataforma deverá ser integrado através de webservice REST, SOAP ou diretamente com sistema o banco de dados da prefeitura por meio de tabelas armazenados no servidor (MS SQL, Oracle, MySQL, PosgreSQL e outros).

3.1.14 Coletor de Dados (mobile):

- 3.1.14.1 Disponibilizar sistema para Coletor de Dados Inteligente mobile (compatível com smartphones, tablets, entre outros), utilizando ferramentas de código aberto para programação (software livre). Este sistema mobile de coleta de dados em campo deverá prever a atualização e a inserção de dados e fotos diretamente no repositório central de Banco de Dados utilizado pela Plataforma de gestão Web através WebService RESTFULL, possibilitando dessa forma a integração entre os dois sistemas para manter a integridade e à atualização das informações geográficas;
- 3.1.14.2 Os componentes ou Módulos da Plataforma, obrigatoriamente, deverá atender a prova de conceito ou requisitos de funcionalidades, além da possibilidade de suportar a inserção de novos módulos ou sistemas. Inicialmente, para atender os objetivos da administração a Plataforma de Gestão deverá ter os seguintes sistemas ou módulos ou componentes, visando atender na integra as atividades constantes do presente Projeto Básico: (i) Cadastro Multifinalitário; (ii) Plano Diretor Certidão de Uso e Ocupação e Alvarás; (iii) Fiscalização do Obras CTM; (iv) Gestão da PGV Estudos e Simulações;





ESTADO DO PARANÁ

3.1.15 Tabela de Requisitos e funcionalidades da Plataforma:

- 3.1.15.1 A licitante classificada em primeiro lugar deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, realizar apresentação para análise das especificações mínimas exigidas da Plataforma, conforme TABELA I Requisitos e Funcionalidades, adotando os seguintes critérios:
 - a) A Administração Municipal disponibilizará estrutura para demonstração das exigências mínimas da Plataforma;
 - b) A Comissão designada, após a análise e julgamento dos requisitos e funcionalidades da Plataforma, emitirá parecer final que será submetido à apreciação do Prefeito Municipal, para as providências legais cabíveis;
 - c) Caso a licitante não atender de todos os itens dos requisitos e funcionalidades da Plataforma de Gestão Web, será desclassificada e procedida a reclassificação à segunda colocada, a qual será avaliada, e assim por diante até a apuração de uma licitante aprovada, que atenda aos requisitos e funcionalidades mínimas exigidas.

3.1.16 Consultoria em processos e treinamentos – 60 horas:

- 3.1.16.1 Consultoria em Mapeamento e Modelagem de processos para avaliar os principais processos e. se necessário, propor atualização para atender os requisitos de funcionalidade da Plataforma de Gestão. Após o mapeamento e identificação dos processos que necessitam de melhorias, propor novos modelos para garantir a otimização do uso dos recursos tecnológicos implementados, através de operações assistidas, fluxogramas, manuais, instruções normativas. Estima-se em 45 (quarenta e cinco) horas técnica de consultoria;
- 3.1.16.2 Treinamentos aos usuários da prefeitura, de acordo com as orientações da Equipe Técnica Municipal, sobre as funcionalidades da Plataforma de Gestão, Coletor de Dados (Mobile): operação do Portal de Atendimento ao cidadão. Estima-se em 30 (trinta) horas técnica de treinamento.

3.1.17 Licença ou direito de uso do sistema e serviços de nuvem:

3.1.17.1 Licença ou direito de uso do sistema

- a) A Contratada disponibilizará o sistema WEBGIS ao município através de licenças ou direito de uso no formato SaaS - software como serviço através da conexão com a Internet;
- b) A Licença ou o direito de uso garantirá a manutenção e atualização, mediante solicitação do cliente ou não, tendo por finalidade a atualização de versões, correção de defeitos e/ou substituição, caso necessário, bem como a assistência técnica necessária ao bom funcionamento operacional dos sistemas disponibilizados:



ESTADO DO PARANÁ

- c) Em caráter continuado, a Licença de Uso será paga mensalmente por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos moldes da legislação vigente;
- d) Na Licença ou Direito de Uso estão inclusos os seguintes serviços: (a) configurações e garantia de funcionamento; (e) atualizações de novas versões e (f) correções de bugs; (g) configuração e atualização do sistema mobile;
- e) Na Licença ou Direito de Uso não estão inclusos os seguintes serviços: aquisição de equipamentos (computares, tablet, impressoras entre outros) e pacotes de dados;
- f) A contratada dará toda assessoria ao contratante para a definição das configurações dos equipamentos e dispositivos a serem adquiridos.

3.1.18 Serviços em nuvem- cloud computing:

- 3.1.18.1 Da Infraestrutura de hardware para hospedagem em Cloud:
 - a) A hospedagem do sistema e as respectivas aplicações são armazenados "em nuvem", com rotinas de backup e de segurança sob inteira responsabilidade da contratada;
 - b) A Contratada deverá informar todos os IPs e Portas que deverão ser abertas e liberadas no sistema de Firewall do Município, porém de acordo com a Política de Segurança de Informação em uso.

3.1.18.2 Do Suporte e Manutenção Continuada:

- a) As atividades de suporte e manutenção aqui previstas, dizem respeito a todas as modificações requeridas no Sistema, de natureza: (a) corretivas (destinadas a corrigir erros identificados nos sistemas, que impedem seu funcionamento correto ou que representem desvios às especificações definidas); (b) adaptativas (que visam dar ao sistema condições para se adaptar a uma nova situação ou aspectos diferentes de situações já existentes); (c) evolutivas em termos tecnológicos (troca de versões de Banco de Dados ou Sistema Operacional e Otimizações de Performance);
- b) A Contratada deverá garantir a manutenção corretiva e evolutiva do sistema por intermédio de novas versões, visando atualizações tecnológicas e adequações à legislação enquanto perdurar a vigência do contrato;
- c) A Contratada deverá garantir rotinas de controle e distribuição automática de novas versões do sistema sempre que houver alterações. As versões de software distribuídas e instaladas não poderão causar erros em outros módulos do software e nos dados armazenados pelas versões anteriores do sistema.

3.1.19 Da Central de Atendimento

3.1.19.1 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente disponibilizar uma central de atendimento remoto (8x5), de segunda a sexta feira, em horário comercial (das 8 horas às 18 horas). Esta central de atendimento deverá prestar suporte remoto



ESTADO DO PARANÁ

pelos seguintes canais de atendimento: (a) fale conosco via sistema; (b) ligação via telefone fixo; (c) contato via WhatsApp; e (d) contato via e-mail:

- 3.1.19.2 A Contratada disponibilizará sistema para registrar as demandas realizadas pelos usuários, permitindo classificar em manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, e acompanhar todo o fluxo atendimento abertura até o encerramento da chamada:
- **3.1.19.3** A Contratada disponibilizará, mensalmente, boletim de medição referente aos atendimentos realizados no período, incluindo todos os detalhes das demandas e dos atendimentos.

3.1.20 Do Acordo de Nível de Serviço (SLA)

- 3.1.20.1 Os serviços técnicos especializados de suporte e manutenção continuada do sistema deverá atender o acordo de nível de serviço (Service Level Agreement SLA) para 90% dos casos, conforme abaixo: (a) para as demandas de suporte em horário comercial, de segunda a sexta, por quaisquer canais, em até 02 (duas) horas uteis; (b) para as demandas classificadas como manutenção corretiva, o tempo de solução não poderá ultrapassar 48 horas úteis; (c) para as demandas classificadas como manutenção adaptativa, o suporte técnico deverá. obrigatoriamente, informar em até 48 horas úteis, após o registro e a análise da solicitação, o tempo necessário para a solução da demanda; (d) para as demandas classificadas como manutenção evolutiva, o suporte técnico deverá. obrigatoriamente, informar em até 48 horas úteis, após o registro e a análise da solicitação, o tempo necessário para informar se a demanda será atendida ou não na próxima versão do produto e; (e) em caso de problemas críticos ou emergenciais (quando o sistema se tornar totalmente inoperante), a correção das falhas não poderá ultrapassar 24 horas úteis a partir do horário da solicitação:
- 3.1.20.2 Constituem exceções ao SLA: (a) casos considerados como fortuito ou de força maior; (b) operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos ou sistemas que não sejam de responsabilidade ou de controle direto da Contratada; (c) falha de equipamento ou de sistema ocasionada pelo Contratante; (d) realização de testes, ajustes e manutenção necessários à prestação dos serviços, em dias uteis, desde que notificados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro); e (e) falhas decorrentes de atos ou omissões sobre as quais a Contratada não tenha controle direto;
- **3.1.20.3** O não atendimento do nível de serviço especificado remeterá em multas e penalidades contratuais previstos pela legislação vigente.

3.1.21 VALORES UNITÁRIOS E VALOR MÁXIMO TOTAL





ESTADO DO PARANÁ

| - Trans | VALORES (R\$) | | | |
|-----------------|---------------|-------|--|--|
| TIPO | UNITÁRIO | TOTAL | | |
| KM ² | | | | |
| Imóvel | | | | |
| Sistema | ı | | | |
| Horas | | | | |
| Mês | | | | |
| | Mês | Mês | | |

3.1.22 FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1.22.1 Período de Implantação: Os valores correspondentes as atividades constantes dos itens 3.1 ao 3.7 do TR Projeto Básico, serão pagos conforme avanço do cronograma, após a análise e aprovação pelo Município, através da Equipe Técnica Municipal, das medições e serviços efetivamente executados e entregues no mês anterior:
- 3.1.22.2 Período de Manutenção, suporte e Licenciamento: Após o período de implantação previsto em 12 (doze) meses, a Licença de Uso ou Direito de Uso do Sistema, em caráter continuado, será paga mensalmente por período de 12 (doze)



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

meses, conforme item 3.8 do TR, sempre no dia 10 de cada mês, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, conforme legislação vigente para serviços continuado de Tecnologia da Informação;

3.1.23 PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

3.1.23.1 O prazo para execução dos serviços é de 24 (vinte) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogável por igual período desde que haja motivo devidamente justificado pelo contratado e devidamente aceito pelo Município, conforme cronograma das atividades a seguir:

| | TEMPO EM MESES | | | | | | | | | | | |
|--|---|--------------------|--|---|----|----|----|-----|-----|----|-----|----|
| SERVIÇOS | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 | 12 | 14 | 16 | 18 | 20 | 22 | 24 |
| | IMPLANTAÇAO | | | | | | | MAI | TUN | EN | CAC |) |
| Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas do Território do Município: Para o perímetro urbano, GSD (Ground Sample Distance) de 10 cm ou melhor e Perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos por m²), PEC-A 1:1000, conforme item 3.1 do TR. | | | | | | | | | | | | |
| Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR. | | | | | | | | | | | | |
| Atualização e Vetorização da Base Cartográfica urbana (PEC-A 1:1000) e do CTM - Cadastro Técnico Imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | # * * * * * * * * * * * * * * * * * * * | de. Vanasaassaassa | | | | | | | | | | |
| Estruturação e atualização Cadastro Técnico Municipal - CTM, incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme item 3.4 do TR. | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração da nova Planta Genérica de Valores Urbana e implementação de nova metodologia de avaliação, conforme item 3.5 do TR. | | | | | | | | | | | | |
| Customização e implantação de Plataforma de Gestão na Web com integração com Banco de Dados Espacial e Sistema Mobile, conforme item 3.6 do TR. | | | And the state of t | | | | | | | | | |



ESTADO DO PARANÁ

| Consultoria em processo e Treinamentos, conforme item 3.7 do TR. | | | | | The state of the s | | | | |
|--|--|--|---|--|--|---|--|--|--|
| Licença de Uso da Plataforma WEB no | | | | | | | | | |
| formato SaaS, conforme item 3.8 do TR. | | | 1 | | | 1 | | | |

4 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1 Montagem e estruturação do espaço físico, com infraestrutura e equipamentos necessários à execução do objeto. Os equipamentos e programas de informática (Hardware e Software) devem ser compatíveis com o sistema utilizado elo município. O local deve possuir rede de transmissão de dados para os computadores trabalharem on-line com os equipamentos existentes na Prefeitura Municipal.
- 4.2 Recrutamento, seleção, contratação e pagamento do pessoal utilizado para o recadastramento em campo e pessoal de escritório; bem como pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros e garantias.
- 4.3 Treinamento do pessoal de sua responsabilidade (como gerentes, supervisores, coordenadores, analistas, digitadores e auxiliares), para o perfeito domínio e execução da metodologia adotada no recadastramento.
- 4.4 Fornecimento a todos os empregados dos uniformes, crachás, bonés, bolsas, equipamentos de segurança e proteção, bem como de alimentação e transporte, se necessário, para o bom andamento dos serviços. Nos uniformes deverá haver além do brasão oficial do Município, o número de telefone que servirá para o contribuinte tirar dúvidas. O atendimento ao contribuinte ficará sob a responsabilidade da equipe interna do Município.
- 4.5 Fornecer aos seus empregados todos os materiais necessários à execução do serviço, como trenas, pranchetas, calculadoras, computadores, software e outros implementos que se fizerem necessários, bem como eventuais custos de manutenção e recuperação dos equipamentos usados em campo e no escritório.
- 4.6 Cumprir o cronograma físico. A proponente deverá apresentar um Plano de Trabalho onde descreverá detalhadamente o equipamento, metodologia, quantidade de pessoal para a execução do cadastro imobiliário, tanto no trabalho de campo como no escritório. Deverá também a empresa proponente, dentro do plano de trabalho dimensionar sua equipe para que o cronograma físico seja cumprido.

5 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1 Fornecer para a contratada uma cópia em arquivo digital dos seguintes elementos:
 - 5.1.1 Boletim de Informação Cadastral (BIC);
 - 5.1.2 Cadastro físico de imóveis, dos desenhos em papel e/ou dos arquivos digitais existentes;
 - 5.1.3 Registros dos cadastros de imóveis, nos formatos TXT ou MDB, com os dados necessários à atualização do cadastramento imobiliário, limitados aos campos existentes;



ESTADO DO PARANÁ

- 5.1.4 Mapas de loteamentos aprovados em escalas diversas para toda a área do objeto, em papel ou no formato digital DWG, que constem em seus arquivos;
- 5.1.5 Base Cartográfica digital em formato DWG, referente ao núcleo urbano existente na Prefeitura Municipal, e caso existir, imagens de Satélites, ortofotos e outras informações cartográficas;
- 5.2 Dimensionar e montar uma equipe interna com funcionários do Município para a fiscalização dos serviços apresentados pela contratada e que deverá ficar instalada em uma sala junto ao escritório da proponente. A equipe montada pelo Município não dispensa a obrigação da contratada do controle de qualidade e da fiscalização de seus empregados quanto à qualidade dos serviços;
- 5.3 Disponibilizar para uso da equipe interna do Município material de expediente para as medições e veículo com combustível para as conferências em campo (acrescentar equipamentos);
- 5.4 Fazer as medições, atestar no verso da nota fiscal a execução dos serviços e fazer o pagamento conforme as medições realizadas;
- 5.5 Fazer a publicidade necessária para a divulgação e orientações aos contribuintes sobre a execução do projeto.

6 EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

- 6.1 O município constituirá, mediante Decreto, uma Equipe Técnica Municipal e designará um dos seus integrantes como Coordenador. Esta equipe participará ao longo de todo processo de execução dos trabalhos e terá como competências:
- 6.2 Aprovar, propor alterações e/ou complementações nos documentos entregues pela consultoria ao longo das diversas etapas do processo, subsidiando, entre outros objetivos, o faturamento e o pagamento da mesma;
- 6.3 Dar conhecimento aos demais gestores da administração municipal a respeito do processo de Modernização e a implementação dos trabalhos constantes neste Projeto Básico;
- 6.4 Convocar se necessário, a participação de outras secretarias ou órgãos do poder público para subsidiar a elaboração do relatório de avaliação;
- 6.5 Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal e a empresa contratada durante todo o processo de execução e implantação;

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA LICITANTE

- 7.1. Certidão de Registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do estado de origem da Licitante. Em caso de sagrar-se vencedora do certame, licitante de outro estado, deverá apresentar na assinatura do contrato o visto do CREA-PR para execução do serviço técnico ou:
- 7.2 Certidão de Registro da Empresa no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do estado de origem da Licitante;



- 7.3 Comprovação de Inscrição no Ministério da Defesa na categoria "A" como empresa especializada para os serviços de aerolevantamento, para a realização todas as fases do aerolevantamento, nos termos da Portaria Normativa Nº 101/GM-MD, de 26/1/2018 e Decreto-Lei 1.1777, de 21 de junho de 1971;
- 7.4 Visita Técnica Facultativa. O município fornecerá Atestado de Visita Técnica, para as empresas que realizarem a visita técnica. As Licitantes deverão agendar junto a Secretaria Municipal de Fazenda e realizar a visita técnica até 03 (três) dias antes da data da abertura das propostas, pelo telefone (43) 3542-4525, falar com Marco Antônio Turim, Diretor da Divisão de Receita e Arrecadação;
- 7.5 Para a realização dos trabalhos a Contratada deverá apresentar uma Equipe Técnica com caráter multidisciplinar, em número compatível com o cronograma e abrangência dos trabalhos, composta por profissionais de comprovada experiência e qualificação técnica, contendo no mínimo:
 - 7.5.1 Perfil I Coordenador Geral: (i) graduação superior em engenharia ou Arquitetura; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA/CAU, comprovando experiência em coordenação de equipe multidisciplinar na elaboração ou execução de planos ou projetos técnicos com a utilização de ferramentas e processos da tecnologia da informação e de geoprocessamento, nas áreas pública ou privada, tais como: SIG Sistema de Informações Geográficas, Bases Cartográficas, Banco de Dados e Cadastros, plano de gestão territorial e outros com a complexidade operacional e tecnológica Similar ao objeto desta licitação. Responsabilidades: coordenar, supervisionar e orientar a equipe multidisciplinar do projeto;
 - 7.5.2 Perfil II Coordenador de Campo: (i) graduação em engenharia cartográfica e/ou agrimensura; (ii) Registro junto ao CREA através de Certidão de Registro de Pessoa Física; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, comprovando a execução de serviços de elaboração e/ou atualização de base cartográfica, levantamento aerofotogramétrico, perfilamento a laser, modelo digital do terreno, modelo digital de superfície, ortofotos, restituição planialtimétrica e levantamento de apoio de campo básico e suplementar e recadastramento imobiliário e PGV;
 - 7.5.3 Perfil III Planejamento Urbano: (i) graduação em arquitetura e urbanismo; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no CAU; (iii) Possuir Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CAU, comprovando a execução de serviços de elaboração de planos na área de planejamento urbano, gestão territorial, para atuar na análise e espacialização das diretrizes urbanísticas do município, tais como: na delimitação, identificação e geocodificação do Zoneamento do Plano Diretor Municipal, vinculando com as tabelas de usos do solo e índices urbanísticos, Sistema Viário, ZEIS, para ser corresponsável pela parametrização do Plano Diretor na web;
 - 7.5.4 Perfil IV Tecnologia da Informação (TI): (i) diploma de graduação superior na área da Tecnologia da Informação (Processamento de Dados, Ciência da Computação, Engenharia de Sistemas e outras afins): (ii) Possuir atestado Técnico expedido por ente público ou privado, comprovando a experiência na estruturação de sistema de geoprocessamento na WEB, Modelagem e implementação de Banco de Dados Geográficos (BDG) utilizando a aplicação PostgreSQL/PostGIS, gestão de metadados geográficos, em conformidade com o





ESTADO DO PARANÁ

perfil OGC, conhecimento em servidor Web Apache e Tomcat, Servidor Geoserver, PHP Mapscript ou JAVA, Geonetwork, bem como levantamento e análise de requisitos. Responsabilidades: executar as atividades que envolvem o desenvolvimento, customização e implantação de sistema WEBGIS, modelagem de Banco de Dados Geográfico.

- 7.5.5 Perfil V Legislação: (i) graduação em direito; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no OAB; (iii) Possuir Atestado Técnico expedido por ente público ou privado comprovando experiência na área de diagnósticos jurídicos e institucionais relacionados à temática do planejamento e ordenamento territorial urbano, legislação tributária, planta genérica de valores. Responsabilidades: avaliar os arranjos jurídicos e institucionais do município, para propor ações e/ou alterações na legislação tributária e PGV, além de avaliar os impactos jurídicos com a implantação dos novos processos;
- 7.5.6 Perfil VI Administração: (i) graduação superior em Administração ou áreas afins; (ii) Certidão de Registro de Pessoa Física no Conselho de Classe; (iii) Possuir Atestado Técnico comprovando experiência anterior em Mapeamento e Modelagem de Processos em Projetos de Modernização da Gestão Municipal, para ser o responsável pelas atividades que envolvem modelagem e mapeamento de processos e treinamentos.
- 7.6 A comprovação de vinculação do profissional pertencente à Equipe Técnica Chave se fará em uma das seguintes formas: (a) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, da página relativa ao contrato de trabalho) e cópia da ficha ou livro de registro de empregado; (b) cópia do Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante; (c) cópia do Contrato Social em se tratando de empresa S.A. ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade, em se tratando de Diretor; (d) cópia de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante ou Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, exceto para os Coordenadores.

8 LEI MUNICIPAL DE PERÍMETRO URBANO

8.1. Os trabalhos a serem executados regerão de acordo com os ditames estabelecidos na Lei Complementar nº 125/2020 que dispõe sobre a alteração dos Perímetros Urbanos do Município, além de obedecer aos limites apresentados no Mapa do Perímetro Urbano da Sede Municipal, conforme Lei Complementar e mapa apresentados no anexo I respectivamente.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 Todos os trabalhos deverão ser executados por profissionais pertencentes ao quadro permanente da empresa, ou profissionais contratados por ela, desde que detentores da qualificação técnica exigida para tanto. Deverão ser utilizados também, meios da própria empresa como: Veículos, equipamentos de medição, equipamentos de Informática, e local de trabalho para a digitação das informações e formação das bases de dados;
- 9.2 Além do Sistema WEBGIS integrado com o Banco do Sistema de Gestão do Município, todos os produtos deverão ser entregues em mídia digital (CD-ROM), com seus arquivos devidamente





- organizados e identificados e compatíveis com os softwares Microsoft Word, Microsoft Excel, OpenOffice Writer, OpenOffice Calc e Autodesk AutoCAD e Shapefile;
- 9.3 No início dos trabalhos a empresa vencedora deverá apresentar ao município a ART Anotação de Responsabilidade Técnica, destacando o profissional que será o responsável Técnico pela execução dos serviços contratados;
- **9.4** A contratada ainda deverá executar consultoria. por telefone ou e-mail, de eventuais dúvidas ou problemas que possam existir após a execução dos serviços e o treinamento e capacitação dos técnicos da prefeitura. durante 6 meses;

| | TABELA I | - REQUISITOS E FUNCIONALIDADES PLATAFORMA WE | BGIS | | | | | |
|-----|---|--|------|--|--|--|--|--|
| SEQ | DESCRIÇÃO | | | | | | | |
| | R | EQUISITOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA WEB | | | | | | |
| 1 | não necessita | avegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome e da instalação prévia de plug-ins, applets ou activeX nas estações eu funcionamento | | | | | | |
| 2 | | terface gráfica de todas as funcionalidades no idioma português e espanhol (tanto em ambiente restrito quanto em ambiente | | | | | | |
| 3 | Ser possível navegar por meio de acesso visitante (sem autenticação), acesso cidadão (autenticado) e acesso restrito (autenticado). No acesso visitante deve ser possível apenas visualizar os mapas. | | | | | | | |
| | - | MÓDULO IMOBILIARIO AMBIENTE RESTRITO | | | | | | |
| 4 | Consulta de Dados | O sistema deve possuir no mínimo os módulos de cadastro imobiliário, planta genérica de valores e de plano diretor. Tudo contido na mesma base de dados. Ao alterar os módulos apenas as funcionalidades específicas de cada temática devem ser alteradas | | | | | | |
| 5 | Consulta de Dados | O sistema deve possuir um visualizador de fotos 360° (estilo street view), com a possibilidade de avanço e retrocesso na visualização das imagens | | | | | | |
| 6 | Consulta de Dados / Cadastro Imobiliário | O sistema deve possuir dashboard de dados referente ao comparativo de área edificada do mapa em relação ao cadastro imobiliário por bairros e também da quantidade de imóveis com aumento de área construída por logradouros em bairro específico a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário | | | | | | |



| 7 | Consulta de Dados / Cadastro Imobiliário | Na aba do imóvel a possibilidade de gerar e imprimir no momento da requisição do usuário o Boletim de Informação Cadastral (BCI) e o Memorial Descritivo | |
|----|---|---|--|
| 8 | Carta de Notificação | Possuir a funcionalidade de carta de notificação para imóveis com áreas construídas irregulares | |
| 9 | Carta de Notificação | Na funcionalidade da carta de notificação ser possível gerar lista de imóveis irregulares a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário com a possibilidade de exportação em PDF e CSV | |
| 10 | Carta de Notificação | Gerar a carta de notificação individualmente por imóvel ou a partir de um percentual definido no momento da requisição do usuário. | |
| 11 | Carta de Notificação | Possibilidade de configurar o texto para carta de notificação assim como os dados para a assinatura do responsável do departamento | |
| 12 | Consulta de D ados / Plano Diretor | Visualizar dados de Zoneamento | |
| 13 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento | |
| 14 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Possibilidade de vincular e desvincular atividades ao Zoneamento, com a ferramenta de relacionar o zoneamento a atividade de interesse | |
| 15 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/atividades de interesse | |
| 16 | Análise Espacial | Visualização de imóveis e demais feições localizadas em determinado entorno (Buffer) definido pelo usuário a partir de uma feição existente ou seleção livre | |
| 17 | Tematização | O sistema deve possibilitar gerar mapas temáticos no momento da requisição do usuário a partir de itens do cadastro: Mapa Temático de Valores únicos; Mapa Temático de Intervalo de Classes e Mapa de Calor | |
| 18 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possuir menu de configurações para gestão de Usuários, Funcionários e Estrutura Organizacional | |





ESTADO DO PARANÁ

| 19 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possibilitar ao cidadão a criação de usuário e senha para autenticação no acesso público | |
|----|--|---|-------|
| 20 | Manutenção de Usuários | O sistema deve possibilitar ao funcionário solicitar usuário e senha de acesso restrito. Essa solicitação será aceita ou não pelo usuário administrador | |
| 21 | Simulador Online | Na Aplicação WEB deverá conter um Simulador da Planta Genérica de Valores, permitindo a inserção/atualização dos parâmetros no momento da requisição do(a) usuário(a) | |
| 22 | Simulador Online | Apresentar ao fim da simulação a somatória dos valores de lançamento atual e simulado | |
| 23 | Simulador Online | Deverá permitir que o(a) usuário(a) defina os valores de alíquotas a serem utilizados | |
| 24 | Simulador Online | Possibilidade de inserir o percentual do valor venal a ser atribuído no cálculo do IPTU | |
| 25 | Simulador Online | Possibilidade de limitar o aumento do valor da simulação do IPTU (referente ao último valor lançado) | |
| 26 | Simulador Online | Deverá ter a opção de inserir a dedução sobre o valor venal dos imóveis prediais | |
| 27 | Simulador Online | Ao fim da simulação deve ser realizado um comparativo entre o IPTU atual e IPTU simulado | |
| 28 | Simulador Online | Os valores simulados (IPTU simulado e diferença entre IPTU atual e IPTU simulado) devem estar disponíveis para que o(a) usuário(a) criem mapas temáticos | |
| | CTM EM A | MBIENTE CIDADÃO (ACESSO PÚBLICO ATRAVÉS DO SIT PREFEITURA) | TE DA |
| 29 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento | |
| 30 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Possibilidade de vincular e desvincular atividades ao Zoneamento, com a ferramenta de relacionar o zoneamento a atividade de interesse | |
| 31 | Consulta de Dados / Plano Diretor | Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/atividades de interesse | |



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

| 32 | Consulta de Dados / Plano Diretor | As consultas de viabilidade devem ficar registradas na caixa de entrada do usuário requerente para que possam ser visualizadas em outro momento | |
|-----|--|---|----------|
| 33 | Análise Espacial | Realizar cálculo de medidas lineares e áreas | |
| 34 | Consulta de Dados | Possibilidade de navegar e consultar dados disponibilizados pela Prefeitura | |
| PRO | OCESSOS (TE | RAMITAÇÕES INTERNAS POR MEIO DE SOLICITAÇÕES F | ÚBLICAS) |
| 35 | Módulo de Processos/ Cidadão | O sistema deve permitir que cidadãos solicitem a abertura de processos de inconsistências cadastral, área construída e padrão construtivo etc. | |
| 36 | Módulo de Processos/ Cidadão | Na abertura do processo o sistema deve exigir que o cidadão preencha o formulário com os dados do imóvel (tendo a opção de selecionar o imóvel no mapa 2D e preencher automaticamente os dados), inserir anexos referente ao imóvel e descrever o motivo da solicitação | |
| 37 | Módulo de Processos/ Funcionário | O processo aberto pelo cidadão deverá ser encaminhado diretamente na caixa de entrada do setor cadastrado anteriormente como correspondente do assunto (todo processo deve ser atrelado a uma estrutura organizacional) | |
| 38 | Módulo de Processos/ Funcionário | O funcionário cadastrado na estrutura organizacional correspondente poderá escolher o processo para análise. No momento da escolha o processo deverá ser encaminhado da caixa do setor para a sua caixa de entrada pessoal | |
| 39 | Módulo de Processos/ Funcionário | A caixa pessoal do funcionário deverá ser dividida pelo menos em: Processos abertos e Processos Concluídos; | |
| 40 | Módulo de Processos/ Funcionário | A partir do processo aberto o funcionário, antes de selecionar a opção de resolução, poderá encaminhar para outro funcionário o processo | |
| 41 | Módulo de Processos/ Funcionário | O sistema deve permitir que o funcionário tome as seguintes ações: Avançar, Deferido, Indeferido, Parcialmente Deferido, Parcialmente Indeferido, Cancelado e Abrir Ordem de Serviço | |
| 42 | Módulo de Processos/ Funcionário | A carta de resposta ao cidadão (template) deverá conter as seguintes informações: Dados do Requerente, Número de protocolo, Assinatura do responsável e Resposta da solicitação | |





REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 125/2020.

DATA: 22 DE JULHO DE 2020.

SÚMULA: ALTERA OS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito

Municipal, sanciono a seguinte

§1º

LEI

CAPÍTULO I

DAS CONDICÕES GERAIS E DEFINICÕES

Art. 1º O território municipal é dividido em áreas urbanas e área rural, para fins urbanísticos e tributários.

As áreas urbanas do Município de Bandeirantes, para efeito desta lei, são compostas pelos perímetros urbanos:

- I da Sede Municipal;
- II do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.
- §2º A área rural é constituída pelo restante do território do Município.

Art. 2º A representação dos perímetros urbanos e os cálculos analíticos de área constam dos seguintes anexos, partes integrantes desta Lei:

- I Anexo I: Mapa do perímetro urbano da Sede Municipal;
- II Anexo II: Descrição e cálculo analítico de área, azimutes, lados e coordenadas geográficas do perímetro urbano da Sede Municipal;
- III Anexo III: Mapa do perímetro urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária;
- IV Anexo IV: Descrição e cálculo analítico de área, azimutes, lados e coordenadas geográficas do perímetro urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária.
- Art. 3º A expansão dos perímetros urbanos indicados nos anexos I a IV, partes integrantes desta Lei, condicionase à efetiva ocupação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das áreas urbanas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 25/2011 e a Lei Complementar nº 62/2015.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do

Paraná, em 22 de julho de 2020.

Lino Martins Prefeito

Municipal

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Caixa Postal 281 - CEP 86.360-000 - Tel: (43) 3542-4525 - Fax 3542-3322 e CNPJ 76.235.753/0001-48



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MAPA DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

Descrição e Cálculo Analítico de Área, Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas do Perímetro Urbano da Sede Municipal

Área: 17.835.749,11m² ou 1.783,5749ha

Perímetro: 26.968,11m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, definido pelas coordenadas E: 562.658,188m e N: 7.447.250,000m com azimute 101° 58' 58,49" e distância de 31,31m até o vértice 1, definido pelas coordenadas E: 562.688,813m e N: 7.447.243,500m com azimute 27° 47' 04,88" e distância de 44,65m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 562,709,625m e N: 7.447.283,000m com azimute 54° 30' 23,50" e distância de 291,93m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 562.947,313m e N: 7.447.452,500m com azimute 115° 37' 41,13" e distância de 199,99m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 563.127,625m e N: 7.447.366,000m com azimute 190° 42' 45,23" e distância de 170,47m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 563.095,938m e N: 7.447.198,500m com azimute 173° 24' 48,77" e distância de 303,50m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 563.130,750m e N: 7.446.897,000m com azimute 73° 40' 46,74" e distância de 309,60m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 563.427,875m e N: 7.446.984,000m com azimute 161° 54' 49,19" e distância de 240,38m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 563.502,500m e N: 7.446.755,500m com azimute 122° 47' 12,52" e distância de 120,96m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 563.604,188m e N: 7.446.690,000m com azimute 33° 05' 29,40" e distância de 506,09m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 563.880,500m e N: 7.447.114,000m com azimute 135° 28' 45,54" e distância de 158,49m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 563,991,625m e N: 7.447,001,000m com azimute 144° 08' 32,92" e distância de 308,46m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 564.172,313m e N: 7.446.751,000m com azimute 198° 46' 32,28" e distância de 56,51m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 564.154,125m e N: 7.446.697,500m com azimute 74° 32' 17,79" e distância de 144,41m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 564.293,313m e N: 7.446.736,000m com azimute 169° 40' 33,05" e distância de 232,26m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 564.334,938m e N: 7.446.507,500m com azimute 167° 36' 44,99" e distância de 252,89m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 564.389,188m e N: 7.446.260,500m com azimute 99° 43' 43,06" e distância de 192,33m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 564.578,750m e N: 7.446.228,000m com azimute 195° 41' 24,72" e distância de 186,97m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 564.528,188m e N: 7.446.048,000m com azimute 103° 08' 46,46" e distância de 608,96m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 565.121.188m e N: 7.445.909.500m com azimute 123° 57' 25.84" e distância de 96.67m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 565.201.375m e N: 7.445.855,500m com azimute 157° 37' 33,87" e distância de 156,80m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 565.261,063m e N: 7.445.710,500m com azimute 132° 08' 13,15" e distância de 207,93m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 565.415,250m e N: 7.445.571,000m com azimute 94° 45' 49,11" e distância de 102,35m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 565.517,250m e N: 7.445.562,500m com azimute 203° 37' 45,76" e distância de 75,31m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 565,487,063m e N: 7.445,493,500m com azimute 178° 32' 54,81" e distância de 296,10m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 565.494,563m e N: 7.445.197,500m com azimute 263° 57′ 21,27″ e distância de 170,95m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 565.324,563m e N: 7.445.179,500m com azimute 167° 21' 35,00" e distância de 296,18m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 565.389,375m e N: 7.444.890,500m com azimute 128° 38' 10,80" e distância de 95,30m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 565.463,813m e N: 7.444.831,000m com azimute 150° 30' 55,99" e distância de 110,86m até o vértice



ESTADO DO PARANÁ

29, definido pelas coordenadas E: 565.518,375m e N: 7.444.734,500m com azimute 58° 47' 58,15" e distância de 207,52m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 565.695,875m e N: 7.444.842,000m com azimute 77° 24' 48,20" e distância de 188,15m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 565.879,500m e N: 7.444.883,000m com azimute 96° 22' 25,90" e distância de 599,02m até o vértice 32, definido pelas coordenadas E: 566.474,813m e N: 7.444.816,500m com azimute 173° 48' 12,55" e distância de 401,85m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 566,518,188m e N: 7.444.4!7,000m com azimute 190° 51' 29,23" e distância de 1.608,80m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 566.215,125m e N: 7.442.837,000m com azimute 239° 13' 37,62" e distância de 2.277,99m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 564.257,875m e N: 7.441.671,500m com azimute 148° 40' 16,71" e distância de 148,09m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 564.334,875m e N: 7.441.545,000m com azimute 237° 35′ 30,56″ e distância de 278,95m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 564.099,375m e N: 7.441.395,500m com azimute 329° 35' 35,43" e distância de 157,69m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 564.019,563m e N: 7.441.531,500m com azimute 236° 11' 54,59" e distância de 320,86m até o vértice 39, definido pelas coordenadas E: 563.752,938m e N: 7.441.353,000m com azimute 10° 35' 11,86" e distância de 426,26m até o vértice 40, definido pelas coordenadas E: 563.831,250m e N: 7.441.772,000m com azimute 327° 06' 31,77" e distância de 113,14m até o vértice 41, definido pelas coordenadas E: 563.769,813m e N: 7.441.867,000m com azimute 240° 03' 03,74" e distância de 226,35m até o vértice 42, definido pelas coordenadas E: 563.573,688m e N: ·7.441.754,000m com azimute 247° 45' 25,13" e distância de 75,29m até o vértice 43, definido pelas coordenadas E: 563.504,000m e N: 7.441.725,500m com azimute 329° 07' 14,60" e distância de 167,20m até o vértice 44, definido pelas coordenadas E: 563.418,188m e N: 7.441.869,000m com azimute 64° 11' 10,58" e distância de 400,74m até o vértice 45, definido pelas coordenadas E: 563.778,938m e N: 7.442.043,500m com azimute 43° 39' 06,14" e distância de 73,25m até o vértice 46, definido pelas coordenadas E: 563.829,500m e N: 7.442.096,500m e segue à jusante pelo córrego Água Boa até o vértice 47, definido pelas coordenadas E: 563.604,875m e N: 7.442.513,000m com azimute 275° 05' 54,21" e distância de 33,76m até o vértice 48, definido pelas coordenadas E: 563.571,250m e N: 7.442.516,000m com azimute 192° 19' 39,43" e distância de 305,03m até o vértice 49, definido pelas coordenadas E: 563.506,125m e N: 7.442.218,000m e segue à montante pelo Ribeirão das Antas até o vértice 50, definido pelas coordenadas E: 562.987,938m e N: 7.441.552,500m com azimute 285° 26' 51,09" e distância de 112,63m até o vértice 51, definido pelas coordenadas E: 562.879,375m e N: 7.441.582,500m com azimute 304° 35' 04,19" e distância de 208,77m até o vértice 52, definido pelas coordenadas E: 562,707,500m e N: 7.441.701,000m com azimute 234° 36' 47,85" e distância de 85,48m até o vértice 53, definido pelas coordenadas E: 562.637,813m e N: 7.441.651,500m com azimute 177° 52' 51,08" e distância de 339,73m até o vértice 54, definido pelas coordenadas E: 562.650,375m e N: 7.441.312,000m com azimute 146° 21' 04,58" e distância de 144,15m até o vértice 55, definido pelas coordenadas E: 562.730,250m e N: 7.441.192,000m com azimute 202° 53' 59,52" e distância de 125,92m até o vértice 56, definido pelas coordenadas E: 562.681,250m e N: 7.441.076,000m com azimute 209° 25' 05,41" e distância de 77,49m até o vértice 57, definido pelas coordenadas E: 562.643,188m e N: 7.441.008,500m com azimute 274° 38' 41,71" e distância de 1.407,75m até o vértice 58, definido pelas coordenadas E: 561.240,063m e N: 7.441.122,500m com azimute 321° 49' 31,99" e distância de 256,95m até o vértice 59, definido pelas coordenadas E: 561.081,250m e N: 7.441.324,500m com azimute 331° 29' 24,86" e distância de 235,57m até o vértice 60, definido pelas coordenadas E: 560.968,813m e N: 7.441.531,500m com azimute 9° 19' 32,28" e distância de 77,52m até o vértice 61, definido pelas coordenadas E: 560.981,375m e N: 7.441.608,000m com azimute 42° 47' 57,41" e distância de 103,58m até o vértice 62, definido pelas coordenadas E: 561.051,750m e N: 7.441.684,000m com azimute 3° 07' 58,39" e distância de 84,63m



ESTADO DO PARANÁ

até o vértice 63, definido pelas coordenadas E: 561.056,375m e N: 7.441.768,500m com azimute 301° 44′ 35,43″ e distância de 124,50m até o vértice 64, definido pelas coordenadas E: 560.950,500m e N: 7.441.834,000m com azimute 342° 32′ 39,24″ e distância de 352,74m até o vértice 65, definido pelas coordenadas E: 560.844,688m e N: 7.442.170,500m com azimute 298° 03′ 34,93″ e distância de 263,61m até o vértice 66, definido pelas coordenadas E: 560.612,063m e N: 7.442.294,500m com azimute 4° 13′ 58,52″ e distância de 114,31m até o vértice 67, definido pelas coordenadas E: 560.620,500m e N: 7.442.408,500m com azimute 38° 21′ 43,56″ e distância de 695,06m até o vértice 68, definido pelas coordenadas E: 561.051,875m e N: 7.442.953,500m com azimute 52° 12′ 06,81″ e distância de 527,02m até o vértice 69, definido pelas coordenadas E: 561.468,313m e N: 7.443.276,500m com azimute 335° 45′ 25,50″ e distância de 430,46m até o vértice 70, definido pelas coordenadas E: 561.291,563m e N: 7.443.669,000m com azimute 86° 20′ 10,70″ e distância de 2.339,59m até o vértice 71, definido pelas coordenadas E: 563.626,375m e N: 7.443.818,500m e segue à jusante pelo Ribeirão das Antas até o vértice 0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

As coordenadas geográficas dos vértices do perímetro urbano estão representadas na tabela a seguir.

| ID | X | Y |
|----|-------------|--------------|
| 0 | 562658.1875 | 7447250,0000 |
| 1 | 562688.8:25 | 7447243,5000 |
| 2 | 562709,6250 | 7447283,0000 |
| 3 | 562947,3125 | 7447452,5000 |
| 4 | 563127,6250 | 7447366,0000 |
| 5 | 563095,9375 | 7447198,5000 |
| 6 | 563130,7500 | 7446897,0000 |
| 7 | 563427,8750 | 7446984,0000 |
| 8 | 563502,5000 | 7446755,5000 |
| 9 | 563604,1875 | 7446690,0000 |
| 10 | 563880,5000 | 7447114,0000 |
| [] | 563991,6250 | 7447001,0000 |
| 12 | 564172,3125 | 7446751,0000 |
| 13 | 564154,1250 | 7446697,5000 |
| 14 | 564293,3125 | 7446736,0000 |
| 15 | 564334,9375 | 7446507,5000 |
| 16 | 564389,1875 | 7446260,5000 |
| 17 | 564578.7500 | 7446228,0000 |
| 18 | 564528,1875 | 7446048,0000 |
| 19 | 565121,1875 | 7445909,5000 |
| 20 | 565201,3750 | 7445855,5000 |
| 21 | 565261,0625 | 7445710.5000 |
| 22 | 565415.2500 | 7445571.0000 |
| 23 | 565517,2500 | 7445562,5000 |
| 24 | 565487,0625 | 7445493,5000 |
| 25 | 565494,5625 | 7445197,5000 |
| | | |



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

| 26 | 565324,5625 | 7445179,5000 |
|------------------------------|---|---|
| 27 | 565389,3750 | 7444890,5000 |
| 28 | 565463,8125 | 7444831,0000 |
| 29 | 565518,3750 | 7444734,5000 |
| 30 | 565695,8750 | 7444842,0000 |
| 31 | 565879,5000 | 7444883,0000 |
| 32 | 566474,8125 | 7444816,5000 |
| 33 | 566518,1875 | 74444!7,0000 |
| 34 | 566215,i250 | 7442837,0000 |
| 35 | 564257,8750 | 7441671,5000 |
| 36 | 564334,8750 | 7441545,0000 |
| 37 | 564099,3750 | 7441395,5000 |
| 38 | 564019,5625 | 7441531,5000 |
| 39 | 563752,9375 | 7441353,0000 |
| 4() | 563831,2500 | 7441772,0000 |
| 41 | 563769,8125 | 7441867,0000 |
| 42 | 563573,6875 | 7441754,0000 |
| 43 | 563504,0000 | 7441725,5000 |
| 44 | 563418,1875 | 744.869,0000 |
| 45 | 563778,9375 | 7442043,5000 |
| 46 | 563829,5000 | 7442096,5000 |
| 47 | 563604,8750 | 7442513,0000 |
| 48 | 563571.2500 | 7442516,0000 |
| 49 | 563506,1250 | 7442218,0000 |
| 50 | 562987,9375 | 744!552,5000 |
| 51 | 562879,3750 | 7441582,5000 |
| 52 | 562707,5000 | 7441701,0000 |
| 53 | 562637,8125 | 7441651,5000 |
| 54 | 562650,3750 | 7441312,0000 |
| 55 | 562730,2500 | 7441192,0000 |
| 56 | 562681,2500 | 7441076,0000 |
| 57 | 562643,1875 | 7441008,5000 |
| 58 | 561240.0625 | 7441122,5000 |
| 59 | 561081,2500 | 7441324,5000 |
| 60 | 560968.8125 | 7441531,5000 |
| 61 | 560981.3750 | 7441608.0000 |
| 62 | 561051,7500 | 744!684,0000 |
| 63 | 561056.3750 | 744!768.5000 |
| 64 | 560950,5000 | 7441834,0000 |
| 65 | 560844,6875 | 7442170.5000 |
| 66 | 560612.0625 | 7442294.5000 |
| Rua Frei Rafael Proner nº 14 | 157 – Caixa Postal 281 – CEP 86.360-000 — Tel: (43) 3542-4525 | Fax 3542-3322 e CNPJ 76.23 5.753/0001-48 |



REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

| 67 | 560620,5000 | 7442408,5000 |
|----|-------------|--------------|
| 68 | 561051,8750 | 7442953,5000 |
| 69 | 561468,3i25 | 7443276,5000 |
| 70 | 561291,5625 | 7443669,0000 |
| 71 | 563626,3750 | 74438i8,5000 |

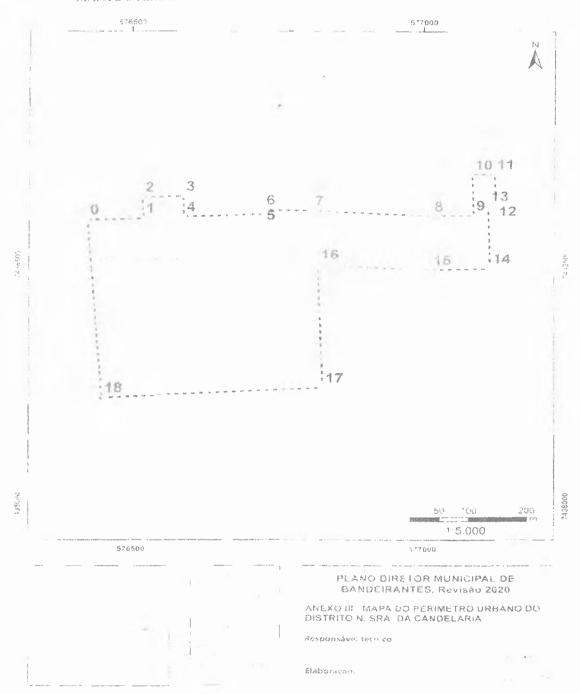




REFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MAPA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA







ESTADO DO PARANÁ

Anexo IV - Descrição e Cálculo Analítico de Área, Azimutes, Lados e Coordenadas Geográficas do Perímetro Urbano do Distrito de Nossa Senhora da Candelária

Área: 180.873,39m² ou 18,0873ha Perímetro:

2.391,56m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0, definido pelas coordenadas E: 576.424,063m e N: 7.438.594,000m com azimute 88° 30' 15,72" e distância de 95,78m até o vértice 1, definido pelas coordenadas E: 576.519,813m e N: 7.438.596,500m com azimute 357° 59' 20,53" e distância de 44,53m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 576.518,250m e N: 7.438.641,000m com azimute 88° 45' 52,93" e distância de 69,58m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 576.587,813m e N: 7.438.642,500m com azimute 178° 13' 52,08" e distância de 42,52m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 576.589,125m e N: 7.438.600,000m com azimute 87° 54' 11,34" e distância de 136,65m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 576.725,688m e N: 7.438.605,000m com azimute 0° 23' 52,37" e distância de 9,00m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 576.725,750m e N: 7.438.614,000m com azimute 90° 20' 29,58" e distância de 83,88m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 576.809,625m e N: 7.438.613,500m com azimute 93° 21' 37,07" e distância de 204,73m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 577.014,000m e N: 7.438.601,500m com azimute 88° 00' 47,11" e distância de 72,11m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 577.086,063m e N: 7.438.604,000m com azimute 358° 10' 42,01" e distância de 84,54m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 577.083,375m e N: 7.438.688,500m com azimute 88° 31' 01,00" e distância de 38,64m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 577.122,000m e N: 7.438.689,500m com azimute 177° 41' 14,60" e distância de 65,05m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 577.124,625m e N: 7.438.624,500m com azimute 265° 50' 25,29" e distância de 13,79m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 577.110,875m e N: 7.438.623,500m com azimute 178° 24' 31,90" e distância de 130,55m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 577.114,500m e N: 7.438.493,000m com azimute 268° 18' 55,14" e distância de 102,04m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 577.012,500m e N: 7.438.490,000m com azimute 273° 15′ 31,95″ e distância de 193,50m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 576.819,313m e N: 7.438.501,000m com azimute 178° 05' 40,49" e distância de 255,64m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 576.827,813m e N: 7.438.245,500m com azimute 266° 54' 03,04" e distância de 379,18m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 576.449,188m e N: 7.438.225,000m com azimute 356° 06' 17,19" e distância de 369,85m até o vértice 0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

As coordenadas geográficas dos vértices do perímetro urbano estão representadas na tabela a seguir.

| ID | χ | Y |
|----|------------|-------------|
| 0 | 576424.063 | 7438594,000 |
| [| 576519,813 | 7438596,500 |
| 2 | 576518,250 | 7438641.000 |
| 3 | 576587,813 | 7438642,500 |
| 4 | 576589,!25 | 7438600,000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

| 5 | 576725,688 |
|----|------------|
| 6 | 576725,750 |
| 7 | 576809,625 |
| 8 | 577014,000 |
| 9 | 577086.063 |
| 10 | 577083,375 |
| 11 | 577122,000 |
| 12 | 577124,625 |
| 13 | 577110,875 |
| 14 | 577114,500 |
| 15 | 577012,500 |
| 16 | 576819,313 |
| 17 | 576827,813 |
| 18 | 576449,188 |

| 7438605,000 |
|-------------|
| 7438614,000 |
| 7438613,500 |
| 7438601.500 |
| 7438604,000 |
| 7438688,500 |
| 7438689,500 |
| 7438624,500 |
| 7438623,500 |
| 7438493,000 |
| 7438490,000 |
| 7438501,000 |
| 7438245,500 |
| 7438225,000 |



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 02 CARTA-CREDENCIAL

| Local de de 202 |
|--|
| À Comissão de Licitação |
| Ref.: Edital de Concorrência nº/PMB - Registro de Preços |
| |

O abaixo assinado. (inserir o nome completo), portador da cédula de identidade RG. (inserir o número e órgão emissor), e do Cadastro de Pessoa Física — CPF. (inserir o número), residente e domiciliado na (inserir o endereço completo, CEP, cidade e estado), na qualidade de responsável legal pela proponente (inserir razão social da proponente), cadastrada no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ, sob o nº ((inserir o número)), vem, pela presente, informar a V. Sas que o senhor (inserir o nome completo), portador da cédula de identidade RG. (inserir o número e órgão emissor), e do Cadastro de Pessoa Física — CPF. (inserir o número), residente e domiciliado na (inserir o endereço completo, CEP, cidade e estado), é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da

documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos, com poderes específicos para ratificar documentos e renunciar prazos recursais (opcional) a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente.

Prezados Senhores.

(Assinatura e nome do representante legal)

(Apresentar doc. original junto a credencial que comprove poderes do mandante, ex. Contrato Social)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 03 DECLARAÇÃO UNIFICADA

| Ref.: Edital de Concorrência nº/PMB - Registro de Preços | | | |
|---|-------|--------|------|
| Á Comissão de Licitações Município de Bandeirantes - PR | | | |
| Pelo presente instrumento, a empresa | com | sede | na |
| 1) Declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital da Concorrênci | ia em | referê | nci: |

- 1) Declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital da Concorrência em referência, em consideração e dos respectivos modelos, adendos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo LICITADOR quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a(s) obra(s) e/ou os serviços.
- 2) Declara, expressamente, que para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 3) Declara, expressamente, que para todos os fins de direito que não se encontra inadimplente ou em processo de falência ou recuperação judicial, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com qualquer órgão da administração pública bem como declara a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2°, e artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 4) Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente participante do procedimento licitatórios, que:
- a) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação constante no edital Concorrência nº __/__-PMB Registro de Preços,
- b) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitandonos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- c) Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do(s) objeto(s), em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- e) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos da Concorrência nº __/__-PMB Registro de Preços, realizado pelo Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.



ESTADO DO PARANÁ

- 5) Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.
- 6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 7) Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, que em caso de nossa empresa for declarada adjudicatária, comprometemo-nos a recolher e dara destinação final correta dos itens inutilizados, nos termos do Art. 33, inciso IV. da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentro do prazo estipulado pela administração pública municipal, ficando o Município de Bandeirantes PR. isento de qualquer tipo de responsabilidade.

➡ Bandeirantes – PR. isento de qualquer tipo de responsabilidade. Declaramos ainda estar ciente, que caso não efetuemos o descarte adequado dos resíduos conforme legislação vigente, estaremos sujeitos as penalidades cabíveis. 8) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: Telefone: () OBS. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos. 9) Declaramos, para os fins de direito que possuímos Conta Corrente/Poupança de pessoa jurídica em instituição financeira conforme descrição abaixo: Banco: Agência nº: Nome da agência: Cidade da agência: Endereço da agência: Conta no: Titular: 10) Declaramos sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que, a empresa está legalmente enquadrada na condição de: () microempresa (ME), ou) empresa de pequeno porte (EPP), ou) micro empreendedor individual (MEI), ou) demais 11) Nomeamos e constituímos o senhor(a)...... portador(a) do CPF/MF sob n.º..... e do RG. sob nº expedido pela Secretaria de Segurança Pública do estado do, residente e domiciliado (endereço completo), para ser o(a) responsável para

ESTADO DO PARANÁ

acompanhar a execução do Contrato, referente ao Concorrência n.º Nº 11/2022 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, __ de __ de 202_.

(nome, assinatura do responsável legal, RG, CPF, cargo)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 04 ATESTADO DE VISITA - I

| Ref. : Edital de Concorrência n°/ PMB |
|--|
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR. |
| Declaramos que o(a) Sr(a) |
| domiciliado(a) na Rua |
| cadastrada no Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ. N |
| |
| da Concorrência em epígrafe. |
| Bandeirantes-PR de de 2022. |
| LICITADOR |
| LICITANTE |

OBS: SOMENTE PODERÁ SER EXECUTADA A VISITA ATRAVÉS DE REPRESENTANTE CREDENCIADO POR MEIO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO QUE COMPROVE PODERES E OU PODERES DE MANDANTE, QUANDO DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E DEVE OBTER POR SUA EXCLUSIVA

RESPONSABILIDADE, TODA A INFORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA O PREPARO DE SUA.

"ATESTADO SERÁ FORNECIDO NO ATO DA VISITA"



ESTADO DO PARANÁ

MODELO RENUCIA DE VISITA - II DECLARAÇÃO

| A/C Comissão Permanente de Licitação Município de Bandeirantes – PR | |
|---|---|
| Ref. : Edital de Concorrência n°/ PMB | |
| Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA I DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MUI DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, E VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR. | LTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, LABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS |
| A Empresa | , portador(a) da carteira de identidade n° DECLARA que RENUNCIA A VISITA de que tem pleno conhecimento das condições e total responsabilidade por esse fato informado que |
| | Bandeirantes-PR de de 2022. |
| | |
| (assinatura e nome do res | sponsável legal) |



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 05 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

| Nome | Especialidade | Nº de Registro no | Data do |
|------------------------|--|---|-------------|
| | Profissional | Conselho da Classe | Registro |
| | | | |
| | | | - |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| (nome, RG n° e assinat | ura do respon <mark>sá</mark> vel legul) | | |
| Coordenac | lor de Campo | Planeiame | ento Urbano |
| CPF. | 1 | CPF. | |
| | acionamento junto à (nome, RG n° e assinat | acionamento junto à empresa, dentro das (nome, RG n° e assinatura do responsável legal) Coordenador de Campo | |



ESTADO DO PARANÁ

MODELO N° 06 CAPACIDADE FINANCEIRA

Ref.: Edital de Concorrência nº __/__-PMB - Registro de Preços

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo LICITADOR, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

| Tipo de índice | Valor em reais | Índice |
|------------------------------|----------------|--------|
| Liquidez geral (<i>LG</i>) | | |
| LG = (AC + RLP) / (PC + ELP) | | |
| Liquidez corrente (LC) | | |
| LC = AC / PC | | |
| Endividamento (E) | | |
| E = (PC + ELP)/(AC+RLP+AP) | | |
| | | |

AC - ativo circulante; RLP - realizável a longo prazo.

AP - ativo permanente; ELP - exigível a longo prazo.

PC - passivo circulante;

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local/data

Representante legal (nome, RG n° e assinatura)

Contador (nome, n° CRC e assinatura,)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 07

(razão social, endereço, telefone, "fac-simile" e CNPJ/MF)

PROPOSTA DE PREÇOS

Local/data

| À Comissão de Licitação | | | |
|---------------------------------|----|----------------|-----------|
| Ref.: Edital de Concorrência nº | _/ | PMB - Registro | de Preços |

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas nossa proposta de preços, relativa à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR, da licitação em epígrafe.

Os serviços serão executados conforme, Cronograma de Execução. Projeto Básico e anexos do edital de concorrência em referência.

| Nº | QTD | UND | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | VLR UNITÁRIO MÁXIMO | VLR MAXIMO TOTAL |
|----|--------|-----|---|------------------------|---------------------|
| 1 | 30 | KM | Cobertura aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais colorida do território do município. Para o perímetro urbano, GSD (ground sample distance) de 10 cm ou melhor e perfilamento a laser (mínimo de 4 pontos po m) PEC- A 1:1000, conforme item 3.2 do TR. | 8.376,57 | 251.297,10 |
| 2 | 14.500 | UND | Realizar o levantamento fotográfico terrestre multidirecional (360°) de todos os logradouros do perímetro urbano, conforme item 3.2 do TR | 10,12 | 146.740,00 |
| 3 | 14.500 | UND | Atualização e Vetorização de base cartográfica urbana (PEC-A1:1000) e CTM- Cadastro técnico imobiliário, conforme item 3.3 do TR. | 10.48 | 151.960,00 |
| 4 | 14500 | UND | Estruturação e atualização cadastro técnico municipal - CTM. incluindo foto de fachada das edificações, visita in lócus e reclassificação do padrão construtivo, conforme 3.4 do TR | 35,94 | 521.130,00 |
| 5 | 14500 | UND | Elaboração da nova planta genérica de valores urbana e implementação de nova metodologia de avaliação conforme item 3.5 do TR. | 16,13 | 233.885,00 |



ESTADO DO PARANÁ

| | | | TOTAL DO LOTE | | 1.500.479,57 |
|---|----|-----|---|-----------|--------------|
| 8 | 12 | MES | Licença de uso da plataforma WEB no formato SAAS. conforme item 3.8 do TR. | 9.008,45 | 108.101.40 |
| 7 | 60 | HRS | Consultoria em processo de treinamentos, conforme item do TR. | 181,47 | 10.888,20 |
| 6 | 1 | UND | Customização e implantação de plataforma de gestão na web com integração com banco de dados espacial e sistema mobile, conforme item 3.6 do TR. | 76.477,87 | 76.477,87 |

O preço global proposto para execução dos serviços objeto da licitação supramencionada é de R\$ <u>inserir</u> o valor da proposta (inserir o valor por extenso).

O prazo de execução do objeto é de 730 (setecentos e trinta) dias contados a partir do 10° (décimo) dia da data de assinatura do Contrato.

O prazo de validade da proposta de preços é de $\underline{mínimo 60 dias}$ ($\underline{(inserir o prazo de validade por extenso)}$) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas ($envelopes n^{\circ} 2$) pela Comissão de Licitação.

Declaro, expressa referência de submissão da proposta ao edital, que nos preços mantidos na proposta escrita, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação (O Município de Bandeirantes-PR não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados).

Atenciosamente.

(nome, RG n° e assinatura do responsável legal)

(Deverá estar anexo à Proposta de Preços: Cronograma de Execução)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 08

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

| | A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Concorrência nº/PMB, por |
|---|---|
| - | seu representante credenciado, declara, na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a |
| | empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os |
| | documentos de habilitação, renunciando, expressamente, ao direito de recurso da fase habilita tória e ao |
| | respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos |
| | envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados. |

Local, __ de ___ de 202__.

(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 09 MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº 11/2022 - PMB

CONCORRÊNCIA Nº 11/2022 – PMB PROCESSO ADMINSITRATIVO Nº 238/2022-PMB

| CONTRAT | | | | | | | | | | | |
|---------|-------|------|----|----|------|------|---|----|-------|------|----|
| GLOBAL, | QUE | ENT | RE | SI | CELE | BRAM | O | Μl | JNIC. | ÍPIO | DE |
| BANDEIR | ANTES | S-PR | E | A | EMP | RESA | | , | NA | FOR | MA |
| ABAIXO: | | | | | | | | | | | |

| Pelo presente instrumento, o Município de Bandeirantes, esta | ido do Paraná, pessoa jurídica de direito público | | | | |
|--|---|--|--|--|--|
| interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, | nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, | | | | |
| inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.235.753/0001-48, neste | | | | | |
| ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. | , casado, residente e domiciliado nesta cidade de | | | | |
| Bandeirantes, PR, nanononono | , portador da Cédula de Identidade RG | | | | |
| n.º, expedida pela Secretaria de Estado de Segur | ança Pública do e inscrito no Cadastro | | | | |
| de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.º | , abaixo assinado, doravante designado | | | | |
| CONTRATANTE de um lado e, de outro | estabelecida na nº, bairro | | | | |
| , na cidade de, Estado de(o) | inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica | | | | |
| do Ministério da Fazenda sob o nº, neste a | to representada por seu, o Sr. | | | | |
| portador da Cédula de Identidade RG nº | expedida pela Secretaria de Estado de Segurança | | | | |
| Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Física | as do Ministério da Fazenda sob o nº: | | | | |
| doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações | | | | | |
| subsequentes, ajustam o presente Contrato de Prestação de Se | | | | | |
| _11/2022 - PMB, mediante as seguintes cláusulas e condiç | ões a seguir expressas, definidoras dos direitos, | | | | |
| obrigações e responsabilidades das partes, a saber: | | | | | |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Único - O objeto do presente Contrato destina-se a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR, sob regime do tipo menor preço global, em consonância com edital, Projeto Básico e demais peças e documentos da Concorrência 11/2022-PMB, fornecida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Único - O preço global para a execução do objeto deste Contrato, é de R\$ (inserir valor) (inserir valor por extenso), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL" conforme descrição abaixo:

| Nº | QTD | UND | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | VLR UNITÁRIO MÁXIMO | VLR MAXIMO TOTAL |
|----|-----|-----|------------------------|------------------------|---------------------|
| 1 | | | | | |

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

Parágrafo Único - As despesas com a execução do objeto do presente contrato serão financiadas através de Recursos próprios do Município, que correrão a conta das dotações orcamentárias:

| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO |
|------------|-------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Fazenda | 4820-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES |

CLÁUSULA QUARTA - DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste Contrato inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 730 (setecentos e trinta) dias, contados partir do 10° (décimo) dia da data da publicação da Ordem de Serviços;

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados no máximo até 10° (décimo) dia contado a partir da publicação da ordem de serviços;

Parágrafo Terceiro – O prazo de vigência do contrato será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da data da publicação da Ordem de Serviços, tendo eficácia legal no primeiro dia após a assinatura do contrato por ambas as partes;

Parágrafo Quarto - Somente será admitida alteração do prazo quando:

- a) Houver alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) Houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste Contrato, por atos do CONTRATANTE;
- c) Houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) Por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;
- e) Atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE:
- f) Por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado;
- g) Outros casos previstos em lei.

Parágrafo Quinto - Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Sexto - Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo Sétimo - O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução dos serviços com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se obriga a:

- a) Confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo fornecido pelo município;
 - b) Assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
 - c) Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
 - d) Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;
 - e) Manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
 - f) Providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
 - g) Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - h) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - i) Fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, aeronave, máquinas e equipamentos;
 - j) Examinar completamente as especificações técnicas. Projeto Básico e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do procedimento, se responsabilizando inteiramente pela apresentação de uma proposta de preços completa e satisfatória;
 - k) A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados.

Parágrafo Segundo - Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato. No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro - As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Único - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;



ESTADO DO PARANÁ

- c) Garantir à CONTRATADO acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- d) Garantir à CONTRATADO acesso às suas instalações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) LIBERAÇÃO EM TODAS AS FATURAS FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 1 Nota fiscal nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção da contribuição previdenciária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro ou arquiteto fiscal;
- 2 Execução dos serviços de acordo com o Cronograma de Execução;
- 3 CONTRATO: Anexar uma Cópia do Contrato e aditivos vigentes;
- 4 CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO: Anexar Cópia do Cronograma de Execução vigente a cada medição;
- 5 CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS CRF Certidão Negativa da Empresa junto ao FGTS, em plena validade:
- 6 CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;
- 7 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, em plena validade.

b) A LIBERAÇÃO DA ULTIMA PARCELA FICA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO:

- 1 Toda documentação citada na Cláusula Sétima, Parágrafo Primeiro letra "a".
- 2 Do Termo de Recebimento Provisório;
- 3 Certidão de Conclusão de serviços emitida pelo Contratante;
- 4 De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da licitante.

Parágrafo Segundo - O faturamento deverá ser efetuado em nome do (inserir no de contratante) — CNPJ nº (inserir nº).

Parágrafo Terceiro - Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 30 (trinta) dias após a apresentação correta da fatura, incorrerá o CONTRATANTE em juros de mora, no montante de 2% ao mês do valor da fatura. **Parágrafo Quarto** - O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo de 730 (setecentos e trinta) dias da data da apresentação da proposta mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Primeiro - A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita através de profissionais devidamente designados pelo CONTRATANTE. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma de execução, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma de execução, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Parágrafo Segundo - A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- 1. Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- 2. Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir;

Parágrafo Terceiro - A contratada deverá manter no local dos serviços um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deve manter cópia das especificações técnicas, Projeto Básico, cronograma de execução de serviços, Boletim Diário de Ocorrências — BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

Parágrafo Quinto - A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

Parágrafo Sexto - Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo - Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

▶ Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Nono - A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar o cronograma dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.

Parágrafo Décimo - Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva, após o seu recebimento.

Parágrafo Décimo Primeiro – O fiscal responsável pelo contrato será o Sr. José Celestino Fontolan, Secretário de Fazenda.

Parágrafo Décimo Segundo – O fiscal responsável pela execução dos serviços será o Sr. Ricardo José Silva Rivolli, Engenheiro Civil – CREA/PR Nº 158.606/D, Diretor de Obras.

CLÁUSULA NONA – DOS SERVIÇOS PROVISÓRIOS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deve submeter à fiscalização os desenhos, especificações técnicas propostos para os serviços provisórios que se façam necessários, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo - A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelos serviços provisórios.



ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Parágrafo Primeiro - Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativos que se fizer(em) nos serviços, nos limites autorizados em lei.

Parágrafo Segundo - A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

Parágrafo Segundo - Se no Contrato não houver sido contemplado preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, AERONAVE, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Parágrafo Primeiro - Os materiais, veículos, aeronave, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade e/ou em ótimo estado de conservação, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

Parágrafo Segundo - Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

Parágrafo Segundo - O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente. conter a identificação da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214, de 08/06/78. Normas Regulamentares - NRs 01 a 32 e em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

Parágrafo Quarto - Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NRs aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77.

Parágrafo Quinto - O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não-cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução dos serviços.

Parágrafo Sexto - Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente(s) na execução dos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SEGURANÇA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem às especificações dos serviços/técnicas e/ou referenciais.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

Parágrafo Quarto - Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, aplicando-se no caso concreto uma das formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, especialmente a denunciação da lide (art. 70 – CPC), se for o caso.

Parágrafo Quinto - A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis. Parágrafo Sexto - CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos que dele decorra a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro - O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo até 60 (sessenta) dias após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação dos serviços pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, aos serviços e serão considerados como recebidos definitivamente.

Parágrafo Terceiro - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Terceiro - Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber:

- a) Multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do saldo contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão dos serviços;
- b) Multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais:
- c) Multa de 10% (*dez por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- d) Multa de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual quando ocorrer rescisão do Contrato conforme o estabelecido na Cláusula Décima Nona, Parágrafo Primeiro;
- e) Suspensão do direito de participar em licitações/contratos advindos de recursos do CONTRATANTE, ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (*dois*) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a rescisão contratual ou declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA;

Parágrafo Segundo - A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas.

Parágrafo Terceiro - As penalidades previstas no *caput*, poderão cumular-se e o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quarto - Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos serviços previstos o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada a CONTRATADA responderá pelos custos através de glosas de créditos, garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensa de firmar contrato pelo prazo de até 2 anos, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior. o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação a CONTRATADA dos atos a serem realizados.

Parágrafo Segundo - Compete ao Prefeito, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas. Parágrafo Terceiro - É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO



ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Primeiro - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) Quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- c) Quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (*trinta*) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceito pelo CONTRATANTE;
- d) Quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização;
- e) Demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Parágrafo Segundo - Declarada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data da sua assinatura, a CONTRATADA se obriga, expressamente, a entregar o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA NONA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: o instrumento convocatório, especificações técnicas, Projeto Básico, bem como a proposta de preços, cronograma de execução, anexos e pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Único - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Único - Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nas especificações técnicas, no termo referencial, nas quantidades, no prazo de execução ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com anuência expressa do PREFEITURA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Parágrafo Único - Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro - Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso. **Parágrafo Segundo** - Qualquer objeto de valor histórico, valor significativo que venha a ser descoberto, em qualquer parte e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, deverá a Contratada notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

Rua Frei Rafael Proner 1457 Centro CEP 86.360-000 Tel. 3542-4525 E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

Parágrafo Primeiro - As partes elegem o foro da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Parágrafo Segundo** - E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

| RG | ${RG}$ | |
|---------------|--|------------|
| Testemunhas: | | |
| | Engenheiro Fiscal - Designado CREA n° | |
| CONTRATANTE | | CONTRATADA |
| Local e data. | | |



ESTADO DO PARANÁ

MODELO Nº 10

EXTRATO DO CONTRATO (Publicação)

| CONTRATO Nº _11/2022-PMB |
|---|
| CONCORRÊNCIA: N°/ 2022-PMB |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO: _11/2022-PMB |
| CONTRATANTE: Município de Bandeirantes, Estado do Paraná |
| CONTRATADA: |
| OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO. DE FORMA INTEGRADA. DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR |
| VALOR: |
| DOTAÇÃO: |

| SECRETARIA | DESPESA/ FONTE | DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA | DESCRIÇÃO | |
|--|-------------------|-----------------------------------|---------------------|--|
| Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano | 5152-000 | 0600215452042510114490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | |
| | 5152-819 | | | |

PRAZO DE EXECUÇÃO: Será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10° dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir do 10º dia da publicação da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado em igual período, tendo eficácia legal no primeiro dia após a assinatura do contrato por ambas as partes.

| Bandeirantes, | de | de | 2022 |
|---------------|----|----|------|
| | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

Elementos gráficos:

• Cronograma de Execução; Projeto Básico; etc.

Serão disponibilizados no sítio eletrônico do Município de Bandeirantes – PR <u>www.bandeirantes.pr.gov.br</u> anexo ao aviso de licitação e edital ou solicitado através do e-mail <u>licitacao@bandeirantes.pr.gov.br</u>







Voltar

| Detalhes | processo | licitatório |
|----------|----------|-------------|
|----------|----------|-------------|

Entidade Executora MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

Ano* 2022

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*

Modalidade* Concorrência

Número edital/processo* 238/2022

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

Informações Gerais

Instituição Financeira

Contrato de Empréstimo

Descrição Resumida do Objeto* CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE

REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL,

ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO

Forma de Avalição Menor Preço

Dotação Orçamentária*

0600215452042510114490510000

Preço máximo/Referência de preço - 1.500.479,57

R\$*

Data de Lançamento do Edital 05/07/2022

Data da Abertura das Propostas 24/08/2022

22/07/2022

NOVA Data da Abertura das Propostas

Data Registro

Data Registro

Data de Lançamento do Edital

Data da Abertura das Propostas

Há itens exclusivos para EPP/ME? Não

Há cota de participação para EPP/ME? Não

Percentual de participação: 0,00

Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não

Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? Não

Data Cancelamento



CPF: 6553588970 (Logout)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

CREDENCIAMENTO



SiSProtocolo - Sistema de Protocolo Municipal

Protocolo:

5004/2022

Tipo:

CONCORRENCIA N 11/2022-PMB PROCESSO ADM. 238/2022 PMB

Protocolado em: 24/08/2022 - 07:55:56

Informa��es do Requerente:

Nome: DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA;

CPF/CNPJ: 04.915.134/0001-93; Contato: (43) 3026-4065;

5004:24.08.2022. Sistema Protocolo Municipal





CARTÓRIO SALÍNET - 4º SERVENTIA NOTARIA

Avenida Paraná, 159 - Fone/Fax.: (43) 3322-0747, 3322-0930 e 3322-0324 - CEP 86010-390 - Londrina - Paraná cartoriosalinet@sercomtel.com.br

FRANCISCO LOURES SALINET JUNIOR NOTÁRIO

Sandra Mara Salinet Castro Costa

Dieder Held Salinet

Donise de Held Salinet

LIVRO 0337-P **FOLHA**

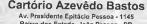
Loures Salinel Junior bellao Denise de Held Salinet ndre Mera Şatinet Castro Costu Dieder Held Salinet Escreventes O RINA-PR

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP. COMO ADIANTE SE DECLARA:-

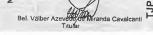
S A I B A M quantos este público instrumento de procuração, bastante que virem que aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), nesta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil, em Serventia, perante mim, 4º Notário, comparece como outorgante, DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Av. Higienópolis, 32 - 4º andar, Centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.915.134/0001-93, neste ato representada por seu sócio administrador, Agostinho de Rezende, brasileiro, divorciado, maior e capaz, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 3.108.271-4-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 364.338.379-72, residente e domiciliado à Rua Paranaguá, 539 - ap. 1002, Centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná; reconhecida como a própria por mim. 4º Notário do que dou fé, e por ela outorgante, através de seu representante legal, me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeava e constituía seu bastante procurador, CARLOS ROGERIO PEREIRA MARTINS, brasileiro, casado, maior e capaz, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 8.409.363-7-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 042.614.189-08, residente e domiciliado à Rua Massatoshì Ronden, 45, Centro, na cidade de Ibipora, Estado do Paraná; a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para o fim especial de representar os interesses da outorgante junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e privadas, concessionárias de serviços públicos, empresas de saneamento básico em geral, qualquer que seja sua forma de constituição, no que se refere a procedimento licitatório; podendo para tanto dito procurador, formular lances, apresentar e firmar propostas e contra propostas, orçamentos e demais papéis, estipular prazos, formas de pagamento e demais cláusulas e condições, firmar declarações, receber e assinar notificações, apresentar e retirar provas e documentos, comparecer em audiências, reuniões e assembléias, fazer e levantar cauções, prestar esclarecimentos, impugnar editais, interpor recursos e desistir de sua interposição, apresentar reclamações contra irregularidades, assinar atas, assinando todo e qualquer documento que se faça necessário, interpondo recursos, defendendo todos os direitos e interesses da outorgante quanto ao certame, podendo inclusive nomear preposto; no caso de aceitação da proposta, autorizando-o a subscrever o respectivo contrato, no qual fará inserir as cláusulas e condições necessárias e que forem de uso nesses contratos, podendo combinar preços, formas de pagamento, juros, multas, fazer e levantar cauções, assinar todos os documentos necessários; fazer acordos, prestar compromissos e declarações, desistir, impugnar, recorrer, variar de ação, transigir, confessar; comparecer em audiências, reuniões e assembléias, prestar depoimentos e esclarecimentos, receber e assinar notificações, apresentar e retirar provas e documentos; enfim, praticando todo o possível para garantir a defesa dos interesses da outorgante no que diz respeito a licitação; enfim, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários para o melhor e mais completo desempenho deste mandato. A presente foi protocolada sob o número de ordem 00881/2015, em data de 17/06/2015, no Livro 07 de Protocolo Geral desta Serventia. E, de como assim o disse e outorga, do que dou fé, lhes lavrei a presente procuração, por me ser pedida, a qual depois de pronta, foi achada em tudo conforme, aceita e assina, ficando a presente dispensada da presença e assinatura de testemunhas, consoante item 11.2.18 do Código de







Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobas https://azevedobastos.not.bi



Normas da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. (D/VRC -384,62 = R\$ 64,23, Funrejus R\$16,06 - Selo Funarpen R\$0,69), Eu, (a.) FRANCISCO LOURES SALINET JUNIOR, 4° Notário, a fiz digitar, conferi, achei em tudo conforme, subscrevo e de tudo dou fé. Londrina, 17 de junho de 2015. Em testemunho da verdade. (a.a.) AGOSTINHO DE REZENDE, FRANCISCO LOURES SALINET JUNIOR - 4° NOTÁRIO: TNADA MAIS). Trasladada em seguida. Era o que continha às fls. 015 do Livro 337-P, às quais bem e fielmente me reportei ao original e extraí o presente traslado **Eu**, **4º Notário**, a fiz digitar, conferi, achei em tudo conforme, subscrevo e de tudo dou fé.

Londrina, 17 de junho de 2015.

Em Testemunho

da Verdade.

FRANCISCO LOURÉS SALINET **JUNIOR** 4º NOTÁRIO

FUNARPEN - SELO DIGITAL Nº IDOUr . DSPRI . AKgii, Controle: 4LORP . AfvF Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

> 4º Tabelionato-Londrina Denise de Held Salinet Empregada Juramenteda







Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br https://azavedobastos.not.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Parafba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://borregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo. identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida puência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 01/05/2022 09:42:55 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do títular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

'Código de Autenticação Digital: 75583007207312988296-1 a 75583007207312988296-2
'Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7bb8c92017b578955174f01248bf56dc0a4565f86edb667ced98b4e15b82eefae257df8ac82789221e2962f1e2eba8d9676b58765ad419a5b7af6a959d4de341













| CARLOS ROGIEN | O PEREIRA MARTINS 3 DAIA 105A 07/04/198 11/08/202 40 DOT DENT | | | 19/05/2008 | | | |
|----------------------|--|---|---|---|--|--|--|
| 0 | 07/04/198 44 DATA EMIS 11/08/202 44 DOT IDENT | 3, LONDRINA, PR | | - *(¬ | | | |
| 0 | 11/08/202 | | | - 445 - | | | |
| - | | | ~ | D | | | |
| 198 | 4c DOT IDENTIDADE / DIG EMUSSOR/LST 84093637 SESP PR | | | | | | |
| 6079030 | C 48 (PF | | | 7 COT HAB - | | | |
| 389 | 042,614.1 | | 3414058 |] [AB | | | |
| | BRASILEI | | | | | | |
| -/ | GENESIO | PEREIRA MARTINS | | | | | |
| 1 | Commission of the last of the | | | | | | |
| 6 | ANA MAR | A MAKTINS | | | | | |
| 7 ALSINATURA DO N | ORTADOR CONTROL | | | | | | |
| 5 10 | | | | и и | | | |
| ACC gring | | 0 111111 | | | | | |
| <u>`</u> <i>ख</i> =6 | 04/01/2023 | D1 11111 | - | | | | |
| | 01/01/02/2 | Bi part (iii) | | | | | |
| Ri P | GHUIZUZ | CIF SEE SEE | | | | | |
| c | | DE CONTINUE | | | | | |
| n 🌉 | | Die 1 | | | | | |
| | 9 30 ACC Sty. 4 775 A 775 C | ## BRASILEI ### ### ############################# | ### OF ONE OF OTHER OF ONE OF | ## 10 | | | |

I<BRA043634146<584<<<<<< 8304070M2301044BRA<<<<<<0 CARLOS<<ROGERI<PEREIRA<MARTINS

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN









Consultoria em Tecnologia da Informação Soluções em Geotecnologia Serviços de Engenharia e Arquitetura Consultoria em Gestão Pública Página 1 de 5

Av. Higienópolis, 32, 4º Andar Salas 401 a 404 - Tel. 43 3026 4065 86020 080 - Londrina - PR Site: www.drz.com.br E-mail: drz@drz.com.br PÁG. 1/4

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA CNPJ/MF 04.915.134/0001-93 DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

AGOSTINHO DE REZENDE, brasileiro, divorciado, nascido em 07/10/1961, Administrador de Empresas, residente e domiciliado em Londrina, Estado do Paraná, à Rua Guaianãs, 44, Vivendas do Arvoredo, CEP 86.055-730, portador da Carteira de Identidade RG 3.108.271-4-SSP-PR e CPF 364.338.379-72, e a sócia GABRI-ELA REGINA SANTANA, brasileira, solteira, nascida em 09/06/1975, Agente de Turismo, residente e domiciliada em Londrina, Estado do Paraná, Rua Guaianãs, 44, Jd. Alphaville I, CEP 86.055-730, portadora da carteira de Identidade RG 5.886.625-3-SSP-PR e CPF 019.101.809-04, únicos sócios componentes da sociedade, que gira sob a denominação Social de "DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA", com sede à Avenida Higienópolis, 32, 4° andar, salas 401 a 404, Centro, Cep 86.020-080 - Londrina - Paraná, com contrato social arquivado na junta comercial do Paraná, sob o n.º 412.075456-97 em 21/02/2013, ultima alteração protocolado sob nº 2013.72798-92 em 19/12/2013, inscrita pelo CNPJ 04.915.134/0001-93, resolvem pôr este instrumento de alteração Contratual modificar seu contrato primitivo, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto social da empresa que era "consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de software sob encomenda e suporte técnico, soluções em geotecnologia, imagens de alta resolução e implantação de sistemas de informações geográficas - sig coorporativo, serviços técnicos de engenharia e arquitetura, consultoria em gestão ambiental, consultoria e assessoria empresarial, consultoria e assessoria em administração publica, desenvolvimento, treinamento e qualificação profissional, pesquisa de mercado e de opinião pública", passa a ser "Consultoria em Tecnologia da Informação; Desenvolvimento de Software sob encomenda e Suporte Técnico; Soluções em Geotecnologia, Atividades de Aerolevantamento e Aerofotogrametria; Implantação de Sistemas de Informações Geográfica – SIG Coorporativo; Serviços Técnicos de Engenharia e Arquitetura; Consultoria em Gestão Ambiental; Consultoria e Assessoria Empresarial; Consultoria e Assessoria em Administração Pública; Desenvolvimento, Treinamento e Qualificação Profissional; Pesquisa de Mercado e de Opinião Pública".

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento. Fica eleito o foro de Londrina - PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLAUSULA TERCEIRA: DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO. A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei n. 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tomando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequando às







Consultoria em Tecnologia da Informação Soluções em Geotecnologia Serviços de Engenharia e Arquitetura Consultoria em Gestão Pública Página 2 de 5

Av. Higienópolis, 32, 4º Andar Salas 401 a 404 - Tel. 43 3026 4065 86020 080 - Londrina - PR Site: www.drz.com.br E-mail: drz@drz.com.br PÁG, 2/4

disposições da referida Lei n. 10.406/2002 aplicáveis e este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA CNPJ/MF 04.915.134/0001-93 NIRE: 412.075456-97

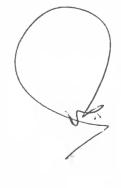
AGOSTINHO DE REZENDE, brasileiro, divorciado, nascido em 07/10/1961 Administrador de Empresas, residente e domiciliado em Londrina, Estado do Paraná, à Rua Guaianãs, 44, Vivendas do Arvoredo, CEP 86.055-730, portador da Carteira de Identidade RG 3.108.271-4-SSP-PR e CPF 364.338.379-72, e a sócia GABRIELA REGINA SANTANA, brasileira, solteira, , nascida em 09/06/1975, Agente de Turismo, residente e domiciliada em Londrina, Estado do Paraná, Rua Guaianãs, 44, Jd. Alphaville I, CEP 86.055-730, portadora da carteira de Identidade RG 5.886.625-3-SSP-PR e CPF 019.101.809-04, únicos sócios componentes da sociedade, que gira sob a denominação Social de "DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA", com sede à Avenida Higienópolis, 32, 4° andar, Salas 401 a 404, Centro, Cep 86.020-080 - Londrina - Paraná, com contrato social arquivado na junta comercial do Paraná, sob o n.º 412.075456-97 em 21/02/2013, ultima alteração protocolado sob nº 2013.72798-92 em 19/12/2013, inscrita pelo CNPJ 04.915.134/0001-93, resolvem pôr este instrumento de alteração Contratual Consolidar seu contrato primitivo, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – A sociedade gira sob o nome empresarial de "**DRZ GEOTECNOLOGI**A E CON-**SULTORIA LTDA.**"

SEGUNDA – A sociedade tem a sua sede à Avenida Higienópolis, n° 32, 4° Andar, Sala 401 a 404, Centro, CEP 86020-080 – Londrina - PR.

TERCEIRA – Objeto social da empresa é "Consultoria em Tecnologia da Informação; Desenvolvimento de Software sob encomenda e Suporte Técnico; Soluções em Geotecnologia, Atividades de Aerolevantamento e Aerofotogrametria; Implantação de Sistemas de Informações Geográfica – SIG Coorporativo; Serviços Técnicos de Engenharia e Arquitetura; Consultoria em Gestão Ambiental; Consultoria e Assessoria Empresarial; Consultoria e Assessoria em Administração Pública; Desenvolvimento, Treinamento e Qualificação Profissional; Pesquisa de Mercado e de Opinião Pública".

QUARTA - O capital social no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) representado por 2.000.000 (dois milhões) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada, fica assim distribuída entre os sócios:







Consultoria em Tecnologia da Informação Soluções em Geotecnologia Serviços de Engenharia e Arquitetura Consultoria em Gestão Pública Página 3 de 5

Av. Higienópolis, 32, 4º Andar Salas 401 a 404 - Tel. 43 3026 4065 86020 080 - Londrina - PR Site: www.drz.com.br E-mail: drz@drz.com.br PÁG. 34

| SOCIOS | QUOTAS | VALOR | (%) |
|-------------------------|-----------|--------------|--------|
| AGOSTINHO DE REZENDE | 1.960.000 | 1.960.000,00 | 98,00 |
| GABRIELA REGINA SANTANA | 40.000 | 40.000,00 | 2,00 |
| TOTAL | 2.000.000 | 2.000.000,00 | 100,00 |

QUINTA - A sociedade iniciou suas atividades em 10 de fevereiro de 2.002 e seu prazo é indeterminado.

SEXTA – As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas á venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integração do capital social, nos termos do artigo 1.052 do CC/2002.

OITAVA - A administração da sociedade caberá AGOSTINHO DE REZENDE, com os poderes e atribuições de ADMINISTRADOR autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

NONA - Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2002).

DÉCIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 20 e art. 1.078, CC/2002).

DÉCIMA PRIMEIRA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DÉCIMA SEGUNDA - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DÉCIMA TERCEIRA - O Falecimento ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.







Consultoria em Tecnologia da Informação Soluções em Geotecnologia Serviços de Engenharia e Arquitetura Consultoria em Gestão Pública Página 4 de 5 Av. Higienópolis, 32, 4º Andar

Salas 401 a 404 - Tel. 43 3026 4065 86020 080 - Londrina - PR Site: www.drz.com.br E-mail: drz@drz.com.br PÁG. 4/4

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DÉCIMA QUARTA: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram que:

- a) Sociedade se enquadra na situação de empresa de pequeno porte;
- b) O valor da receita bruta anual da sociedade, não excedeu no exercício anterior o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 155/2016, observado o disposto no § 2º do mesmo artigo;
- c) A sociedade não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mesma Lei.

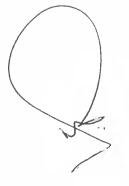
DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Londrina - PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, pôr assim terem justos e contratados, datam, lavram e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em uma única via, devidamente assinados pelos sócios, obrigando-se pôr si e pôr seus herdeiros a cumpri-lo em todos os termos.

Londrina, 05 de novembro de 2020.

Agostinho de Rezende

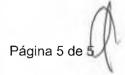
Gabriela Regina Santana







MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | | | | | |
|----------------------------------|-------------------------|--|--|--|--|
| CPF | Nome | | | | |
| 01910180904 | GABRIELA REGINA SANTANA | | | | |
| 36433837972 | AGOSTINHO DE REZENDE | | | | |



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/11/2020 16:20 SOB N° 20206705271.
PROTOCOLO: 206705271 DE 10/11/2020.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12005483450. CNPJ DA SEDE: 04915134000193.
NIRE: 41207545697. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/11/2020.
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA





CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN





| | REGINA SAN | (3 | | | | | 27/06/20 | | | | | |
|-----------|----------------|------------|--------------------------|--|--|--|------------------------------------|---------------|--|--|--|--|
| | ido. | _ | | | COBELIE | AO, PR | O 9/06/1975, FRANCISCO BELTRAO, PR | | | | | |
| - 17 | ₽. | [2 | | whe case twis | 66 /AUSADE 3/06/203 30R/1# | 70 | All and a second | D | | | | |
| 1. | 1 | 6 | 19.101,80 | 9-04 | C 5 Y REGIST | |) (B | N.S. | | | | |
| - | 74 | | ILUC - | | A | | | | | | | |
| | Tar. | f | ONE SALE | TE ROSSI S | SANTANA | | | | | | | |
| 7 ASSERAN | URATIO POSTADO | | | | | | | | | | | |
| _ | | . 10 | 12 | 2 | 16 | · · | 11 | M. | | | | |
| 3525 | | - | - | | 7 | -+ | | \vdash | | | | |
| (0.40) | - | + | | 1000 | * | | | | | | | |
| | + | 23.006/203 | ., | | 5 Stylenky | | | ┢ | | | | |
| 00 | | 2,00,20 | + | CUF . | 2000 | | | 1 | | | | |
| В1 | | | | | | | | | | | | |
| B1 (2000) | | + | | DE SEE | TTTT | | | _ | | | | |
| | | A 500 A | 7 ASSELATION TO PONTADOS | TACT COLOR TO PORTADOR ACT COLOR AC | ## CPF 019.101,309-04 MACOMADDOF BRASILETRO 10.00 10 | ## CFF 19-101-309-04 15 VRIGHT 19-101-309-04 10 241228 1 | 44 CH | 19.101.509-04 | | | | |

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

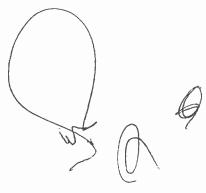
As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN

1. E. I. Horne C. Schnenome / Hartie and Summan F. Hombie by Apollotics - Princet Nutrilia (Soc Field Device Chrimese Chrimese Lestion de Conduct - 3- Data et acid de Licamentor (Data end Finance) and plant (Displat/PTY) Feder jugge de Espannero - Lau et de Emissal de Introp de Displat/PTY Finance de Emissal - Nutrilia de Emissal - Nutrilia gele Displat/PTY (Finance Emissal - Apollotic - Apolloti

PARANÁ

I<BRA024122854<796<<<<<<<< 7506095F3206238BRA<<<<<<<8 GABRIELA<<REGINA<SANTANA<<<<<







PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

ENCERRO nesta data o 1º volume dos autos do Processo Administrativo 238/2022-PMB, que tem como assunto a CONCORRENCIA Nº 11/2022-PMB cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, DE FORMA INTEGRADA, DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DOS VALORES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GESTÃO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS NO MUNICIPIO DE BANDEIRANTES-PR, iniciando no número 001 (hum) e findando no número 336 (trezentos e trinta e seis), a presente folha, não podendo mais nada lhe ser acrescentado.

Bandeirantes-PR, 24 de agosto de 2022.

Marcos de Moraes Pregoeiro